



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História
Doutorado em História

Andréa Bandeira

Resistência Cor-de-rosa-choque
milîtância feminina no Recife, nos anos 1960

Orientadora: Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras

Salvador - BA
2012



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História
Doutorado em História

Andréa Bandeira

Resistência Cor-de-rosa-choque
milîtância feminina no Recife, nos anos 1960

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras

Salvador - BA
2012

Bandeira, Andréa
B214 Resistência Cor-de-rosa-choque militância feminina no Recife, nos anos
1960 / Andrea Bandeira. – Salvador, 2012.
207 f.: il.

Orientadora: Prof^a Dr^a Lina Maria Brandão de Aras
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas, 2012.

1. Movimento feminista. 2. Mulheres- História. 3. Mulheres - Movimentos
sociais. 4. Feminismo. I. Aras, lina Maria Brandão de Aras. II. Universidade
Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 305.42

FOLHA DE APROVAÇÃO



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Andréa Bandeira	209115007	Doutorado
TÍTULO DO TRABALHO Resistência cor de rosa choque: militância feminina no Recife, nos anos 90		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Lina Maria Brandão de Aras (UFBA)	<i>Lina Maria Brandão de Aras</i>	254145425-20
Maria do Socorro Abreu e Lima (UFPE)	<i>Maria do Socorro Abreu e Lima</i>	990.511.338-04
Antônio Paulo Rezende (UFPE)	<i>Antônio Paulo Rezende</i>	0844490724-00
Natália Barros (UFPE)	<i>Natália Barros</i>	037815704-36
Muniz Ferreira (UFBA)	<i>Muniz Ferreira</i>	6693048020

ATA

Aos 18 dias do mês de julho do ano de 2012 nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Andréa Bandeira, do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora, Lina Maria Brandão de Aras orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra à autora, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas da examinanda. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela aprovação da aluna. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

O trabalho tematiza a participação política das mulheres no período anterior ao golpe civil militar de março/abril de 1964. Situando-se no interseção entre a História e a Memória, a autora resgata o histórico de engajamento de personagens femininas que participaram da vida política e social em um momento crucial da história brasileira. Utilizando-se dos instrumentos teórico-metodológicos no âmbito da tradição marxista e na obra de Michel Foucault, buscando articular distintas dimensões da realidade brasileira.

SSA, 18/07/2012: Assinatura do aluno:

Andréa Bandeira

SSA, 18/07/2012: Assinatura do professor orientador:

Lina Maria Brandão de Aras

RESUMO

Resistência cor-de-rosa-choque narra a experiência de mulheres nos movimentos de contraposição ao padrão sócio-político-econômico-cultural de uma época, em que o pensamento corrente conduzia à luta desarmada da “consciência de classe”. Essa consciência de classe podia ser pensada nesses termos por causa do uso vulgar da expressão, observados, inclusive, nos noticiários impressos, à época, bem como, pela proximidade do debate político, largamente, apresentado nos diversos veículos de comunicação de massas, em que preponderava a difusão radiofônica. Ainda que o termo “classe” tivesse o significado de pertencimento a um lugar social e uma necessidade de ser sujeito de ação, interferindo nesse lugar, numa conquista de vida, esse discernimento possibilitou a integração no espaço público e um tipo de “empoderamento” de si, no sentido de ocupar espaços de “poder”, dentro da ideia foucaultiana de “teia de poder”, pelas mulheres, colocando-as na vanguarda dos movimentos sociais. Esta tese trata sobre essa participação significativa do feminino na resistência ao regime imposto, não motivado, ainda, pelos discursos de Gênero, que se afirmou, uma década depois, nos anos 1970, resultado do avanço do Movimento Feminista no país, mas fundamentada num entendimento mais amplo de luta de classes, corrente no período em tela. Essas mulheres são militantes e/ou simpatizantes, que atuaram nas organizações de esquerda, no Recife, nos anos iniciais da década de 1960. Esta narrativa se formatou observando a necessidade de deslizar sobre o passado dessas mulheres, para situá-las no presente histórico, do corte, e notar suas aspirações, como projetos individuais e coletivos, no qual se inseriram e fizeram suas próprias memórias, fonte principal com que se escreveu esta história.

ABSTRACT

Resistência cor-de-rosa-choque is about the experience of women in opposition movements to the dominant social-economic-political-cultural standard of a specific time, in which the mainstream led to the unarmed struggle of the “class consciousness”. That consciousness could be thought in these terms due to the popular use of this expression taking into account the newspapers of the time and the proximity of the political debate that used to be presented in many vehicles of mass communication, especially on the radio broadcast. Although the term "class" had the meaning of belonging to a social place and the need of the subject of action to interfere in this place, an achievement of life, this insight enabled the integration in the public space and a kind of "empowerment" of it, in order to occupy spaces of "power" within the Foucaultian idea of "web of power" by the women, placing them at the forefront of social movements. It's about the significant participation of women in the resistance of the imposed regime, not yet influenced by gender discourses that a result of advancing the feminist movement in the country was affirmed, a decade later, in 1970, but based in a broader understanding of class struggle, during the analyzed period. These women are members and/or sympathizers who worked in the leftist organizations in Recife, in the early years of the decade of 1960. And this narrative took into account the need to understand the past of these women, to situate them in the historical present, and to note their aspirations, as individual and collective projects, in which they were inserted and had made their own memories, primary source through which this essay was written.

*Para
Aroma e Álamo,
Juliana e Mariana
e
para Pedro,
porque Eu am'os.*

AGRADECIMENTOS

Esta é uma obra que se realizou aceitando todos os apoios, desde aquele “eu acredito que dará certo!” até o “deite no meu ombro e chore!”. Agora, na reta final, eu ensaio os agradecimentos e espero que a Universidade Federal da Bahia distribua aos pedaços o diploma de doutoramento, para que eu possa, honestamente, repassar:

A minha orientadora, Lina Maria Brandão de Aras, porque aceitou, sem me conhecer, essa saia justa e foi mais que uma professora, puxando as rédeas da minha imaginação e da minha teimosia, foi uma amiga;

Aos que fazem o Departamento de História da Universidade Federal da Bahia, mestres e mestras, funcionários e funcionárias da secretaria de pós-graduação, que, ao longo do curso, demonstraram solicitude e carinho;

A Cici; a João e a Maria (*in memoriam*), e a toda família, porque me querem bem;

A Ozede Nóbrega, porque fez a leitura atenciosa e paciente desta monografia de tese e ouviu, tranquilamente, todas as minhas dúvidas e receios, inclusive os dramas inerentes a quem se mete a fazer tese;

Aos Professores Muniz Ferreira e Zacarias Sena Júnior, e a professora Socorro Ferraz, pelos encaminhamentos fundamentais, na reta final da escrita;

Aos professores e professoras da Universidade Federal de Pernambuco, porque continuam mestres e mestras desta aluna. Especialmente, a Ana Maria Barros;

As mulheres que aceitaram contar suas vidas e possibilitaram que esta história fosse possível, Maria Leônida Lopes, Maria das Neves Cardoso, Maria Clemilda e Fátima Guimarães. Ao jornalista Marcelo Mário de Melo, porque sua participação possibilitou o equilíbrio necessário a uma narrativa balizada pela análise de gênero.

A Eliane Moury Fernandes, a sua equipe e aos que fazem a FUNDAJ e a APEJE, pela colaboração necessária a quem faz pesquisa;

A Dona Mariana e a Lívia, porque me receberam sempre com dedicado afeto;

A Maria do Socorro de Abreu e Lima; a Natália Barros e a Antônio Paulo Rezende;

A todos e todas que, de alguma forma, colaboraram, mas que fica difícil listar os nomes, porque, enfim, eu preciso parar de escrever e imprimir o material para a banca final. O meu obrigada!

LISTA DE ABREVIATURAS

AI-5 – Ato Institucional n. 5
AP – Ação Popular
ARES – Associação Recifense dos Estudantes Secundários
BBC – *British Broadcasting Corporation* (Corporação Britânica de Radiodifusão)
CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia
CEMAR – Centro de Operações da Marinha
CESP – Centro dos Estudantes Secundários de Pernambuco
CIA – Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)
COAP – Companhia de Abastecimento e Preço
COFAP – Comissão Federal de Abastecimento e Preço
CPC – Centro Popular de Cultura
CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
DOPS – Departamento de Ordem Pública e Social
DOPS-PE – Departamento de Ordem Pública e Social do Estado de Pernambuco
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JAC – Juventude Agrária Católica
JEC – Juventude Estudantil Católica
JIC – Juventude Independente Católica
JK – Juscelino Kubitschek
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
MEB – Movimento Educacional de Base
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PL – Partido Liberal
PR – Partido Republicano
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Popular
PST – Partido Social Trabalhista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
RO – Regimento de Operação
SESC – Serviço Social do Comércio
SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TPE – Teatro Paulista do Estudante
UBE – União Brasileira de Estudantes
UDN – União Democrática Nacional
UEP – União dos Estudantes de Pernambuco
UJC – Juventude Comunista
UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
HISTÓRIA E MEMÓRIA. MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA. “O GÊNERO DA MEMÓRIA”	27
CAPÍTULO II	
O ESPAÇO NO TEMPO DA HISTÓRIA: PERNAMBUCO ÀS VÉSPERAS DO GOLPE (POLÍTICA, ECONOMIA E SOCIEDADE)	59
CAPÍTULO III	
DE BANDEIRAS E BANDEIROLAS: MULHERES E MILITANTES – PARTIDOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NOS ANOS 1960	105
CAPÍTULO IV	
MULHERES E MILITÂNCIAS: RESISTÊNCIA DA MEMÓRIA E MEMÓRIAS DAS RESISTÊNCIAS (RECIFE, 1964)	145
CONCLUSÃO	190
FONTES E REFERÊNCIAS	197

INTRODUÇÃO

*Saúdo minhas irmãs
De suor, papel e tinta
Fiandeiras, / Guardiãs
[...] No mar da palavra
Escrita voraz [...]
Cantando a uma só voz
O que nós sonhamos
O que nós plantamos
No tempo em que a nossa voz
Era só silêncio.¹*

A pesquisa sobre a História das Mulheres foi uma escolha constante desde o período da graduação. Essa escolha é consequência de uma história de si, bem como da observação da ausência na historiografia nacional e estrangeira da participação de sujeitas nos eventos históricos, ou de que, quando acontecem, as narrativas marginalizam as mulheres, referindo-se a elas como meras coadjuvantes. Essa ausência é compreendida como uma política de exclusão social, resultante do lugar próprio estabelecido historicamente para o feminino, numa sociedade estruturada sob os auspícios do sistema de mercadoria, que se lastra na desigualdade entre mulheres e homens, homens e homens, mulheres e mulheres, para desenvolver seu modelo de produção e reprodução da vida e da subsistência humana.

Na produção histórica atual, nota-se o aparecimento de livros que têm como objeto a crescente participação das mulheres em todas as esferas de atividades na sociedade brasileira, bem como seus diferentes papéis. Antes esquecido ou minimizado, o papel das mulheres vem-se modificando nas falas e nos discursos produzidos sobre o feminino, falas estas que são resultado do espaço aberto nas academias por uma nova metodologia que insere, como objeto da pesquisa, os diversos sujeitos da história.

A contrapartida à ditadura militar, que se instalou no Brasil em 1964, foi a explosão de uma vigorosa cultura da resistência, que se expressou na crítica ao regime, assim como em propostas de modos alternativos e libertários de vida em sociedade. Em princípio dirigido ao regime militar, o sentimento de insatisfação, marcado por formas alternativas,

¹ GRAÚNA, Graça. *Retrato*. Portal Vozes Femininas. Recife, s/d.

quando não rebeldes, expressas nas artes, nas letras, nas músicas, nos costumes, nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil, estendeu seus questionamentos à sociedade burguesa mais amplamente, ao par com várias correntes do pensamento que, naquele momento, envolveram-se com uma crítica à modernidade.

Assim, no momento em que o país viveu a repressão política e cultural, que afetou a vida pública, cerceando a palavra e a ação, desfazendo os espaços de sociabilidade existentes e a interação social, assistiu-se à emergência de novas formas de produção cultural como resultado da ação de vários segmentos da sociedade. Foi nesse contexto de crise e de construção de novos modelos de subjetividade que surgiram, nos anos 1960–1970, movimentos de mulheres, provenientes das camadas médias, intelectualizadas, buscando novas formas de expressão da sua individualidade. Muitos desses movimentos foram retomados de antigas lutas empreendidas por sua igualdade política e social, realizadas dentro de clubes e federações, nos meados de 1950 e nos anos iniciais de 1960.

Na luta contra a ditadura militar, essas mulheres se defrontaram com a cultura machista em voga numa sociedade caracterizada misógina, que não destoou do autoritarismo masculino, também, dentro das organizações de esquerda, o que, muitas vezes, impediu sua participação em condições de igualdade nos grupos que se formaram, bem como, gerou uma memória que empalideceu sua história de militante. Elas, no entanto, demonstraram atitudes de recusa aos padrões sexuais e do modelo de feminilidade construídos na história da mulher brasileira, modelo este que a colocava sempre como auxiliar do crescimento masculino. Questionaram enfaticamente as relações de poder entre os sexos-gêneros que se estabeleciam no interior dos grupos políticos de esquerda, tentando impedir que a dominação machista fosse diluída ou subsumida pelo discurso tradicional da revolução. Ao se engajarem, nos diversos movimentos populares ou se institucionalizarem nos partidos, essas mulheres adotaram atitude diversa do padrão formal estabelecido para o feminino.

Deve-se notar, porém, que esses padrões nem sempre são amalgamadores como apresentados nos discursos. Tampouco, as análises têm considerado as particularidades conjunturais e, por isso, as lutas das mulheres têm se reduzido à luta contra a opressão machista, quando outras desigualdades separam mulheres de mulheres e a igualdade da condição feminina não é relevante para conter o conflito entre as mulheres de classes e etnias diferentes. Entender que a diferença entre os sexos é a primeira forma de

desigualdade que dá significado às relações de poder² implica em notar que o princípio do direito à igualdade precisou se estabelecer para que essa desigualdade surgisse. Adota-se o entendimento da origem da desigualdade entre os humanos na adoção de relações sociais baseadas no modelo de propriedade, quando o modo de produção de subsistência e de reprodução da vida foi intrincado pela cultura da transformação da natureza e da troca, ocasionando no seu mais alto grau de desenvolvimento a transformação do homem/mulher em objeto e em mercadoria.³

Observa-se, outrossim, que no Brasil pós 1970, as acadêmicas feministas vêm continuamente refletindo e retratando o papel social das mulheres a partir de uma orientação de Gênero. Estas são pesquisas que, na sua maioria, apresentam, em comum, a análise da subserviência feminina numa sociedade misógina, sem, contudo, operar com esse entendimento. Decorre dessa apreciação um esquema linear, não dialético, idealizado e descontextualizado das outras relações em que as mulheres estão inseridas.

Dessa forma, desaparecem as estruturas que originaram a marginalização das mulheres, aparecendo apenas as superestruturas que a amalgamam. Ignora-se, também, que essa marginalização, na sua vertente subjetiva, não admite quantificação, e, na sua qualificação não pode ser considerada ao largo do sistema em que foi implantada. A subserviência das mulheres, mesmo considerando-se ser a primeira forma de representar desigualdade pela diferença objetiva entre os sexos, não está dissociada da necessária marginalidade, consequência da desigualdade inerente ao sistema de mercadoria. Motivo porque esta pesquisa adverte para a construção de uma narrativa que insiste em retratar as atividades das militantes nos diversos espaços de resistência, concebendo resistência como qualquer reação de grupos aos esquemas de opressão de outros grupos.

Para esta pesquisa, admite-se, então, a existência de uma luta de classes em que as mulheres se inseriram como atrizes sociais e participaram ativamente nos movimentos de resistência aos planos econômicos impostos pelos grupos no poder. O corte espaço temporal escolhido foi o Recife entre os anos de 1960 e 1964, culminando com o Golpe

² Ver: SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Recife: SOS Corpo, 1991; PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina S. “Pesquisa sobre Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul: um relato de viagens e algumas reflexões”. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina S.; VEIGA, Ana Maria (orgs.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011.

³ Ver: RUBIN, Gaule. “O Tráfico de Mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo”. Recife: SOS Corpo, 1993 (“The traffic of Women: Notes on the ‘Political Economy’ of Sex”, New York, 1975), 32p; ENGELS, Friedrich. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. Rio de Janeiro: Global, 1990 e *As origens da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991; MARX, Karl. “O fetichismo da mercadoria”. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, v 1 e *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

civil-militar de 1º de abril de 1964 e suas consequências imediatas. Uma vez que se observou a necessidade de aprofundar o entendimento do contexto para inserir a participação feminina nos movimentos de resistência, notou-se, então, a complexidade de se pensar e analisar a década de 1960. O fato do Golpe alterou profundamente as relações políticas, resultando que a cultura política dos anos iniciais até o golpe difere do período posterior ao evento, como também difere dos anos finais, pós-AI-5.

O Recife, nesse período, é marcado por sua representatividade. A capital pernambucana e o seu entorno aparecem como cenário de uma luta de classes e era assim percebido, motivo pelo qual militantes nos diversos matizes ideológicos de direita e de esquerda se transferiram para essa região, motivados pelos seus engajamentos nas organizações e em atividades políticas, bem como a imprensa nacional se referia à região como “barril de pólvora” ou “zona de guerra”.

Escolher como tema as várias participações da mulher no processo de resistência ao modelo sócio-político-econômico estabelecido, ao mesmo tempo em que dá voz a uma sujeita pouco observada na historiografia, recupera parte da história do nosso país. O que significa um avanço historiográfico e sociocultural. E este avanço decorre do entendimento de que, apresentar novos sujeitos históricos é, também, a promoção de novos modelos de análise, pois o desenvolvimento epistemológico acompanha as demandas temáticas, bem como a inclusão de outras e novas identidades de grupo. É, antes, um lugar político, porque interfere no contexto em que se situa a ética acadêmica.

Sobre o contexto adotado para esta pesquisa, a História de Pernambuco é marcada por movimentos políticos refletores das lutas cotidianas entre os diversos **Grupos** que formam a sua sociedade. Essas lutas se alternam desde conflitos entre **Setores** de um mesmo grupo até os conflitos entre grupos, demonstrando a complexidade e a instabilidade das relações sociais, “transversadas” por diferentes interesses (das economias material e sexual) dialeticamente integrados, possibilitando o desenvolvimento desigual e combinado desses grupos.⁴

As lutas estabelecidas entre os grupos e entre os setores podem e geram movimentos de **resistências** que, muitas vezes, resultam apenas em “re-equilíbrio” (de forma dialética) do sistema, sem alteração do *status quo* dos conflitantes, porém sempre marcado por uma mudança nas relações de força/reprodução das partes. A História de

⁴ Ver: LÖWY, Michael. “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado”. 1995; NOVAK, George. *La ley del desarrollo desigual e combinado*. Buenos Aires: Pluma, 1977.

Pernambuco é, então, na Micro-história,⁵ a História dos conflitos entre os grupos e entre os setores que formam a sua sociedade,⁶ e, na Macro-história ou História Totalizante,⁷ a História das lutas entre os grupos inter e multinacionais do mundo globalizado.⁸

É possível destacar a atuação das mulheres em diversos momentos antes e após a ditadura implantada para conter o paradigma do *Welfare State*, estabelecer uma nova hegemonia do capital multinacional, bem como dos setores que o conduziram, assim como um novo modelo de relações interpessoais entre humanos, dando às mulheres um moderno lugar na estrutura econômica, política e social como marca do avanço do sistema de mercadoria para o arquétipo pós-moderno.⁹

As mulheres participaram dos diversos movimentos de resistência mais como portadoras de uma nova ordem social que revolucionaria as relações entre os sexos, do que como uma transformação nas relações de gênero, o que exigiria uma mudança nas relações de poder advinda apenas com uma mudança na estrutura econômica. As lutas se travaram no campo das resistências às desigualdades de sexo na práxis social e menos no campo das desigualdades de classe. O resultado dessas lutas foi a manutenção do *status quo* do capital multinacional no Brasil, porém realinhado ao moderno paradigma do capital internacional, uma vez que a igualdade das mulheres aos homens é antes um facilitador para a reprodução do regime no período neo-liberal.

É importante salientar que as lutas das mulheres poderiam reverter-se em luta revolucionária, e, para a História, o estudo ganha significado quando pensadas as suas consequências como discurso político. Entender a apropriação feita pelo sistema de mercadoria dos atuais modelos de relações interpessoais entre os sexos é garantir sua desapropriação e assegurar outra moral,¹⁰ humana, que admita a igualdade com respeito às diferenças entre homens e homens, homens e mulheres, e mulheres e mulheres.¹¹

⁵ REVEL, J. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

⁶ MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

⁷ BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a História*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

⁸ Ver: HOLANDA, Francisco Uribam Xavier de. *Do liberalismo ao neoliberalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998; IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁹ Ver: HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992; HELLER, Agnes e FEHÉR, F. *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

¹⁰ Ver: JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese de História. São Paulo: PUC, 2005; LEVY, Nelson. *Ética & História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

¹¹ YANNOULAS, Sílvia Cristina. "Iguais mas não Idênticos". In: *Estudos feministas*. vol. 2, N. 3. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1994, 7-16.

Onde estavam estas mulheres no dia do golpe, como participaram ou perceberam este evento e qual a relação entre a sua forma de inserção no processo e sua identidade social e de gênero, bem como, de que modo essas identidades se constituíram ou refletem um contexto é o que pretende narrar esta monografia de tese.

Inicialmente, ao reconhecer a fala – e sua derivada, a escrita – como modo de reprodução da consciência social, necessária para reprodução da vida em sociedade, entende-se necessário modificar o modelo como se apresentam as narrativas históricas enquanto forma de construção das identidades. Assim, assumir o desafio de estabelecer a equidade de gênero e com isso possibilitar o empoderamento¹² das mulheres, a partir de uma assimilação positiva do seu passado.

Na trajetória de pesquisa e escrita se tem valorado a temática das mulheres, sob o enfoque da teoria feminista de linha marxista. O tema também se insere nas preocupações de uma sociedade que pretende desvendar a memória de seu passado recente. Passado este, encoberto por uma política de segurança de estado, disposta a negar sua prática repressiva. Prática essa, adotada no período em que o regime de exceção era a regra e quando a tortura contra presos e presas políticas era a forma como os governos lidavam com os conflitos de classe, resultantes das desigualdades sociais, suscitados pela política econômica capitalista, modelo de estrutura dessa mesma sociedade.

Ante o exposto, considerou-se necessário que, ao se eleger teoria e método para a pesquisa, perceba-se a subjetividade inerente à escrita do pesquisador (a), como primeiro passo da crítica ao fazer historiográfico. Para tal, o marco teórico escolhido deveria possibilitar a análise no uso de fontes diversas, confrontadas umas às outras, ao longo da construção da narrativa, sendo ainda importante aceitar o princípio da contradição, da imposição de novas fontes ou ausência de fontes antes sondadas.

Ante o tema *O Golpe de 1964*, fizeram-se os cortes: sobre o objeto principal de observação do evento, as mulheres e entre elas as militantes dos partidos de esquerda; do espaço, as militantes que atuaram no Recife; do tempo, o momento que inicia o golpe, considerando-se a data historicamente reconhecida, o 1º de abril. Este marco se explica pelo entendimento de que, até o golpe, as forças motoras da resistência, apesar da situação de clandestinidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), então considerado a principal força de oposição, e das notícias veiculadas diariamente nos jornais de grande circulação

¹² Empoderamento é um neologismo usado pelos movimentos feministas para dar conta de “uma tomada de poder para si” pelas mulheres, que é basicamente o objetivo do movimento. Note-se que o poder aqui tratado é no sentido foucauldiano.

do país,¹³ não contavam com a instauração e a institucionalização do estado de exceção pelos grupos de direita. É importante salientar a preocupação das esquerdas e da população em geral em relação a um conflito de interesses econômico e ideológico presente na política do país, embora até o momento mesmo do golpe, o discurso registrado da oposição era de que os militares resguardariam as instituições democráticas do país. Em entrevista, o jornalista e, na época, militante da juventude do PCB, Marcelo Mário de Melo informa:

Aquele era um ano [entenda-se o período 1963-4] em que a esquerda deveria se preparar para um contragolpe [...] deveria estabelecer uma estratégia avançada de sensibilização das forças armadas para um discurso democrático e legalista, e também ter controle sobre explosões que pudessem provocar um sentimento nos militares para tentar [...] ganhar o conjunto das tropas para uma posição legalista de obediência as forças armadas e a constituição [...]. Isso não foi feito. A esquerda achava que o esquema militar de Jango era suficiente para segurar a barra. Se Jango tinha essa ilusão [...] mas os comunistas terem essa ilusão e confiarem nisso, não montarem esquemas alternativos, é um absurdo [...]. Isso caracteriza o célebre reformismo do Partidão. [...] Três semanas antes do golpe, no programa Pinga-fogo da TV Tupi [...], Prestes disse: ‘fique tranquilo meu amigo, homem na força, não existe clima para golpe no Brasil, as forças armadas são democráticas, as conquistas democráticas são irreversíveis’.¹⁴

Após o Golpe, esta conjuntura se modificou radicalmente, uma vez que, instalado o governo militar e decretado o estado de exceção, com leis de cassação, restrição e censura, a oposição precisou reavaliar as estratégias de ação. O resultado foi a entrada na militância de homens e mulheres que se consideravam apenas simpatizantes das ideias de esquerda nas organizações de cunho socialista e comunista. Esta tomada de posição necessária pelo acirramento da repressão política, observada na censura às ações mais elementares de participação popular, como os grêmios e associações de bairro, bem como a articulação interna nas organizações com a segurança dos seus membros fizeram surgir novos modos e espaços de atuação política. As guerrilhas urbanas e rurais não eram movimentos armados desconhecidos anteriormente ao golpe de 1964, porém o acirramento e a institucionalização da repressão, marcadamente em 1968, pós AI-5, motivaram significativamente, em médio e curto prazos, o resultado dessas mudanças, observadas na criação de grupos paramilitares, objetivamente, para atingir o estado golpista, bem como,

¹³ É exemplo a nota na primeira página, intitulada: “*PRESTES DÁ CONSELHOS A GOULART: Rio, 4 (Meridional)* – [...] *Nos círculos de esquerda, entretanto, revela-se, agora, que no sigiloso encontro, Prestes fez ver a Jango que não deve recuar um milímetro na sua marcha progressista, mas sem com isso precipitar o país em um choque armado. E frizam os mesmos círculos: Prestes deu êsse conselho porque sabe que se um movimento armado fracassar ou degenerar em uma prolongada guerra civil, com intervenção militar de tropas estrangeiras, de um lado ou de outro, como aconteceu na Espanha, os comunistas é que vão pagar o <pato>, como responsável pelo que se está tramando fora do controle do partido*” (sic). FUNDAJ. Jornal Diário de Pernambuco, 05/03/1964.

¹⁴ Entrevista: Marcelo Mario de Melo (MMM). Recife, 5-17/01/2012.

dele se defender. O que transformou a década de 1960 em mundos separados pelos graus de abrangência da política de repressão imposta pelo estado de exceção e pelo governo dos militares sobre a sociedade civil brasileira.

Uma vez estabelecido o corte espaço-temporal para observação do objeto de pesquisa e da tese, para tal, a análise das fontes e a construção da narrativa nortearam-se pela História Social das Mulheres, com ênfase nos seus aportes político e econômico, observada a contribuição da História Oral e da abordagem de Gênero, uma vez que esta abre alternativas metodológicas para o tema, seu contexto histórico e a necessária relação entre os vários sujeitos, de uma forma dialética e não excludente do feminino.

A metodologia do trabalho seguiu os modelos propostos pela pesquisa científica. Inicialmente, no primeiro capítulo, explica-se o marco teórico. Neste capítulo apresenta-se como se constrói o pensamento, a Filosofia da História, básico para entender como se pensa a história e como se procede no seu fazimento, no processo da escolha das fontes, das suas análises e da escrita da história que se concebe. Este capítulo é necessário para que se entenda que o historiador(a) compreende que sua narrativa é uma construção discursiva e é inerente à consciência histórica. Este capítulo intitulado “História e memória. Memória individual e coletiva. ‘O gênero da memória’”, tratou do conceito de História, em defesa de uma memória historiada. Com essa premissa, buscou-se trilhar o caminho das memórias individual, coletiva, social e histórica em sua constituição, a partir de estudos filosóficos da memória e da história como consciência de si e narrativa social.

Observou-se como a narrativa da memória tem sua memória de narrativas, significando que são múltiplas as partes e os aportes que compõem o ser e a memória de si. Por isso, a memória que se conta tem muitas faces e jeitos e, notadamente os caminhos da Historiografia – séculos XIX e XX – demonstram isso, conforme verificamos na história da historiografia. Nesse capítulo, acercou-se ainda, mais enfaticamente, do conceito de Gênero, uma vez que esta abordagem possibilita, nas escolhas das fontes, nas suas análises e na escrita, que se desenvolva um discurso favorável à identidade equânime do feminino e do masculino, concordando com Graciela Sapriza, para quem

Es necesario avanzar en la reconstrucción de la historia incorporando el análisis de género en los procesos de rememoración. Plantearse, por ejemplo, cuándo, como, quién y para qué se recuerda. También problematizar los supuestos de las diferentes propuestas de recuperación de la memoria a través de algunas

interrogantes sobre los contextos em los que se “produce memoria” y sobre la necesidad de que la historia se comprometa em el análisis de las subjetividades.¹⁵

É imperioso salientar como o contexto interfere na invenção de um espaço no tempo da história e como isso é percebido ao se materializar e “historicizar” a subordinação das mulheres, ou seja, como as identidades são construções históricas e como a história é responsável pela reprodução dessa “economia sexual” que se institui para reprodução da interiorização da inferioridade do feminino. Tomou-se de empréstimo o termo utilizado por Wilhelm Reich e depois encontrado nas teóricas feministas, porém utilizado de modo cambiante.¹⁶

Pensa-se “economia sexual” como um modo de lidar com a sexualidade transformada, observando-se que ela é um dos lastros na produção da subsistência e reprodução da vida, sendo a reprodução da vida a reprodução da força de trabalho e, por isso, um setor da vida tão importante para a manutenção do modo de produção vigente. Considera-se, ainda, que a história é sempre história presente, no sentido de que responde às experiências do historiador(a). Como bem aborda Joana Maria Pedro,

Temos clareza de que as narrativas que estas pessoas fizeram foram permeadas pelo contato com a entrevistadora, pelo momento da entrevista e por toda a trajetória que foi vivida. Trata-se de uma narrativa retrospectiva. As vidas que estas pessoas vivem hoje, as relações em que estão envolvidas, o trabalho que desenvolvem, o contexto político do país atualmente, as relações de força da atualidade configuram narrativas diferenciadas do passado.¹⁷

Esta são experiências vividas coletivamente, e por isso, da mesma forma o historiador(a) se envolve com um discurso próprio do contexto em que participa.

O segundo capítulo, nomeado “O Espaço no Tempo da História: Pernambuco às vésperas do golpe (política, economia e sociedade)”, serve para a análise e revisão do processo de instauração da ditadura militar e as diversas formas de Resistência. Foi escrito

¹⁵ É necessário avançar na reconstrução da história, incorporando a análise de gênero nos processos de reconstrução da memória. Questiona-se, por exemplo, quando, como, quem e por que se rememora. Também, problematizar os pressupostos das diferentes propostas de recuperação da memória através de alguns questionamentos sobre os contextos em que se “produz a memória” e sobre a necessidade de que a história se comprometa em analisar as subjetividades. SAPRIZA, Graciela. “Memoria e Memorias de Mujeres em la Relato de la Dictadura (Uruguay, 1973-1985)”. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina S. (orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010, 97 (tradução livre).

¹⁶ Ver: REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 e *A função do Orgasmo*. São Paulo: Brasiliense, 1995; RUBIN, Gaule. “O Tráfico de Mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo”, entre outras citadas ao longo deste trabalho.

¹⁷ PEDRO, Joana Maria. “Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul”. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina S. (orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010, 118.

para explicar o Golpe de 1964 como o resultado do conflito das classes hegemônicas inerente ao avanço do capital na sua fase de expansão, bem como discutir que as contradições dos diversos movimentos de resistência são explicadas pelo próprio desenvolvimento dos conflitos entre as classes, grupos e setores “interclasses”.

Ao reconstruir e revisar o processo que desencadeou o movimento golpista, avaliar se o conceito de resistência abarca as mudanças paralelas às permanências do sistema, objetivo de muitas das lutas das mulheres e propor um novo conceito que abranja as diversas formas de resistências encontradas. Este capítulo se justifica quando se observa a participação feminina nos movimentos populares e partidários como resultado do avanço das lutas no conflito de classes. Participação esta que se desloca continuamente no tempo para trás, revelando a dialética do engajamento de mulheres como exército de reserva.¹⁸

Carlos Fico observa um significativo aumento nas pesquisas sobre o período republicano no Brasil nos anos 1980, segundo ele já observada por José Roberto do Amaral Lapa.¹⁹ Expressivos estudos sobre a República, em diferentes cortes subtemáticos, têm analisado a participação popular em movimentos de recusa ao *status quo* imposto pelas classes no poder. Esses movimentos têm apresentado diversos matizes ideológicos, nem sempre confluentes, mas todos, de uma forma ou de outra, na *praxis*, encontraram-se em uma luta de classes.

Nesses conflitos, as estratégias são determinadas pelo modelo político adotado, mas, principalmente, têm refletido a conjuntura em que estavam inseridos. Notadamente, ao se analisar o período de autoritarismo militar (1964-1979), vê-se as restrições à liberdade de manifestação de pensamento foram a sua característica marcante, porém observa-se, também, que o estado de exceção tem sido a regra na forma como o estado republicano tem lidado com os conflitos instados entre as classes e entre os grupos e setores no interior dessas classes.

O autoritarismo marca um período maior que aquele considerado pela historiografia de ditadura militar, estendendo-se por quase todas as décadas 1900. Expressa-se no exercício sistemático da censura aos meios de comunicação, à produção cultural e científica, além do cerceamento de outras liberdades, tal, o impedimento de participação

¹⁸ Ver: BANDEIRA, Andréa. *As beatas de Ibiapina: do mito à narrativa histórica* (2003).

¹⁹ FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, 21. Ver: LAPA, José Roberto do Amaral. *História e Historiografia Brasil pós 64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

política de grupos de oposição, seja na forma de movimentos populares de reivindicações pontuais, seja na institucionalização de programas de questionamento ao regime estabelecido, principalmente os de cunho socialistas e comunistas.²⁰

Neste clima desfavorável ao pensamento crítico, sobretudo no que dizia respeito à interpretação da realidade política, econômica e social do país, surgiram grupos de uma oposição coesa, que se manifestaram das mais variadas formas no dia-a-dia da sociedade. Seus componentes pertenciam a setores intelectuais da Igreja e da sociedade civil.²¹ Também estavam ali presentes as mulheres que, nas suas várias instâncias de ação, desempenharam papéis, muitas vezes, sem visibilidade na história nacional. A necessária inclusão delas como participantes e construtoras da história se justifica, ainda, por observar que muitas dessas resistências tiveram origem em movimentos de bairros, muitos deles conduzidos por militantes de partidos de esquerda, mulheres provenientes da classe média, e, também, das classes populares, refletindo o avanço das mobilizações dos trabalhadores e da sociedade civil como um todo, no bojo das ideias do “bem-estar-social”, quando não em ideais socialistas e comunistas, à época.

Até o Golpe de 1964, o Brasil foi palco de muitos movimentos rurais e urbanos que emergiram nas diversas camadas sociais, influenciados pela conjuntura ou forjados nas lutas partidárias, com destaque para os grupos liderados por militantes ou simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro, nesse período colocado outra vez na clandestinidade, sendo esta uma história que se repete. As décadas anteriores ao Golpe conviveram assim com uma luta marginal tecida cotidianamente nas ruas e nos campos, sendo Pernambuco liderança dessas ações.

²⁰ Ver: ABREU E LIMA. Maria do Socorro de. *Tecendo lutas, abrindo espaços: mulheres nos movimentos sociais dos anos 50*, 2004; DREIFUSS, Rene Armand. *1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*, 2006; FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira: tomo III: O Brasil Republicano*, 2007; FERREIRA. Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, 2003, e *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, 2003; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, 2003; MORAIS, Fernando. *Olga*, 1993; RAGO, Margareth. *Entre a história e a liberdade: Luce Fabri e o anarquismo contemporâneo*, 2001; RIDENTE, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, 1993; SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. *Os Impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil*, 2010; SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do Estado de Exceção no Brasil na perspectiva do DOPS Pernambuco (1964-1985)*, 2007, e *O DOPS e o Estado Novo: os bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945)*, 1996. As obras citadas servem apenas como exemplo, mas não diminuem a importância das inúmeras não elencadas e que são referências ao tema.

²¹ DREIFUSS, Rene Armand. *1964, A conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 2006.

As ligas camponesas na zona rural pernambucana e os clubes de mulheres nos bairros da Área Metropolitana do Recife refletem a atuação do povo e o seu envolvimento na luta por mudanças na conjuntura do país. Lutas diárias desenhadas em campanhas por melhores condições de vida, de trabalho e solidariedade contra a repressão institucional. Essas lutas das mulheres deixaram vestígios em documentos produzidos por elas mesmas, pelos órgãos de repressão ou de informação. São exemplos: Carta²² de Solidariedade da União Feminina de Marupíava, Ceará, pela ação que sofreu a Associação de Mulheres de Pernambuco pela polícia do governador Barbosa Lima Sobrinho, e assinada pela presidente Diassis Queiróz. Carta essa enviada em repúdio pela ação repressiva e violenta da polícia contra o ato de coleta de assinaturas, promovido pela Associação de Mulheres de Pernambuco contra a bomba atômica.²³ Violência não restrita apenas ao impedimento do ato público, mas resultante em torturas contra as mulheres envolvidas na organização do evento, como expressa a outra Carta Denúncia²⁴ enviada pela Federação das Mulheres ao Ministro da Justiça Dr. Bias Fortes, informando que “*foram presas, tiveram os cabelos cortados a faca e ainda foram submetidas a atos imorais*”.²⁵

É possível refazerem-se os passos dessas mulheres e conhecer seus nomes e atividades, bem como acompanhar suas histórias, recompondo a história da luta e da resistência, através da soma dos documentos produzidos. Como o documento²⁶ que contém uma lista de nomes femininos e seus respectivos prontuários, das que participaram de reunião na sede da Associação das Mulheres de Pernambuco, feito pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, “*Adalgisa Cavalcanti, prontuário nº 5306; Áurea Góes, prontuário nº 10.530; Julia Santiago, prontuário nº 1811 [...] Neuza Cardim da Silveira Barros, prontuário nº 10.153*”,²⁷ entre outros, que informam inclusive “batida” nessa sede feita pela polícia pernambucana, numa demonstração da preocupação do Estado sobre esses movimentos e como eles mobilizavam a população.

Esses eram atos que, quando públicos, realizados pela Associação ou outras formas de organização popular, eram noticiados pela imprensa local, como a *Folha do Povo*. Este jornal, informou a presença de Ofélia Cavalcante, editora da revista *Momento Feminino*,

²² Datada de Fortaleza, 15/12/1950.

²³ APEJE. PRONTUÁRIO FUNCIONAL DO DOPS-PE, Fundo SSP Nº 28.717, doc nº 14.

²⁴ Datada de São Paulo, 09/11/1950.

²⁵ APEJE. PRONTUÁRIO FUNCIONAL DO DOPS-PE, Fundo SSP Nº 28.717, doc nº 14.

²⁶ Datado de Recife, 23/01/1953.

²⁷ APEJE. PRONTUÁRIO FUNCIONAL DO DOPS-PE, Fundo SSP Nº 28.728, doc nº 14.

no ato em comemoração aos 8 de Março. Relata que o evento culminou com um show de música popular, com a presença do Trio Arco-Íris.²⁸

O desbaratamento dos muitos movimentos, então instalados nas periferias urbanas, rurais e nas rodas das classes médias e intelectualizadas não amorteceram completamente essa oposição que, naquele momento, articulou-se a outros desafios, questionando não apenas o governo, mas toda a sociedade burguesa. Seguindo esses passos, podem-se observar as vidas ao longo dos anos até a emergência do Golpe e suas consequências, quando se as reencontrarão: Adalgisa Rodrigues Cavalcanti conta a perseguição do Estado aos resistentes e aos militantes de esquerda, como ela mesma foi caçada pela Justiça em processos fraudulentos,²⁹ e, depois, pelo Exército e pela Polícia do DOPS.³⁰ Também se reencontrarão Júlia Santiago da Conceição, Ofélia Cavalcanti e outras militantes que fizeram das suas histórias a História das Mulheres,³¹ a História de Pernambuco e do Brasil.

O terceiro capítulo, intitulado “De Bandeiras e Bandeirolas: Mulheres e Militantes – partidos e movimentos sociais nos anos 1960”, discute as atuações das mulheres que por diversas razões deixaram suas cidades de nascimento e militaram no Recife. Neste capítulo dá-se a conhecer os grupos políticos e os movimentos de resistência ao Golpe.

Observa-se a relação dessas mulheres com os partidos, com as ideias políticas, com a família, com a comunidade em volta e consigo mesma, porém, apenas quando isso aparece nas entrevistas, sendo para esta pesquisa medianamente basilar, uma vez que possibilita a percepção de uma construção sócio-cultural da sujeita. Ao mesmo tempo, ressalta-se que a busca pelas origens psicológicas de ações nos eventos históricos narrados por esta tese não é o princípio norteador da sua análise, concordando que a complexidade humana dialeticamente observada resulta objetivamente na história, sendo contestável qualquer alusão subjetiva sem fundamento na *praxis*.

Pretende-se ainda, neste capítulo, observar a história dessas mulheres e do Recife como um micro universo relacionado com o macro universo nacional. Ou seja, a história política, econômica e social da capital pernambucana reflete a história dos movimentos nacionais e internacionais, neste caso específico, das esquerdas. Motivo pelo qual as mulheres apresentadas nesta parte são, na sua maioria, todas oriundas de outras localidades, atuando no Recife ou de alguma forma relacionada com a cidade.

²⁸ Recife, 10/03/56.

²⁹ FUNDAJ/CEHIBRA. Entrevista: Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. Recife, 27/07/1982.

³⁰ Departamento de Ordem Pública e Social.

³¹ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

No quarto capítulo, intitulado “Mulheres e Militâncias: resistência da memória e memórias das resistências (Recife, 1964)”, narra-se a trajetória das mulheres recifenses, militantes em partidos, simpatizantes ou que de alguma forma têm memória do dia 1º de abril. Acredita-se construir uma versão do evento que coadune as diversas fontes, jornais, historiografia e, marcadamente, as vozes das mulheres sobre os acontecimentos. Espera-se dessa forma inserir suas ações nos fatos e apresentar como relevante sua participação no processo, como sujeitas da história política nacional.

A documentação utilizada para construir os capítulos, principalmente os dois últimos está no arquivo do DOPS-PE (Departamento de Ordem Pública e Social do Estado de Pernambuco), até o momento, foram trabalhados os PRONTUÁRIO FUNCIONAL DO DOPS-PE, Fundo SSP Nº 28.717, doc nº 14; PRONTUÁRIO FUNCIONAL DO DOPS-PE, Fundo SSP Nº 28.728, doc nº 14, e FOLHA DO POVO, edição de Recife, 10/03/56. Em razão do fechamento, por período indeterminado, do anexo do Arquivo Público Jordão Emereciano – APEJE, o acervo não pode ser consultado. Esses arquivos tratam de um tempo anterior ao corte deste projeto, porém se relacionam com as mulheres militantes recifenses, inclusive aquelas que continuaram nos partidos e nos movimentos de resistência até o Golpe de 1964. Esses documentos interessam por estabelecer uma linha de continuidade na militância feminina anterior ao evento em tela.

Das entrevistas existentes no Arquivo de Imagem e do Som da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, em Recife-PE, setor do Programa de História Oral – CEHIBRA (Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira), projeto de Preservação da memória dos presos políticos e anistiados da ditadura militar de 1964, serão trabalhadas as transcrições de Elzita Santos de Santa Cruz; Hélia Mendes; Helena Barros Heluy; Isolda Maria Carneiro de Melo; Maria Alba Correia da Silva; Maria do Socorro Alves de França; Maria Yuone Loureiro Ribeiro; Malde Ferreira Pinto; Mery Medeiros da Silva; Silvia Lúcia Viana Montarroyos. E do projeto História oral do movimento político militar de 1964 no Nordeste: Adalgisa Rodrigues Cavalcanti; Ângela de Araújo Barreto Campelo; Julia Santiago da Conceição; Liana Maria Lafayete A. da Silva; Maria Clara Carneiro da Cunha Mota; Maria do Carmo Barreto Campelo; Maria Luiza Barreto Campelo; Naíde Siqueira Teodósio; Yara Lúcia Brayner, e Zilda Paula Xavier Pereira. Outras entrevistas aparecem citadas nas fontes e referências, porque elas foram lidas, mesmo que não tenham sido transcritas ou usadas no texto desta tese.

As entrevistas marcadas para este projeto são: Amparo Araújo; Cremilda Maria de Oliveira de Souza; Criméia Araújo; Isaíra Pereira Cavalcante; Luzilá Gonçalves Ferreira; Marcelo Mário de Melo; Maria Betânia Ávila; Maria das Neves Santos Cardoso; Maria de Fátima Guimarães; Maria do Socorro Abreu e Lima; Maria Leônida Lopes; Rosa Maria Albuquerque Figuerêdo; Suzana Dantas; Tereza Costa Rego; Ofélia Cavalcanti; Dulce Pandolfi e Maria do Socorro Ferraz Barbosa, feito o contato e marcada a entrevista, acordou-se que a entrevistada cedeu sua entrevista feita à FUNDAJ, no período em curso e ainda não transcrita, e que por isso não constava na lista publicada por Eliane Moury Fernandes, pesquisadora dessa instituição e responsável pelo projeto de realizar a memória do período que cerca a ditadura militar, através da fala daqueles que dela participaram.

Em relação aos jornais, revistas e documentos particulares, aqueles que são do acervo da APEJE-PE: Folha do Povo (Recife-PE) e Momento Feminino (Recife-PE); dos que se encontram nos arquivos da FUNDAJ: Folha Feminina; O Aprendiz (Palmares-PE, 1949, cx 996); A Cidade (Goiana-PE, 1949, cx 120); O Contraponto (Recife, 1946-51, cx 960); Diário da Noite (Recife, 1954-56, cx 996); Diário de Pernambuco (Recife, 1964-1979, cx 2-3); Folha do Povo (Recife-PE, 1945-47, cx 198-200); Jornal Pequeno (Recife, 1940-64, cx 113, 542-645); Traço da União (Palmares-PE, 1950, cx 996); O Veneno (Goiana-PE, 1949-51, cx 120); O Vigilante (Palmares-PE, 1948-9, cx 996); A Voz de Palmares (Palmares-PE, 1948, cx 996); a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco (Recife-PE, 1945-75, cx 899-906 e 963), bem como os documentos particulares de Aníbal Fernandes, jornalista (Recife-PE, 1945-69, cx 657); Carlos Pena Filho (Recife-PE, 1951-60, cx 685); General Antônio Bandeira (Recife-PE, 1972-76, cx 881); Nelson Ferreira (Recife-PE, 1972-3, cx 957); Mauro Mota (Recife-PE, 1932-ss, cx 961); Ascenso Ferreira (Recife-PE, 1965, cx 898); Gilberto Freyre, (Correspondências, Recife-PE, 1945-73, cx 693, 694 e 697); Miguel Lira (Processo Crime, Ouricuri-PE, 1967-73, cx 755); Paulo de Figueiredo Cavalcanti (Processo Crime, Igarauçu-PE, 1965, cx 752); Waldemar de Oliveira, (Recife-PE, 1950-74, cx 914-19 e 921); Jornal Diário de Pernambuco, entre os anos de 1961 e 1964.

Ante o material elencado e a justificativa da necessidade de se fazer uma narrativa sobre o papel das mulheres nas diversas formas de resistência ao regime político e ao modelo econômico vigentes, esta tese entende que a participação das mulheres nos muitos movimentos populares, bem como nos órgãos de oposição, partidos e federações, no Recife dos primeiros anos da década de 1960, até o advento do golpe, resultou mais de um

envolvimento político. Tal envolvimento, possibilitado pela dinâmica das lutas sociais e de classe, do qual Pernambuco, e mais enfaticamente a capital, refletia, do que uma participação política ensejada pela consciência de uma luta entre os sexos e sexista em que essas mulheres tentaram se afirmar como iguais. Isso seria consciência de gênero, que apenas foi aprofundada nos anos 1970, nos movimentos de mulheres, não podendo ser transferida para o período em tecla, porque se configuraria um anacronismo.

Do mesmo modo, questionar a subserviência das mulheres não faz sentido quando se pensa sua atuação política nos diversos espaços da militância, uma vez que, apesar das discriminações sociais formalizadas e sofridas pelo feminino, essa subserviência ainda não era o mote da atuação dessas mulheres nos espaços de resistência.

Assim esta tese entende que uma narrativa que intente apresentar a participação das mulheres nos movimentos de resistência, neste corte histórico, precisa evitar pensar as mulheres como partícipes de uma luta feminista e, para tal, construir uma narrativa que apenas retrate suas ações. O entendimento da existência ou não de uma opressão de gênero será consequência da leitura das suas participações e não um entendimento anterior, pré-concebido como forma de análise, o que não cabe como hipótese.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA E MEMÓRIA. MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA. “O GÊNERO DA MEMÓRIA”

*E minha avó cantava e cosia. Cantava
canções de mar e de arvoredo, em língua antiga.
E eu sempre acreditei que havia música em seus dedos
e palavras de amor em minha roupa escritas.¹*

1.1. Em defesa de uma memória historiada

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesanato [...] é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada [...]. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele.²

Para construir o passado historiado, recorrem-se às mais diversas fontes produzidas pelo humano que, de algum modo, relaciona-se com o espaço-tempo recortado para a produção da narrativa e do objeto de avaliação historiográfica. Tais fontes são forjadas e tratadas à luz do entendimento de que um conjunto de símbolos será forjado sobre elas para tornar possível seu uso para os objetivos da história, marcar as identidades possíveis e reproduzir o corpo social passado que se quer no futuro.³ Uma série de conflitos resultará inerentes à própria prática da linguagem que só existe em forma discursiva. Forma esta que existe no limite entre o objeto e o valor que cerca e reproduz o objeto. Entende-se assim que não se produzem falas fora do discurso e que o discurso é sempre interessado, ideológico.⁴ Entende-se, também, que entre as fontes e a narrativa, a forma discursiva da memória (do passado futuro) que compõe a história, há que se relacionarem memórias, memórias de indivíduos, memórias coletivas, memórias históricas, material-dialético e historicamente construídas.

¹ Meireles, Cecília. “Desenho”. Mar absoluto. Brasil, 1945.

² BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, 205.

³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

⁴ Ver: EAGLETON, Terry. *Depois da teoria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, e *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 1997.

Para a narrativa em questão, proposta desta tese, as fontes consideradas orais são de duas qualidades: aquelas produzidas para o arquivo e aquelas produzidas – ainda por se produzir, para responder às lacunas criadas na própria fatura da narrativa. Essas falas individuais, das entrevistas, serão confrontadas e espera-se encontrar uma memória coletiva.⁵ Além dessas fontes orais, serão usadas fontes produzidas com o objetivo de serem discursos históricos, do passado tornado futuro, no qual se confrontarão as falas resultantes das entrevistas, memórias individuais, com as falas resultante do confronto entre as falas individuais, as falas coletivas, e estas falas coletivas com as falas resultantes da memória histórica já produzida.

Entende-se que as memórias, individual, coletiva e histórica, inclusive a memória oral de algum modo “transversada” de uma historicidade, se confundirão e resultarão numa narrativa, que é o texto historiográfico, porque cultura e sujeito se confundem resultando na linguagem que os relaciona; porque sujeito é sujeito de sujeitado à cultura que é uma construção do sujeito. Na narrativa ELA – o indivíduo-mulher objeto especial dessa história – existente no espaço-tempo recortado do passado – é ELAS, que são representações de cultura.

1.2. A memória

De maneira idêntica, o principiante que aprende um novo idioma, traduz sempre as palavras deste idioma para a sua língua natal; mas só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir, livremente nela.⁶

Na perspectiva da história, é necessário estabelecer fundamentos para qual pensar, uma vez que historiar é narrar a partir da uma memória selecionada em fontes. Essa seleção já em parte exige uma memória modelada. Uma estrutura de memória, então, subjaz à memória mesma e é sobre essa estrutura que trataremos nesta parte. Para tal, utilizar-se-á conceitos forjados em autores diversos, que se entende são as representações do pensamento formalizado e que redundou na elaboração do pensamento ocidental.

⁵ Ver: HALBWACHS, Maucice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004, e SARDEMBERG, Cecília M. B., “O Gênero da Memória: lembranças de operários e lembranças de operárias”. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia; MACÊDO, Márcia (orgs). *Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares*. Salvador: UFBA/NEIM (Coleções Baianas), 1998.

⁶ MARX, Karl. *O dezoito brumário e Cartas a Kugelmann*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, 21-2.

Seguir-se-á ideias fundantes sobre o entendimento do tempo e do espaço, necessários para situar a memória como imagens construídas num contexto, o espaço-tempo da memória, que é a própria memória. Memória que se materializa no discurso. Razão porque se enfrenta o debate sobre a relação entre ser e linguagem, para então compreender a memória representada no movimento da palavra-ação e discurso. Também um componente da fabricação da história.

“*Para que houvesse um início o homem foi criado*”.⁷ O Livro XII da obra *De Civitate Dei* é um texto que tenta desvendar as origens. Agostinho questiona a origem da bondade e da maldade nos anjos; depois, afirma que na origem do humano o princípio e o fim dessa criação se estabeleceram em si mesmos. O princípio que originou o humano foi seu próprio objetivo de existir. Sobre essa origem, far-se-á uma abordagem materialista-histórica-dialética, entendendo que a humanidade se criou na relação de produção e reprodução da vida, com o estabelecimento da divisão social do trabalho e na estruturação do parentesco, a relação com o outro social facilitado e complexado com o desenvolvimento da linguagem, uma vez que interessa afirmar o humano como um ser-de-linguagem, criado na fala e “re-criado” no discurso. Diverso, portando, do que pensava o Bispo de Hipona, que afirmou o princípio fundador na sabedoria de Deus, o Verbo em movimento. E, ainda, para além da proposta de Hannah Arendt, sem negá-la, que se motiva em Agostinho para explicar esse momento como o do nascimento do político, do Homo Politicus, pelo caráter de liberdade próprio da natalidade, a origem em ação, “*É da natureza do início que se comece algo novo, algo que não pode ser previsto a partir de coisa alguma que tenha ocorrido antes*”.⁸

Novamente, retornar-se-á à *Cidade de Deus*. Ao longo do Livro XII, Agostinho especula sobre o tempo e afirma que este havia antes do humano, porque Deus e sua obra angelical são para além do tempo, aclarando as palavras bíblicas “*Eu sou aquele que é*”,⁹ e o tempo não se conta antes da criação do humano, assim como é infundado falar de um mundo antes da sua concepção, que é também criação do tempo. O Bispo explica, ainda, que não há contradição na Bíblia quando nela está escrito sobre os dias da criação. No Gênesis, livro primeiro, contam-se seis dias para a criação do mundo e no sexto dia o

⁷ Tradução livre para “*Quod initium, e o modo antea nunquam fuit. Hoc ergo ut esset, creatus est homo, ante quem nullus fuit*” (E tal princípio, como ele, antes jamais existiu. Para que existisse, foi criado o homem, antes de quem não existiu nenhum). AGOSTINHO. *Cidade de Deus contra os pagãos*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Federação Agostiniana Brasileira, 1990, 88. Esta tradução aparece em inúmeros textos, ver: ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, 190.

⁸ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, 190.

⁹ Êxodo, 3:14.

humano foi criado: “*Deus disse façamos o homem [...] à imagem de Deus ele o criou, homem e mulher ele os criou [...] Houve uma tarde e uma manhã: sexto dia*”.¹⁰ Não há contradição, porque esses números de dias não são medidas do tempo, mas qualidades deste. Os números têm qualidade e natureza e, por isso, podem ser usados como adjetivos às causas e às cousas. Dizer o mundo feito em seis dias e estabelecer esse dia para a origem do humano foi/é afirmar a perfeição do mundo, e no seu ápice está o humano, completude sem subtrações: “*Não porque Deus tivesse necessidade de tempo, como se não pudesse criar ao mesmo tempo todas as coisas [...], mas porque o número seis significa a perfeição das obras. O número seis é o primeiro completo em suas partes*”.

O tempo é fundamental para o humano, precisa sua natureza finita e móvel, histórica. O humano existe num tempo e em movimento. E o tempo se estabeleceu com sua criação. Entende-se que o movimento que se estabeleceu com o tempo foi o movimento das palavras, necessárias para que se pudesse forjar o conhecimento e se cristalizar o que foi dito:

Fala desse modo à parte do homem que no homem é mais perfeita que as demais de que consta e à qual apenas Deus é superior. Porque é muito razoável pensar ou, se não for possível, pelo menos crer, que o homem, feito à imagem de Deus, está precisamente mais próximo de Deus pela parte que supera as demais partes inferiores, que tem em comum com os animais.¹¹

Antes não existia pensamento, que se faz no processo cognitivo, mas pura sabedoria, “*o Verbo quer dizer, a Sabedoria, criadora de todas as coisas*”.¹² Este é também ao tempo a natalidade da linguagem, expressão *ipsis litteris* da ação do saber ou saber em movimento, no tempo. A linguagem no tempo caracteriza o humano e apenas através dela ele reconquista o que perdeu na “Queda”, a eternidade. Por isso, o homem se narra, faz história e na história se perpetua como indivíduo, apostando na compreensão de Hannah Arendt sobre a liberdade advinda com a natalidade, e mais além como Sociedade.¹³ O que explica a história ser narrativa de sujeito, no duplo sentido de sujeito (alienado) e de portador de ação, e ser trágica: “*Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso*

¹⁰ AGOSTINHO. *Cidade de Deus contra os pagãos*. Petrópolis-RJ/São Paulo: Vozes/Federação Agostiniana Brasileira, 1990,51.

¹¹ *Idem*, 20.

¹² *Idem*, 44.

¹³ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, 17.

corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais".¹⁴

Sobre a história se pode ainda afirmar que é uma construção imagética de sentido através do conhecimento que se tem do passado das ações humanas. Para tal, utilizam-se as fontes que "resguardam e contam" esse passado. Guardam memória individual e coletiva e revelam o ato primordial de representar a si através do outro.

Através da história se forja o encontro entre passado e futuro no instante presente da narrativa, pois *"trata-se de um início que não é o início do mundo, não é o início de uma coisa, mas de alguém que é ele próprio, um iniciador"*.¹⁵ E, por isso, vivemos sob uma ilusão de ótica. Aprende-se a ver o que vemos. Para se associar, carece-se de uma referência que nos é dada pela memória. Somente se vê o que já foi visto e transformado em linguagem imagética, com o que nosso cérebro pode dialogar. No entanto, continua-se a acreditar na falácia de que há um paradoxo na fonte que se usa para guardar essa memória e fazer a história: que ela eterniza o instante, quando se sabe que ela é outro modo de construir um diálogo e uma relação com o outro, pois *"ainda que essas imagens, individualmente, nos comovam e inspirem, elas são indissociáveis do arquivo de onde provêm"*.¹⁶

Os arquivos que se usa para ler ou ver as imagens são os mesmos que se usa para ler ou ouvir o outro em tantos diálogos que fazem ser o que se é: seres de linguagem. Vive-se em meio aos discursos que "tece e urde" e não se diferem das imagens que projeta e que se projetam: *"Reconhecer por imagens, ao contrário, é ligar a imagem (vista ou evocada) de um objeto a outras imagens que formam com elas um conjunto e uma espécie de quadro, é reconhecer as ligações desse objeto com outros que podem ser também pensamentos ou sentimentos"*.¹⁷

Na produção e reprodução de si, do mundo material de que participa e do modo como representa esse mundo para conhecê-lo e "re-conhecê-lo",

existe uma lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior [...] Cada vez que percebemos, nós nos conformamos a esta lógica; ou seja, lemos os objetos segundo essas leis que a sociedade nos ensina e nos impõe. É também esta lógica, são essas leis que explicam que as nossas lembranças desenrolam em nosso pensamento a mesma sequência de associações, pois no mesmo momento em que estamos mais em contato material encontramos no

¹⁴ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, 191.

¹⁵ *Idem*, 190.

¹⁶ *Idem*, 50.

¹⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, 55.

referencial do pensamento coletivo os meios de evocar a sequência e seu encadeamento; facilmente percebemos isto quando se trata das percepções do mundo material, se essa lógica social, neste campo, não estivesse a esta altura rigorosa, fortificada que está por sua universalidade.¹⁸

Assim, a memória que se guarda e se utiliza é produto da lembrança individual e coletiva. “A lembrança corresponde a um acontecimento distante no tempo, a um momento do nosso passado”,¹⁹ que se apresenta como um *dèja vu* de uma experiência atravessada de vida pessoal e social. Esta lembrança se eterniza e se atualiza no tempo através dos vestígios, sobre o qual se possa basear um pensamento conservador da imagem do passado, o pensamento histórico. Pensamento este que depende de um tempo que é pura criação do humano, com ele se origina. O tempo da história é construído na linguagem e no discurso de que há uma memória comum e hegemônica do passado que foi fixado, transformado em realidade e em fonte.

1.3. A história, consciência de si e narrativa social

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender.²⁰

Por entender que a história é uma ação consciente de identificação de si, através da elaboração de uma escrita de si, que se faz ao mesmo tempo coletiva, mas principalmente por seu atributo de ciência, de estar ciente, adota-se lastrar o entendimento de Hayden White quando debate a consciência histórica de fazer história, na sua *Metahistória*, uma vez que se concorda com essa tese. O autor, nessa obra, apresenta o desenvolvimento das teorias que possibilitam a construção das narrativas históricas e propõe uma teoria formal que entenda a historiografia como uma estrutura verbal em forma de discurso em prosa

¹⁸ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, 61-2.

¹⁹ *Idem*, 55.

²⁰ ARENDT, Hanah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, 188.

narrativa e que esta estrutura em geral é de natureza poética.²¹ É um trabalho de análise da estrutura do pensamento, “*imaginación*”, histórico. O autor acredita faltar uma teoria formal historiográfica, não conquistada até o momento, apesar do empenho dos autores clássicos. Talvez, por causa do privilégio dado ao pensamento científico, ao qual acredita a História não pertence, “*En esa teoría considero la obra histórica como lo que más visiblemente es: una estructura verbal en forma de discurso en prosa narrativa*”.²²

Como afirmou o autor, a obra, a história é uma estrutura verbal em forma de discurso em prosa narrativa, e esta estrutura, em geral, é de natureza poética, como elemento metahistórico, ou seja, há um *modus operandi* que é próprio do fazer histórico e que se estabelece na conduta historiográfica. Além de identificar e interpretar as principais formas de consciência histórica, objetiva estabelecer os elementos poéticos da Historiografia e da Filosofia da História em qualquer época.²³ Segundo o autor, valorizou-se o componente científico da história em detrimento do seu componente artístico (poético) e afirma ser este aspecto poético intrínseco da narrativa histórica que sanciona os conceitos teóricos que lhe são inerentes, “*opino que el modo tropológico dominante y su correspondiente protocolo lingüístico forman la base irreductiblemente ‘metahistórica’ de cualquier obra histórica*”.²⁴

Assim, o que diferencia a obra de um historiador da obra de um Filósofo da História é “*la historia propiamente dicha*” e não o seu “*contenido*”. Ou seja, o que é implícito na narrativa histórica é conceituado nas filosofias da história. É possível fazer uma crítica à tese do autor, quando ele afirma que os estudiosos da linguagem mais facilmente captaram a origem poética das teorias “*supuestamente*” científicas da historiografia, porque nenhum dos historiadores ou filósofos apresentados pelo autor possuem trabalhos específicos nesta área.

Outrossim, os estudos sobre a linguagem iniciam-se com Saussure nos anos 1930 e os estudos da psicologia que poderiam remeter a este vínculo, anteriormente, tangenciaram e seguiram outros objetivos. Sobre os trabalhos que vieram a relacionar o seu impacto na produção da memória, poder-se-ia apresentar, ainda, os trabalhos de Halbwachs, A

²¹ WHITE, Hayden. *Metahistoria: la imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

²² “Em tese, considero a obra histórica como visivelmente é em primeiro plano: uma estrutura verbal em forma de discurso em prosa narrativa” (tradução livre). *Idem*, 9.

²³ *Idem*, 406.

²⁴ *Idem*, 10.

*Memória Coletiva*²⁵ – *post mortem*, e de Walter Benjamin, contemporâneos, em “O Narrador” e “Sobre o Conceito de História”,²⁶ incipientes, apesar de fundantes, mesmo que sejam conclusivos, apenas servem parcialmente ao propósito de argumentarem “cientificamente” sobre a questão, como é a expectativa do autor. O delineamento implícito de uma ideia não a efetiva no conjunto do conhecimento, porque não a revela na prática do pensamento social.

O entendimento da linguagem como um transmissor dos costumes era reconhecido, mas a dizer que a estrutura da linguagem identificasse com a estrutura do pensamento que se pensa, essa é uma proposta que parte dos estruturalistas no século XX. Pensa-se, o autor buscou longe a origem da sua tese e causou anacronismos que dificultam compreender o porquê de, até então, não existir uma teoria que possibilitasse a observação do componente fundamental do fazer historiográfico, a construção mesma da narrativa e sua relação com as ideologias dominantes, aquilo que Michel de Certeau (1975)²⁷ tratou como “*um lugar social*”, “*não dito*” na “*instituição histórica*”.

Observa-se que tal afirmação somente é possível pela maximização do papel da ideia, da intuição (um pensamento platônico) sem vínculo com o movimento e a materialidade da realidade-ação. Algo que os materialistas-históricos negam por princípio. Não se apresenta como uma contradição concordar com o autor quando ele afirma: “*el pensamiento permanece cautivo del modo lingüístico en que intenta captar la silueta de los objetos que habitan el campo de su percepción*”,²⁸ porque se é ser de linguagem. A língua é mais do que um canal de comunicação. Ela é a representação do modelo que se utiliza para pensar o pensamento. A abstração na sua forma pura, que humaniza o homem-mulher quando no movimento de se contemplar e às próprias ações. Razão porque se é “ser histórico” e se historiografa o próprio passado. A linguagem tem a função de reproduzir costumes e culturas, sendo o veículo fundamental da memória e da história.

H. White concorda com Collingwood em *A Ideia de História*,²⁹ escrito nos anos 1930, que a Filosofia da História se confunde com a própria História, uma vez que não se pode separar o modo de pensar o objeto, do próprio objeto pensado. O objeto só é pensado quando um modo de pensamento possibilita realizá-lo. Objeto e pensamento sobre o objeto

²⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

²⁶ BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

²⁷ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

²⁸ WHITE, HAYDEN. *metahistoria: la imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992, p.

²⁹ COLLINGWOOD, R. G. *A ideia de História*. Lisboa: Presença, 2001.

coexistem, expressando a materialidade da ideia. Assim, para o autor, narrativa e modelo de narrativa têm o mesmo princípio “*moral e estético*”, que entende como formações poéticas que sancionam as teorias particulares e resultam como explicação na História. E continua afirmando que qualquer explicação tem o mesmo valor moral e estético – bem como, sua escolha é uma escolha moral e estética, e não epistemológica – e não pode ser considerada mais “*realista*” que outra. E, por isso, sempre faz-se “*una elección*” entre os modelos existentes e possíveis, “*estrategias interpretativas rivales*”, quando se pretende refletir sobre uma realidade passada, “*la historia-en-general*”.

A escolha, então, é ideológica, no sentido moral e não formal – o que se considera a principal contribuição do autor, uma vez que sua apologia da história é comprometida e coincide com o pensamento de historiadores como P. Anderson, M. Bloch, K. Marx e J. C. Reis.³⁰ Finalmente, o autor acredita que uma base epistemológica para a história ainda se afirmará, causando sua injustificada cientificidade. À história, falta um método positivo. O grau de subjetividade de seu caráter moral e estético na produção e eleição dos modelos implica na ausência de objetividade e universalidade, própria das teorias.

Ao analisar o desenvolvimento da História a partir dos modelos literários, o autor sugere a história como construção de discurso e arte-narrativa. Ao observar as Estratégias de Explicação e os Modos de Articulação, afirma que no seu desenvolvimento, a história passou por Fases – que ele conceituou de *Prefigurações* e associou com os Tropos de Linguagem, que podem ser reconhecidas nas obras produzidas ao longo de dois séculos, por historiadores e filósofos da História. Conclui que a História passou por fases, e na sua última fase, acontecida na virada do século XIX e no século seguinte, foi responsável pela crise de paradigmas, “*fenoménica*”, grassada na Historiografia, “*la crisis del historicismo*”, em consequência de se fazer uma ironia inconsciente, explicada pela crítica, “*letargo teórico y rebeliones*”, sem uma exata compreensão, aos modelos existentes. Em razão de conceituar a última fase de Ironia, e entender os pensadores como irônicos, H. White levaria à compreensão de que estes teriam a capacidade de duplicar a realidade-objeto, percebendo-a como uma projeção de si e uma representação,³¹ que, contrariamente, o autor nega, logo, enseja uma rejeição parcial à sua tese.

³⁰ Ver: ANDERSON, Perry. *O fim da História*. Rio de Janeiro: Zahar; BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar; MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007; REIS, José Carlos. *História e teoria*. Rio de Janeiro: FGV; *A História entre a Filosofia e a Ciência*. Belo Horizonte: Autêntica; *Escola dos Annales*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

³¹ Ver: ARISTÓTELES, “Caracteres, Verossimilhança e Necessidade. Deus ex machina”. *Ética à Nicômaco; Poética/Aristóteles*. São Paulo: Nova Cultural, 1987; KIERKEGAARD, Soren A. *O conceito de angústia*.

Reporta-se, ainda, a essa obra de H. White, por entender sua contribuição à existência de um modelo ou de uma estrutura intrínseca a toda narrativa, desde a narrativa de memória, autobiográfica ou não, incluindo as narrativas orais geradas nas entrevistas, bem como as diversas fontes utilizadas pelo fazer historiográfico até a narrativa histórica *per si*. Bem como, partir da sua crítica à subjetividade da história para uma positividade da subjetividade das ciências, em função dos paradigmas propostos pelo pensamento feminista.³²

1.4. A narrativa da memória tem sua memória de narrativas

Em seu **Memorial** coloca seu ‘eu’ dialogando com o ‘tu’ de sua alma relutante.³³

Considera-se o sujeito histórico como sujeito de ação e sujeito. Na sua prática cotidiana, esse sujeito utiliza, concordando com os conceitos adotados por Michel de Certeau, *estratégias* e *táticas*, para se movimentar no espaço humano, construindo um tecido, “*no espaço tecnocraticamente construído, escrito e funcionalizado onde circulam, as suas trajetórias formam frases imprevisíveis, ‘trilhas’ em parte ilegíveis*”,³⁴ formando uma “bricolagem” social. *Estratégias* são as somas dos embates exteriores e resultam em demandas coletivas, e as *táticas* que são ações individuais, operadas no limite do intrincado humano e social, um espaço de fuga, de *não-lugar*, da possibilidade e da oportunidade fugaz.

Ainda assim, as *estratégias* e as *táticas* têm características de seguirem regras gerais, retomando as palavras de Hannah Arendt, “*no homem, a alteridade, que ele tem em comum com tudo o que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo o que vive, tornam-se singularidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres singulares*”.³⁵ O que leva a pensar que há um *modus* nas ações humanas adotadas.

³² Ver: RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998, 21-41, e “Feminizar é preciso: por uma cultura filógina”. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000300009&script=sci_arttext. 14p.

³³ DAVIS, Natalie Zamon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, 16.

³⁴ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, 45.

³⁵ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, 189.

Aproveitando as metáforas utilizadas por Michel de Certeau, *parchworks do cotidiano*, pode-se unir a tese de que há um *modus* nas ações humanas à existência de um *modus* interno a toda obra, inclusive à história, e esta é uma estrutura verbal em forma de discurso, em prosa narrativa. Esta estrutura em geral é de natureza poética, como elemento “metahistórico”, já notado por H. White, ou seja, há um *modus operandi* próprio do fazer histórico que se estabelece na conduta historiográfica. Completa-se atentando que esta estrutura também pode ser observada nas narrativas de memória, porque estas carregam memórias de narrativas.

Ou seja, na oralidade se constrói uma memória contada, utilizando-se um modelo apreendido; formatos de construção de memória estão na base da construção oral da memória e no caso desta tese, concorda-se que é possível perceber um *modus* de lembrar próprio da experiência das mulheres militantes, que permeia as suas narrativas de memória, dialogam com os seus passados e com os seus presentes das entrevistas. Um discurso que fala do “eu”, do “eu” que lembra das circunstâncias do “eu” e das circunstâncias do “outro”. Um diálogo que resulta do conflito e das *relutâncias*.

Natalie Zamon Davis, em *Nas Margens*, notou que, quando a autobiografia conquistou a independência, separando-se do testamento, o impulso moralizador ainda manteve sua força. Desta forma, a vida narrada era um exemplo a ser seguido. Por isso, adotavam-se – e ainda adotam-se – modelos de confissão que reportam a Agostinho, às hagiografias medievais³⁶ e se perdem na antiguidade persa da autobiografia escrita na primeira pessoa, *um pano de fundo novelístico* de caráter universal, sempre hodiernos, pois que as histórias migravam e se internacionalizavam em outras novas crônicas.³⁷ A autora observa que não se trata de uma trajetória individual, mas antes uma repetição e uma combinação de histórias e estórias que confundem relatos do povo eleito, pecados e sofrimentos no exílio: “*Cada uma dessas mulheres constitui um exemplo, com as próprias virtudes, iniciativas e falhas, e os motivos do século XVII perpassam suas vidas: melancolia, forte consciência do eu, curiosidade, esperança escatológica, a reflexão sobre a presença e as intenções divinas no universo*”.³⁸

A partir das trajetórias individuais autobiografadas por mulheres de diferentes religiosidades, porém advindas de grupos sociais parecidos, ligadas familiarmente aos

³⁶ DAVIS, N. Z. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 197-8.

³⁷ “*Tanto Esdras quanto Neemias deram um toque judeu à tradição oriental genérica – mas também especificamente persa – de escrever autobiografias na primeira pessoa*”. MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004, 33 e ss.

³⁸ DAVIS, N. Z. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, 197-8.

setores comerciais e produtivos artesanais, essas mulheres deixaram atrás de si rastros de uma uniformidade na composição das suas narrativas. Elas tinham em comum a leitura dos escritos bíblicos ou textos religiosos, bem como uma literatura produzida para e na tradição de suas comunidades, possibilitando a desconstrução dos laços do saber-poder.

Nesse ponto, a referência ao trabalho de Foucault, como apresenta Natalie Z. Davis, é pertinente, porque esclarece a produção e manutenção das teias de poder, através das construções do saber, que transversam a vida objetiva e legam um percurso, um fio ideológico. Indícios que carecem de uma compreensão como a oferecida por Carlo Ginzburg, que percebe os *sinais* deixados na trama das vidas individuais como *os fios e os rastros*, e quando puxados descobrem as *relações de forças*, os embates cotidianos que resultam em histórias.

Para seguir e apanhar as ressonâncias dessas letras e falas, vestígios largados e tão caros aos contadores, é preciso acompanhar o pensamento do historiador italiano. Ele nota o surgimento de modelo epistemológico, um paradigma, até então, segundo o autor, ignorado, porém bastante utilizado, que finda com impasse e o limite *entre o 'racionalismo' e o 'irracionalismo'*.³⁹ Para entender esse modelo e observar sua prática, o autor se reporta aos estudos de um desconhecido estudioso da arte, o russo Ivan Lermolieff, um epíteto usado pelo italiano Giovanni Morelli, que depois deu nome ao método, correntemente falado entre os historiadores da arte, o método morelliano.

Na série de artigos aparecidos entre os anos de 1874 e 1876, sobre a pintura italiana, Morelli propõe um novo método para identificar quadros antigos, que se configura em observar os detalhes da composição, o modo singular como um pintor desenha um objeto ou parte de um corpo, como pincela a tinta no quadro. Esses pequenos detalhes que o artista imprime na sua obra e que não se relacionam com a escola a qual integra, e, normalmente, são negligenciados pelos copistas, pequenos traços que individualizam a obra e o autor.

Os traços que marcam e identificam o pintor são esses detalhes das suas obras artísticas. Paralelamente, Carlo Ginzburg caracteriza o trabalho do detetive policial e criminalista (como exemplo, o famoso personagem do escritor Arthur Conan Doyle, Sherlock Holmes) e do médico, tanto do fisiologista quanto do psiquiatra (o próprio Doyle, Morelli e depois Sigmond Freud são exemplos), como atividades que dependem de seguir

³⁹ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p.

trilhas imaginárias, com uma dose de *intuição* pelos “*nossos pequenos gestos inconscientes*”.⁴⁰

Segundo Ginzburg, essa intuição, própria da semiótica médica, a busca por indícios, tem raízes nas caças – *por trás desse paradigma indiciário ou divinatório, entrevê-se o gesto mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador agachado na lama, que escruta as pistas da presa*⁴¹ –, a experiência da busca através dos sinais irrefletidamente deixados, porque sinais dos esquecimentos da memória.

No momento em que se insere no objeto caro ao historiador, as fontes, os documentos escritos ou que se relacionam com ele, como a entrevista, Ginzburg remete à escrita e, daí, às lendas de que a escrita tem origem nas pegadas dos animais. Deste ponto ao uso do paradigma em diferentes épocas, Ginzburg afirma a disposição cientificista de generalizar, o que relega o método, aqui tratado, ao tipo de conhecimento de elemento individual, e por isso desprezível, “*a tendência de apagar os traços individuais de um objeto é diretamente proporcional à distância do observador*”.⁴²

Quando as ciências humanas, tradicionalmente, separadas das ciências da natureza pelo seu método qualitativo, notarem que o rigor de suas pesquisas pode ter a flexibilidade do paradigma indiciário e estiverem dispostas a colocar em prática mais do que apenas *regras preexistentes*, os limites entre o racional e o irracional se oferecerá como espaço de trânsito entre o objeto e o imaginário que o cerca, para reapresentar a realidade.

Realidade esta que necessita de uma escritura, levando C. Ginzburg, numa outra obra, a tratar da história, da prova e da retórica. Desafia o leitor ao passeio pelo procedimento da retórica para desvendar suas características estilísticas e mostrar que os antigos faziam da retórica uma argumentação. Neste ponto, introduz no debate o critério de verdade e afirma que esses critérios são sempre morais, o que levou a afirmar que a relação entre retórica e prova é que “*a retórica se move no âmbito do provável, não no da verdade científica, e numa perspectiva delimitada, longe do etnocentrismo inocente*”.⁴³ Então, prova e escritura, para mostrar o objeto, se farão sempre de modo argumentativo, retórico, o que é uma afirmação *muito mais realista e complexa* do trabalho do historiador, do que as críticas que sofre a disciplina por ser forjada numa narrativa eivada de subjetividades.

⁴⁰ WIND, E. *Artes e anarchia*. Milão, 1972 *apud* GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 146.

⁴¹ *Idem*, 154.

⁴² GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 163.

⁴³ GINZBURG, Carlo. *Relações de força*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 41.

Segundo o autor, os críticos da história não percebem que, no procedimento de fazer história, criam-se interdições e possibilidades na organização das provas em que, na retórica resultante, aparecem “*as implicações cognitivas das escolhas narrativas*”,⁴⁴ possibilitando, através da história, perceber que “*os instrumentos que nos permitem compreender culturas diversas da nossa são os instrumentos que nos permitiram dominá-las*”.⁴⁵ Importante ainda salientar que “*as fontes não são janelas escancaradas [...], nem muros que obstruem a visão*”,⁴⁶ por isso, os dados ou a reunião destes não são história, e a narrativa que submete as fontes se origina no arranjo do material. Assim, “*a análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo*”⁴⁷ e o conhecimento histórico é possível.

A afirmação da história como um conhecimento possível exige ainda analisar a relação entre realidade e ficção. Carlo Ginzburg escolheu trilhar nesse entrelaçamento, “*que é a trama do nosso estar no mundo*”,⁴⁸ e mostrar que há uma tradição que obriga o historiador à verdade clara, vívida (*enargeia*), sem intenção de agradar ao cumprir seu papel de retrato do passado. E continua: essa tradição, como a palavra que a representava, sofreu transformação e “*a definição de **enargeia** como acumulação de detalhes joga uma luz inesperada sobre o orgulho, recorrente entre os historiadores gregos, de terem registrado todos os acontecimentos, ou pelo menos todos os acontecimentos relevantes*”.⁴⁹ Dessa tradição historiográfica a modernidade partilhou o zelo pela descrição da verdade, porém a fonte em que se fundamentava, a evidência, transfere-se para os documentos.

A crítica pós-moderna reagiu ao conceito de verdade, relativizando a capacidade de representação fiel da realidade e questionou as condições, no processo de confecção da história, de se alcançar o relato-verdade. Este debate, também, redundou em uma crítica das fontes, bem como, numa proposta de aproximar história e literatura. Os mais radicais, inclusive, chegaram a afirmar a história como uma narrativa com a mesma estrutura poética da narrativa arte-literária.⁵⁰ Importa, para este momento, que a desconfiança instalada sobre a possibilidade de se narrar o passado redundou positiva, uma vez que

⁴⁴ *Idem*, 44.

⁴⁵ *Idem*, 44.

⁴⁶ *Idem*, 44.

⁴⁷ *Idem*, 44.

⁴⁸ GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 14.

⁴⁹ GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 21.

⁵⁰ Reportamo-nos ao autor e obra já citado, WHITE, HAYDEN. *Metahistoria: la imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

equiparou as ciências naturais e humanas, como modelos socialmente aceitos. Como bem observa Natalie Zamon Davis,

As histórias conquistam um espaço especial com seu ‘era uma vez’. Constituem um instrumento econômico para ressaltar um tópico, desferir um ataque. ‘tirar proveito de uma situação (...) abordando-a inesperadamente’. O contador de histórias pode interferir na maneira como os outros recordam o passado e pode mudá-lo, acrescentando um detalhe inesperado a uma narrativa conhecida. Tudo depende de sua habilidade, da forma como extrai as histórias do ‘tesouro coletivo de lendas ou da conversação do dia-a-dia’ e as apresenta.⁵¹

Disto compreende-se que todo e qualquer paradigma resulta de acordos entre aqueles que se propõem a fazê-lo, bem como do valor e alcance dos seus produtos.

1.5. A memória que se conta tem muitas faces e jeitos

[As margens onde viveram as mulheres] “era uma região limítrofe entre depósitos culturais que permitiam novos cultivos e híbridos surpreendentes”.⁵²

Concorda-se que há uma estrutura da memória, e que esta estrutura é temática na escrita autobiográfica, como bem analisou Natalie Z. Davis, na obra citada. Questiona-se e se afirma que dessa forma é possível pensar uma estrutura temática intrínseca à memória oral que se opera, também na entrevista, forjada na própria estrutura da memória, no contexto, na operação historiográfica. Notas que se tenta, ao longo do texto, detalhar e compreender.

Resta analisar como essa estrutura da memória oral se apresenta, e se se apresenta como tal, de forma diversa, ou no mínimo híbrida, quando interferem as diferenças relacionadas ao sexo, uma vez que o objeto desta pesquisa são as mulheres, nas suas relações sociais com os homens e outras mulheres. Ao utilizar como arsenal teórico e fundamento epistemológico a abordagem de gênero, “transversando” o modelo e o método da História Social, adota-se o entendimento de as mulheres e os homens, pelas suas construções sociais e de sexo-gênero, arranjam recursos culturais diversos e deles dispõem quando se representam, e se apresentam ao outro, e estão no mundo.

⁵¹ DAVIS, N. Z. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 16-7.

⁵² *Idem*, 196

Sobre essa temática, Cecília Sardemberg desenvolveu um trabalho em que analisa e narra as memórias das experiências de antigos operários e operárias da Fábrica São Brás, da indústria têxtil, fundada em 1875 e situada em Plataforma, subúrbio de Salvador. Essa fábrica funcionou por mais de um século, operando sob o sistema “fábrica-vil’operária”, sob a égide do “*paternalismo industrial*”. Nessa pesquisa, além dos antigos trabalhadores e trabalhadoras da fábrica, produziram depoimentos diversos moradores e moradoras da vila operária que, de alguma forma, relacionaram-se ou participaram direta ou indiretamente da vida e das atividades envolvidas no conjunto São Brás. A autora, então, pode observar que diferentes gerações guardavam diferentes memórias e que esta memória era repassada, porém antes “transversada” por diferenças que se relacionavam com os modelos próprios para a construção de uma identidade sexo-social para cada sexo-gênero. Havia e há uma memória recortada por relações que se firmam e se afirmam entre os sexos, *o gênero da memória*. Por isso, afirma:

essa memória não se revela uníssona e sim polifônica. Ela se mostra diferente, e no particular, recortada em termos de gênero, refletindo a experiência [...] distinta de homens e mulheres [...]. Assim, enquanto os homens guardam uma memória ‘heroica’ dessas lutas, a memória social das mulheres nesse tocante, revela-se fragmentada, contraditória e, não raro, negativa ou mesmo ‘anti-heroica’.⁵³

Pensar as experiências de homens e mulheres construídas historicamente e refletindo realidades diversas, observando particularidades que são também generalidades, ou memórias coletivas díspares, exige novos parâmetros ou novos paradigmas. Para explicar como se urdiram esses novos conceitos, faz-se necessário caminhar um pouco pela proposta da abordagem de Gênero e o seu conceito.

Nessa abordagem, o Gênero é o resultado das formulações pós-modernas que reconhecem o sujeito – abrangente, mas não mais universal, no sentido moderno de universal – como resultado da soma das suas muitas participações nas diversas relações constituídas socialmente. Observa, ainda, que a realidade dessas relações é compreendida à luz do discurso. Um discurso arbitrário, porém, que não é metafísico, pois foi gerado no espaço-tempo da matéria, pelo *Ser-no-mundo*. E, em sendo o discurso uma compreensão arbitrária que depende dos vários interesses encadeados dialeticamente – as muitas relações das quais esse sujeito e/ou sujeita participa – é o resultado interessado dessas

⁵³ SARDEMBERG, Cecília M. B., “O Gênero da Memória: lembranças de operários e lembranças de operárias”. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia; MACÊDO, Márcia (orgs.). *Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares*. Salvador: UFBA/NEIM (Coleções Baianas), 1998, 147-164, 149.

relações. Cria imagens próprias para reproduzir não apenas as cadeias de relações, mas, também, o próprio discurso.

Joan Scott, reunindo teses clássicas da economia, da política, da psicologia, da filosofia, da antropologia social, do pensamento moderno e contemporâneo, alicerçada na compreensão de que o humano se constitui de forma complexa e transita aleatoriamente em realidades contraditórias, sendo ele mesmo o resultado dialético dessas diversas realidades, conclui e conceitua o *Gênero*. Esse conceito nota as diferenças entre os sexos como a primeira desigualdade entre os humanos e a primeira instituição de poder.⁵⁴

Importa ainda observar que a história social transversada pela abordagem de Gênero contribui para uma análise mais abrangente do ser, uma vez que nota o intrincado humano na sua totalidade antropológica e social. O Gênero percebe que a objetiva economia política que lastra o modo como o humano se estabelece no mundo e se relaciona com o outro humano, produzindo-se e reproduzindo o outro, é penetrada e dialeticamente transformada em discurso, e a primeira relação subjetivada é o câmbio do sexo em sexualidade. No cotidiano, o humano experimenta uma realidade sempre representada, que é sempre refratária à experiência dada.

Para entender como esta abordagem resultou do processo de deslocamento de um modelo teórico fundamentado “[n]uma lógica coletiva, regida pela tradição [que] deixa de se sobrepor ao indivíduo, que se torna ‘moderno’ justamente quando postula uma identidade singular para si no interior do todo social, afirmando-se como valor distinto e constitutivo desse mesmo todo”⁵⁵, tornando-se o conceito de Gênero um novo paradigma, faça-se um passeio pelo trajeto do pensamento ocidental nos dois últimos séculos, naquilo que interessa particularmente à História.

1.5.1. Os caminhos da Historiografia – séculos XIX e XX

Os instrumentos que nos permitem compreender culturas diversas da nossa são os instrumentos que nos permitem dominá-las.⁵⁶

⁵⁴ O conceito de Gênero será discutido em um próximo subcapítulo. Ver: SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Recife: SOS Corpo, 1991, 7.

⁵⁵ GOMES, Ângela de C. (org.). *Escrita de si, Escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, 11-2.

⁵⁶ GINZBURG, Carlo. *Relações de força*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 43.

A Escola dos Annales e a História Nova sedimentaram um novo fazer historiográfico, permitindo a emergência de novos sujeitos na narrativa dos fatos. Isso abriu um campo ímpar para os estudos feministas, uma vez que se formou um espaço no corpo temático, de interesse para a Academia, voltado para o papel social das mulheres.

A História Social, um dos campos fecundos da História Fragmentada, foi o primeiro passo para o desenvolvimento de uma experiência feminina, que no processo “evoluiu” para a História das Mulheres, o que possibilitou a expansão dos limites da História, o que fez emergir a preocupação com as “minorias”. Para tanto, a morte do conceito de sujeito universal diminuiu as diferenças entre “os excluídos da história”⁵⁷ e ampliou o leque de possibilidades do Ser, permitindo a igualdade de existência e expressão entre o homem e a mulher, entre os homens e entre as mulheres, e marcou a inserção da abordagem de Gênero como epistemologia e metodologia para as ciências sociais.

Para compreender esta mudança é preciso recuar no tempo, para uma época em que a diferença⁵⁸ não era posta em questão pelo “movimento feminista”⁵⁹ e a luta pela “emancipação” das mulheres era apenas uma tentativa de inseri-las no mundo dos homens, o paraíso terrestre onde residia a “liberdade”.

No século XIX, e inseridas no pensamento moderno, tem-se as formulações de Karl Marx, Friedrich Engels, Flora Tristan, o russo Alexandre Herzen e August Bebel, entre outros, que contribuíram para essa mudança, ao expressarem a necessidade de uma revolução econômica e política na base da sociedade, desmoronando o sistema de dominação, como forma de conquistar a igualdade entre os homens.⁶⁰ Nas suas análises e teorizações buscaram a origem das desigualdades entre os homens e as mulheres na história das desigualdades sociais entre os humanos.⁶¹ Com esses pensadores e pensadoras,

⁵⁷ Ver: PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; REIS, José Carlos. *Escola dos Annales*. São Paulo: Paz e Terra, 2000; YANNOULAS, Sílvia Cristina. “Iguais mas não Idênticos”. *Estudos Feministas*.

⁵⁸ Aqui, utiliza-se o conceito de diferença usado por Sílvia C. Yannoulas, que considera que o direito a igualdade, dado entre os iguais, estabelece o direito às diferenças. Ver: YANNOULAS, Sílvia Cristina. “Iguais mas não Idênticos”. *Estudos feministas*, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1994, 7-16.

⁵⁹ Considerando, como fez Ana de Miguel, no seu texto “Feminismos” que toda forma de reivindicação de igualdade de direito, mesmo aquelas que se resumiam aos escritos de mulheres nobremente educadas, são lutas feministas e devem ser consideradas na História do Movimento Feminista. Ver: MIGUEL, Ana de. “Feminismos”. In: AMORÓS, Celia (coord.). *10 Palabras clave sobre la mujer*. Pamplona: EDV, 1995, 217-235.

⁶⁰ Esses autores foram citados pelas teóricas feministas que buscaram na proposta de igualdade entre os homens a ampliação para a igualdade entre os sexos.

⁶¹ É possível continuar apontando nomes de militantes feministas ou socialistas que lutaram ou de alguma forma se expressaram contra a dominação masculina sobre o feminino entre os séculos XIX e início do XX, tais como: Pauline Roland, Jeanne Deroine, Eugenie Niboyet, Vissarion Bielinsk, Nikolai Tchernychevski, Clara Zétkin, Vladímir Ilitch Lênin, Alexandra Kollontai. Além da obra citada de Zuleika Alambert, sobre a

militantes, começaram a surgir na história espaços para grupos sociais, antes esquecidos ou desconsiderados como sujeitos de ação: nasciam, a partir de então, outros discursos.

Para entender o desenvolvimento do discurso pluralista, é necessário revisar as filosofias ocidentais desde René Descartes, passando por Kant e Hegel até Heidegger e os estruturalistas, considerando Michel Foucault no que ele contribuiu para o avanço das filosofias do século XX.

A obra do filósofo e naturalista europeu René Descartes, *O Discurso do Método*,⁶² escrita na primeira metade do século XVII, apresenta as regras de uma nova moral, uma apologia e um elogio que valorizam o indivíduo.⁶³ Contemporânea da filosofia escolástica, essa nova proposta filosófica rompeu com o dogma do conhecimento como sinônimo da Revelação; desacreditou os nominalistas e universalistas que julgavam o conhecimento a partir da especulação, resultando o homem/mulher um sujeito universal e histórico, que escapou ao seu destino inexorável.

Ao reproduzir, porém, as ideias platônicas de uma existência em essência e *a priori*, o homem/mulher ainda aparece como uma parte de Deus – Aquele que é⁶⁴ e independe dos sentidos. Por isso, “*Penso, logo existo*”,⁶⁵ e com esta frase, René Descartes mantém a dicotomia corpo/alma marcando a potencialidade da razão. Assim, toda a filosofia ainda se apoia no dogma da existência de Deus, do qual emanam toda essência das coisas. Mais um século ocidental foi necessário para amadurecer novas ideias.

Kant e Hegel não despertaram para a inexistência de um *a priori* metafísico, mas, ao “des-inocentarem” o humano, no conjunto das suas realizações, sem o saber, estavam possibilitando a morte de Deus, que não sucumbe ao materialismo de Karl Marx, mas ao nihilismo ativo ou positivo de Nietzsche.⁶⁶

História do Movimento Feminista utilizaram-se os textos: GOMÁRIZ, Enrique, “Los Estudios de Género y sus Fuentes Epistemológicas: Periodización y Perspectivas”. *Fin de Siglo – Género y Cambio Civilizatorio*. Ediciones de las Mujeres, n. 17. Santiago, Chile: Isis Internacional, dez1992, 83-110; MIGUEL, Ana de. “Feminismos”. In: AMORÓS, Celia (coord.). 10 Palabras Clave sobre la Mujer. Pamplona: EDV, 1995, 217-235.

⁶² DESCARTES, René. *O discurso do método*. São Paulo: EDIPRO, 1996, 29-43.

⁶³ “*aprendi a não crer demasiado firmemente em nada do que me fora inculcado só pelo exemplo e pelo costume. [...] Nunca o meu intento foi além de procurar reformar meus próprios pensamentos, e construir num terreno que é todo meu*” (sic). *Idem*, 47-51.

⁶⁴ Êxodo: 3,14: “Disse Deus a Moisés: ‘Eu sou aquele que é’”.

⁶⁵ DESCARTES, René. *O discurso do método*. São Paulo: EDIPRO, 1996, 38.

⁶⁶ Ver: HEGEL, F. *A razão na história*. Lisboa: Edições 70, 1995; KANT, Immanuel. *Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004; MARX, Karl. *Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847)*. São Paulo: Centauro, 2001, e *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007; Nietzsche, F. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Cia das Letras, 1992; *Assim falou Zarathustra; Genealogia da moral*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, e “Consideração Intempestiva”. *Escritos sobre História*. São Paulo: Loyola, 2005.

Heidegger inaugura o século XX com sua filosofia protestante, na qual a vivência de Deus não responde às arbitrariedades humanas. Existir não é mais do que ser pensado, na convicção de que os fenômenos sociais não se explicam objetivamente, porque não se reduzem à realidade percebida pelos sentidos, e carecem da intervenção/percepção humana. Com esse filósofo a teoria do Ser é revisada: O Ser é aquilo que faz com que o mundo seja.⁶⁷

Os Estruturalistas, seguintes a Heidegger, expressam a impossibilidade do homem/mulher existir anteriormente à linguagem, à consciência de si (*Ser-por-aí*) e na relação com o outro (*Ser-no-mundo*). O que explica que somente “é” o que é pensado/representado pelo homem/mulher, e o que foi dotado de essência pela consciência humana, sendo indiferente à existência ontológica ou ôntica, o *a priori*.

Michel Foucault – adotando a interdisciplinaridade, já considerada pelos estruturalistas, e que ele entendeu necessária para compreender o intrincado humano – percebeu as teias de relações do *Ser-no-mundo* como formação de complexos de poderes, e os discursos como representações e reproduções dessas relações.⁶⁸

O discurso, como aspecto das relações de poder, trouxe à baila a necessidade de superar a estrutura de dominação, que afeta a relação entre os sexos, atuando no campo do político e notando que a luta contra as formas de opressão não carece do mito do sujeito.⁶⁹ A esse mito do sujeito se insurgiu Hannah Arendt,⁷⁰ para quem o espaço do público constitui-se do lugar privilegiado, em que cada homem/mulher apresenta-se ao outro sem perder sua identidade (anonimato coletivo), como sujeitos iguais em direito. Em contrapartida, o espaço do privado é o lugar de excelência da necessidade, da produção e da reprodução da vida, onde impera a lei da desigualdade universal – do sujeito não libertado pelo direito, diferente dos iguais.

Ainda, segundo a autora, a esfera do público denota dois fenômenos correlacionados, mas distintos: a aparência, que constitui a realidade – “*aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos*”⁷¹ –, e o mundo – “*comum a todos nós e diferente*

⁶⁷ Ver: HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001; PENHA, João da. *O que é Existencialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988, 36.

⁶⁸ Ver: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; *As Palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

⁶⁹ YANNOULAS, Sílvia Cristina. “Iguais mas não Idênticos”. *Estudos feministas*. v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UF RJ, 1994, 7-16, 11.

⁷⁰ Ver: ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000; YANNOULAS, Sílvia Cristina. “Iguais mas não Idênticos”. *Estudos feministas*.

⁷¹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, 59.

do lugar que nos cabe dentro dele".⁷² Esses dois fenômenos explicam porque a individualidade é mantida nessa esfera sem dividi-la, o que a caracteriza pelo estado de coletividade. A esfera pública, *"enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos um com os outros"* (sic)⁷³ – porque no mundo do público um objeto de interesse une os seres que dele participam.

Objeto de interesse que o mundo do privado não possui, do qual está destituído, porque a acepção de humano só se realiza no mundo do público, com o outro real, igualmente livre. Na ausência do outro, o ser não se realiza, como se não existisse: *"o que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros"*.⁷⁴

Hannah Arendt conclui, em sua análise, que as duas esferas (pública e privada) opõem-se à forma moderna de sociedade (Estado-Nação), onde impera a igualdade entre os idênticos, e que tais esferas (do privado e do público) confundem-se, resultando que o sujeito da necessidade perde o seu lugar. Assim, a filósofa alemã introduz o conceito de pluralidade, resultado da sua análise sobre a dicotomia do "espaço civilizado" humano, que é uma crítica ao sujeito anônimo moderno e à igualdade produtora da falta de identidade da sociedade contemporânea do século XX.⁷⁵

A leitura que Silvia C. Yannoulas faz de Hannah Arendt conclui que esta autora *"reúne os conceitos antagônicos de igualdade e diferença na constituição de uma categoria que não só respeita as diferenças mas também delas necessita"* (sic),⁷⁶ e utiliza o pensamento arendtiano na conformação do discurso pluralista, entendendo que, desta forma, ampliam-se as possibilidades de visibilidade do sujeito de ação em respeito ao sujeito de direito.

Sem perder de vista a relação do Ser com o mundo (*Ser-no-mundo*) e a dimensão do indivíduo (*Ser-aí*), Silvia C. Yannoulas e Gaule Rubin⁷⁷ contemplam o conflito trágico que permanece no particular do público e do privado, na dicotomia sujeito/indivíduo no Ser. E, para contornar a problemática do político que se estabelece na divisão do Ser (ôntico/ontológico) ante o discurso (ação verbal), as autoras adotam o pensamento

⁷² *Idem*, 62.

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ *Idem*, 68.

⁷⁵ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

⁷⁶ YANNOULAS, Sílvia Cristina. "Iguais mas não Idênticos". *Estudos feministas*, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1994, 7-16, 12.

⁷⁷ RUBIN, Gaule. "O Tráfico de Mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo". Recife: SOS Corpo, 1993 ("The traffic of Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex", New York, 1975), 32p.

arendtiano, que introduz a distinção entre a “*posição do sujeito de direito e a posição ontológica do sujeito*”.⁷⁸

A percepção, daí resultante, da dicotomia no Ser, impõe ultrapassar os discursos racionalistas e “essencialistas”,⁷⁹ que tendem a homogeneizar os sujeitos históricos e nutrem com diferenças as desigualdades de direito. Em contrapartida, a proposta do discurso pluralista pretende resgatar a heterogeneidade do indivíduo e a equidade de direitos do sujeito, buscando no mundo do privado e no mundo do público, que a modernidade uniu e subtraiu, o que historicamente eles têm a oferecer, não mais como pares antagônicos (sujeito da igualdade/sujeito da diferença), mas como pares complementares (direito à igualdade/direito à diferença). O discurso pluralista na abordagem de Gênero contribui para uma revisão na epistemologia histórica, uma vez que adota a interdisciplinaridade para abarcar a complexidade do objeto humano.

As ciências humanas têm como objeto específico o estudo das representações do homem/mulher, utilizando para isso a sua positividade ou análise da sua forma empírica e estão fundamentadas na historicidade do homem/mulher, na sua existência que é pensamento de ação e ação de pensamento.⁸⁰ Essas ciências ainda não estão acabadas⁸¹ e necessitam elaborar um conjunto de conceitos científicos e métodos positivos para se configurarem. Para isso, devem-se balizar pelas três faces do conhecimento (do encadeamento dedutivo e linear, das relações entre elementos descontínuos, mas análogos e da reflexão ontológica), possibilitando também as suas transcendências. Ao ultrapassarem a análise objetiva, valorizar a capacidade de representação própria do humano, que se justifica pelo alcance da linguagem.

Segundo Michel Foucault, a história não tem lugar nas ciências do homem/mulher, pois seu objeto (o homem/mulher) não possui a dimensão do universal. Nesse sentido, o discurso pluralista é uma crítica às teses foucauldianas com relação à História, uma vez

⁷⁸ Ver: ARENDT, Hannah. *A condição humana*; RUBIN, Gaule. “O Tráfico de Mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo”. Recife: SOS Corpo, 1993 (“The traffic of Women: Notes on the ‘Political Economy’ of Sex”, New York, 1975), 8; YANNOULAS, Sílvia Cristina. “Iguais mas não Idênticos”. *Estudos feministas*.

⁷⁹ Os discursos racionalistas e essencialistas são tipos interpretativos extremos. O primeiro, cientificista, valoriza as questões sociais e considera teoricamente possível eliminar as diferenças sexuais derivadas da socialização, uma vez colocado um fim na dominação patriarcal; O segundo valoriza as diferenças naturais, não podendo a sexualidade ser resolvida teoricamente.

⁸⁰ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, *passim*.

⁸¹ Ver: FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*; GOMÁRIZ, Enrique, “Los Estudios de Género y sus Fuentes Epistemológicas: Periodización y Perspectivas”. *Fin de siglo – género y cambio civilizatorio*. Ediciones de las mujeres, n. 17. Santiago, Chile: Isis Internacional, dez/1992, 83-110.

que reforça a sua positividade, porquanto ela trabalha com sujeitos universais nos limites impostos pela categoria espaço-tempo.

Antes e, no entanto, Enrique Gomariz e Teresita de Barbieri⁸² abraçam a necessidade de unir as ciências sociais e do humano, inclusive a História, para uma maior abrangência do objeto humano. Enrique Gomariz, citando Teresita de Barbieri, afirma, ainda, que colocar à parte as questões de gênero (análise relacional dos sexos), esmigalhando as ciências da sociedade, é uma forma de criar espaços restritos e descomprometidos com a perturbadora questão dos excluídos, principalmente as mulheres: “*es imposible constituir una teoría digna de tal nombre sin integrar el estudio sobre el otro género y, sobre todo, sin profundizar en el género como concepto relacional (entre ambos sexos/géneros)*”.⁸³

A teoria de que falam os autores acima, Enrique Gomariz e Teresita de Barbieri, surge a partir dos anos 1980 e abrange as igualdades e as diferenças decorrentes da pluralidade dos sujeitos históricos, possibilitando ao movimento e às teorias feministas abarcarem todas as diferentes formas, nos mais diversos contextos e histórias, de ser humano e de ser mulher. Trata-se, portanto, da abordagem de Gênero.

1.5.2. O conceito de Gênero

Este propósito [o uso do conceito de Gênero] implica em pôr de lado quase tudo o que existe como dado na historiografia atual, que em geral reflete o projeto social das elites dominantes... projeto [este que] dificilmente coincide com a vivência concreta de indivíduos, principalmente quando se trata de mulheres, mesmo que de elite pois, enquanto projeto, aparece necessariamente impregnado por toda uma ideologia normativa e institucionalizada (sic).⁸⁴

⁸² BARBIERI, Teresita de. “Sobre la categoría género: una introducción teórico-metodológica”. *Fin de siglo – género y cambio civilizatorio*. Ediciones de las mujeres, n. 17. Santiago, Chile: Isis Internacional, dez/1992, 111-128.

⁸³ É impossível constituir uma teoria digna de tal nome sem considerar o outro gênero e, sobretudo sem aprofundar no gênero como conceito relacional (entre ambos os sexo/gênero). Tradução livre. GOMÁRIZ, Enrique, “Los Estudios de Género y sus Fuentes Epistemológicas: Periodización y Perspectivas”. *Fin de siglo – género y cambio civilizatorio*. Ediciones de las mujeres, n. 17. Santiago, Chile: Isis Internacional, dez/1992, 83-110, 110.

⁸⁴ DIAS, Maria Odila L.S. “Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992, 39-53, 49.

O Gênero, conforme a definição de Joan Scott “*é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder*”.⁸⁵ Esse conceito de Gênero é o resultado das formulações pós-modernas que reconhecem o sujeito – abrangente, mas não mais universal, no sentido moderno de universal – como resultado da soma das suas muitas participações nas diversas relações constituídas socialmente.

Observa, ainda, que a realidade dessas relações é compreendida à luz do discurso. Um discurso que mesmo arbitrário não é metafísico, pois foi gerado no espaço-tempo da matéria, pelo Ser-no-mundo. Em sendo o discurso uma compreensão arbitrária que depende dos vários interesses encadeados dialeticamente – as muitas relações das quais esse sujeito participa – é o resultado interessado dessas relações. Assim, cria imagens próprias para reproduzir não apenas as cadeias de relações, mas também o próprio discurso.

O Gênero, na sua formulação, apoiando-se na dialética marxista, percebe que a relação do homem com a mulher é a relação mais natural do homem com o outro homem e da mulher com a outra mulher, ou seja, as relações que se compunham no mundo do privado se transferem para o mundo do público – e, também, o inverso –, concordando com H. Arendt que o público e o privado são espaços políticos integrados, separados apenas nos discursos que reproduzem uma hierarquia de valores, social e ideologicamente afirmada. Essa hierarquia de poderes nasce dessas relações, transformando-se em objeto do desejo e, conseqüentemente, em propriedades e desejos de propriedade. A partir dessa compreensão, o conceito de gênero afirma que a análise resultante da tentativa de entender as relações humanas, na história, é a tentativa de reconhecer que relações de poder se formaram ao longo dessa história. Relações de poder que se reproduzem até se naturalizarem no discurso e na ação, na ação-discurso e no discurso-ação.⁸⁶

O conceito de gênero possibilita, assim, extrair da aparência da realidade dados que apontem essas várias relações integrantes da vida social de homens e de mulheres, numa ação-reação dialética. Dessa forma, transparecem essas várias relações, que se produzem e se reproduzem, dissimuladas no discurso. Isto porque no discurso, os símbolos, imagens produzidas pela cultura, fixadas pelas normas sociais, “perenizadas” até as suas reproduções, são naturalizados e se transformam nos espelhos com os quais se moldam as

⁸⁵ SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Recife: SOS CORPO, 1991, 14.

⁸⁶ Ver: ARISTÓTELES, “Caracteres, Verossimilhança e Necessidade. Deus ex machina”. *Ética à Nicômaco; Poética/ Aristóteles*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

identidades subjetivas. Assim, esse conceito explicita os modelos estabelecidos, suas permanências e suas mudanças. Como expõe Joan Scott:

Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica [em] quatro elementos relacionados entre si: primeiro – símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas [...] Segundo – conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. [...] Terceiro] O objetivo [...] é explodir a noção de fixidade, [...] a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros. [...] O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva (*sic*).⁸⁷

A partir da compreensão do conceito de Gênero, observa-se que a economia política do sexo faz parte de sistemas sociais totais, sempre costurados em arranjos econômicos e políticos, consequentemente à interdependência da sexualidade, da economia e da política, sem subestimar a total significação de cada uma na sociedade humana. Uma análise retrospectiva das várias correntes de pensamento está no cerne da construção da abordagem de Gênero. Desde as teorias marxistas,⁸⁸ passando pelos estudos estruturais do parentesco de Lévi-Strauss,⁸⁹ a contribuição de Michel Foucault das teias de poder,⁹⁰ a teoria da linguagem de Jacques Lacan e a definição de desconstrução de Jacques Derrida.⁹¹ O conceito proposto por este pensador é importante por desprender as oposições binárias do lugar da realidade própria das coisas. A interdisciplinaridade proposta pelo conceito de Gênero, formulado por Joan Scott, utiliza teorias estabelecidas que dão conta dos quatro principais domínios da estrutura social e, segundo a autora, respondem pelos “*elementos*” propostos por ela.

A teoria pensada por Karl Marx e Friedrich Engels, a partir do materialismo histórico, favorece a compreensão de que as relações que se formam entre os sexos são relações materiais, de interesses econômicos resultantes de ações políticas:

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a

⁸⁷ SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Recife: SOS CORPO, 1991, 14-5.

⁸⁸ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1989; *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

⁸⁹ LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 2008.

⁹⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁹¹ Sobre as contribuições dos estudos de Lacan e Derrida, ver: RUBIN, Gaule. “O Tráfico de Mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo”. Recife: SOS Corpo, 1993 (“The traffic of Women: Notes on the ‘Political Economy’ of Sex”, New York, 1975); SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Recife: SOS Corpo, 1991; KALIMEROS. *A mulher: na psicanálise e na arte*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1995.

estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.⁹²

Segundo essa teoria materialista da História, no processo de transformação da sociedade ocorrida sempre que o modo de produção, modo de subsistência dessa sociedade, conflita com as estruturas sociais vigentes, as relações políticas, de saberes, de parentesco reagem dialeticamente e se modificam.⁹³ A sociedade, assim, é fruto da ação recíproca do homem/mulher em contato com a sua realidade material e da aquisição das atividades das gerações anteriores, fundadas nas mesmas bases. “*Essas relações materiais não são mais do que as formas necessárias nas quais se realiza a sua atividade material e individual*”.⁹⁴

A crítica a essa teoria que, como afirma Karl Marx, não é uma ideia originalmente sua, é a contribuição de Lênin à tese do materialismo histórico, conquistada no desenvolvimento dos conceitos filosóficos, econômicos e políticos à sua época, feito por aquele cientista político, e tem a sua aplicabilidade para o conhecimento dos fenômenos sociais, pois subtrai alguns problemas de valor epistemológico e metodológico das teorias de História anteriores.

Um desses problemas era a distância entre os vários sujeitos históricos, o que marginalizava as ações das populações (das *massas*) – uma crítica à História Positiva que superdimensiona o papel das elites, negando o processo na construção da História e a carência investigativa das origens das relações sociais, pois não consideram o desenvolvimento produtivo material das sociedades. Segundo Lênin, a historiografia anterior a Karl Marx apenas coletava e acumulava, “*no melhor dos casos, fatos em bruto, recolhidos ao acaso, e só expunham certos aspectos do processo histórico*”.⁹⁵

O conceito de estrutura no estudo do parentesco, feito por Lévi-Strauss, aponta as diferentes lógicas na construção e na interdependência dos núcleos primários da sociedade – as famílias – responsáveis pela continuação dos grupos sociais. Essas diferentes lógicas

⁹² MARX, Karl. “Teoria e Processo Histórico da Revolução Social”. MARX-ENGELS (História). FERNANDES, Florestan (org.). São Paulo: Ática, 2001, 231-5, 233.

⁹³ “*O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico, etc., baseia-se no desenvolvimento econômico. Mas todos aqueles reagem entre si e sobre a base econômica. Não é que a situação econômica seja, sozinha, causa ativa e que todo o resto seja apenas efeito passivo. Há, porém, interação à base da necessidade econômica, que, em última instância, sempre se impõe*”. ENGELS, Friedrich. “Necessidade e acidente na história, carta a H. Starkenburg”. MARX-ENGELS (História). FERNANDES, Florestan (org.). São Paulo: Ática, 2001, 468-471, 469 (grifo do autor).

⁹⁴ MARX, Karl. “Carta a P. V. Annenkov, Bruxelas, 28 de dezembro de 1846”. *Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847)*. São Paulo: Centauro, 2001, 175-186, 177.

⁹⁵ LENIN. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global, 1983, 24.

ou estruturas de parentesco demonstram como os vários grupos humanos resolveram as suas necessidades de produção para reprodução da vida humana. E, dessa forma, sobreviveram aos obstáculos da natureza até conseguir controlá-la. Assim, as diferentes lógicas traduzem não só o grau de ignorância dessas sociedades sobre a tecnologia reprodutiva, mas, principalmente, evidenciam que essas estruturas não são metafísicas e, por isso, um estudo sobre as sociedades pode resultar na compreensão de que elas não são naturais e por isso não são essencialmente eternas.

O conceito de poder proposto por Michel Foucault considera a inexistência de opressores e oprimidos numa sociedade implantada sob a coerência das desigualdades. Esse conceito estabelece que uma teia de poderes se forma entre os sujeitos sociais, e que, na formação dessa hierarquia de poder, existe um acordo entre aqueles que detêm o domínio e aqueles outros que concordam com o lugar de domínio dos primeiros, também esses outros num lugar de poder: “*microfísica do poder* significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua”.⁹⁶ Foucault observa que o poder não está centralizado no Estado, ele se exerce em graus variados, formando uma rede de poderes, que pode, ou não, retornar ao Estado. É importante ressaltar que no traçado do micro-poder leva-se em consideração a situação concreta e o tipo singular de intervenção:

Dois aspectos intimamente ligados, na medida em que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos (sic).⁹⁷

O poder assim entendido, como micro entrelaçamentos entre humanos e entre grupos humanos, formando uma teia de poderes e relações de poder, obriga a refletir sobre as origens das predisposições para as relações de desigualdades que se formam e se firmam nas estruturas das sociedades.

Outra tese apropriada por Joan Scott para construir o conceito de Gênero é a definição de desconstrução de Derrida, importante por desprender as oposições binárias, que estão na origem dos conceitos de positivo e de negativo e que perpetuam as identidades subjetivas, do lugar da realidade própria das coisas. Entender que os símbolos utilizados socialmente na inter-relação são imagens refratárias da realidade e que essa percepção da realidade também é uma construção humana, da ordem do discurso,

⁹⁶ MACHADO, Roberto. Introdução: “Por uma genealogia do poder”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, xii (grifo deste trabalho).

⁹⁷ *Idem*.

possibilita compreender que essas imagens podem ser transformadas se outros princípios se estabelecerem nas relações humanas.

O pensamento fantástico de que as palavras fazem vir ao mundo as coisas, é da ordem do mágico, da pura ideia. Na ótica do materialismo-dialético, o pensamento concorda que as palavras não fazem aparecer as coisas até que essas coisas sejam feitas palavras e estas palavras guardem sentido na esfera das realizações humanas. Assim, as palavras *per si* não estabelecem as diferenças entre os sexos-gêneros, tampouco os gêneros existem essencialmente e *a priori*, mas na linguagem se afirmam e se reproduzem.

A teoria da linguagem de Jacques Lacan tenta explicar a produção e a reprodução de identidade do sujeito: “a psicanálise fornece uma teoria importante para a reprodução de gênero, uma descrição da ‘transformação da sexualidade biológica dos indivíduos na medida da sua enculturação’”.⁹⁸ É a partir dos estudos de Lacan que se concebe o simbolismo do falo. O Falo é o lugar de poder de que se quer ter propriedade. Então, as mulheres desejam o falo, porque a propriedade do falo garante a sua “existência” e as inserem no lugar de poder.

A contribuição da abordagem de Gênero para a História é entendida como um modelo que “abrirá possibilidades para a reflexão, porque ela sugere que o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclui não só sexo, mas também, a classe e a [etnia-]raça”,⁹⁹ e na sequência do desenvolvimento do conceito, tem-se observado a influência do recorte geracional.¹⁰⁰

Dessa forma, a partir da abordagem de Gênero, permite-se uma reflexão sobre a importância de perceber a complexidade das relações existentes entre homens e mulheres, expressadas nas práticas cotidianas, na elaboração do discurso, no processo de socialização e na construção da identidade social e de gênero. Essas práticas permitem a reprodução das relações de opressão entre os sexos-gêneros.

As diferenças entre homens e mulheres, suscitadas por relações de desigualdade no exercício cotidiano do poder, obscurecem as identidades individuais, uma vez que

⁹⁸ RUBIN, Gayle, “The traffic of Women: Notes on the ‘Political Economy’ of Sex”, New York, 1975. *Apud* SCOTT, Joan. SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Recife: SOS CORPO, 1991, 16.

⁹⁹ SCOTT, Joan. “Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica”. Recife: SOS CORPO, 1991, 21.

¹⁰⁰ Ver: SARDEMBERG, Cecília M. B., “O Gênero da Memória: lembranças de operários e lembranças de operárias”. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia; MACÊDO, Márcia (orgs.). *Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares*. Salvador: UFBA/NEIM (Coleções Baianas), 1998, 147-164.

homogeneízam os sujeitos que deveriam ser reconhecidos pelas suas “diferenças”.¹⁰¹ Tais “diferenças” são compreendidas como direito à pluralidade e destituídas de desigualdade. Perceber a “diferença”, vista como desigualdade que cria relações desiguais de poder entre os gêneros, ajuda a destruir os conceitos que normalizam e institucionalizam o sujeito histórico, pretendendo-o único, levando a uma a-historicidade do fazer histórico, uma vez que não considera o contexto sócio-político-econômico e cultural do objeto observado.

Com essa percepção, perde-se o valor estigmatizado do sujeito universal, passando-se a notar cada indivíduo (sujeito ou grupo histórico) como uma construção social ímpar, povoando o microcosmo, num determinado tempo da História.

1.6. Materializar e historicizar a subordinação das mulheres: a economia sexual

quando nasci
os anjos da anunciação
não me disseram nada
então saí por aí
a inventar destinos
de vez em quando
a consertar a cara¹⁰²

Gerar os filhos dos homens é o “destino” das mulheres e disso resultou a sua subordinação social com o advento da civilização fundada na propriedade privada dos meios de subsistência e, depois, de produção desses meios de subsistência. Essa tese aceita, principalmente, entre as teóricas marxistas, explica, a partir de um referencial materialista-histórico, como o conhecimento sobre a concepção e reprodução humana foi utilizado para regular os lugares dos sexos nas sociedades. O poder decorrente da propriedade sobre a prole resultou na origem da invenção do falo como representação desse poder.

¹⁰¹ Esta tese se apoia na orientação teórica de Sílvia C. Yannoulas (*op. cit.*, 1994), o conceito de “diferença” aqui utilizado, compreende entender que a diferença entre homens e mulheres (sempre ressaltada pelas escolas filosóficas, muitas vezes apoiadas nas ciências da biologia) tem implicado num determinismo social que obriga aos sexos os papéis funcionais de gênero. Essa “diferença” é também responsável, bem como, reflete a relação de poder que esta mesma “diferença” tem produzido e a manutenção dessa “diferença” tem reproduzido. O conceito de “diferença” usado por essa autora permite uma crítica a esses “determinismos” biológicos e sociais, bem como, à relação de poder que aí é originada. E percebe a diferença como um concurso à pluralidade. “Iguais mas não Idênticos” é um voto de igualdade entre os homens e as mulheres no plano do político e do econômico, e, também, um voto de aceitação da individualidade do sujeito histórico.

¹⁰² PEDROSA, Cida. “Poema da anunciação”. *Miudos*. Recife: Portal Vozes Femininas, 2011.

Em estudo etnográfico, intitulado *A Vida Sexual dos Selvagens*, Bronislaw Malinowski apresenta dados de grupos humanos que, ignorando a participação masculina na concepção, já adotaram o pátrio poder sobre os filhos constituído em alianças de casamento. Essas sociedades, quando adotaram formas econômicas fundadas na propriedade privada dos meios de subsistência e reprodução dos meios de subsistência, estabeleceram diferenças de poder entre os sexos, apropriando a força de trabalho e reservando-a ao masculino. Uma apropriação da prole racionalizada e explicada pela adoção de divindades de caráter masculino.

Na cultura mística desses povos, os deuses enviavam filhos e filhas aos homens como troféus pelas suas vitórias através das suas esposas.¹⁰³ Do que se pode concluir que a submissão das mulheres pode ser/é anterior ao conhecimento da participação do homem na reprodução da espécie. Importa mais saber que essa mística representante da submissão feminina antes de tudo integra a economia baseada na propriedade privada, reafirmando a teoria defendida por Friedrich Engels na obra *As Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado*,¹⁰⁴ materializando e historicizando a teoria do patriarcado.

A invenção do Falo, o falo como representação de poder, importa o estabelecimento das diferenças entre os sexos e a consequente subordinação da mulher ao masculino. Como já foi abordado, as teorias psicanalíticas colaboram para uma compreensão da reprodução das identidades dos sujeitos ao entender o Simbolismo do Falo, o Falo como o lugar de poder de que se quer ter propriedade,¹⁰⁵ mas não explicam suas origens. Os conflitos entre os sexos que se reproduzem no consciente coletivo são o resultado das máscaras das lutas pelo poder que se produzem no inconsciente coletivo.

Jacques Lacan explica a produção e a reprodução de identidade do sujeito a partir da linguagem e da representação do sujeito através do símbolo. Apenas a teoria marxista permite a formulação de um modelo de compreensão da realidade que perceba a complexidade da produção das relações materiais e a reprodução dessas relações, integrando as subjetividades de classe aos entendimentos do Gênero. Este conceito buscou na Teoria do Parentesco de Lévi-Strauss o modelo para pensar a importância das relações étnicas na reprodução das sociedades, bem como nas relações entre os sexos, as gêneses das diferenças que se mantêm entre eles e as razões para manutenção dessas desigualdades.

¹⁰³ MALINOWSKI, Bronislaw. *A Vida Sexual dos Selvagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, *passim*.

¹⁰⁴ ENGELS, Friedrich. *As Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, *passim*.

¹⁰⁵ KALIMEROS. *A mulher*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1995.

A diferença naturalizada no discurso, então, reafirma a construção de uma identidade que exclui outras identidades. Na Antiguidade, Aristóteles afirmou na sua *Poética* que as personagens femininas no teatro não poderiam ser ou ter atitudes viris, porque deveriam representar a realidade daquela sociedade, na qual as mulheres, porque não possuíam alma, eram *imperfeitas* e, por isso, necessariamente, inferiores e submissas aos homens.¹⁰⁶ Tal afirmativa do filósofo ajuda a compreender que o Ser é uma invenção social que deve solucionar os conflitos resultantes do lugar de propriedade estabelecido na constituição da desigualdade fundada na economia de subsistência, essa baseada na propriedade privada dos seus meios de produção. O abismo entre o Público e o Privado, a divisão sexual do trabalho e a opressão do sexo feminino (gerador da vida) servem para reprodução do produtor da mercadoria primária: os filhos (a força de trabalho) e as filhas (reprodutoras da força de trabalho e da vida).

H. Arendt, em *A Condição Humana*, adverte para a dicotomia dos lugares próprios a cada sexo: a produção e a reprodução da propriedade, lugar do público, do Ser; reprodução da força de trabalho, da vida, lugar do privado, do doméstico, do outro, do Não-ser.¹⁰⁷ Tais entendimentos resultam na crença d'um essencialismo próprio do humano, na naturalização dos papéis sociais dos sexos, e na representação imagética e linguística dos lugares de poder ocupados por homens e mulheres na hierarquia social, primeira forma de diferenciação entre os sexos e de divisão de poder. A exemplo do significado de Ser-homem, Ter-poder, Ser-proprietário, muito bem representado no grito de He-man, herói de um desenho infantil televisivo, “*I have a power!*”.¹⁰⁸ A dicotomia presente nas contradições próprias do sistema revela o significado de Não-ser-homem e Ser-o-outro como característica inata do feminino, isto é Ser-mulher (!?).

As contradições próprias do sistema possibilitam o aparecimento de situações em que as mulheres se inserem no espaço “reservado” do masculino, quando a exceção é a norma. Em tais situações adversas, a sociedade pode aceitar uma revisão do papel social da mulher, desde que se afirme e reconheça o deslocamento provisório. Um exemplo, entre

¹⁰⁶ ARISTÓTELES, “Caracteres, Verossimilhança e Necessidade. Deus ex machina”. *Ética à Nicômaco; Poética*. São Paulo: Nova Cultural, 1987, *passim*.

¹⁰⁷ ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, *passim*.

¹⁰⁸ Tradução livre: *Eu [Ele-homem] tenho a força!* He-Man é o personagem principal da série de brinquedos *Masters of the Universe*, lançados pela americana Indústria de Brinquedos Mattel, em 1983, animados pela produtora *Filmation Studios*, e desenhados em gibis pela *DC Comics*. O seriado foi popularizado no Brasil através da Rede Globo de Televisão, na sua programação infantil, pela Editora Abril, distribuidora dos gibis, e pela Mesbla, comerciante de brinquedos, entre os anos 1983 e 1985. E ainda hoje é transmitido em rede privada de televisão. He-Man pretende ser a representação do homem forte, masculino e sexualmente viril. Personagens femininas secundárias foram criadas paralelamente, sempre subordinadas ao herói, o exemplo de She-Ra.

outros similares, que não destoa, portanto, dos ideais propostos pela sociedade para a mulher e colabora com o fortalecimento da cultura patriarcal.

Nessa tradição, a mulher apenas se coloca como reprodutora da natureza humana e, quando necessário, dos bens de produção, sendo, então, inserida na economia formal, mas sempre de modo indireto e inconstante, apenas quando as estratégias para manutenção do sistema exigem o seu *exército de reserva*.¹⁰⁹ Exército formado de marginalizados do sistema, porém nunca dele excluído pela necessidade mesma de uma escória afirmadora dos “classificados”¹¹⁰ sociais.

¹⁰⁹ Ver: BANDEIRA, Andréa. “O Sagrado”. In: *Gênero & História. Cadernos de História*. Ano 1. N 1. Recife: Universitária UFPE, 2002, 69-82; *As Beatas de Ibiapina: do mito à narrativa histórica (1860-1883)*. Dissertação de História. Recife: UFPE, 2003.

¹¹⁰ SOUZA, Laura de Mello e. *Os Desclassificados do Ouro*. 1983 apud HOONAERT, Eduardo. *Padre Ibiabina e a Igreja dos pobres*. São Paulo: Paulinas, 1984.

CAPÍTULO II

O ESPAÇO NO TEMPO DA HISTÓRIA:

Pernambuco às vésperas do golpe

(política, economia e sociedade)

...todas as lutas no interior do estado [...] são apenas as formas ilusórias nas quais se desenrolam as lutas reais, entre as diferentes classes.¹

Até a realização do Golpe de 1964, o Brasil foi palco de muitos movimentos sociais rurais e urbanos, emergidos nas diversas camadas sociais, influenciados pela conjuntura ou forjados nas lutas partidárias, com destaque para os grupos liderados por militantes ou simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro, nesse período colocado na clandestinidade, desde 1947. As décadas anteriores ao Golpe conviveram assim com uma luta marginal tecida cotidianamente nas ruas e nos campos, sendo Pernambuco liderança dessas ações. As ligas camponesas na zona rural pernambucana e os clubes de mulheres nos bairros da Área Metropolitana do Recife refletem a atuação do povo e o seu envolvimento na luta por mudanças na conjuntura política do país. Lutas diárias, desenhadas em campanhas por melhores condições de vida, de trabalho e solidariedade contra a repressão institucional.

Os anos 1961 e 1962, particularmente, marcam o epicentro desse conflito, porque a renúncia de Jânio Quadros prenuncia o Golpe da direita, articulado e adiado, não porque o princípio democrático lastre as ações dos que resistem pelo poder, mas porque na possibilidade de uma negociação entre os grupos as alianças são sempre preferíveis ao

¹ “É justamente desta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que o interesse coletivo toma, na qualidade de Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses particulares e gerais e, ao mesmo tempo, na qualidade de uma coletividade ilusória, mas sempre sobre a base real dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal – tais laços de sangue, linguagem, divisão do trabalho em maior escala e outros interesses – e sobretudo, [...] baseada nas classes, já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um destes conglomerados humanos e entre as quais há uma que domina todas as outras. Segue-se que **todas as lutas no interior do Estado**, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito do voto etc., etc., **são apenas as formas ilusórias nas quais se desenrolam as lutas reais entre as diferentes classes** [...]; segue-se, além disso, que toda classe que aspira à dominação, mesmo que essa dominação, como no caso do proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e de dominação, em geral, deve conquistar primeiro o poder político, para apresentar seu interesse como interesse geral, ao que está obrigada no primeiro momento”. MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: HUCITEC, 1999, 48-9. Grifo da tese.

risco de quebra no *status quo*. Os grupos dominantes tinham consciência “*da inviabilidade de libertar o país do imperialismo sem quebrar a máquina do Estado e romper a estrutura do capitalismo*”.²

Enquanto parte do empresariado nacional, apertado numa luta de classes, entre uma burguesia internacionalista e uma crise do sistema que tendia a sua marginalização e desqualificação como classe, sustentando-se nos movimentos populares que também lutavam contra uma crise econômica que tornava suas vidas mais miseráveis, insistia em se manter no centro do poder político, comandando o Estado, a outra parte do empresariado brasileiro unida à burguesia internacionalista, mais conservadora e radical, tendia ao ataque direto a qualquer manifestação ao avanço dos movimentos reformistas da classe trabalhadora, vetando qualquer condição de organização oposta aos seus interesses, o que resultou numa história de subversão e/ou ilegalidade de partidos e movimentos operários de cunho anarquista, socialista ou comunista no Brasil.

Nessa luta de classes, a posse de Jango significa que as forças antagônicas ainda conseguem negociar a crise do sistema, que estourará em 1964, sob o seu governo, porque naquele momento, “*romper êsses compromissos representaria um golpe de morte nas próprias bases econômicas e nas relações jurídicas do capitalismo nacional (sic)*”³. As classes em luta usaram armas nem sempre letais, porém fatais, tal como os veículos de comunicação de massas.

O Jornal *Diario de Pernambuco* circula no Recife desde 1825,⁴ concorrendo com outras folhas de notícias. No agosto de 1961, este jornal possuía público fiel nas camadas abastadas e na classe média pernambucana, e fez manchetes quase diárias como se anunciasse, a cada chamada, promessas de uma farsa, repetida tragédia. Na edição do dia primeiro, estampou com letras garrafais e fotos empolgantes, o rosto do jovem e belo caçula dos Kennedy: “*IRMÃO DE KENNEDY VISITOU LIGA CAMPONESA DO*

² MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O caminho da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Melso Soc. Anônima, 1962, 32.

³ *Idem*, 32.

⁴ O Jornal *Diario de Pernambuco* inaugurado no dia 7 de novembro de 1825, pelo tipógrafo Antonino José de Miranda Falcão, dono da Tipografia Miranda & Companhia, nasceu à Rua Direita, número 267, no bairro de São José, no Recife, na residência do seu fundador. É considerado o jornal mais antigo em contínua circulação na América Latina. Seus proprietários foram: o comendador Manuel Figueiroa de Faria (1835); o ex-senador do Império e líder político de Pernambuco conselheiro Rosa e Silva (1901); o industrial Carlos Benigno Pereira de Lima (1912); a cadeia dos Diários e Emissoras Associados, fundada por Assis Chateaubriand (1931); um Condomínio Associado, uma parceria entre jornalistas e empresários pernambucanos (1994) e finalmente, em 1997, voltou novamente para as mãos dos Diários Associados. Tal pertencimento também o caracteriza.

ENGENHO ‘GALILEIA’”,⁵ entre os presentes «Zezé da Galileia», destacado militante e um dos principais líderes das Ligas, nascido e criado no Engenho.

Edward Kennedy, segundo o jornalista do *Diário*, trajou mangas de camisa sob o sol nordestino, mostrando franca amabilidade, tratou simpaticamente os mais de cinquenta moradores do Engenho Galileia, falando em inglês entre sorrisos corteses para uma plateia quase despida de “*galileus descalços e com as suas roupas do quotidiano: rasgadas ou remendadas*”.⁶ O que trouxe de tão longe o *playboy* americano, retirado dos seus quefazer noturnos, era ainda difícil nomear, apesar de insinuar-se nas linhas mal traçadas das “chamadas” do noticiário: “*O homem que está na Presidência dos Estados Unidos preocupa-se grandemente com os problemas de todos vocês, no “«Galileia»”. «GALILEUS» APLAUDIRAM*”.⁷

E ainda, dando crédito ao jornalista do *Diário*, estando lá para cobrir toda a matéria e contar a verdade dos fatos, na sua chamada “*CAMPONESES CONFIAM EM CID*”, afirma que entrevistou um dos “*filiados à liga*” e ouviu “*nós confiamos no Governo, confiamos no governador Cid Sampaio. Trabalhamos pela eleição dele e acreditamos em que êle resolverá os nossos apereios. Agora nós não gostamos é da Companhia*” (*sic*).⁸ Fala que se repete por outras vozes, demonstrando o papel conciliador do candidato udenista, eleito por uma frente ampla formada pelas esquerdas e pelos setores menos radicais da direita.

Assim, o que as imagens e o texto não explicam é a ausência do então governador do estado, que ficou à distância do evento “emocionador” desde a chegada à capital pernambucana do Sr. Edward Kennedy. O populacho, no domingo, 30 de julho, acotovelara-se à sua passagem no Aeroporto Internacional dos Guararapes, enquanto ele se aproximava da corda humana de policiais, encantando com sua figura alta e atlética. Da mesma forma, as rodas chiques se comoveram no jantar oferecido pelo Palácio das Princesas ao “fino” visitante.

Na sequência, naquela primeira segunda-feira do mês de agosto, com os sapatos empoeirados da terra argilosa, vermelha-escura, numa paisagem ainda verde, que a moagem ainda não atingira, de massapé e cana de açúcar, os olhos azuis do americano alto e loiro se dirigiram na direção de uma voz sonora entre o desafino e o desafio, bradando no

⁵ FUNDAJ. Jornal *Diário de Pernambuco*, 01/08/1961.

⁶ *Idem*, 01/08/1961.

⁷ *Idem*.

⁸ Referindo-se a Companhia de Revenda e Colonização, C.R.C. *Diário de Pernambuco*, 01/08/1961.

meio da multidão descalça: “*Doutor, o que nós queríamos era que o senhor pedisse ao seu irmão para tirar a polícia daqui. Aqui não há desordeiro e não é necessária a polícia*”.⁹

E o gesto automático de quem não entendeu palavra, porquanto o Sr. Edward Kennedy “falava estrangeiro” aos camponeses também estrangeiros em meio à sua comitiva, “*chupando doces bagos de cana de açúcar*”, e era traduzido em linguagem acessível pelo Sr. Celso Furtado, Superintendente da SUDENE, que ora também se estrangeirava para atender aos ouvidos “soleados” do paciente rapaz. Em meio ao diálogo de surdos-mudos, outros ouvidos ávidos do mundo compreendiam que nacionalismo econômico e democracia popular caracterizavam os governos desde Vargas a Jânio-Jango, e estas combinadas com uma política de internacionalização da economia brasileira exibiam as contradições consequentes da luta de classes, causando a inquietação das elites e uma movimentação ascendente das esquerdas, dos setores operários e dos grupos populares. E por essa razão, “*é inegável que em algumas ocasiões críticas constituíram-se condições de tipo revolucionário*”.¹⁰

Condições essas que as manchetes e chamadas ecoavam ampliadas e dessa forma, continuamente provocavam um temor crescente nos seus leitores mais assíduos:

‘LIGAS’ TAMBÉM NO RIO GRANDE DO SUL;¹¹

INDISCIPLINA NAS FACULDADES NÃO SURPREENDE: PARTIDO COMUNISTA ENCARRÉGA-SE DE PROMOVÊ-LA.¹²

Maria Luíza Carneiro Campello era uma dessas leitoras preocupadas com os rumos do país, da classe média recifense, em que nasceu e continuou depois, quando funcionária pública da administração da capital. Ela estava atenta aos acontecimentos e participava

⁹ A terra do Engenho Galileia, situado em Vitória de Santo Antão, tinha 503 hectares e 140 famílias moravam na época da sua desapropriação, em 1959. Esta levada a cabo pelo recém-eleito governador de Pernambuco Cid Sampaio, em ato público e solene com merecido destaque da imprensa, da sacada do Palácio do Campo das Princesas, cumprindo promessa de campanha. Porém, divergências sobre como seria o assentamento levaram a discordância entre os moradores do Engenho e o mesmo governo, por isso, havia policiais no local. O redator considerou “*apartes pitorescos*” a interrupção na fala de um dos integrantes da presidência John Kennedy pelos “*galileus*”, para pedidos diversos, como este. Ainda, segundo o jornalista do *Diário de Pernambuco*, o Sr. Celso Furtado precisou explicar ao “*apartante*” que “*a presença do Sr. E.K. ali não era para resolver esse tipo de problema da alçada exclusiva do estado*”. Sobre a polícia, o jovem Kennedy nada fez. Prometeu e enviou meses depois um gerador de energia com potência de 150kW, o que alimentaria 1.500 lâmpadas de 100W cada. Uma relíquia que até hoje serve apenas como peça de museu, porque os “*galileus*” nunca o puderam instalar. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 01/08/1961.

¹⁰ “*que as esquerdas não souberam ou não tiveram condições de aproveitar*”. IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, 10-2.

¹¹ FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 03/08/1961.

¹² *Idem*.

ativamente da política local, inserida nos comandos de “*combate ao esquerdismo*”. Junto com os primos Sebastião, Maria do Carmo e Ângela de Araújo Barreto Campelo, saía do trabalho e dirigia-se para o edifício do Banco Auxiliar do Comércio, onde faziam trocas de informações, trabalho que durou alguns anos, começara em 1958 ou 1959, bem antes de 1964. Inclusive, ela afirma:

as Ligas, os núcleos que aqui existiam, nomes de escolas subvencionadas por vereadores comunistas [ela deduzia] seriam também células comunistas. E na realidade eram. Eu forneci isto. [...] Puramente de esquerda. Puramente de esquerda. Agora naturalmente, muita gente iludida. Porque nem todos penetravam, conheciam a realidade dos fatos, mas infelizmente....¹³

E continua: “[sobre a existência de católicos nas esquerdas que ela investigara e fornecera essa informação] *Mas isso não obstava. Quando nós fundamos a Cruzada*¹⁴ *não pretendíamos que o Brasil continuasse com a mesma [...] democracia velha. A democracia também tem que evoluir. Mas que os seus pilares ficassem mantidos*”.¹⁵ Católica, Maria Luíza não compreendia como internamente à Igreja se constituíam setores anárquicos aos princípios fundamentais, valores para a manutenção da sagrada família, respeito aos direitos sagrados da propriedade, *defesa da democracia e defesa do homem*, “*a Igreja não pôde manter. [...] A Igreja que nós vivemos não é a Igreja do passado*”.¹⁶ Essa Igreja em que ela acreditava e onde buscava apoio mantinha uma coluna no Diário de Pernambuco, uma seção intitulada *Vida Religiosa*. No dia 8 de agosto de 1961, nesse espaço editorial, reproduziu-se uma denúncia feita pelo Cardeal do Rio de Janeiro, em palestra radiofônica. Nesta mensagem, o Sr. Cardeal alerta para os riscos das “*táticas e determinações dos Chefes Vermelhos*”, que ainda, segundo ele, fazem parte de uma *ordem secreta*. O Cardeal expõe o “*maquiavelismo do método comunista*” para inserir-se no espaço católico e depois comenta cada ponto do plano diabólico, quase propõe uma “nova cruzada”:

Introduzir-se nas escolas mantidas pela Igreja Católica e envenenadas pelas suas doutrinas; espionar os reacionários e relatar suas atividades; misturar-se aos estudantes, adaptar-se aos seus sentimentos; insinuar-se metódicamente em todos os setores da ação eclesial. [...] Cada camarada deve encontrar meios de fazer-se pelo batismo membro da Igreja; inscrever-se na Legião de Maria, ou tratando-se de Protestantismo, unir-se à organização dos Cruzados. Uma vez dentro, desenvolver intensa atividade, servindo-se de belas frases para comover e atrair os fiéis; devem ir além, todavia, tentando dividir radicalmente as diversas

¹³ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Luíza Carneiro Campello (MLCC). Recife, 28/05/1985.

¹⁴ Movimento de mulheres da burguesia recifense, criado em 1963, e que Maria Luíza Carneiro Campello foi uma das fundadoras.

¹⁵ MLCC.

¹⁶ *Idem*.

categorias de fiéis, mesmo com o emprego do amor a Deus e à custa da paz'. § **Ouviram os padres e as entidades religiosas? Cuidado, pois maiores cautelas na admissão de associados e até no batismo de adultos. Quem diria que, sem fé farçantes capazes de procurarem a pia batismal, o confessionário e a mesa eucarística? E quanto às inscrições em grêmios religiosos, não é sòmente a Legião de Maria o que há de precaver-se, embora ela tenha merecido a honra de citação nominal por ter sido a que mais se opôs ao comunismo na China vermelha (sic).**¹⁷

Tal denúncia advinda de pessoa tão respeitada apenas confirmava os medos e a importância das ações que Maria Luíza assumira pelo “bem da pátria e da família”. Por isso, ela se reuniu com outras mulheres do seu círculo social no Colégio São José, onde estudou, criaram a Cruzada Democrática Feminina e saíram, em passeata, nas principais ruas do Recife, sob a bandeira da *Marcha da Mulher, pela Família, com Deus pela Liberdade*.¹⁸

Então, nessa época, ela não duvidava do que informavam e ela reiterava: as associações de bairro existentes à época, “*serem as tais células comunistas que não podiam aparecer muito publicamente [...] mas na realidade, essas associações de bairro tinham a finalidade de difundir o comunismo*”.¹⁹ Conta que trabalhou no Movimento Frente do Recife, um movimento político que apoiou a candidatura de Arraes à Prefeitura (1961), Cid Sampaio para governador (1959), mas que em 1962 apoiou as candidaturas de Leal Sampaio e Lucena, porque observava que Arraes estava muito para a esquerda, ela conhecia a posição de Arraes e era contrária a sua candidatura e pensa que Cid Sampaio

¹⁷ FUNDAJ. Jornal *Diário de Pernambuco*, 08/08/1961. Grifo do documento.

¹⁸ Entre as manifestações da direita, as marchas de mulheres foram a principal estratégia pública de ato político e de um discurso que pretendeu desestabilizar o governo do Presidente João Goulart, em âmbito nacional. Para Carlos Fico, era uma “*marcha de grupos religiosos atemorizados com a ameaça do ‘perigo comunista’*”. FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, 18. É possível, porém, observar através da fala de Maria Luíza que a Igreja apoiou este movimento no Recife. Bem como, na capital pernambucana, a Cruzada Democrática Feminina tinha objetivos para além de deter o avanço das esquerdas e de uma suposta “comunização” do país. Estava em processo um golpe de estado e a direita buscou formas de integrar ou integrar-se nos grupos e nas campanhas que favorecessem o seu projeto. Esta pesquisa nota, ainda, que na cronologia constante do terceiro capítulo do livro citado não aparecem as marchas acontecidas no centro do Recife, nos dias 6 e 24 de março de 1964, organizadas pela Cruzada Feminista, sendo uma anterior ao comício de Jango, na Central do Brasil, no dia 13/03/1964, e antes da marcha das mulheres paulista, que se considera uma resposta ao discurso “inflamado e esquerdista” do, então, Presidente. Ver: *Diário de Pernambuco*, 05, 06, 23 e 24/03/1964. .. Nesta marcha, as mulheres, empunham faixas “*MARCHA DA FAMÍLIA, COM DEUS, PELA LIBERDADE*”, repetindo o modelo da *Cruzada do Rosário em Família*, movimento de cunho religioso e explicitamente anticomunista, liderado pelo Arcebispo de Recife e Olinda Dom Carlos Coelho, ocorrido em setembro de 1962, em plena campanha eleitoral, quando Miguel Arraes foi eleito governador de Pernambuco, pela Frente Ampla, com o apoio do PCB. A concentração da *Cruzada do Rosário* aconteceu no domingo, 9 de setembro de 1962, na Praça Treze de Maio, no centro do Recife, com o slogan “*A HUMANIDADE COM DEUS E A SUA IGREJA*”. FUNDAJ. Jornal *Diário de Pernambuco*, 09/09/1962.

¹⁹ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Luíza Carneiro Campello (MLCC). Recife, 28/05/1985.

também conhecia essa tendência antes de passar a faixa para o futuro governador. O que a fez crer que já havia “*arranhadura no relacionamento entre eles...*”.²⁰

Maria Luíza, anos antes, participou ativamente da campanha pró Cid Sampaio (1958), trabalhando no escritório dele, numa sala que ficava no edifício do cinema São Luís. Segundo ela, sobre a eleição de Cid governador: “*E acho que foi realmente uma virada muito grande, como inclusive até o Nelson Ferreira fez uma marchinha – A hora da virada*²¹ – e foi certo. Foi o povo que derrubou uma oligarquia elegendo Cid Sampaio governador do Estado”.²² Para Maria Luíza, a Frente não era um movimento das esquerdas, mas houve muita infiltração de esquerdistas, “*uma investidura mais segura*”.²³

Como Maria Luíza Carneiro Campello, seus primos e muitos integrantes dos movimentos populares, operários, camponeses, acreditava que o processo em curso no Brasil prometia uma “hora da virada”, e em face da realidade, havia as manchetes que reafirmavam o país seguindo o mesmo destino de outros, cada vez mais aproximado do bloco comunista, comandado pela então União Soviética. Esperavam uns e temiam outros que os governos se alinhassem com o movimento comunista em fluxo.

Esse alinhamento, porém, nem sempre tornava amistosas as relações entre operários, estado e a classe patronal. Sempre que se acirrava o avanço da consciência de classe dos trabalhadores e dos setores populares, setores conservadores da sociedade, reunidos em cruzadas, de cunho fascista, promoviam investigações e denúncias, aos quais o estado respondia com processos de prisão de militantes e simpatizantes dos movimentos de esquerda. Assim, notícias de que “*PADRE POSSUIRIA ARQUIVO COM OS NOMES*

²⁰ *Idem.*

²¹ Para a campanha de Cid Sampaio governador, Nelson Ferreira criou para a UDN, em 1958, o jingle: “*O bloco da vitória está na rua/ Desde que o dia raiou/ Vamos minha gente/ Para o nosso cordão/ A hora da virada chegou/ Oh! Oh! Oh!...*”. Cid Sampaio, udenista eleito governador em Pernambuco, em 1958, tentou unir setores da esquerda e da direita. Para tal, cumpriu seus compromissos com a esquerda quando indicou o nome de Miguel Arraes para a Secretaria da Fazenda e nomeou uma Assessoria Sindical, formada, principalmente, por líderes comunistas, bem como, assinou a desapropriação do Engenho Galileia, como consequência da política agrária em moldes democráticos, adotada ainda no início do seu governo. Além disso, como projeto de campanha, o Estado se comprometeria em garantir terra a dez mil camponeses, bem como aumentaria os impostos dos latifúndios especulativos. Ideias que repercutiram entre camponeses e proprietários, agradando aos primeiros, mas assustando os segundos. Cid apoiou Jânio Quadros para a Presidência da República, e a esquerda, o candidato nacionalista general Henrique Teixeira Lott. O rompimento é a comprovação de que Cid e a Frente do Recife caminhavam em sentidos diversos. O que repercutiu na campanha de 1962. As Reformas de Base estavam no centro dos debates das esquerdas brasileiras, e em Pernambuco a estratégia era debater os temas nacionalistas e continuar o diálogo sobre as reformas. Alguns setores das esquerdas e os comunistas que apoiaram a candidatura de Cid conquistaram espaços depois da sua eleição. E em 1962, tentaram uma chapa mais à esquerda, racharam com Cid e apresentam Arraes para candidato ao governo do Estado. Grifo da tese.

²² CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Luíza Carneiro Campello (MLCC). Recife, 28/05/1985.

²³ *Idem.*

DOS AGITADORES DO ESTADO”, “*CARDEAL DENUNCIA TÁTICA COMUNISTA*”,²⁴ bem como as afirmações da cruzada Maria Luíza Barreto Campello de ser investigadora e informante no escritório de campanha de Cid Sampaio, e de ter cumprido esse papel por anos seguidos, redundavam em golpes contra os populares e operários. E outras manchetes surgiam no *Diário*, “*INQUÉRITO SÔBRE ATIVIDADES DAS LIGAS CAMPONESAS*”, e “*EXÉRCITO EFETUA PRISÃO DE ELEMENTOS DA LIGA CAMPONESA*”.²⁵

É oportuno ainda observar a opção do comando central do exército quando enviou o General Artur da Costa e Silva para o comando do 4º Exército situado em Pernambuco. Este General, como outros que se transferiram para atuar no estado nesse período, participou ativamente do Golpe e se tornou, depois, o segundo presidente do Brasil Militar, recebeu a faixa das mãos de Castelo Branco,²⁶ inaugurando o período áureo da ditadura, sendo considerado um “linha dura”. O General chegou à Capital pernambucana no dia 16 de agosto de 1961 para ocupar o posto em substituição ao General Osvaldo de Araújo Mota. Viajou num “*Super Constellation* da Varig”, aterrissou no meio da tarde no Aeroporto dos Guararapes, antecipando a sua chegada.

O General Alberto Sallaberry e vários oficiais do Estado Maior daquela corporação e da 7ª Região Militar estiveram para recebê-lo. Dali, seguiu para a residência oficial do IV Exército, acompanhado do General Sallaberry, com quem jantou. No dia seguinte, às 15h, aconteceu a solenidade da posse, quando compareceram “*autoridades constituídas do Estado, bem como oficiais do seu Estado Maior e da 7ªRM*”.²⁷ Esse General “linha-dura” esteve no comando do IV Exército, entre 1961 e 1963, num período em que se acirrou a repressão contra os movimentos populares.

Através do noticiário, a imprensa pernambucana informou como os diversos grupos operários e populares reagiam às investidas do capital e à crise social alastrada. Manifestações variadas ocorriam na Cidade, e para elas estavam voltados os olhares do Estado, dos políticos e da classe patronal, a quem as camadas médias da sociedade se uniam na esperança de se protegerem, no seu eterno receio da perda de *status* e se confundir na massa com o populacho.

²⁴ FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 08 e 20/08/1961.

²⁵ FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 25 e 24/08/1961.

²⁶ O Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco era o comandante do IV Exército à época do Golpe civil-militar e foi eleito o primeiro presidente da República. No seu governo nomeou Costa e Silva para o Ministério da Guerra.

²⁷ “*CHEGOU NOVO CMTE. DO QUARTO EXÉRCITO; POSSE HOJE À TARDE*”. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 17/08/1961.

O *Diario* anunciava constantes aumentos no custo de vida e os protestos que acompanhavam a crise de perto. No dia primeiro de agosto, informou a “*majoração dos preços dos combustíveis e das tarifas postais-telegráficas [... estas] conforme tabela já divulgada por este jornal*”,²⁸ com a apresentação de uma relação dos novos valores nos produtos derivados do petróleo em várias capitais do Nordeste, *de acordo com a determinação do Conselho Nacional de Petróleo*.²⁹ No mesmo dia, esta folha noticia o aumento no maço de cigarros, repassando uma nota publicada pelo *Meridional*, do Rio de Janeiro, informação de uma “*fonte ligada à Companhia Souza Cruz e que o novo preço entrará em vigor no fim desta semana*”.³⁰

No dia 4, ainda nesse mês, mais um aumento é repassado para a cesta básica: o Sr. Luiz Rio, presidente da COAP, Companhia de Abastecimento e Preço, órgão estadual responsável pelo tabelamento dos produtos, informou que recebeu do presidente da COFAP³¹ o comunicado do aumento de 15% no preço do trigo. A COAP, então, autorizou o repasse deste custo para os seus derivados, pão bolacha e outras massas. Este órgão sofria severas críticas, não só da população como também de políticos nas Câmaras Municipais, porque se tornou ineficaz na sua obrigação de fiscalizar os preços dos produtos, principalmente quando atingiam os gêneros alimentícios da cesta básica.³²

É de notar que esse órgão federal revela as mesmas incoerências de um estado contraditório, como é o caso brasileiro. Em todos os âmbitos da governabilidade e da administração pública, o modelo político adotado representa o interesse da classe econômica dominante. Por isso, diante das exigências dos agricultores e industriais de cana de Pernambuco e de São Paulo, o governo federal cedeu e aceitou majorar, também, o valor da cana e do açúcar. Os produtores ameaçaram paralisar suas atividades, na época da moagem da nova safra, caso persistissem os preços antigos, considerados baixos pelos usineiros. Isso colocaria em risco o abastecimento dos seus derivados, bem como a receita

²⁸ *Idem*.

²⁹ “*COMBUSTÍVEIS MAIS CAROS A PARTIR DE HOJE: OS PREÇOS: A partir de zero hora de hoje, os preços da gasolina, fuel oil, querosene e óleo diesel serão majorados em todo o Nordeste, de acordo com a determinação do Conselho Nacional de Petróleo. § Desde a noite de ontem, as bombas de gasolina estão sendo reguladas para os novos preços, que são os seguintes: Gasolina: Recife (litro): Cr\$ 21 e 50; [...] Fuel Oil (tonelada): Recife Cr\$ 9.572,00; [...] Querosene: Recife [...] Cr\$ 13 e 20, 0 litro; Diesel (litro): Recife [...] 16 e 40*”. *Idem*, 01/08/1961.

³⁰ “*CIGARROS: MAIS CR\$ 5 POR MAÇO*”. *Idem*, 01/08/1961.

³¹ Comissão Federal de Abastecimento e Preço. Órgão do governo federal, responsável pelo controle de preço dos gêneros alimentícios, no crédito de que o tabelamento pudesse conter os índices inflacionários, na época em constante alta. Foi criado nos anos 1950.

³² “*COAP AUMENTOU OS PREÇOS DO MACARRÃO PÃO, BOLACHA E OUTRAS MASSAS ALIMENTÍCIAS*”. *Idem*, 04/08/1961.

resultante, interna e externamente, decorrente da importância da cana na balança comercial brasileira.³³

Dias depois, o Diário noticiou o novo preço do açúcar, aprovado por Jânio Quadros. O jornalista Fernando Barros, do *Meridional*, do Rio de Janeiro, afirmou, *em fonte segura*, que colheu na noite no dia 16, informação de que “*na reunião de amanhã da Comissão Executiva do IAA, com a presença do presidente Leandro Maciel, será aprovado novo e definitivo preço do açúcar que vigorará ainda este mês, o qual será de 1.380 cruzeiros por saca PVU*”.³⁴ De tal modo eram os compromissos do Estado com os proprietários, que qualquer política social ficava na contramão das negociações possíveis.

Restava ao povo intimidar com manifestações de repúdio, saindo às ruas em panelaços e declarando os seus votos nas próximas eleições. Talvez, assim, os “politiqueiros” reagissem. A cada manifestação dos grupos trabalhadores, uma certeza do crescimento da sua consciência, senão de classe, mas de força política. A chamada “*SERVIDORES PÚBLICOS DEBATERÃO CUSTO DE VIDA, ORDENADO E VÁRIOS OUTROS ASSUNTOS*”³⁵ reforçou esse entendimento.

Nota-se pela indicação da pauta, reescrita na íntegra no jornal, a sua importância. Bem como, é possível analisar que, ao lado da preocupação com o custo de vida, “*A questão do aumento do custo de vida, majoração dos vencimentos dos servidores do Estado e do Município [...], hoje, às 19h horas, pela Federação Pernambucana dos Servidores do Estado, de acordo com uma convocação do seu presidente, Sr. Antônio Batista de Souza*”,³⁶ os servidores públicos consolidaram sua organização, ao unirem as associações em âmbito local e estas com todas as outras nos âmbitos estaduais e federal, destacando a ação política do evento:

Os assuntos que serão discutidos na reunião de hoje da FPSE, são os seguintes [...] a) – O resultado do Encontro dos Servidores Públicos, realizado no Recife e da I Convenção Nacional de Servidores Públicos, realizada no Rio de Janeiro, em julho pp; § b) – a reorganização da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e das Federações de outros Estados Brasileiros; [...] j) – o próximo Congresso dos Servidores Públicos em Belo Horizonte e os Congressos dos Portuários em Porto Alegre; [...] inclusive a participação da Federação na

³³ “*PEDIDA A JQ A SUSPENSÃO DAS RETENÇÕES SOBRE CANA E AÇÚCAR: ESTÁ AMEAÇADA A NOVA SAFRA*”. *Idem*, 15/08/1961.

³⁴ “*NOVO PREÇO DO AÇÚCAR IAA APROVARIA AINDA HOJE: APROVAÇÃO DE JANIO QUADROS*”. *Idem*, 17/08/1961.

³⁵ FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 03/08/1961.

³⁶ *Idem*.

Comissão de Estudos e Reformas Administrativas do Estado e bem assim da Polícia Militar de Pernambuco.³⁷

Outras organizações trabalhistas e populares, como as associações de mulheres, tinham o mesmo procedimento. Constituíam-se em âmbito local e se reuniam em encontros nacionais, transformando o problema da subsistência cotidiana em uma questão de consciência de classe e ação política.

Zilda Paula Xavier Pereira tem memória dessa participação nos movimentos de mulheres contra a carestia, que começou na militância partidária.³⁸ Recifense, nasceu e se criou no bairro de Casa Amarela, entre nove irmãos. Coursou apenas o ensino primário, porque a mãe adoeceu e ela ajudava em casa. Quando a mãe faleceu vítima de um câncer, o pai a retirou definitivamente da escola. Com quinze anos seguiu os passos de uma irmã mais velha, que já morava no Rio de Janeiro, e foi embora do Recife, “*tentar a vida no Sul*”. Na capital carioca, ela se filiou ao Partido Comunista. Tinha 17 anos de idade e já militava num partido clandestino, junto aos companheiros Maria Barata, Agildo Barata, Monteiro. Da família pobre, herdou apenas a militância paterna, o pai tinha uma história de participação como líder na direção das greves e uma profunda admiração por Luiz Carlos Prestes,

Eu ouvi falar de Luís Carlos Prestes pela boca do meu pai, porque ele assistiu a tudo isso, a Aliança Libertadora Nacional, a de 1935, ele conversava muito comigo, porque da família eu fui a única que se tornou comunista e com muito

³⁷ “A questão do aumento do custo de vida, majoração dos vencimentos dos servidores do Estado e do Município e dez outros assuntos serão discutidos, hoje, às 19h horas, pela Federação Pernambucana dos Servidores do Estado, de acordo com uma convocação do seu presidente, Sr. Antônio Batista de Souza. § A reunião será realizada na sede da Associação Pernambucana dos Servidores do Estado (Rua Gervásio Pires) e é considerada pelos líderes da classe como de muita importância para os funcionários pernambucanos. § OS ITENS § Os assuntos que serão discutidos na reunião de hoje da FPSE, são os seguintes, de acordo com a convocação do sr. Antônio Batista de Souza: § a) – O resultado do Encontro dos Servidores Públicos, realizado no Recife e da I Convenção Nacional de Servidores Públicos, realizada no Rio de Janeiro, em julho pp; § b) – a reorganização da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e das Federações de outros Estados Brasileiros; § c) – a questão do aumento do custo de vida e sua influência nos vencimentos dos servidores públicos; § d) – a questão da decisão do Senado Federal em relação ao horário do funcionalismo federal e a demora na aprovação dos planos de classificação de cargos nas autarquias federais; § e) – a questão congelamento dos vencimentos dos servidores do Estado de Minas Gerais; § f) – o andamento do projeto de reforma dos Estatutos dos Servidores Cíveis do Estado, das Autarquias e dos Municípios, apresentado à Assembléia Legislativa pelo Dep. Augusto Lucena; § g) – as reformas previstas para o IPSEP (Hospital, aumento de contribuição dos servidores, pensões, etc) e bem assim sua adaptação à Lei Orgânica da Previdência Social; § h) – as propostas apresentadas pela imprensa e na Assembléia Legislativa relativa ao aumento de vencimentos dos servidores do Estado e do Município do Recife; § j) – o próximo Congresso dos Servidores Públicos em Belo Horizonte e os Congressos dos Portuários em Porto Alegre; § l) – outros assuntos de interesse do funcionalismo e da melhoria dos serviços públicos, inclusive a participação da Federação na Comissão de Estudos e Reformas Administrativas do Estado e bem assim da Polícia Militar de Pernambuco.” *Idem*.

³⁸ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Zilda Paula Xavier Pereira (ZPXP). Rio de Janeiro, 04/08/1988.

orgulho. E meu pai dizia que Prestes era o ‘Cavaleiro da Esperança’ e que Prestes era o homem que iria libertar o Brasil e que ia libertar o povo da miséria em que vivia. [...] Quando eu vim para o Rio, comecei a trabalhar na clandestinidade com companheiros ajudando e sinceramente entrei como ‘prestista’. Eu não era comunista, eu era prestista. Na minha vida eu tenho Prestes como um deus.³⁹

Quando o partido passou para a legalidade, ela se inscreveu, “*eu fiz isso para o meu pai [...] quando cheguei em casa e disse a ele [...] ele me abraçou e chorava de alegria*”.⁴⁰ Acreditava no Comitê Central do Partido, entrou *sabendo que o Partido Comunista era o partido da vanguarda operária e seria o partido que levaria o povo à revolução*.⁴¹ Acreditou até o Golpe de 1964. Embora no tempo da legalidade tenha sido um partido forte, com a maior bancada de vereadores, número expressivo de deputados e possuir o senador mais votado nacionalmente, eleito em vários estados, ela começou a desacreditar no projeto político da bancada, não entendia tantos erros, tantas crítica e autocríticas, começou a discordar da direção. Era um partido que caminhava para 200 mil associados, que escolhia sua representação entre os mais dedicados e capazes, estava preparando seu congresso e, voluntariamente, seus integrantes se dispunham em ministrar os cursos de capacitação para os companheiros. Nomes como Marighella, Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Gabois iam aos comitês distritais e davam aulas, “*para melhorar o nível político desses companheiros*”.⁴² Aos 18 anos, quando se filiou ao partido, sua dedicação às campanhas para divulgar e incentivar as filiações era intensa, passava o dia nas ruas, em cima dos caminhões, vendendo bolos, frutas, então costumava ouvir que “*casara com o partido*”.

Ela ficou responsável pela zona do Centro, “*fazendo um levantamento e organizando as mulheres em comitês de bairros. Nós começamos a trabalhar em associações femininas, na Assistência Social Feminina do Distrito Federal e depois na Federação de Mulheres do Brasil*”.⁴³ O objetivo era realinhar as comunidades através das organizações de bairros: Associação de Bairro de Padre Miguel, de Engenho de Dentro, de Realengo. Juntos, ela e o João Xavier cumpriram esta atividade. Juntos, reuniam o povo em conversas, palestras. “*E nós fizemos um bom trabalho feminino, havia muitas mulheres*

³⁹ *Idem.*

⁴⁰ *Idem.*

⁴¹ *Idem.*

⁴² CEHIBRA/FUNDAJ/Entrevista: Zilda Paula Xavier Pereira (ZPXP). Rio de Janeiro, 04/08/1988.

⁴³ *Idem.*

participando na Associação Feminina do Distrito Federal e na Federação que depois foi criada em São Paulo, no Recife, em Belo Horizonte e em várias partes do Brasil”.⁴⁴

Foi a vários congressos, na União Soviética, no Uruguai, na Argentina. Fez campanha contra a carestia, viajando por diversos estados do Brasil. Zilda lembra os protestos organizados contra o aumento do leite, quando nas associações de bairros, em subúrbios distantes do Rio de Janeiro, dirigiam-se às reuniões, faziam cartazes, mobilizavam mulheres e crianças e faziam caravanas para encherem as salas dos órgãos responsáveis pelos aumentos nos preços dos artigos da cesta básica.

Quando a repressão se tornou mais aguda, narra Zilda Paula Xavier Pereira, ainda bem antes do Golpe, ainda no governo JK, as associações e federações de mulheres foram perseguidas sob a alegação de que eram organizações subversivas ou comunistas, e muitas deixaram de funcionar, outras mudaram para a denominação de liga e continuaram atuando. Algumas associações de bairro, formalmente atreladas aos movimentos de mulheres, também foram extintas.

Os movimentos sociais, feministas e estudantis, bem como o de trabalhadores, travaram uma luta contra um Estado e uma sociedade civil autoritária, para se manterem sob um regime nomeado liberal-democrático, mas que em suas instituições, principalmente os aparelhos de segurança, pautavam suas medidas e ações em modelos repressivos, no interesse particular dos grupos proprietários e patronais, em que o poder privado suplantava o interesse público. De tal forma que esses movimentos, para sobreviverem, atrelavam sua existência às perspectivas particulares de políticos e partidos, resultando em conchavos contraditórios com o caráter popular dos movimentos. Muitos desses movimentos tinham propostas de vanguarda e se reduziam na prática política. Da mesma forma, os partidos e políticos se alinhavam a esses movimentos, como alternativas ou meras brechas políticas, em tempos de eleição.

Por isso, no Brasil, as batalhas políticas dissimulavam. Ora um partido tradicionalmente de caráter conservador se posicionava em favor das reformas, aparentando um alinhamento com os movimentos populares, ora retrocedia em favor da sua postura marcadamente burguesa. Também os partidos declaradamente de esquerda coligavam-se com partidos de direita ou aceitavam apoiar candidatos de outras frentes. Essas oposições que se mesclavam em diferentes momentos e em diversos acordos apenas

⁴⁴ *Idem.*

refletiam as contradições de uma política representativa de uma economia dependente, indisposta a romper com sua estrutura fundamental, o sistema de mercado.

As manchetes estampadas nas primeiras páginas ou pequenas notas internas e algumas marginais resumem a ópera que era o diálogo indigesto da política dias antes da renúncia de Jânio Quadros. Em âmbito nacional, a batalha que foi travada em torno do valor do salário mínimo, nota a exata disputa pelo poder e pela manutenção do *status quo* dos grupos ligados à economia tradicional:

SALÁRIO MÍNIMO: CASTRO NEVES CONTRA AUMENTO;⁴⁵

BATALHA PELA REVISÃO DO SALÁRIO MÍNIMO,⁴⁶

SALÁRIO MÓVEL: EM 90 DIAS PROJETO DO GOVERNO À CÂMARA;⁴⁷

URGÊNCIA AO PROJETO QUE ELEVA SALÁRIO MÍNIMO, NA CÂMARA;⁴⁸

MINISTROS NÃO REPRESENTAM PARTIDOS NO PODER.⁴⁹

Em Pernambuco, essa luta é travada entre o empresariado açucareiro e o Governo do Estado, o que não significa que a classe operária interferisse, uma vez que Cid Sampaio fez vários acordos de campanha, e a quebra de contrato o marginalizou no grupo que representava. De modo geral, os políticos estavam-se apoiando nos movimentos sociais para se fortalecerem politicamente, conforme notificou o *Diário*: “*JOFFILY QUER AS ‘LIGAS’ PARA DISPUTAR SENATORIA*”⁵⁰

Os movimentos operários e estudantis, bem como o movimento de mulheres, em todos os setores, sentiam-se capazes de oferecer esse apoio, motivo pelo qual Maria Luíza Barreto Campello afirma: “*nós éramos muito solicitadas e muito acatadas*”.⁵¹ Os

⁴⁵ No dia 31 de julho, Castro Neves, Ministro do Trabalho, no governo de Jânio Quadros, retornou de uma reunião com os Governadores, em São Luís do Maranhão. Afirmou em entrevista a um jornalista dos Diários e Emissoras Associados, na Guanabara, que o Governo Federal “*auxiliará ao máximo*” os Estados do Piauí e Maranhão, mesmo que “*em prejuízo das demais unidades*”. Adianta que é contra o aumento do mínimo para 17 mil Cruzeiros, alegando que aumentaria o desemprego. Disse, ainda, acreditar que os parlamentares não aprovariam “*essa loucura*”. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 01/08/1961.

⁴⁶ *Idem*, 06/08/1961.

⁴⁷ FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 10/08/1961.

⁴⁸ *Idem*, 17/08/1961.

⁴⁹ *Idem*, 17/08/1961.

⁵⁰ *Idem*, 03/08/1961.

⁵¹ “*eu ouvi de vários elementos políticos no após Revolução a seguinte frase: ‘vocês dizem o que nós não podemos dizer’. Porque nós criticávamos. Nós nunca fomos passivas, de maneira nenhuma. Dizíamos o que achávamos errado e aplaudíamos o que achávamos certo. [...] Porque se deve tirar o que é bom de esquerda, o que é bom de direita [...] os extremos. [...] Defesa de princípios democráticos e defesa do homem. [Com fins] de conscientizar. [...] E nós éramos muito solicitadas e muito acatadas. Qualquer autoridade que aqui chegava, nós procurávamos e sempre entregávamos reivindicações referentes àquela pasta, ao Ministro, no*

estudantes confirmavam esses lugares de poder, cada um num espaço de luta e disputa. Em nota, publicada na imprensa, observa-se o caráter da participação estudantil no período:

AIP E UEP: APOIO À POLÍTICA EXTERNA DO PRESIDENTE JQ: [...] União dos Estudantes de Pernambuco [...], repudia golpistas, conhecidos inimigos do regime, hipotecando irrestrita solidariedade V. Excelência motivo patriótica política externa atual [Jânio Quadros].⁵²

Entre o empresariado e o estado, as disputas pela preservação do projeto conservador ou adoção de reformas para salvaguardar espaços políticos e manter os benefícios do apoio da classe trabalhadora, sob regime democrático, quando as eleições são as armas que resolvem as disputas pelo poder, revelavam que, em âmbito estadual, a crise tinha a mesma estrutura e seguia o mesmo ritmo do processo nacional e internacional. Mais do que nunca se reforçava o desenvolvimento desigual e combinado da economia de mercado.

PLANO DE COLONIZAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO;⁵³

REFORMA AGRÁRIA: PSD ADMITE ENTENDIMENTO;⁵⁴

PEDIDA A JQ SUSPENSÃO DAS RETENÇÕES SOBRE CANA DE AÇÚCAR: ESTÁ AMEAÇADA A NOVA SAFRA.⁵⁵

Indiferente às tentativas do governo federal em negociar com a crise, adotando um modelo protetor na tentativa de equalizar as diferenças que geram as rupturas no quadro político-econômico, expressas nos investimentos de estado em infra-estrutura nas regiões

caso, sempre reivindicamos o bem para a região e fixando mais sempre o homem, o homem para o qual na nossa opinião deveria convergir todo o processo". CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Luíza Carneiro Campello (MLCC). Recife, em 28/05/1985.

⁵² "a União dos Estudantes de Pernambuco, órgão que congrega todos os universitários do Recife, enviou, ontem, ao Presidente Jânio Quadros, em face das críticas que o presidente vem recebendo, por medidas tomadas com relação a política externa do país, o seguinte telegrama: «União dos Estudantes de Pernambuco, órgão máximo Universitários pernambucanos, repudia golpistas, conhecidos inimigos regime, hipotecando irrestrita solidariedade V. Excelência, motivo patriótica política externa atual Governo. Saudações Universitárias. ass: Fernando Teixeira, presidente». A diretoria da U.E.P. realizará, amanhã, às 17 horas, mais uma reunião de sua diretoria" (sic). FUNDAJ. *Jornal Diario de Pernambuco*, 24/08/1961. No dia anterior, o *Diario* recebeu do correspondente *Meridional*, de Brasília, no 22/08/1961, e publicou a seguinte nota: "APOIO: O academico J. Luciano, presidente do Centro Academico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo, enviou o seguinte telegrama ao presidente Janio Quadros: «O Centro Academico 11 de Agosto fiel às tradições libertárias, reitera, neste momento, ao supremo mandatário da nação, sua integral confiança nas medidas corajosas da politica externa brasileira»" (sic). *Idem*, 23/08/1961.

⁵³ FUNDAJ. *Jornal Diario de Pernambuco*, 06/08/1961.

⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵ *Idem*, 15/08/1961.

periféricas da economia nacional, o empresariado nordestino e pernambucano reacendem a todo instante os conflitos, expondo as ranhuras sempre abertas do capitalismo.

900 MILHÕES PARA O NORDESTE,⁵⁶

US \$ 10 MILHÕES PARA O NORDESTE: BID FIRMOU ONTEM, O ACORDO,⁵⁷

CID GANHA CONCESSÃO PARA DISTRIBUIR A ENERGIA NO RECIFE.⁵⁸

Se internamente os desentendimentos dificultavam qualquer conciliação entre os setores da burguesia, e estes com o estado, as manchetes sobre política internacional, em meio a Guerra Fria, na qual se digladiavam a “comunista” União Soviética e os “liberais” Estados Unidos pela manutenção da divisão do mundo em blocos econômicos e de influência, apenas reforçam a imagem da aguda crise do sistema brasileiro:

US\$ 46 BILHÕES PARA DEFESA,⁵⁹

RÁDIO DE MOSCOU DIZ QUE USA ESTÃO BRINCANDO COM FOGO,⁶⁰

ATAQUE DOS COMUNISTAS TERÁ ‘REVIDE RÁPIDO E ENÉRGICO’.⁶¹

Outras notas na imprensa, como estampava quase diariamente o *Diario*, davam contas dos muitos conflitos instalados em diversos países, opondo os blocos comunista e democrático, estando a pequena Cuba no centro desse fogo armado. A figura do guerrilheiro argentino sem pátria, barbudo, cabelos negros em desalinho, com um charuto queimando na mão e aquela pose desconcertada, Che Guevara contrasta com a do astronauta russo Yuri Gagarin, andar elegante e porte atlético, “*com seu sorriso habitual e trajando um paletó de côr bronzada, calças azuis, gravata verde e numerosas condecorações*” (sic),⁶² mas os dois são a representação do medo que recrudesce no imaginário anticomunista, ao tempo em que se multiplicam as informações de ataques terroristas associados ao regime soviético.⁶³ Em resposta ao avanço vermelho sobre o mundo, a seção do *Diario* chama a atenção para o tema “*ELES QUEREM A NOSSA*

⁵⁶ *Idem*, 02/08/1961.

⁵⁷ *Idem*, 04/08/1961.

⁵⁸ *Idem*, 18/08/1961.

⁵⁹ *Idem*, 19/08/1961.

⁶⁰ FUNDAJ. Jornal *Diario de Pernambuco*, 22/08/1961.

⁶¹ *Idem*.

⁶² *Idem*, 01/08/1961.

⁶³ “ACENTUA-SE O TERRORISMO NA ARGÉLIA: 5 BOMBAS EXPLODEM”. *Idem*, 23/08/1961.

DESGRAÇA”,⁶⁴ reiterando a tentativa frustrada da Casa Branca em conciliar as diferenças, trazendo um Kennedy ao interior do conflito.

Essa política de integrar os desiguais se chocaria com a realidade do modelo matemático de lucros exigidos pelos capitalistas, então o governo dos EUA arcará com a inevitabilidade do golpe na sua identidade democrática. O slogan *Aliança para o Progresso*, seu caro projeto neo-liberal para o terceiro-mundo, demonstrava-se ineficaz e um “plano b” foi a resposta: ampliar o investimento na organização de um golpe de estado. A democracia brasileira estava com os dias contados.

Internamente, a relação do Brasil com os países que lideravam os blocos antagônicos esquentava com a Guerra Fria. Os discursos se acirravam entre a Guanabara e o Planalto. De um lado, Carlos Lacerda era a imagem da oposição ao avanço do modelo reformista do projeto político-econômico adotado por um segmento da burguesia nacional. Do outro, o executivo nacional e seus aliados insistiam na ampliação do campo de atuação da economia brasileira, para evitar que o acirramento da crise sistêmica do capital compromettesse o *status quo* de uma economia dependente dos investimentos estrangeiros, colocando em xeque o alinhamento do país com o imperialismo americano, uma vez que repartia sua área de influência. Os Estados Unidos levariam essa guerra até as últimas consequências.

Numa guerra de discursos e propagandas, o mês de agosto também se mostrou fecundo e no *Diário de Pernambuco* se observam as batalhas travadas, os avanços, recuos, vitórias e derrotas, ora da oposição, ora do governo. As alianças se fazem e se quebram em diversos momentos, em intervalos difíceis de precisar. Como também era difícil precisar quais setores se uniriam nesse ou naquele grupo. Há muito a classe proprietária dava sinais de esfacelamento e internamente, marginalizavam-se os setores menos capacitados para acompanhar o projeto liberal, no processo do imperialismo.

Tal *debacle* foi exposto pela crise política, de que a eleição de 1960 foi exemplo. No final do governo JK, Jânio Quadros, do PTN, foi eleito presidente da República como representante da coligação UDN/ PL/PTN/ PR/PDC,⁶⁵ uma frente ampla de direita, com quase seis milhões de votos, um número recorde nas urnas brasileiras. Desbancou seu rival, o nacionalista Marechal Henrique Teixeira Lott, da coligação PTB/PSD, candidato do partido situacionista e das esquerdas, apoiado pelos comunistas. Jânio venceu com uma

⁶⁴ *Idem*, 20/08/1961.

⁶⁵ União Democrática Nacional (UDN), Partido Liberal (PL), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Republicano (PR), Partido Democrata Cristão (PDC).

campanha que mexeu com o imaginário e reacendeu a credulidade popular, quando prometeu “varrer” a corrupção da política nacional:

Varre, varre, varre, varre, varre vassourinha/Varre, varre a bandalheira/Que o povo já está cansado /De sofrer desta maneira/Jânio Quadros é a esperança/Desse povo abandonado/Jânio Quadros é a certeza/De um Brasil moralizado/Alerta, meu irmão/Vassoura, conterrâneo/Vamos vencer com Jânio.⁶⁶

Esta surpresa das urnas, porém, teve um apoio frio do então Presidente da República, dividiu o governo do país junto com o candidato a vice da chapa adversária, João Goulart, do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). No modelo eleitoral em que as votações eram distintas para a composição dos executivos municipais, estaduais e federal, o resultado das urnas demonstrava mais claramente o acirramento das forças em oposição e conflito, bem como era complexa e até confusa a relação entre o povo e suas lideranças, possibilitando as contradições que imperam na história, explicadas apenas pela dialética das ações.

Carlos Lacerda foi o candidato da UDN, naquelas eleições, para o governo do recém-criado Estado da Guanabara, disputando com Sérgio Magalhães (PTB-PSB, Partido Socialista Brasileiro) e Tenório Cavalcanti,⁶⁷ do PST (Partido Social Trabalhista), uma dissidência do PTB. Eleito, tomou posse ainda no ano de 1960, em 5 de dezembro, como previa a Lei San Tiago Dantas, que criou o novo estado. Aliados udenistas em 1960, Lacerda e Jânio tornaram-se oponentes, alinhados aos divergentes blocos que dividiam a política internacional.

Assim, na terça-feira, o *Diário* noticiou o que se tornou a primeira peleja ocorrida entre os dois udenistas: na segunda-feira, dia 31 de julho de 1961, enquanto o irmão Kennedy distribuía amabilidades e o Palácio das Princesas se preparava para abrir suas portas para a “fina sociedade pernambucana”, num cerimonioso jantar em que o governador Cid Sampaio congratulava-se pela boa relação com os Estados Unidos, na Guanabara, Carlos Lacerda aproveita a visita do astronauta russo ao luxuoso Palácio Laranjeiras para polemizar a aproximação do governo federal com a liderança do bloco vermelho. Com a chamada, *YURI GAGARIN CANCELOU PROGRAMA NA*

⁶⁶ Maugeri Neto, 1960, criou o Jingle da campanha de Jânio Quadros.

⁶⁷ Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque migrou do estado das Alagoas para o Rio de Janeiro nos anos 1920. Figura carismática, ele ficou conhecido como o “Deputado Pistoleiro”, porque, na Câmara Federal, apontou uma arma para o então deputado baiano Antônio Carlos Magalhães, e não o assassinou, alegando que “só matava homem”. Deputado Estadual e Federal, representou a classe trabalhadora e popular da Baixada Fluminense. Nas eleições de 1960, conquistou mais de 20% do eleitorado carioca, rivalizando com Carlos Lacerda.

*GUANABARA: DESENTENDEU-SE COM LACERDA*⁶⁸, o jornal discorreu sobre a forma como o udenista e governador da Guanabara expressou-se em relação a vários pontos, inclusive sobre uma questão relevante na política internacional, o acordo entre a União Soviética e os Estados Unidos, decidindo o futuro da capital alemã. Ao provocar o astronauta russo com o tema da liberdade, o governador pretendeu reafirmar o imaginário que associava o seu país a uma cortina de ferro, demarcando ainda o seu lugar ideológico. Tal propaganda de si revelava a tônica da ação golpista, que era apostar na construção de um movimento salvacionista nacional mesmo que isso significasse quebrar as normas constitucionais, uma vez que as estruturas básicas se mantivessem. Foi com esse discurso que a burguesia brasileira e internacionalista reafirmou o princípio fundamental da propriedade e do estado como seu aparelho conservador.

O desentendimento informado pelo jornalista do *United Press International*,⁶⁹ presente ao evento, no Rio de Janeiro, e divulgado pelo *Diario*, na cobertura da notícia, confirmou o que dias depois se tornou emblemático: um novo golpe estava em processo. Notas publicadas nos dias seguintes fundamentaram esta tese: “*REPERCUTE HOMENAGEM DE JQ A CHE*”; “*NACIONALISTAS DENUNCIAM O GOLPE*”.⁷⁰ É relevante destacar a preocupação estampada no artigo publicado, anteriormente, no dia 3 de agosto daquele ano, no *Diario*, assinado por Theóphilo de Andrade, colunista desta folha, intitulada “*RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM A RÚSSIA*”.⁷¹

Nas linhas assinadas pelo jornalista carioca repercutem o estreitamento das relações políticas entre o Brasil e o bloco comunista, operado pelo presidente com o apoio de setores que historicamente conspiraram contra o regime democrático próprio da tradição

⁶⁸ “*RIO, 31 (U.P.I.) – Yuri Gágárin manteve, hoje, uma breve e pouco feliz entrevista com o governador da Guanabara, o sr. Carlos Lacerda, cancelando, imediatamente, todos os compromissos programados para o resto do dia. Os russos alegaram que o astronauta estava cansado. § O governador Carlos Lacerda, um anti-comunista fervoroso, recebeu Gágárin em seu gabinete e não se absteve de incluir na conversação, de 10 minutos, algumas irônicas referências a Berlim, à Liberdade de imprensa e ao perigo da guerra. § Gágárin chegou ao Palácio do governo com seu sorriso habitual e trajando um paletó de côr bronzeada, calças azuis, gravata verde e numerosas condecorações. § O sr. Carlos Lacerda convidou-o a sentar-se e, enquanto jornalistas e fotógrafos observavam e ouviam, deu-lhe as boas vindas em nome do Rio de Janeiro. § Quando o governador lhe perguntou se estava gostando da cidade, Gágárin respondeu afirmativamente. § Em seguida, disse o sr. Carlos Lacerda: «Espero que seu vôo tenha contribuído para a paz mundial. Lá no espaço há liberdade de imprensa, liberdades que às vezes são suprimidas aqui na terra». § Gágárin não respondeu. Agradeceu ao governador e logo se retirou. § Uma conferência no Ministério da Educação e um almoço na revista «O Cruzeiro» foram cancelados pelos acompanhantes do astronauta sob a alegação de que êste se encontrava cansado» (sic). FUNDAJ. Jornal Diario de Pernambuco, 01/08/1961.*

⁶⁹ Agência de notícias internacionais, fundada em 1907, com sede nos EUA, pioneira em cobertura e distribuição de informações no mundo inteiro.

⁷⁰ FUNDAJ. Jornal Diario de Pernambuco, 23/08/1961.

⁷¹ *Idem*, 03/08/1961.

brasileira, referindo-se ao Partido Comunista. E ainda, estava em xeque a Constituição Brasileira, porque, a qualquer momento, implantaria-se o *autoritarismo* soviético com a colaboração dessa facção, que ele apelidou de *a quinta-coluna local*. O autor ainda considerou pouco fecundo o aprofundamento dessa relação, uma vez que esses países tinham pouco a oferecer em termos econômicos aos nacionais.⁷² Assim, sobre um golpe em andamento, acusam-se mutuamente, e haverá quem se questione se as duas facções pretendiam um mesmo golpe, tendo como fonte o posicionamento de Jânio Quadros e seus aliados, quando se revelaram, em vários momentos, próximo aos comunistas:

KRUSCHEV A JQ: ACABAR CARREIRA AMAMENTISTA,⁷³

PREFEITO QUER VISITA DE GÁRGARIN,⁷⁴

JQ RETARDA VIAGEM À VITÓRIA A FIM DE RECEBER HOJE GUEVARA.⁷⁵

Porém, se as tentativas em curso foram vãs, as consequências apenas foram adiadas: no dia 25 de agosto, quando Jânio renunciou à presidência, iniciou-se o golpe dentro do golpe: a disputa para ocupar o cargo vago e que, constitucionalmente, caberia ao

⁷² “RIO – O Presidente da República anunciou em sua última entrevista à imprensa que havia determinado ao chanceler Afonso Arinos tomasse as medidas necessárias para o reatamento das relações diplomáticas com a Rússia Soviética. § Em política interna, podemos dizer que o sr. Jânio Quadros está a cumprir uma das promessas (se é que isso é uma promessa) de sua campanha eleitoral. Em política externa, reatamos, assim, relações diplomáticas com um Estado totalitário, com o qual tivemos péssima experiência no passado. § O ponto de vista por mim defendido, repetidamente, nesta coluna, é o de que nada impede que tenhamos relações diplomáticas com a Rússia Soviética ou com qualquer outro país, democrata, comunista ou fascista, pois as representações têm por finalidade facilitar o intercâmbio, em um mundo que não é nem pode ser estanque. No caso russo, não se trata de fronteira estanque visto que já temos com os países satélites por ela dominados, relações de comércio. § São de pouco volume. Não crescerão muito, em virtude mesmo do regime econômico e social daqueles países. Mas o intercâmbio comercial existe. [...] Com a Rússia, porém, há dois problemas que estão pôstos histórica e politicamente, aos quais não podemos fugir: O primeiro é a da maneira porque as relações com a Rússia Soviética foram rompidas. [...] Mas o caso é que [...] as relações em breve se tornaram azedas. Azedas pela inferência em nossa política íntima. A Embaixada do Paraguai se tornou em breve a Meca dos nossos comunistas. § Naquele tempo, o Partido Comunista tinha neste país existência legal, com representação na Câmara e no Senado: Era na Embaixada Soviética que se acertavam os relógios políticos. Não havia sequer necessidade de serviço especial de espionagem – em que são useiras e vezeiras [...] no mundo inteiro – porque o embaixador soviético tinha a seu serviço a quinta-coluna local. § Aconteceu que, posteriormente, veio a verificar-se que o Partido não era democrático, permitido pela nossa constituição, mas que conspirava para a destruição do regime regendo-se por dois estatutos: um, para efeito de registro no Tribunal Eleitoral; outro, atentatório às instituições, para uso dos seus membros. E foi sob esse fundamento [...] da constituição, que o Poder Judiciário cassou o registro do Partido Comunista [...] a não ser que se reforme a Carta Magna [...] § Foi o quanto bastou para que a imprensa oficial russa – e toda imprensa russa é oficial, pois alí não há liberdade de pensamento e de expressão – iniciasse uma campanha sórdida de insultos contra o general Dutra, que era o presidente da República” (sic). FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 03/08/1961.

⁷³ *Idem*, 02/08/1961.

⁷⁴ *Idem*, 03/08/1961.

⁷⁵ *Idem*, 19/08/1961.

vice-presidente eleito pelas urnas, naquele momento em viagem diplomática num país vermelho, e, na impossibilidade de fazê-lo, reagiram com a mudança no regime de governo.

Sobre a posse de Jango, em *O caminho da revolução brasileira*, Moniz Bandeira apresenta o período entre a renúncia de Jânio Quadros, a decretação do regime Parlamentarista de governo, a posse de Jango e a deflagração de uma greve geral, nacional e de cunho político, *quando as massas estavam dispostas a intervir, diretamente, na crise, no processo político do país*”,⁷⁶ que resultou na queda do gabinete Tancredo Neves e a decisão do congresso que marcou o plebiscito para que o povo decidisse pela permanência do regime parlamentar ou pelo retorno ao presidencialismo como eventos que marcaram, no seu entender e análise, uma luta de classes:

[d]a greve geral, embora todos os seus aspectos positivos, ainda se aproveitaram João Goulart e a facção reformista da burguesia. [... Estes] retomaram a luta contra o Congresso, buscando condições para deixá-lo em recesso permanente, enquanto, do outro lado, Carlos Lacerda e os setores mais reacionários conspiravam para derrubar o govêrno. § Trata-se de uma luta de sócios, que não pode transpirar para os empregados. § Não se trata, entretanto, de crise do parlamentarismo ou do presidencialismo e sim do sistema de dominação de classe. A burguesia [...d]eseja ‘um homem de direita que fale a linguagem da esquerda’ [...] § Ainda não quer correr os riscos do golpe de fôrça. Ainda prefere Goulart a Lacerda (*sic*).⁷⁷

Tal conclusão do autor se fundamenta e pode ser entendida à luz do noticiário dos eventos, quando era comum o discurso de que havia uma máquina grevista em condições de atropelar a tradição brasileira que era democrática, além de nutrir um profundo respeito pela liberdade e pela propriedade. Esta máquina grevista era associada aos governos de Jango, em âmbito federal, e cá no Pernambuco, com a proximidade das eleições, ao nome de Arraes. Ao chamar a atenção para o número de manifestações em todo o país em defesa da posse de João Goulart, o *Diario de Pernambuco*, na terça-feira, 5 de setembro de 1961, dez dias depois da renúncia presidencial que acelerou a crise política e promoveu um novo adiamento do golpe, delineou o painel político nacional e fomentou uma preocupação aguda dos setores reacionários. Em resumo, nas manchetes e chamadas do jornal é possível esboçar um entendimento de umas das crises do sistema político brasileiro, capaz de expressar o esfacelamento da economia do país, em face do mercado internacional.

Ao declarar a vinculação de uma greve nacional à posse de Jango, o *Diario de*

⁷⁶ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Caminho da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Melso Soc. Anônima, 1962, 8.

⁷⁷ *Idem*, 8, 150, 168, 170.

Pernambuco atuou como porta-voz dos grupos interessados em criar um clima de tensão que favorecesse e explicasse qualquer ação da direita, necessária para “resguardar as liberdades do povo brasileiro”, ante a estratégia das esquerdas “comunizantes” de transformar o país numa outra Cuba, uma vez que ao operariado nacional tinha-se permitido todo tipo de ato abusivo, colocando em risco a tranquilidade social. Na chamada “*GREVE PELA POSSE DE JANGO PARALIZA O PÔRTO DO RECIFE*”, o jornal iniciou a reportagem mostrando que os trabalhadores estavam unidos em âmbito nacional, “*A Federação Nacional dos Estivadores, sediada no Rio de Janeiro, inesperadamente resolveu deflagrar um movimento paredista de âmbito nacional, iniciado às 8 horas do domingo último*”,⁷⁸ e eram uma força capaz de desmoronar a estrutura econômica do país.

Sabe-se que outros segmentos operários participaram do movimento pró-Jango, mas a informação de que os portos brasileiros deflagraram uma greve de cunho político acusava que essa paralização afetaria diretamente a economia do país e a população, “*havendo vários navios na fila para descarregar gêneros de primeira necessidade*”.⁷⁹ Esta reportagem do jornal além de alertar para a possibilidade de uma pane no abastecimento, ainda observou a organização dos operários e chamou a atenção para as suas lideranças:

Assim, a partir daquele momento, o porto de Recife, a exemplo dos demais ancoradouros do país, teve suas operações sustadas, em face da adesão à greve por parte dos filiados às delegacias Regionais do Sindicato dos Portuários, Sindicato dos Estivadores e Sindicato dos Arrumadores. § Conforme declarações dos principais líderes portuários da cidade, o movimento tão somente visa garantir a posse do presidente constitucional, sr. João Goulart, bem como protestar pelas prisões verificadas durante o auge da crise política. § Procurando inteirar-se dos acontecimentos, nossa reportagem ouviu ontem o sr. Cícero Targino Dantas, presidente do Sindicato dos Portuários, que assim se expressou sobre a greve: ‘Enquanto permanecer nos cárceres nossos companheiros Gilberto Azevedo, José Raimundo (líderes bancários) Aluizio Falcão (jornalista) e Miguel Freitas, nenhuma força nos obrigará a voltar ao trabalho’. Disse isso pouco depois de , em companhia do sr. José Osvaldo Gomes e Alfredo Francisco da Silva, presidentes dos Sindicatos dos Estivadores e Arrumadores, respectivamente, conferenciar longamente com o Capitão dos Portos de Pernambuco, que desde o início da paralização vem tentando uma fórmula pacificadora para o problema. (sic).⁸⁰

Outras notas jornalísticas completaram a informação da capacidade de articulação política, organização das ações subversivas e capacidade de colocar em cheque a estrutura

⁷⁸ FUNDAJ. *Jornal Diario de Pernambuco*, 05/09/1961.

⁷⁹ “*PORTO CARIOCA PARALIZADO § Em virtude da greve, o porto carioca está completamente paralisado*”. *Idem*, 5/9/1961. Notícia veiculada pelos Diários Associados, Meridional, Rio de Janeiro, 4/9/1961.

⁸⁰ “*GREVE PELA POSSE DE JANGO PARALIZA O PÔRTO DO RECIFE*”. FUNDAJ. *Jornal Diario de Pernambuco*, 5/9/1961.

produtiva e o abastecimento nacional:

A capital fluminense está fortemente policiada por tropas do Exército e polícia. Todos os sindicatos se mantêm em assembléia permanente, a fim de marcar a greve geral que deve estourar nas próximas horas. Notícia-se que vários comícios seriam promovidos, hoje, por estudantes e operários, enquanto piquetes grevistas estão em ação concitando os trabalhadores a cessar as atividades (*sic*).⁸¹

Continuou o discurso alarmista na coluna “*ONTEM NO PALÁCIO*”, do *Diario de Pernambuco*, com a chamada “*LAEL SAMPAIO IGNORA MOTIVOS DA GRAVE NO PORTO*”, em que reforçou qual a participação efetiva do operariado local, como esse se alinhava aos “agitadores” nacionais:

O secretário da Viação, engenheiro Lael Sampaio, **declarou ontem à imprensa que é destituída, inteiramente, de fundamento a notícia de um vespertino no sentido de que a greve dos portuários foi decretada em face de atraso no pagamento salarial.** § O sr. Lael Sampaio esteve na Administração do Pôrto do Recife examinando a situação e constatou que os salários estão sendo pagos rigorosamente em dia. Por outro lado, o sr. Lael declarou que não sabe os motivos porque os portuários se encontram em «pareda» (*sic*).⁸²

Para confirmar que as “agitações” promovidas pelos trabalhadores não se realizavam com a finalidade de melhoria da qualidade de vida, uma reivindicação honesta do operariado, mas tão somente eram ações para causar a desordem, bem como estavam ligadas aos governantes ou futuros governantes com interesses escusos e antinacionais, o Jornal apresentou reportagens em que os nomes de políticos que faziam chapa com o executivo ou eram reconhecidamente de partidos de esquerda e, por isso, de tendência vermelha estão relacionados ou em defesa desse movimento considerado impróprio, mesmo quando o fim é justificado.

Com o título “*CONCENTRAÇÃO PRÓ-LEGALIDADE, EM JOÃO PESSOA*”, a reportagem denunciou: “*Nova concentração popular foi realizada na Praça João Pessoa, promovida por estudantes e líderes sindicais. Dela participaram prefeitos do interior, deputados e vereadores, defendendo a Constituição. Tudo transcorreu em ordem*”.⁸³

Ao reafirmar que existiam homens públicos na articulação dos movimentos esquerdistas para reverter a ordem, o *Diario de Pernambuco* ainda atentava para o fato de que esses homens ocupavam lugares institucionais e podiam usá-los para subverter a lei ou

⁸¹ “*GREVE NA CAPITAL FLUMINENSE*”. *Ibidem*. Notícia veiculada pelos Diários Associados, Meridional, Rio de Janeiro, 4/9/1961.

⁸² *Idem*, 05/09/1961. Grifo da tese.

⁸³ FUNDAJ. Jornal *Diario de Pernambuco*, 05/09/1961. Notícia veiculada pelos Diários Associados, Meridional, João Pessoa, 4/9/1961. Grifo da tese.

usar a lei em seu favor. Na seção “*CÂMARA MUNICIPAL*”, do *Diário de Pernambuco*, a chamada “*SOLICITADA ANISTIA PARA TODOS OS PRESOS, CIVIS E MILITARES*” reportou o leitor para os nomes de políticos dispostos a usar o seu cargo para favorecer aos intentos esquerdistas:

O sr. Liberato Costa Júnior apêlo ao Congresso Nacional, solicitando anistia para os presos civis e militares. O requerimento tem a seguinte redação: § «Considerando que, de acordo com o item V, do art. 66, da Constituição Federal, compete ao Congresso Nacional conceder anistia; § Considerando que, em face dos últimos acontecimentos políticos, gerados pela renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, alguns militares e civis foram presos, tendo em vista pronunciamentos que fizeram em defesa dos princípios constitucionais; § Considerando que os chamados delitos políticos e de opinião circunscrevem-se em sua maioria, ao momento que é vivido, não causando danos à sociedade; § Considerando que, já à tradição brasileira a concessão de anistia tão logo volte à normalidade a vida política do país, haja vista o que tem ocorrido inclusive com os implicados no levante de Aragarças; § Requeiro a Mesa, ouvido o plenário, seja formulado um apêlo aos líderes das bancadas na Câmara e no Senado Federal, no sentido de apresentar e aprovar projeto de lei concedendo anistia a todos os civis e militares presos recentemente, por ocasião da crise que se seguiu à renúncia do ex-presidente Jânio Quadros» (*sic*).⁸⁴

Ao mesmo tempo, contrabalançava, observando que existiam as forças de oposição aos esquerdistas e comunistas, capazes de retornar a tranquilidade ao estado e ao país, em reportagens paralelas. Esta seguinte mostrou como se comportavam em Pernambuco essas forças conservadoras da ordem:

Abordado ontem, pela reportagem, sôbre a situação do Estado, em face da situação nacional, disse-nos o secretário da Segurança Pública: § «A situação em Pernambuco é de absoluta ordem» e todas as medidas serão tomadas para que assim continue. § A crise política que vinha preocupando a nação, felizmente, está sendo solucionada com a adoção pelo congresso nacional do regime parlamentarista e posse do presidente constitucional Dr. João Goulart, já anunciada por êle próprio. § Deste modo, qualquer tentativa, da parte de quem quer que seja, para perturbar essa solução, representa uma atitude condenável, cujo objetivo indisfarçável é o de conturbar a tranquilidade pública. § Para evitar qualquer tentativa nesse sentido, a secretaria de Segurança Pública renova sua firme determinação de proibir todos os comícios e concentrações em logradouros públicos, como passeatas pelas ruas da cidade. § Estou certo que o povo pernambucano continuará cooperando com as autoridades e acatará a sua decisão, que é tomada de acordo com solicitação do Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores e em perfeito entendimento com as mais altas autoridades das Forças Armadas neste Estado (*sic*).⁸⁵

E mostrou como estas forças estavam alinhadas também em âmbito nacional.

⁸⁴ “O mesmo vereador dirigiu, ainda apêlo ao novo presidente da República, no sentido de nomear pernambucanos ilustres para o Ministério da Agricultura e IAA” (*sic*). *Idem*, 5/9/1961.

⁸⁵ “SITUAÇÃO NO ESTADO É DE ABSOLUTA ORDEM”. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 5/9/1961.

Quando apresentou o Estado de São Paulo como o lugar de excelência normalizadora, associou ao nome de Carlos Lacerda, governador da Guanabara, a política que se queria hegemônica: “A polícia do DOPS informou que todo o Estado bandeirante está calmo, não tendo havido incidentes, nas últimas 48 horas”.⁸⁶

E sobre o papel das forças armadas, a reportagem “*INTENSA A MOVIMENTAÇÃO DE TROPAS NO SUL*” mostrou como estavam posicionadas as tropas federais, e sua associação aos estados em que os governantes tinham posturas ideológicas facilmente identificáveis com os interesses liberais ou comunistas. De tal forma que ao apresentar as tropas situadas no sul como aquelas ligadas a Brizola e as tropas de São Paulo a Carlos Lacerda, o leitor tinha a exata ideia do confronto político que dividiu o país, representado pela ponte na fronteira entre os estados do Paraná e São Paulo, às margens do Rio Paranapanema:

Tropas do II e III Exércitos colocaram-se frente à frente, ontem à noite, na fronteira São Paulo-Paraná, às margens do Rio Paranapanema. A primeira a chegar foi uma patrulha procedente de Castro, que inicialmente ocupou uma elevação a montante da Ponte Melo Peixoto, para bloquear as entradas para Jacarezinho, Cambará e Londrina. Mais tarde, em cinco viaturas procedentes de Lins, chegaram fôrças do II Exército, que ocuparam a cabeceira da ponte, no lado paulista. À chegada desta tropa, as patrulhas do III Exército mudaram de posição, avançando até 150 metros da cabeceira da ponte, no lado paranaense. Aparentemente, os contingentes dos dois Exércitos têm ordens para apenas guarnecer a ponte, sem objetivos de ofensa (*sic*).⁸⁷

Para fechar o resumo do que foram os dez dias que abalaram o Brasil, o jornal anunciou, na voz do governador e líder pernambucano Cid Sampaio, a análise que se transformou em tese de muitos historiadores contemporâneos, fieis leitores e associados dos diários, aferrados na certeza de que o “ponto de Arquimedes” funciona tão bem na física como na narrativa e esqueceram as outras histórias. Assim, ao que afirmou, a crise se deveu unicamente à renúncia de Jânio Quadros, um bêbado “desequilibrista”, como causa e não como consequência, negou o processo e desconheceu as dinâmicas das relações de conflitos internamente à classe, entre os grupos que a integram, soçobrando numa luta entre as classes. Porém não podemos negar que o discurso foi conciliatório e necessário, ajeitado sob o título “*CID ACUSA JQ E DIZ QUE SE EVITOU GUERRA CIVIL NO PAÍS*”, e, naquele momento, reordenou os grupos que sobreviveram à crise e facilitou a retomada da marcha rumo à outra tragédia:

⁸⁶ “*SÃO PAULO SEM ANORMALIDADES*”. *Idem*, 5/9/1961. Notícia veiculada pelos Diários Associados, *Meridional*, São Paulo, 4/9/1961.

⁸⁷ *Idem*, 05/09/1961. Notícia veiculada pelos Diários Associados, *Meridional*, Rio de Janeiro, 04/09/1961.

Durante cerca de 50 minutos, o governador Cid Sampaio ocupou os microfones das emissoras e das estações de T.V., expondo ao povo pernambucano a situação do país e revelando a posição assumida pelo governo do Estado. Deu a entender claramente que o sr. Jânio Quadros fora o único responsável pela crise política em que se viu mergulhado o país, não só pelo fato de ter renunciado e também porque planejava um golpe de direita para governar ditatorialmente depois que o Congresso fosse dissolvido pelas forças armadas (*sic*).⁸⁸

Essa folha proclamou “*SUSPENSA A CENSURA À IMPRENSA*”,⁸⁹ como se a repressão aos meios de comunicação fosse a mesma para quem é a latifundiária da palavra. Essa preferência da direita pela permanência de Jango no cargo máximo do executivo do estado significava que os setores nacionalistas, bem como os nacionais associados, acreditavam na condução do regime político e econômico nos moldes tradicionais, uma vez que ainda era possível manipular o Estado em favor do modelo conservador da economia. Como bem observou Maria Luíza Carneiro Campello,

Ele era um grande proprietário [...]. Havia incoerência em suas atitudes. [...] Um homem que não estava preparado pra assumir um governo [...] como assumiu a renúncia [...] vindo da maneira que veio [...] foi um governo sem positividade para o Brasil. [...] Teve a formação de Getúlio. Getúlio tinha uma formação muito voltada para reformas e oportunidades.⁹⁰

Essa imaturidade de João Goulart não confundiu a direita golpista, e sim fê-la considerar o momento como inoportuno para arriscar com uma liderança radical e personalista, como era a figura de Carlos Lacerda. A imprensa local, com destaque para o *Diário de Pernambuco*, fez reportagens diárias do que foi o “*arranjo e o desmantelamento do golpe em curso*”, no momento da renúncia de Jânio, servindo como veículo, mais do que apenas um aparelho ideológico, como também sujeito da política, preparando o que seria o próximo capítulo da luta de classes, as eleições de 7 de outubro de 1962.

Fato incisivo, considera-se fundamental observar no pleito de 1962, foi o prenúncio de Leonel Brizolla, noticiado no *Diário de Pernambuco*, enfatizando o grau de polaridade da política nacional, e suas possíveis consequências: “*BRIZOLLA AFIRMA QUE NÃO HAVERÁ ELEIÇÕES* § *O sr. Leonel Bizolla tem afirmado com muita ênfase e convicção a todos os amigos que não se realizarão as eleições em outubro próximo. É o que informa o*

⁸⁸ FUNDAJ. Jornal *Diário de Pernambuco*, 5/9/1961.

⁸⁹ “*O Conselho de Telecomunicações informou, esta noite, a todas as estações de rádio e de televisão que foi suspensa a censura que vinha sendo imposta aos noticiários radiofônicos e televisionados. § Também foi suspensa a censura às agências de notícias*” (*sic*). *Idem*, 05/09/1961. Notícia veiculada pelos Diários Associados, *Meridional*, Rio de Janeiro, 04/09/1961.

⁹⁰ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Luíza Carneiro Campello (MLCC). Recife, 28/05/1985.

«*Diário Carioca*»”.⁹¹ O principal argumento de Brizolla à ameaça da democracia brasileira se fundamentava na participação do capital estrangeiro norte-americano e/ou sob sua órbita na economia nacional, que ele relacionava com a miséria na qual vive o povo brasileiro. A folha pernambucana anunciou esse discurso, enfatizando que não havia plateia, sob o título: “*BRIZOLLA EM COFERÊNCIA: BRASIL ESTÁ SOB LENTA OCUPAÇÃO DOS EE. UU.*”.⁹²

Com isso o Jornal pretendeu descaracterizar o pronunciamento do Governador gaúcho, naquele momento candidato ao Senado carioca, numa clara disputa em território inimigo. Entusiasmos políticos à parte, a lente proposta por Brizolla possibilitava notar a relação entre os alinhamentos políticos e as estruturas econômicas. Observava-se, ainda, que, nas disputas de mercado, o Brasil era alvo do capital estrangeiro em luta pela ampliação do mercado consumidor, ao mesmo tempo em que internamente lutavam os grupos nacionais pela maior inserção e crescimento nos necessários realinhamentos dos investimentos de capitais internacionais.

A reportagem veiculada no dia 26 de maio de 1962, esclarece a análise proposta acima. Nela o Jornal informou que San Tiago Dantas, Ministro do Exterior, no governo Jango, chegou ao Recife acompanhado da esposa. No aeroporto dos Guararapes respondeu a algumas perguntas dos jornalistas que o esperavam no desembarque. O *Diário* resumiu assim sua missão de chanceler em visita aos países europeus: “*SAN THIAGO, VOLTANDO DA EUROPA, AFIRMA QUE A POLITICA EXTERIOR DO BRASIL NÃO SERÁ MODIFICADA*”.⁹³ Em treze dias, o Chanceler visitou a Polônia, a República Federal Alemã e o Estado de Israel “*estreitando ainda mais os laços de amizade e cooperação*”.⁹⁴

⁹¹ FUNDAJ. Jornal *Diário de Pernambuco*, 27/05/1962. Notícia veiculada pelos Diários Associados, *Meridional*, Rio de Janeiro, 26/05/1962.

⁹² “*BRIZOLLA EM COFERÊNCIA: BRASIL ESTÁ SOB LENTA OCUPAÇÃO DOS EE. UU.* § O governador Leonel Brizolla pronunciou hoje à noite, no Centro Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito, uma conferência intitulada «Denúncia à Nacionalidade». Nessa sua conferência que foi antecipada aos «Diários Associados» disse o governador gaúcho: «Aqui estou, não para discutir, mas para proceder a um chamamento público, certo de que, a partir de amanhã irei ouvir repetidas acusações de que aqui estive fazendo afirmações passionais e subversivas. Mas eu digo: será falso afirmar que nossa soberania nacional vem sendo insidiosamente solapada? [...] Por que, nestes últimos tempos, tantas empresas nacionais, sob controle de organizações internacionais, de *holdings*, trustes e monopólios? Por que nosso comércio de importação e exportação vem caindo progressivamente em poder de corporações estrangeiras, a ponto de tudo que compramos ou vendemos ao exterior ter preços fixados pela Bolsa de Nova York? [...] É ou não é verdade que nosso país passou a ser a rota preferida, num ritmo crescente, dos militares norte-americanos e agentes do pentágono, dos serviços secretos e do Departamento de Inteligência?». Idem, 23/05/1962. Notícia veiculada pelos Diários Associados, *Meridional*, Brasília, 22/05/1962. Grifo do documento.

⁹³ FUNDAJ. Jornal *Diário de Pernambuco*, 26/05/1962.

⁹⁴ “*SAN THIAGO, VOLTANDO DA EUROPA, AFIRMA QUE A POLITICA EXTERIOR DO BRASIL NÃO SERÁ MODIFICADA*”. Idem, 26/05/1962.

Sobre a missão do Ministro, informa que ele fez uma viagem de interesse para o Nordeste, mantendo, com o Governo alemão, conversas sobre “*assuntos de comércio e cooperação financeira*”,⁹⁵ em que se sobressai o papel do Nordeste, “*pois estamos pleiteando importantes financiamentos para execução de projetos de interesse econômico e social*”⁹⁶ da região, abarcados no Plano Diretor da SUDENE, “*«Volto com a satisfação de haver cumprido cabalmente a missão que me levou ao exterior»*”.⁹⁷

Observa-se uma ênfase do Jornal em explicitar que a política externa adotada pelo governo “esquerdista” de Jango, reafirmada pelo seu ministro do Exterior, era de estreitamento das relações com os países da órbita do Estado comunista russo: “*Deixou bastante claro o sr. Santhiago Dantas que essas censuras que são feitas ao Ministério do Exterior não implicarão na mudança da nossa política externa [...]: «obvio que não»*”.⁹⁸ Essa política externa adotada pelo executivo federal, de realinhamento no âmbito do mercado internacional, refletia o entendimento de grupos nacionais do movimento econômico mundial. Tal movimento apontava para a marginalização de setores decorrentes das constantes arrumações do sistema.

Para produção e reprodução do capital, a tendência do mercado em tempos de crise do consumo era marginalizar os produtores que não se adaptaram à nova relação entre capital/trabalho e a resultante “mais-valia” colocou fora do ambiente de disputa, no interior do mercado. O pleito de 1962 ainda encontrava os produtores nacionais em condições de disputas com os impérios internacionais, uma vez que o Brasil naquele momento possuía espaços de fuga, próprios de um mercado consumidor em potencial. A reorganização da produção em vista desse potencial consumidor admitia uma disputa em molde democrático: as eleições nacionais de outubro.

Ainda em âmbito nacional, observa-se que as diferenças entre as diversas forças políticas que compunham o cenário da luta de classes, ao mesmo tempo em que expressavam um clima de momento decisivo, observado nos discursos proferidos pelas diversas lideranças, geravam, por suas articulações ainda possíveis, soluções democráticas para a crise. Essa crise não pode ser entendida apenas como motivada pela dissolução das alianças políticas em qualquer campo.

De forma que a queda do Gabinete Tancredo Neves, está longe de ser um

⁹⁵ *Idem*, 26/05/1962.

⁹⁶ *Idem*.

⁹⁷ “*SAN THIAGO, VOLTANDO DA EUROPA, AFIRMA QUE A POLITICA EXTERIOR DO BRASIL NÃO SERÁ MODIFICADA*”. *Idem*, 26/05/1962.

⁹⁸ *Idem*.

argumento que sozinho explique o embate de forças que redundou no golpe de 1964, mesmo que seja útil observar, a partir dessa queda, como se rearticularam os grupos, principalmente entre a classe burguesa. De tal forma, é interessante perceber através das palavras dos colunistas as teias de relações, as disputas e a capacidade de conciliação entre as forças, a partir das reportagens sobre a “queda” ou “saída” dos ministeriais.

Em 23 de maio de 1962, surgiram as primeiras notas do caso no Jornal pernambucano, parece o início de uma crise política no tão disputado e contraditório plano federal. Com o título “*GABINETE DE TANCREDO DISPOSTO À LUTA PELA PERMANÊNCIA NOS CARGOS*”, o jornalista apresentou as origens do que se transformaria na dança do conselho parlamentar:

Os meios políticos desta Capital davam hoje como certa a substituição do primeiro-ministro Tancredo Neves e da maioria dos membros do Conselho, assim que sejam concluídos os entendimentos em torno da composição do futuro Gabinete, que deverá presidir as eleições de outubro. § O presidente do Conselho e seus companheiros, porém, parecem cada vez mais dispostos à luta pela permanência nos cargos que ocupam, utilizando as inúmeras contradições que dividem as correntes políticas nacionais e as dificuldades inevitáveis que acarretaria quaisquer alteração no atual ‘status quo’. § Fortalecendo estas disposições dos membros do Gabinete, os representantes mais credenciados da antiga oposição, cujo núcleo mais importante é a UDN, manifestavam esta tarde a crença de que os obstáculos de agora serão superados sem alterações maiores nos quadros políticos dirigentes. Aham eles que a crise iniciada na última semana tem raízes artificiais, estranhas à realidade política do País e as tendências dos principais partidos (*sic*).⁹⁹

Entre essas raízes artificiais estavam as constantes condenações de um lado e de outro de um suposto “golpe às instituições democráticas”, que continuou sendo manchete em várias edições seguintes durante o processo eleitoral e, depois, quando as urnas determinaram os rumos da administração pública desejada pelo povo.

Ainda sobre a queda do gabinete Tancredo Neves, contradizendo a manchete anterior, o jornal enfatizou na sua edição do dia 23 de maio de 1962 que houve interesse na saída do *premier* e da maioria dos ministros, em virtude das candidaturas no pleito próximo: *O dia 15 de junho próximo está praticamente fixado para a renúncia do sr. Tancredo Neves [...] arrastando [...] o gabinete, onde quase todos os componentes civis são candidatos aos pleito de outubro vindouro*.¹⁰⁰ Essa dificuldade em conceituar a

⁹⁹ FUNDAJ. Jornal *Diário de Pernambuco*, 23/05/1962. Notícia veiculada pelos Diários Associados, *Meridional*, Brasília, 22/05/1962 (manchete).

¹⁰⁰ “*TANCREDO RENUNCIARÁ NO DIA 15 DE JUNHO PRÓXIMO § O dia 15 de junho próximo está praticamente fixado para a renúncia do sr. Tancredo Neves da presidência do Conselho de Ministros, arrastando consigo na queda todo o gabinete, onde quase todos os componentes civis são candidatos aos*

mudança do gabinete era reflexo das dificuldades próprias em que se encontravam os grupos no poder, uma vez que interessava a solução conciliatória.

Sem, contudo, negar a realidade contraditória, os movimentos de vai-e-vem nas alianças, são notados. No mesmo dia, foi manchete na primeira página a preocupação de setores militares e civis com a nova composição do primeiro escalão do executivo federal: “*INFILTRAÇÃO COMUNISTA ESTÁ PREOCUPANDO CÍRCULOS MILITARES*”¹⁰¹ e “*UDN AMEAÇA RETIRAR SEU APOIO A JOÃO GOULART: ESQUERDISMO E NOMEAÇÕES*”.¹⁰² Isso em referência aos nomes cotados para assumir o cargo de primeiro-ministro, com a saída de Tancredo Neves, iminente: “*JK E BALBINO RECUSAM SER ‘PREMIER’; LOTT FOI TAMBÉM CONVIDADO* § *Anuncia-se que, convidados para suceder ao ‘premier’ [...] recusaram o convite os srs., Antônio Balbino e Juscelino Kubitschek*”.¹⁰³

Informou, ainda, a folha que haveria uma lista com doze nomes e que JK negou-se a fazer alguma indicação, quando recebeu essa lista a pedido de Jango. Entre os doze nomes, que não foram todos divulgados, estão: Francisco Negrão e Walter Moreira Salles. Segundo o jornalista do *Meridional* do Rio de Janeiro, João Goulart, numa *longa conferência*, sondou o Coronel Virgílio de Moraes Fernandes Távora, ministro da Viação e Obras, no dia anterior, sobre *a remodelação ministerial*. Dessa forma, confirmou-se um acordo na troca do gabinete, ao invés de uma crise política: “*O ministro inferiu da palestra que o sr. João Goulart está realmente decidido a modificar o Gabinete, muito embora não tivesse deixado transparecer ao sr. Virgílio Távora como ou de que forma pretende enfrentar a questão*”.¹⁰⁴

O jornal completou a reportagem informando que outra folha, *Correio da Manhã*, no dia anterior, afirmou que o nome do marechal Henrique Lott também foi cogitado para

pleito de outubro vindouro. O sr. Tancredo Neves já comunicou a decisão ao presidente João Goulart, que agora se empenha em preparar um ambiente político para a designação do sr. Walter Moreira Sales como novo «premier», com a acumulação da pasta da Fazenda. Depois o sr. João Goulart partirá para volta ao presidencialismo”. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 27/05/1962. Notícia veiculada pelos Diários Associados, *Meridional*, Rio de Janeiro, 26/05/1962. Da mesma forma, no dia /05/1962, o Jornal reportou uma chamada na primeira página intitulada: “*RENÚNCIA DO GABINETE*”. Informa: “*O Conselho de Ministros, em sua reunião ordinária de sexta-feira 31 próxima, marcará o dia certo para a renúncia coletiva do Gabinete, facilitando assim a tarefa do presidente da República e dos chefes de partidos de coordenação do novo Gabinete. A decisão, segundo fontes bem informadas, fora tomada pelo ‘premier’ Tancredo Neves*”.

¹⁰¹ *Idem*, 27/05/1962.

¹⁰² *Idem*, 26/05/1962.

¹⁰³ “*JK E BALBINO RECUSAM SER ‘PREMIER’*”; “*LOTT FOI TAMBÉM CONVIDADO*”. *Idem*, 26/05/1962. Notícia veiculada pelos Diários Associados, *Meridional*, Rio de Janeiro, 25/05/1962.

¹⁰⁴ “*JK E BALBINO RECUSAM SER ‘PREMIER’*”; “*LOTT FOI TAMBÉM CONVIDADO*”. *Idem*, 26/05/1962. Notícia veiculada pelos Diários Associados, *Meridional*, Rio de Janeiro, 25/05/1962.

o cargo, porém Jango teria restrições e não gostaria de ser pressionado a aceitar, forçado pelo ministro da Guerra e por *círculos conservadores*:

Apesar de todos os desmentidos, o nome do marechal Henrique Lott está sendo realmente sondado para o cargo de primeiro-ministro. Os defensores de sua candidatura são grupos civis e militares que preconizam a necessidade de um governo vigoroso para que as reformas de base possam ser aprovadas e postas em prática dentro do mais curto espaço de tempo. Há entretanto restrições do presidente João Goulart [...] Alertado por elementos ligados ao senhor Juscelino Kubitschek – que afirma ter sido o ex-presidente forçado pelo então ministro da Guerra [general-de-brigada João de Segadas Vianna] a admitir muita coisa que não queria – o Senhor João Goulart já manifestou [...] o receio de que isto volte a acontecer.¹⁰⁵

Essa realidade contraditória nos altos escalões traduzem as dificuldades aparentes da classe no poder para existir hegemonicamente. Os movimentos sociais avançavam, empurrados pelas condições de sobrevivência, mas principalmente pela ambivalência das ações dos comandantes do Estado. Eram constantes as ameaças do povo contra o regime instituído e o jornal deflagrou uma luta ideológica ao apresentá-las em manchetes e chamadas, ocupando páginas inteiras com temáticas relacionadas, compondo assim um quadro dramático do futuro nacional, ante um presente que já era, por si mesmo, uma tragédia anunciada.

Ao mesmo tempo, confirmavam as palavras de Brizolla e negavam a incompetência do Estado e das lideranças em promover a manutenção do *status quo* da classe no poder. Assim, apareceram os relatos sob títulos enfáticos:

CAMPONESES NO MARANHÃO PILHAM E MATAM” [...] Segundo a mensagem do governador maranhense, a cidade de Pirapemas, à margem da Ferrovia São Luís-Teresina, teria sido assaltada e pilhada por grupos de camponeses sob a orientação do deputado estadual José Bento Neves, organizador no Estado das Ligas Camponesas. A tropa estadual enviada com urgência ao local havia sido atacada, saindo mortalmente ferido o tenente comandante da força e um número indeterminado de praças.¹⁰⁶

¹⁰⁵ “JK E BALBINO RECUSAM SER ‘PREMIER’”; “LOTT FOI TAMBÉM CONVIDADO”. FUNDAJ. Jornal *Diário de Pernambuco*, 26/05/1962. Notícia veiculada pelos Diários Associados, *Meridional*, Rio de Janeiro, 25/05/1962.

¹⁰⁶ Na sessão de hoje do Senado, o Sr. Alfredo Dualibe, do PSD do Maranhão, transmitiu à casa os graves acontecimentos ocorridos no seu estado e que foram objeto de telegrama do governador Newton Belo ao Presidente da República, ‘premier’ Tancredo Neves, ministro da Guerra e Justiça. O orador leu o despacho para que conste dos anais. Segundo a mensagem do governador maranhense, a cidade de Pirapemas, à margem da Ferrovia São Luís-Teresina, teria sido assaltada e pilhada por grupos de camponeses sob a orientação do deputado estadual José Bento Neves, organizador no Estado das Ligas Camponesas. A tropa estadual enviada com urgência ao local havia sido atacada, saindo mortalmente ferido o tenente comandante da força e um número indeterminado de praças. § Por outro lado, perderam a vida cinco pessoas além de um menor. O governador Newton Belo manifestou seu temor de que possam vir a ocorrer no Maranhão novos desfechos sangrentos em diferentes regiões, pois o governo não estava aparelhado para enfrentar «a situação presente e possível evolução». O Senador Dualibe acrescentou que o tenente

SAQUEADA A FEIRA DE SERTÂNIA POR MIL FLAGELADOS FAMINTOS § Mais de mil flagelados saquearam a feira desta cidade, no último sábado, depois de ter invadido as ruas principais em busca de alimentos. § Enquanto os ferreiros recolhiam suas mercadorias, o prefeito, o delegado de Polícia, o Juiz, o Promotor e o Pároco de Sertânia saíram às ruas em busca de alimentos, conseguindo entre os comerciantes e as famílias, regular quantidade de gêneros, sendo, assim, acalmada a fúria da multidão. § Ao mesmo tempo as autoridades municipais enviaram telegramas aos governos Federal e Estadual, à SUDENE e a outros órgãos pleiteando medidas de urgência. § A população da cidade vive momentos intranquilos, na iminência de outros saques, caso não se encontre uma solução de emergência para atender aos flagelados (sic).¹⁰⁷

E continuou mostrando que o povo buscava de formas diversas solução para os problemas gerados pela má condição de sobrevivência, ocorridas no campo e também nos centros urbanos. O *Diario* relatou o caso ocorrido no Recife, uma manifestação estudantil contra a decisão do Centro dos Estudantes Secundários de Pernambuco (CESP), que acordou com os empresários dos transportes urbanos a confecção e distribuição das carteiras de estudantes.

O ato de revolta ocorreu no centro do Recife, na noite de 23/05/1962, quando secundaristas protestaram e na sequência depredaram ônibus que circulavam na capital. Aconteceu que as carteiras confeccionadas, distribuídas nas escolas, não atendiam a todos os alunos, “o informante [porta-voz das empresas] ficou surpreso pelo fato de a Escola Técnica haver requisitado carteira estudantil para apenas 94 de seus alunos, quando o total é bem avultado”.¹⁰⁸

O porta-voz das empresas de ônibus afirmou que pretendia processar os líderes estudantis e o diretor da Escola Técnica de Comércio do Recife, porque entendeu que os dirigentes das escolas estavam negando as carteiras aos alunos, em represália, causando aquele conflito que resultou em prejuízo às empresas de transporte coletivo da cidade. A manifestação estudantil foi tratada como desordem e, por isso, “A polícia foi chamada a

comandante falecera na manhã de hoje. O sr. Lima Teixeira, do PTB da Bahia, em longo discurso focalizou as recentes modificações na COFAP promovidas pelo novo presidente do órgão, sr. Max do Rego Monteiro. O último orador foi o sr. Lobão Silveira, do PSD do Pará que teceu comentários em torno da exploração das riquezas amazônicas, principalmente o petróleo, insistindo em que se deve reformular o conceito atual sobre as possibilidades econômicas da região e seu desenvolvimento” (sic). Idem, 23/05/1962. Notícia veiculada pelos Diários Associados, *Meridional*, Brasília, 22/05/1962.

¹⁰⁷ FUNDAJ. *Jornal Diario de Pernambuco*, 24/05/1962. Notícia veiculada pelo correspondente Viterbo Correia, Sertânia-PE, 23/05/1962.

¹⁰⁸ “SECUNDARISTAS, REBELADOS CONTRA O C.E.S.P., DEPREDAÇÃO ÔNIBUS: CASO TERMINOU NA POLÍCIA § cerca de cem estudantes dos colégios Carneiro Leão e Visconde de Mauá e da Escola Técnica de Comércio do Recife, à frente o secundarista Clovis Assunção, saíram às ruas do Recife, na noite de ontem [23/05/1962]. Depois de visitarem as redações dos jornais, passaram a atacar ônibus nas ruas centrais da capital, chegando, inclusive, a depredar veículos das Empresas ‘Zorrilla’ e ‘Borborema’”. Idem, 24/05/1962.

intervir”. O jornalista enfatizou:

Porta-voz dos empresários de ônibus disse [...] que os atos de vandalismo não se justificam, uma vez que as carteiras de estudantes para este ano estão sendo normalmente confeccionadas e as referentes ao exercício passado ainda não perderam sua validade. Tal movimento [...] não tem justificativa (*sic*).¹⁰⁹

Os eventos apresentados, normalmente estavam nas páginas policiais, forma de descaracterizar o ato político das manifestações populares e operárias, bem como se destacavam as ações policiais. De tal forma que se ressaltava os dias contados da *comunização* do país. Havia, e os eleitores compreendiam bem, setores civis e militares dispostos a lutar contra qualquer mudança na estrutura social nacional. O *Diario*, principal porta-voz da classe burguesa no Pernambuco, destacava diariamente as lideranças e as ações desse grupo conservador, em manchetes e chamadas que ocupavam as principais páginas do noticiário. Destacam-se:

UDN AMEAÇA RETIRAR SEU APOIO A JOÃO GOULART: ESQUERDISMO E NOMEAÇÃO § Em conversa com o presidente João Goulart, hoje, o deputado Herbert Levi advertiu-o de que a UDN retirará seu apoio ao governo, caso não sejam tomadas providências contra certas manifestações esquerdistas. Declarou também o presidente da UDN que seu partido reclama uma recomposição do Gabinete, com nomes de alto gabarito, recusando-se, em caso contrário, de participar de sua formação [a advertência foi dirigida ao Jango e à Tancredo Neves]. § Antes de se avistar com o presidente da República, esteve o sr. Herbert Levi com o ministro Vírgílio Távora, com quem conversou a respeito do problema das nomeações, que a UDN deseja restringir e moralizar. Explicou-lhe o titular da pasta da Viação que as nomeações em seu Ministério estavam na proporção [...] significando que as faria, apesar da posição adotada pelo partido, e] pretende realizar concursos para preenchimento [...] de cinco mil vagas [...] num prazo de 30 dias. Será esta a contribuição da UDN para a austeridade administrativa (*sic*).¹¹⁰

Apesar da observação irônica final do jornalista, repercutiu ao longo da reportagem a preocupação de alguns setores em afirmar o seu lugar de oposição ao governo, que abertamente era relacionado com as esquerdas “comunizantes”. Da mesma forma, o Jornal apostava, em época de eleição, em demonstrar as redes comunistas:

ETELVINO LINS TERIA COMUNICADO A PRESTES O SEU NOVO ESQUEMA § [sobre uma reportagem publicada no Correio da Manhã, seção Política] “Uma minoria treinada”, comandada por comunistas inveterados como os srs. Roberto Morena e Gregório Bezerra, é que está dando cobertura e orientação direta à campanha do prefeito Miguel Arraes, do Recife, candidato

¹⁰⁹ “SECUNDARISTAS, REBELADOS CONTRA O C.E.S.P., DEPREDA RAM ÔNIBUS: CASO TERMINOU NA POLÍCIA”. *Idem*, 24/05/1962.

¹¹⁰ FUNDAJ. Jornal *Diario de Pernambuco*, 26/05/1962. Notícia veiculada pelos Diários Associados, *Meridional*, Rio de Janeiro, 25/05/1962. FUNDAJ. Jornal *Diario de Pernambuco*, 26/05/1962.

notório dessas correntes ao Palácio das Princesas. § Por essa razão, mais estranhável se tornou a atitude do deputado Etelvino Lins, antigo inimigo público n.º 1 dos comunistas, ao defender, sem reboços, dentro dos quadros pessedistas, aquela candidatura. § Nos círculos políticos pernambucanos impera a convicção deque o sr. Etelvino Lins, ao empurrar o PSD pernambucano para essa jogada temerária, estaria fazendo parte de um esquema do qual não estaria ausente a própria cúpula comunista de que o sr. Carlos Prestes é a maior figura. § Com efeito, assinala-se, nos aludidos círculos, que a ‘guinada da facção etelvinista do PSD’ para a órbita da candidatura Arraes sômente se tornou possível depois de um encontro secreto mantido pelo deputado pelo deputado pernambucano com o sr. Luís Carlos Prestes, recentemente ocorrido. § O apoio do etelvinismo ao prefeito da Capital pernambucana teria encontrado razões de sobejo num eventual esquema estruturado no aludido encontro’ (sic).¹¹¹

Para completar a informação e reafirmar a ligação dessa rede nacional com o país líder do comunismo internacional, a folha pernambucana continuou com um subtítulo à reportagem anterior:

PRESTES RECEBE DOLARES DA URSS § A denúncia de que o sr. Luís Carlos Prestes recebe 1.200 dolares mensais para fazer relações públicas da URSS no Brasil foi feita à reportagem pelo deputado Modesto Guglielmi, da Assembléia Legislativa de São Paulo. Ao referir-se ao grande número de russos que entraram recentemente no Brasil disse ser necessário que as autoridades brasileiras atentem para o fato de terem os soviéticos declarado que só mandariam 35 funcionários diplomáticos para o Brasil, e agora nas mandam uma legião de agitadores (sic).¹¹²

Importa, ainda, considerar que essa rede, apareceu no discurso da imprensa pernambucana, como uma teia que ligava o estado à federação, observando que o comunismo já ocupou todo o espaço nacional. Assim, também, a luta travada contra a *comunização* do país exigia uma batalha ampla, em que os militantes, conscientes do seu papel fundamental na luta pela “democracia” atuava onde fosse necessário. Por isso, no dia 26 de maio de 1962, o jornal noticiou a transferência do general Dutra.

O general Osmar Soares Dutra era o chefe do Estado Maior do IV Exército, situado no Recife, quando foi designado para chefiar a Diretoria de Armamento e Munição, no Rio de Janeiro. Informou a folha pernambucana, a mudança de função ordenada pelo Ministério da Guerra, e que o comando ficaria sob a chefia interina do coronel João Sarmento.¹¹³ Como também reitera a união de civis e militares nessa “cruzada”.

Assim, foi e é exemplo dessa rede da direita nacional, a notícia de um explosivo

¹¹¹ FUNDAJ. Jornal *Diario de Pernambuco*, 24/05/1962. Notícia veiculada pelos Diários Associados, *Meridional*, Rio de Janeiro, 23/05/1962.

¹¹² *Idem*, 24/05/1962. Notícia veiculada pelos Diários Associados, *Meridional*, Rio de Janeiro e São Paulo, 23/05/1962.

¹¹³ “TRANSFERE-SE PARA O SUL O GENERAL SOARES DUTRA”. *Idem*, 26/05/1962.

encontrado nas instalações da Exposição de Indústria e Comércio da URSS, ambientada no Campo de São Cristóvão, no final de semana – 19 e 20/05, passado – em que dois inquéritos foram abertos, um da polícia estadual e outro da polícia federal, para apurar o incidente. A reportagem informa que a comissão investigadora, até aquele momento, informou que

ficou apurado no inquérito que o explosivo usado na bomba-relógio, segundo laudo pericial, é comum, o mesmo adotado nas pedreiras, não procedendo de estabelecimentos ou unidades militares”.¹¹⁴ “JORNAL SOVIÉTICO AFIRMA QUE POLÍCIA CARIOCA É RESPONSÁVEL PELO ATENTADO § “O jornal ‘Isvezitia’ diz em sua edição de hoje que os ‘realizadores do bandoleirismo contra a Exposição Soviética do Rio de Janeiro devem ter o castigo que merecem’. § O jornal denunciou o atentado foi tramado pela polícia do Rio de Janeiro, porém teve desenlace sem glória. Acrescentou, contudo, que funcionários do governo federal do Brasil havia desenvolvido grande atividade na investigação dos fatos e que dois cidadãos soviéticos que haviam sido presos, foram libertados (*sic*).¹¹⁵

O caso de ação terrorista continuou intrigando as polícias e um novo fato relacionado foi anunciado na folha pernambucana de 27 de maio seguinte: “*ENCONTRADAS GRANADAS PERTO DA LANCHAS RUSSA*”. Na reportagem, enviada pelo correspondente do Rio de Janeiro e veiculada no *Meridional*, na edição do dia anterior, os leitores souberam que

três granadas de fabricação caseira, amarradas numa garrafa, foram encontradas [... à margem da ilha onde se localiza o clube dos Caiçaras, a] 200 metros o local onde se encontrava ancorada a lancha de seis lugares da Exposição Soviética, usada para demonstrações na Lagoa Rodrigo de Freitas. Os petardos [... tinham] os pinos de segurança fora do lugar.¹¹⁶

Técnicos do Serviço Secreto do Exército, chamados ao local, notificaram que as granadas, comprovadamente de fabricação caseira, apresentavam detonadores e pinos de segurança produzidos pelo Exército e estavam prontas para explodir. O episódio ainda sem solução aguardava a presença de dois engenheiros russos para maiores esclarecimentos, e o não comparecimento desses elementos para completar os depoimentos estava dificultando as investigações. Em resposta aos jornalistas, o chefe de Polícia, sr. Nilton Marques Cruz afirmou que isso não impediria a conclusão do caso.¹¹⁷

Corroborou, assim, a participação de setores das forças armadas na luta contra o comunismo que “infesta” a nação, com a manchete no *Diário de Pernambuco*

¹¹⁴ Notícia veiculada no *UPI*, Moscou, 23/05/1962. FUNDAJ. Jornal *Diário de Pernambuco*, 24/05/1962.

¹¹⁵ Notícia veiculada no *UPI*, Moscou, 23/05/1962. *Idem*, 24/05/1962.

¹¹⁶ Notícia veiculada pelos Diários Associados, *Meridional*, Rio de Janeiro, 26/05/1962. *Idem*, 27/05/1962.

¹¹⁷ *Idem*.

“*INFILTRAÇÃO COMUNISTA ESTÁ PREOCUPANDO CÍRCULOS MILITARES*”. Nessa reportagem, a folha de notícias observou sobre a preocupação de setores das forças armadas brasileiras sobre a “comunização” do país. Informou que, nos círculos sociais, o tema estava invariavelmente em pauta: “*Ontem mesmo, no casamento da filha do Primeiro Ministro Tancredo Neves, altas patentes militares davam conhecimento de suas preocupações a alguns próceres políticos, entre os quais se encontravam o sr. Ernani do Amaral Peixoto*”.¹¹⁸

Para confirmar que aquela preocupação dos militares procedia, o jornal continuou com uma chamada colocada em seguida à manchete, intitulada: “*DISSOLVIDO NO MARANHÃO UM COMÍCIO COMUNISTA*”.¹¹⁹ Nessa ocasião, transcreveu um texto do *Meridional* do Rio de Janeiro em que o associado carioca, a partir da interlocução do sr. Vitorino Freire, chefe político no Maranhão – nascido em Arcoverde, Pernambuco – ciente pelo Governador desse Estado, narrou a *dissolução* de um comício comunista na capital, São Luís, *a jato de água*, pelo exército lá sediado. Comunicou que o comício realizado por *minoría comunista* conclamava a adesão dos trabalhadores ferroviários a uma paralização dos tráfegos de São Luís e Teresina, num período de 24 horas, a partir da meia-noite próxima. E mais: “*Assevera que elementos comunistas que dominam a seção local do PSP*¹²⁰ *promoveram o comício de cunho abertamente subversivo, tendo os oradores usado linguagem virulenta contra o regime e a autoridade constituída*”.¹²¹ O movimento grevista teria ainda a participação solidária dos estudantes, camponeses e outros setores operários. Para tal, distribuíram um manifesto de autoria de *agitadores comunistas* pertencentes àquela associação ferroviária.

Em Pernambuco, essas forças conservadoras e de reforma estavam polarizadas, no ano do pleito de 1962. A partir da fala do ex-governador e deputado federal Barbosa Lima Sobrinho (PSD), liderança entre os usineiros, tem-se uma avaliação da importância dos resultados das eleições no estado:

¹¹⁸ “*Altos chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica mostravam-se preocupados com a intensidade da infiltração comunista no País. Em reuniões informais que têm mantido, procuram encontrar uma fórmula capaz de propiciar providências imediatas do Governo, a fim de pôr um paradeiro na propaganda bolchevista no Brasil*”. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 27/05/1962. Notícia veiculada pelos Diários Associados, *Meridional*, Rio de Janeiro, 26/05/1962.

¹¹⁹ *Idem*, 27/05/1962.

¹²⁰ Partido Social Popular, criado em São Paulo, em 1946, por Ademar de Barros.

¹²¹ “*DISSOLVIDO NO MARANHÃO UM COMÍCIO COMUNISTA*”. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco* 27/05/1962. Notícia veiculada pelos Diários Associados, *Meridional*, Rio de Janeiro, 26/05/1962.

CRÊ BARBOSA LIMA EM QUE SÓ DUAS CANDIDATURAS PERMANEÇAM § O deputado e ex-governador Barbosa Lima Sobrinho, focalizando a sucessão pernambucana durante a entrevista que prestou ontem ao DIÁRIO, disse acreditar em que alguns nomes deverão ser retirados do páreo sucessório. ‘Sou dos que acreditam – afirmou – que em Pernambuco concorrerão apenas dois candidatos. As candidaturas que vão persistir, dependerão ainda de algumas dermarches. Situará as candidaturas em dois setores: a ala das esquerdas com Miguel Arraes e Barros Carvalho, e a da direita, composta pelos nomes dos sr. Armando Monteiro Filho e João Cleofas de Oliveira. § Acho que tanto o interesse das esquerdas, como o da direita, é pela polarização de votos em suas candidaturas, representativas dessas duas correntes’.¹²²

Motivo porque o noticiário destacou o registro da principal candidatura das esquerdas:

REGISTRO DE MIGUEL ARRAES REQUERIDO AO TER PELO PST § O Partido Social Trabalhista por seu delegado credenciado junto ao TRE, bel. Antônio C. A. de Barros Barreto, [...] através de uma petição ontem [22/05/1962] requereu o registro do sr. Miguel Arraes de Alencar como candidato ao cargo de governador do Estado, nas próximas eleições de 7 de outubro. [...] No documento de autorização que assinou para legalizar o pedido de registro de seu nome como candidato ao cargo de governador de Pernambuco, o sr. Miguel Arraes afirma que **«me comprometo, uma vez eleito, a atender aos princípios e programas estabelecidos nos Estatutos do mesmo Partido»**.¹²³

Atentou a que esta candidatura não servia ao estado, mas aos interesses da oposição, e esta oposição era comunista. E continuou “planfeteando” em favor da direita, com reportagens que ocupavam página inteira ou eram recortadas ao longo da edição, estabelecendo um discurso concatenado e coerentemente formado para educar contra as forças da oposição. Como exemplo da propaganda loquaz, esta matéria:

CLEOFAS: PLEITO DE OUTUBRO NO ESTADO SERÁ LUTA DECISIVA ENTRE DEMOCRACIA E COMUNISMO § Iniciando a sua campanha política [...] o deputado João Cleofas, candidato ao Governo do Estado, fez, ontem, através de uma cadeia de emissoras de televisão e rádio, o seu anunciado pronunciamento. Falou durante 40 minutos, aproximadamente [...] e terminou afirmando [...] que, «com a ajuda de Deus e o apoio do povo pernambucano, ninguém nos arrebatará a vitória».¹²⁴

A reportagem sobre o discurso do candidato continua com chamadas internas, acentuando a disputa ideológica daquela eleição:

ARRAES: ORIGEM COMUNISTA DO CANDIDATO § [Cleofas relembrou] fatos da história política do Recife, a partir de janeiro de 1959, quando o sr. Cid Sampaio assumiu o Governo de Pernambuco. Na data da posse, na ocasião em que o Governador se dirigia ao povo nas escadarias da Faculdade de Direito,

¹²² FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 27/05/1962.

¹²³ *Idem*, 23/05/1962. Grifo da tese.

¹²⁴ *Idem*.

conhecidos líderes comunistas, à frente Gregório Bezerra, apresentavam o sr. Arraes como candidato à Prefeitura do Recife [...]. § «Numa visita que fiz ao meu amigo Pelópidas Silveira – prosseguiu o sr. Cleofas – ouvi dele e de Newton Cardoso, Presidente do Partido Socialista, a manifestação de ambos radicalmente contrária à candidatura lançada exclusivamente pelo PCB. Era, no dizer deles, uma injustificável imposição». [...] Havia, no entanto, entre as forças que compunham o Governo, a preocupação de pôr em prática o programa de desenvolvimento e a reforma dos sistemas e processos de governar que constituíram a consagração da campanha do sr. Cid Sampaio. A oposição sistemática e os obstáculos que se antepunham no Governo, na execução do seu programa, fortaleceram em todos a opinião de que devia ser mantida a frente política de 1958. § Esta a razão por que o Governador decidiu empenhar-se numa solução que conduzisse a entendimento e harmonia entre as forças políticas que o elegeram. Na oportunidade, o PTB pretendia ter candidato próprio, indicando o nome do sr. Josué de Castro. O Partido Socialista todavia, cedeu à imposição manifesta no comício de 31 de janeiro.¹²⁵

E para valorar sua fidelidade, prova de sua “honra”, acusa a oposição de operar com falaciosos discursos, capazes de enganar aos mais experientes e astutos políticos:

NÃO CUMPRIU OS COMPROMISSOS § «[Cleofas acusa Arraes de, nas eleições para a prefeitura do Recife, aceitar o apoio da frente liderada por Cid Sampaio e não cumprir os acordos de campanha] jamais lograria eleger-se Prefeito. Ainda mais, surgiu, entre as forças cujo apoio êle buscava, a suspeita de servir-se de sua candidatura o Partido Comunista como forma de apoderar-se do poder. Para dirimir estas dificuldades, o então candidato fez profissão de fé não-comunista, através de declaração na imprensa local, e assumiu o compromisso de não compor o seu Governo com elementos vinculados ao comunismo. Chegou mesmo a oferecer uma carta com a confirmação desse compromisso». § O sr. Cid Sampaio, então, não hesitou, com toda boa fé, em pedir votos para êle. O apoio do Governador e a cobertura financeira das classes produtoras deram-lhe a vitória. [...] Tomando posse no Governo municipal, Arraes não cumpriu os compromissos assumidos. Compôs sectariamente o seu Govêno confirmando-o à orientação de líderes comunistas». § BATALHA DECISIVA ENTRE DOIS SISTEMAS § Três anos mais tarde – prosseguiu o candidato udenista – é o mesmo grupo funcionando disciplinadamente como sistema a serviço do Partido Comunista que tenta reproduzir o episódio da Prefeitura, fazendo a sua candidatura ao Governo do Estado. Novamente agora o Partido Socialista cedeu à imposição do grupo extremista e até o tradicional PSD contempla o seu chefe ortodoxo curvando-se à mesma imposição sob o pretexto de que Pernambuco vive num clima pré-revolucionário. § A luta que vamos travar e viver em outubro próximo não será assim uma luta comum, uma simples disputa sucessória, uma mera renovação dos quadros administrativos. Será uma batalha decisiva em que se jogam dois sistemas diferentes de vida. Os comunistas à procura do domínio das instituições nacionais tentam a par da agitação utilizar a todos [...]. As posições sustentadas em 1958, as reformas que [...] eram defendidas são substituídas agora pela pregação revolucionária» [...] UMA LUTA DE CONSCIÊNCIA § Disse ainda o sr. Cleofas que mais do que uma luta pela conquista de votos, as eleições de outubro serão uma luta de consciência, e nela se empenhará da forma mais decisiva, sem temer as injúrias «nem as tramas da demagogia» [...] não renega sua condição de usineiro, salientando que a indústria do açúcar tem a sua dimensão social (*sic*).¹²⁶

¹²⁵ FUNDAJ. *Jornal Diario de Pernambuco*, 23/05/1962.

¹²⁶ *Idem*, 01/06/1962.

Durante todo o período das eleições de 1962, reportagens com teor semelhante serão reproduzidas, tendo como principal argumento a ingenuidade do povo, que carece de alertas e de um “salvador da pátria”.

A campanha no *Diario* tomou vulto desde que foram autorizadas as propagandas eleitorais, porém não terminaram com o fim do período estabelecido pelo Tribunal Eleitoral. De modo incisivo, essa campanha continuou lembrando a inoperância do governo municipal, quando Arraes ocupou a prefeitura do Recife, desocupada para uma nova candidatura, merecendo por isso a menção de intentar apenas o poder, como, por outro lado, enfatizou o papel de homem público de João Cleofas, cioso da moral e dos bons costumes, “um homem católico”.

Ao final do pleito, quando os números confirmaram o resultado em favor da frente das esquerdas, o jornal enveredou por apresentar reportagens e artigos, associando a derrota de João Cleofas de Oliveira com a conquista da nação pela força comunista. Para tal, iniciou uma série de noticiais nas primeiras páginas e seguintes, mostrando a luta entre democracia burguesa ocidental, comandada pelos Estados Unidos da América e a ditadura vermelha sob a liderança da União Soviética.

A vitória de Miguel Arraes nas urnas foi marginalizada pelo *Diario*, motivo pelo qual não foi declarado o resultado final. Através dessa folha, os leitores souberam quando os votos em favor de Cleofas se tornaram insuficientes para elegê-lo e Arraes continuava na disputa, com tendência a ocupar a governadoria. Significou essa vitória que Pernambuco iniciava sua marcha rumo a se tornar uma “nova Cuba”, pois a capital já era comandada pelo socialista Pelópidas Silveira.

O quadro político nacional e pernambucano depois das eleições estaduais de 1962 demonstrou o labirinto em que se transformou ao que já era um meandro da política brasileira: uma colcha de tantos retalhos quantos eram os interesses do empresariado, convivendo com um monstro criado em seu próprio quintal, as forças combativas da miséria. Se, para Moniz Bandeira, tratava-se de uma luta de classes,¹²⁷ esta tese completa que, para além de uma luta entre as classes, havia o duelo interno de forças, da classe dominante, o que possibilitou, no processo, o avanço da classe trabalhadora e sua inserção na luta de classe. Propõe-se, nesta pesquisa, observar como essa luta se apresentou ainda

¹²⁷ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

no período democrático, quando as eleições ainda serviam para eleger quem ocuparia o estado e distribuíam os lugares de poder.

Às vésperas do Golpe que efetivamente destituiu João Goulart da presidência e implantou o regime de exceção no Brasil, destruindo os movimentos populares e desorganizando as oposições mais radicais, o Partido Comunista, posto na ilegalidade, ainda constituía uma força institucionalizada, as conciliações possíveis se tornaram infrutíferas e o jogo político inviável para a manutenção do *status quo* dos setores mais conservadores da burguesia nacional associada.

Conforme análise de Moniz Bandeira para o evento, em *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*, de 1977, escrito no período em que começavam as distensões da ditadura, e o movimento da anistia estava em franco desenvolvimento, tratava-se de uma luta de classes, em que facções da burguesia nacional, representada pelo governo de Jango, intentavam, ao ocupar o poder político, a continuidade do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais, e para tal, essas facções careciam de reformas, as reformas de base, necessárias para a ampliação do mercado interno e assim levar adiante a industrialização. Tal objetivo contrariava os interesses de setores da burguesia nacional associados ao capital internacional, que vislumbravam uma queda nos seus lucros, decorrentes do aumento nos encargos sociais resultantes com as reformas propostas.

A burguesia nacional percebeu no operariado e nas classes médias um apoio em favor dos seus interesses e o usou até quando entenderam que perderam o controle dos movimentos sociais. A conciliação com os setores mais reacionários da burguesia foi inevitável para manutenção dos seus interesses, aceitaram o golpe, “*entre a dominação imperialista e a sua morte como classe, prefere, sem dúvida alguma, a dominação imperialista*”.¹²⁸ Nessa obra, na sua 8ª edição em 2010, Moniz Bandeira reafirma no prefácio:

O golpe de Estado em 1964 constituiu um episódio da luta de classes, com o qual o empresariado, sobretudo seu setor estrangeiro, tratou de conter e reprimir a ascensão dos trabalhadores, cujos interesses, pela primeira vez na história do Brasil, condicionavam diretamente as decisões da presidência da República, devido às vinculações de João Goulart com os sindicatos.¹²⁹

¹²⁸ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010, 151.

¹²⁹ *Idem*, 415.

Essa relação entre o empresariado, o estado e as oposições podem ser observadas nas páginas da imprensa pernambucana nesse período. Nota-se que, no âmbito local, acompanhando o processo nacional e internacional, o plano político da direita e das esquerdas foi se movimentar o mais possível, apesar das disputas contraditórias, dentro do discurso democrático, jogando com a legalidade e o que possibilitavam as instituições civis e governamentais, inclusive o seu aparelho de segurança, as forças armadas.

O Recife, então, apareceu no cenário nacional como a cidade que refletia o avanço das oposições: seu governador eleito à época, 1962, Miguel Arraes, fora prefeito da capital e considerado o candidato das esquerdas, era normalmente acusado por seus adversários de comunista, inclusive de “*estar a serviço de Moscou*”. Sua relação com o Presidente João Goulart não era amistosa, uma vez que sua popularidade no Nordeste havia-o alçado à condição de torná-lo um presidenciável nas próximas eleições para o Planalto, em 1965.

Miguel Arraes possuía amplas vantagens no Grande Recife, mas precisava disputar espaços políticos no interior de Pernambuco, área de lideranças conservadoras, que ainda conviviam com a cultura dos coronéis. Este espaço ambicionado foi conquistado com sua política de articulações, que atraiu entre outros o apoio de partidos de centro como o PTB, controlado por José Ermírio de Moraes, empresário que ambicionava um espaço no campo da política e tinha recursos financeiros a serem aplicados na campanha eleitoral.

Miguel Arraes representou “*uma vaga coalizão de liberais, socialistas, comunistas, católicos progressistas, trabalhadores, estudantes e intelectuais*”,¹³⁰ e a crença de que era possível atingir objetivos revolucionários cumprindo a Constituição, mudanças legais e sem violência. Mote que fazia parte do projeto político da Frente do Recife, uma coligação de partidos, incluindo o Partido Comunista, que já elegera Pelópidas Silveira (PSB) para a Prefeitura do Recife em 1955.

Embora o peso articulador das esquerdas pernambucanas, influentes na região, com dois nomes nos principais cargos do executivo do estado e da municipalidade, na capital, o quadro político local representava bem a divisão de forças que imperava no país: quando Arraes foi eleito governador em Pernambuco, Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, que fez campanha com legendas subversivas, tais como “*Reforma Agrária na Lei ou na Marra*”, foi eleito deputado federal; José Ermírio de Moraes, empresário, foi eleito Senador pelo estado, e o General Artur da Costa e Silva passou o comando o IV

¹³⁰ PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil. 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972, 69.

Exército, em cerimonial no Recife, para o General Humberto Castelo Branco, lideranças do movimento golpista e futuros presidentes na Ditadura.

Advém, então, o entendimento porque o mês de março de 1964 foi marcado por uma luta entre o discurso e o silêncio: “*Comício extremamente perigoso para [...] os ideais democráticos. Goulart dava força, ele incentivava. Era um homem [...] meio indefinido [...] a inclinação maior era justamente para a esquerda. Um sindicalista*”.¹³¹ O discurso exaustivo e confiante dos que acreditavam nas reformas a partir da luta democrática, tal como o discurso que “marcou o fim do governo Jango”, no comício na Central do Brasil, em 13 de março, e o silêncio dos que agiam na preparação do golpe, olhando o desenrolar das forças populistas com sereno maquiavelismo.

Ainda, segundo Maria Luíza Carneiro Campello, integrante da *Cruzada Democrática Feminina*, em Recife, o aguçamento da crise social, que ocorreu durante o seu governo, mais profundamente entre 1963 e o evento do Golpe, resultou da “*vacilação dele*”, de João Goulart, que tinha sido eleito vice, “*Jânio era o presidente. Foi uma coisa inesperada!*”.¹³² Para ela, Jango não estava preparado para ocupar a presidência, nem tinha sido eleito para isso, naquela última eleição para o executivo federal.

Os grupos conservadores, formados por militares, empresários e políticos, apoiados pela CIA,¹³³ iniciaram desde fins de 1950 uma estratégia para conter o avanço das esquerdas. Para Maria Luíza, os grupos dominantes

não suportavam mais os desgovernos e houve uma movimentação coordenada [...] uma quebra de poder, uma tomada de poder, houve uma conspiração para isso. [E o Exército] já estava também [...inserido na conspiração] eu tive ocasião de ler um livro, [de um Marechal] onde ele conta toda a conspiração. Isso é claro, é uma coisa patente. [...] Quando nós saímos a 6 de março, foi uma coisa espontânea [...] Agora, naturalmente que aí já se tinha conhecimento das movimentações, já havia publicidade do movimento. É claro. Havia o embrião revolucionário.¹³⁴

Ela afirma que a participação da Cruzada no movimento golpista foi de pressão,

a pressão foi de movimentação da opinião pública para isso. Porque quando nós saíamos às ruas, estávamos mostrando o que queríamos. Alertávamos o povo. O Brasil perigava e eram necessárias providências. Uma movimentação de opinião pública, de apoio. Ao que se sabia estar em andamento [...] Porque todos nós

¹³¹ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Luíza Carneiro Campello (MLCC). Recife, em 28/05/1985.

¹³² *Idem*.

¹³³ Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência).

¹³⁴ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Luíza Carneiro Campello (MLCC). Recife, em 28/05/1985.

sabíamos que se conspirava [...] a Cruzada se sentiu feliz. Porque a Cruzada foi criada pra aquilo.¹³⁵

Ainda, segundo ela, um documento publicado e divulgado pela Cruzada explicava que, com o golpe, “‘*Se tudo não foi feito, mas um grande mal foi afastado*’ [...] e ela entendeu que] *o grande mal era o comunismo*”.¹³⁶ O movimento golpista, do qual Maria Luíza participava através de uma das diversas organizações e associações existentes, agia na legalidade, participando dos espaços constitucionais políticos, e na ilegalidade, organizando a tomada do poder, a partir do recrutamento, doutrinação e aparelhamento de grupos de combate. Ela se integrou no Recife, primeiro no escritório de campanha de Cid Sampaio e, ano antes da realização do Golpe, uniu-se a outras mulheres da classe burguesa e criaram *A Cruzada Democrática Feminina em Pernambuco*, com a perspectiva de intervir diretamente no processo político local, sendo ainda apoio e extensão de outras organizações fundadas no mesmo molde e com o mesmo objetivo em outras regiões do país, num movimento mais amplo.

Sobre a *Cruzada* e as associações paramilitares de direita, Maria Luíza completa, informando que os grupos nos estados eram independentes e se articulavam através de correspondências (quando enviavam os manifestos, as documentações e informações que eram socializadas) e nos encontros, como aconteceu no Rio de Janeiro, no Hotel Glória, o Congresso organizado pela associação de mulheres cariocas CAMDE, Campanha da Mulher pela Democracia.

A *Cruzada*, no Recife, recebeu o convite e ela participou como integrante. Junto com ela, foram Maria José Barreto Campello (irmã de Maria do Carmo e Ângela), Adélia Carvalho e Cristina Azevedo, que na época era a presidente. Essas mulheres faziam um trabalho articulado e estavam muito bem orientadas. E em nenhum outro estado envolveram-se mulheres tão bem organizadas e motivadas como as pernambucanas, pois, se a CAMDE, carioca, se movimentou um pouco depois da Revolução, logo se acomodou, enquanto em Pernambuco, as mulheres da *Cruzada* lutaram até 1977. Nesta organização pernambucana, integravam mulheres de todas as classes sociais, uma vez que as suas fundadoras constituíram núcleos nos bairros da periferia da capital, onde ofereciam cursos ligeiros de arte culinária, corte e costura e mantinham um calendário cívico. Aumentavam o seu raio de ação à medida em que interferiam nas comunidades, através de atividades

¹³⁵ *Idem.*

¹³⁶ *Idem.*

comemorativas, de encaminhamento de problemas, “*mas o pensamento maior era aglutinar, e isso nós conseguíamos*”.

Através de relações amistosas e conversas, elas cumpriam o papel de conquistar as comunidades: “*Conversa. Muita conversa real, sincera e nós conseguíamos. Nós tínhamos um bom lastro de amizade e até hoje nós contamos com muita gente*”. Tinham núcleos na Torre, em Campo Grande, em Casa Amarela – “*que era o melhor*” – e em Areias, “*de maneira que tínhamos contatos com a classe mais pobre e também tínhamos isso através da Associação das Lavadeiras do Alto do Pascoal, onde nós trabalhávamos muito*”.¹³⁷ A Cruzada foi responsável pela edificação da Sede dessa associação, colaborando com ajuda financeira, compra do material de construção. A aliança com a alta burguesia era feita também dessa forma, conquistando através de relações de amizades, conscientizando para os objetivos liberal-burguêses do projeto golpista:

Eu cito, por exemplo, uma pessoa que foi do conselho até a época da nossa saída – Leda Pessoa de Melo, que é uma criatura muito boa. Esposa do proprietário da Usina Aliança, mas a Usina Aliança é, vamos dizer, devia ser o espelho de outras usinas aqui de Pernambuco.¹³⁸

Esses grupos de combate, em todo o país, além de atuarem se inserindo nas comunidades populares com o intuito de desmobilizarem os movimentos e as manifestações de caráter progressista, ainda compraram e transportaram armas de alto calibre, guardadas secretamente nas residências dos conspiradores, onde recebiam instrução de manuseio, preparando-se para um confronto armado, caso os aparelhos de segurança do estado se dividissem e os setores das esquerdas reagissem e aceitassem o confronto. O armamento da direita é a justa medida da sua disposição em lutar pela sua permanente hegemonia no interior do estado brasileiro.

No Recife, as armas compradas em São Paulo, chegavam dentro dos bagageiros dos ônibus comerciais. As metralhadoras tchecas eram depositadas em algumas casas pertencentes aos empresários ligados à Federação das Indústrias. E num engenho perto do Recife, os conspiradores recebiam instruções de um oficial, também empresário e pertencente à Associação Estadual de Senhores de Engenho, liderados no estado pelo então político Cid Sampaio, contraparente de Arraes e, desde a eleição que empossou Jânio Quadros Presidente em 1960, adversário político do, depois, governador de Pernambuco.

¹³⁷ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Luíza Carneiro Campello (MLCC). Recife, em 28/05/1985.

¹³⁸ *Idem*.

Em âmbito nacional, o principal articulador do golpe era o Marechal Castelo Branco, que em Pernambuco ainda contava com os militares de alta patente Coronel Antônio Bandeira, coronel Ivan Rui, Coronel e deputado Costa Cavalcante e o Coronel Dutra de Castilho, além da indefinida atuação do General Justino Alves, que, em princípio, fora enviado ao estado para vigiar o então governador Miguel Arraes, a pedido de Jango.

Nos últimos dias do mês, pairava uma ansiedade pela tempestade dos acontecimentos. De um lado agiam os golpistas, de outro tentavam se sustentar na legalidade as esquerdas. De formas diversas esses dois campos políticos antagônicos se articulavam entre si.

A participação das mulheres burguesas dentro da *Cruzada*, no movimento golpista, foi de pressão,

a pressão foi de movimentação da opinião pública para isso. Porque quando nós saíamos às ruas, estávamos mostrando o que queríamos. Alertávamos o povo. O Brasil perigava e eram necessárias providências. Uma movimentação de opinião pública, de apoio. Ao que se sabia estar em andamento [...] Porque todos nós sabíamos que se conspirava [...] a Cruzada se sentiu feliz. Porque a Cruzada foi criada pra aquilo.¹³⁹

De outro, as mulheres dentro dos movimentos populares e dos partidos de esquerda seguiam os comandos das lideranças, principalmente confiavam nos seus eleitos nos últimos sufrágios, como aconteceu nos estados que elegeram nomes da esquerda, e do mesmo modo em Pernambuco. Confusos com a falta de iniciativa da oposição direitista mais radical, Jango, Arraes e as esquerdas tentaram tranquilizar seus partidários e eleitores discursando em favor da legalidade, mas pressentiam uma tentativa de golpe, como acontecera em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros.

Foi exemplo, na capital potiguar, a experiência vivida e relatada por Mailde Ferreira Pinto Galvão. Na época, funcionária na Diretoria de Documentação e Cultura, a convite do comunista Djalma Maranhão, prefeito eleito em Natal, no seu segundo mandato. No dia do golpe, ela estava na prefeitura e viu quando o prefeito Djalma não conseguiu se comunicar com Brasília. Ele soubera da prisão de Arraes pelo rádio e tentou falar com a rádio, sem sucesso. Então fez uma mensagem e mandou que Mailde Galvão fosse aos Correios enviar. Ela andou pelas ruas livremente, apesar da ocupação do exército e da confusão que se instalara na cidade. “*Aí comecei a andar, eu podia andar por todo canto, eu era ainda funcionária, e encontrei um telegrafista e disse ‘passa esta*

¹³⁹ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Luíza Carneiro Campello (MLCC). Recife, 28/05/1985.

*mensagem', eu sabia que ele tinha uma posição boa, aí ficou com a mensagem para passar e não passou".*¹⁴⁰

O Djalma Maranhão estabeleceu na prefeitura o quartel da legalidade, e “*a legalidade era Jango*”. À noite, ela, o prefeito e alguns chefes estavam no salão do prédio-sede da municipalidade quando ouviram uma barulheira nas escadas. O exército iniciara a invasão arrombando a porta com os pés e gritando para que saíssem todos, “*Prá fora, seus comunistas [...] acabou a baderna!*”. Eles saíram dessa forma, apesar da tentativa de resistência do prefeito, “*o prefeito levantou-se num impulso, Djalma era muito impulsivo, aí tive medo que ele fosse para cima do cara com a metralhadora*”.¹⁴¹ Sob os insultos dos executores da prisão, utilizando palavras de baixo calão, que ainda ostentavam armas de grosso calibre, o prefeito algemado foi preso. Fecharam a porta da prefeitura e selaram a deposição.

Em Pernambuco, Miguel Arraes aguardou no Palácio sua deposição, ordenado pelo comandante do IV Exército. Recebeu os executores na sala da governadoria, onde os *flashes* guardaram para sempre a prisão do homem que foi o símbolo maior do alcance das forças revolucionárias no país. E o golpe firmou sua pedra angular.

¹⁴⁰ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Mailde Ferreira Pinto Galvão (MFPG). Natal-RN, 09/12/2004.

¹⁴¹ *Idem*.

CAPÍTULO III

DE BANDEIRAS E BANDEIROLAS: mulheres e militâncias (partidos e movimentos sociais nos anos 1960)

*Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer.¹*

A década de 1960 desembarcou no Porto do Recife, atravessou o passeio de pedras irregulares, pisou a marca ponto zero, onde a cidade se origina, de costas para o mar e para o abismo de águas do cais natural. Poucas pessoas notaram que ela estava um pouco menos esbelta, e aquele ar americano tinha saído de sua face um pouco mais magra. Não notaram porque ela trazia bandeiras em volta do pescoço, de cores fortes, tremulando ao vento que vem do oceano e invade as ruas por entre os edifícios, sopra as janelas da Bolsa de Valores, divide-se entre a rua Rio Branco e a Marquês de Olinda para encontrar o rio Capibaribe, deixando para trás a Maurício de Nassau, e soprar a Conde da Boa Vista.

O corte reto do seu *tailleur* contrastava com o volume das saias que ainda enchiam seu guarda-roupa colonial, que ficou na casa rosada. Ela deve ter pensado que isso era bom, porque o ônibus elétrico que ia circular nas ruas do Recife, tomando o lugar do bonde que se arrastava contra a modernidade, pedia mais agilidade e menos cerimônia. A cintura marcada, naquele momento, apenas por um estreito cinto do mesmo tecido do vestido, significava que sua mala não devia ser tão pesada dos modismos pomposos, exuberantes, de quando partiu nos *anos dourados*.² As cores em tela de Mondrian³ pintadas no tecido de algodão pelas mãos do *enfant terrible* ou Saint⁴ da moda, expressava o verbo que a seduzia, movimentava seus passos “e permitia penetrar naquela meada de linhas, planos e cores sem objetividade aparente [...] sem assunto mas também sem figuras, sem objetos

¹ VANDRÉ, Geraldo. *Pra não dizer que não falei das flores*. Brasil, 1968.

² Referência à década de 1950.

³ Referência à tela MONDRIAN, Piet. *Composition II in red, blue and yellow* (Composição II em Vermelho, Azul e Amarelo). Holanda/EUA, 1930.

⁴ Referência ao estilista francês da Alta-costura Yves Saint Laurent (1936-2008).

reconhecíveis”.⁵ Foi apenas ontem o *réveillon* e já parecia que mundos a separavam de si, daquele dia do seu passado, mais que o tempo. Será que estava mais velha e taciturna? As bandeiras de que era haste agitavam forte juventude, uma vontade de coisas novas.

Psicodélicas nuvens transpareciam num céu azul sob intenso sol e preenchiam a paisagem em que pretendia caminhar seguindo a multidão: “*Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás*”.⁶ Palavras de ordem rabiscadas nas paredes dos prédios e nos muros permitiam que ela identificasse as lutas travadas cotidianamente sem que pudesse explicar o que realmente mudou. Parecem ainda ecoar do poema de tantos anos o sangue e o suor de espectros transeuntes nas cálidas palavras de terrível sentido, “*a cidade, eu vejo, está transfigurada: É um campo desolado, negro, enorme, Onde rasteja ainda/O último rumor de uma Batalha/E a massa negra dos edifícios, As torres agudas recortando o azul sombrio, Cadáveres revoltos, remexido, Com os braços mutilados/Erguidos para o céu*”,⁷ *La Jetée*,⁸ o passado e o futuro que se encontram quando alguém morre.

Antes de pisar esse chão, tudo parecia tão simples nas imagens hollywoodianas, quando as mulheres desfilavam joias, bocas vermelhas e cabelos louros encaracolados.⁹ O amor era a tônica da felicidade e os gatos dividiam a cena no feliz *the end*.¹⁰ Uma canção ao longe parecia querer embalar os sonhos... “*Assim se passaram dez anos/Sem eu ver teu rosto/Sem olhar teus olhos/Sem beijar teus lábios assim...*”¹¹ E os jornais de domingo insistiam em desacreditar o que as ruas já nem paravam mais para ver:

Você é outra. A Sombra da que foi. Quem diria [...] o modelo-vivo-de-menina-bem-comportada, você que na opinião das mães era a essência de menina gênero bom partido, haveria algum dia de frequentar **boîtes de nuit**, usar esses vestidos ideais para mostrar muito e esconder pouco? Sim, quem diria que você algum dia fumaria cigarros, dançaria mambo e beberia martinis [...] um novo penteado e um ar premeditado, dramático, de mulher por quem os homens se matam... (*sic*).¹²

⁵ PEDROSA, Mario, 1951, *apud* TEXEIRA, Flávio W. *O Movimento e a linha: presença do Teatro do Estudante e d'O Gráfico Amador (1946-1964)*. Recife: Universitária UFPE, 2007, 17-8.

⁶ “Há que endurecer, mas sem perder a ternura, jamais”. Frase consagrada ao guerrilheiro argentino Ernesto Rafael de la Serna, El Che (1928-1967), que lutou ao lado de Fidel Castro na Revolução Cubana. Tradução livre.

⁷ CARDOZO, Joaquim. “Recife de Outubro”, 1925.

⁸ MARKER, Chris. *La jetée*. França, 1962 (romance fotográfico).

⁹ Referência ao filme HAWKS, Howard. *Os homens preferem as loiras* (Gentlemen prefer blondes). EUA, 1953.

¹⁰ Referência ao filme EDWARDS, Black. *Bonequinha de luxo* (Breakfast at Tiffany's). EUA, 1961.

¹¹ HERNÁNDEZ, Rafael. *Dez anos* (Diez Años). Versão de Lourival Faissal. Brasil, 1951.

¹² FUNDAJ. Jornal *Diário de Pernambuco*, 03/04/1952, 6. Grifo do documento.

Então, ela trocou as meias-ligas e os saltos pelas botas tão paramilitares: “*Rebeldia contra a ordem e revolução social por uma nova ordem mantinham diálogo tenso e criativo, interpenetrando-se em diferentes medidas na prática dos movimentos sociais, expressa também nas manifestações artística*”,¹³ nas idas e vindas cotidianas, na vida pública e na vida privada.

Queria-se criar o homem novo, numa mistura de Marx e Che, integrando o passado e o presente nacional, nas raízes rurais do coração do Brasil. Queria-se refazer romanticamente o traçado científico das linhas freyrianas, que equilibrara as raças em harmonia a partir de novas linguagens, aproximadas pelas tecnologias modernas dessas feições mundanas de diversão e prazer das ruas, dos encontros: *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, envoltos no sonho de liberdade de *Ganga Zumba*, expresso na melodiosa *Arena conta Zumbi*, narrativa de um só homem feita de várias vozes sem cenário, caminham para o paraíso do *Quarup*.¹⁴

Por essas formas tortuosas, na capital paulista, em 1955, um grupo de jovens da União Paulista dos Estudantes, ligados por filiação ao Partido Comunista do Brasil (PCB), empreitou a tarefa de criar o Teatro Paulista do Estudante (TPE), com o objetivo de politizar através da arte. Era o nascimento da arte engajada, “*uma vinculação entre arte e política, que marcou um florescimento cultural que se estenderia até o final de 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5)*”.¹⁵ Sucederam o TPE, em São Paulo e em outras regiões do país, acompanhando a proposta original, ou propondo outras formas de representar e se relacionar com a realidade, o Teatro de Arena, os Centros Populares de Cultura (CPC), o Teatro Opinião, o Cinema Novo, e um desviante *Tropicalismo*.

Os espaços de cultura abertos foram responsáveis pelo avanço da arte cênica e a valorização do cotidiano nacional como mote para as suas criações. Os seminários de dramaturgia, a partir de 1958, promovidos pelo Teatro de Arena paulista, incentivou a escrita e promoveu a encenação de peças de autores nacionais preocupados com os problemas e as questões referidas pela sociedade brasileira. Obras da dramaturgia clássica

¹³ RIDENTI, Marcelo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2003,133-166, 135.

¹⁴ Referência ao Cinema Novo, filme de ROCHA, Glauber. *Deus e o Diabo na terra do sol*. Brasil, 1964, retrato do conflito e da luta pela terra; ao filme de DIEGUES, Carlos. *Ganga Zumba*. Brasil, 1964 e à peça BOAL, Augusto. *Arena conta Zumbi*. Brasil, 1965, ambos baseado na História de Zumbi e da luta quilombola, e o romance CALLADO, Antônio. *Quarup*. Brasil: Nova Fronteira, 1967, que narra a trajetória de um padre pernambucano que sonha em estabelecer “uma nova terra prometida” em terras indígenas. RIDENTI, Marcelo. “Cultura e Política: os anos 1960-1970 e sua herança”. 2003,133-166, 136.

¹⁵ *Idem*, 138.

foram traduzidas e adaptadas à realidade nacional, impondo um teatro reflexivo e uma arte envolvida com os movimentos populares. Evitava-se importar os enlatados hollywoodianos, do *show business* que ditava a moda acompanhada pelas empresas de entretenimento do país. “*Estavam na ordem do dia a nacionalização e a popularização do teatro*”,¹⁶ do cinema, da música e da literatura brasileiras. Esse trabalho de conscientização através da arte, depois do golpe de 1964, transformou-se em trincheira de resistência utilizada pelos seus integrantes que a maioria militava em diversas organizações políticas de esquerda ou eram simpatizantes.¹⁷ Caracterizada pelo baixo custo, temática voltada para o cotidiano do povo brasileiro, a dramaturgia nacional foi responsável pelo testemunho nessa época de uma “superpolitização da cultura”, principalmente nas camadas médias intelectualizadas, mas não menos entre os setores trabalhistas.

A onda educativa que tentou lavar da ignorância o povo e teve como palco os programas de rádio, desde a Era Vargas, os diversos movimentos de Alfabetização de Adultos e Adolescentes, incluindo o revolucionário método criado por Paulo Freire, em Pernambuco, as escolas de catequese da Ação Católica, e, no governo militar, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foram iniciativas que se transformaram em movimentos culturais e políticos, amplamente aproveitado pelas esquerdas e requalificados pelo povo, seu público-alvo. Essa onda educativa possibilitou o avanço das lutas e a penetração dos ideais de justiça social, tendo como suporte os espaços de cultura popular. Consequentemente, tornou a esquerda forte nesse setor, resultando na afirmação de Roberto Schwarz de que havia uma “hegemonia cultural de esquerda”.¹⁸

Um sentimento de querer saber parecia ondular no horizonte de homens e mulheres, desde meninos, quando se deslocavam entre os engenhos de cana, as fazendas de café e de gado, ora fugindo de uma estiagem, saindo do sertão, ora compondo com a paisagem cinza da zona da mata na entressafra, adentrando outra vez na direção do sertão, subindo e descendo os caminhos das serras no intervalo do agreste. Esse sentimento emociona Maria Leônida Lopes,¹⁹ Nida desde sempre, quando se lembra do seu pai, contando que a primeira palavra lida na rua de Garanhuns foi *fratelli vita*, juntando as letras nas sílabas. Uma recordação tão doce quanto o refrigerante de guaraná da Fratelli Vita, que a gente só tomava nas festas ou num mimo merecido quando se estava doente de cama. Foi assim que

¹⁶ RIDENTI, Marcelo. “Cultura e Política: os anos 1960-1970 e sua herança”. 2003, 133-166, 139.

¹⁷ *Idem*, 139.

¹⁸ *Idem*, 143.

¹⁹ Entrevista: Maria Leônida Lopes (MLL). Recife, 10-27/02/2012.

Nida entendeu desde cedo a importância de ler, ouvindo Chá Preto historiar as poucas memórias de uma juventude vivida para ser esquecida, porque os pais não falavam muito de si e os filhos pouco sabiam porquê. Mas ela sabe dele contar que, quando saiu de um lugarejo na zona da mata pernambucana, estava andando feliz ao lado do irmão que veio buscá-lo quando ficou só, olhando a vó de Nida sumir no trem, indo para a capital se tratar para nunca mais. Aquele irmão mais velho que Chá Preto só via de vez em quando, em visitas ocasionais à casa da mãe. E naquele momento ele ia contente, sem paradeiro, seguindo o irmão que rumava para outra freguesia em busca de apenas arranjar uma forma de alimentar o caçula. E seguiu assim na companhia de uma família de outros retirantes, sertanejando, subindo a serra até a cidade das sete colinas, quando o irmão ficou para trás, separados por causa de um ferimento na mão, acidente numa pedra dum rio, que precisava tratamento.

Essas histórias de separação são contas nos rosários dos que vivem retirantes. Nas memórias de Gregório Bezerra, o sentimento de abandono só dura o tempo de uma lágrima ou de uma cara zangada para depois ser passado, porque outras ausências tomam lugar. Ele relata em suas *Memórias* o dia em que

estávamos viajando rumo ao sítio de vovó, em Panelas de Miranda, de onde havíamos saído, acoissados pela seca em dezembro de 1904. [...] saímos de madrugada [...] minha mãe montada no velho cavalo Passarinho com quatro irmãos mais novos dentro de dois garajaus, dois de cada lado. Tudo marchava bem. [...] duas horas depois, passamos um pequeno rio. Minha mãe apeou-se, bebeu água, lavou o rosto para refrescar-se. Foi infeliz: resfriou-se; dela se apoderou uma forte dor de cabeça [...] forramos o chão com uma coberta, ela deitou-se para não se levantar mais. Parte da caravana tinha se adiantado.²⁰

Depois da morte da mãe na estrada, a avó entregou o irmão mais novo²¹ e, depois, mandou a irmã mais velha para serem criados por outras famílias, os outros se dispersaram, igualmente a ele, e o comunista só se reuniu em família, com uma parte dos irmãos, anos depois, todos morando no Recife, para onde tinha migrado: “*Em dezembro de 1913, cheguei-me outro irmão. Era o mais velho dos solteiros. Chamava-se Tomás. Éramos quatro em Recife, agora. Depois da morte da minha mãe, aos poucos a família ia se juntando. Fizemos um mundo de projetos. Todos em vão. Todos os irmãos estavam*

²⁰ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, 60.

²¹ “‘Cadê a quiança?’ Minha avó respondeu que estava na cozinha e indagou: ‘Vai leva o minino, cumpade?’ ‘Vim pra isso, cumade!’ ‘Antão espere que vou vê ele’. Entrou e, quando saiu, foi puxando meu irmão pela mão e entregou-o ao compadre, que montou no cavalo, pôs meu irmãozinho na sela e partiu’”. *Idem*, 65.

empregados [...] Éramos analfabetos”.²² Gregório Bezerra continuou analfabeto até mesmo depois de entrar para o serviço militar, em 1922, “*O que mais me preocupava era o meu atraso. Sabia que não podia progredir sendo analfabeto, nem no Exército nem fora dele*”.²³ Foi nesse ano que fez seu registro civil, “*Terminei de ajeitar meus papéis para ingressar no Exército. Em dezembro de 1922, era soldado, um homem diferente devido à farda*”.²⁴

Como Gregório, Chá Preto, o pai de Nida, teve o nome registrado pela primeira vez na hora do serviço militar, que não prestou, porque não tinha físico. Antônio Mariano Lopes, era assim no registro. Mas diferente foi a data que anotou na certidão, porque não gostava de ter nascido no dia em que a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, nos idos de 1913. A ausência do estado possibilitou o espaço de mobilidade e Antônio se libertou do trauma da sua origem. Foi esse Lopes o nome que o esposo deu para Maria, a moça que encantou a vida de Antônio e com quem iniciou uma família com sete rebentos, na véspera da festa de São João. Uma família que por muito tempo não tivera, quando, então, passou a “*ser dono de si*”.²⁵ “*Ela era apenas Maria*”,²⁶ e na sua naturalidade cantava as marchinhas de carnaval que aprendera nas idas ao Recife, onde gostava de ouvir “*falar o francês*”. As tias de Nida viviam na capital, empregadas domésticas, enquanto sua mãe cresceu órfã na casa do pai e da madrasta, uma vida simplesmente maria.

Tão diferente era Nida, que botava em polvorosa as freiras do Colégio das Damas. Porque “*Garanhuns era uma festa [...] Eu dancei muito!*”²⁷ Debutava-se entre os 15 e 16 anos, naquela época da escola normal para as moças, momento de se inserir nos passeios públicos junto às amigas, usando os vestidinhos curtos, que copiava das revistas e dos filmes, que é como a moda chegava à cidade, ainda sem muitas ousadias de vestir calças compridas. Frequentar o parque Pau-pombo,²⁸ o clube do SESC²⁹ e na Semana Santa participar da “*guerra da pitomba*”.³⁰ Aquele era um “*momento encantador*”, quando saía da escola, comprava pitomba na feira e começava o carnaval de jogar a frutinha, uma bolinha de casca dura, nos passantes. Para depois ouvir o sermão das irmãs que “*sempre*

²² *Idem*, 143.

²³ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, 193.

²⁴ *Idem*, 185

²⁵ Entrevista: Maria Leônida Lopes (MLL). Recife, 10-27/02/2012.

²⁶ *Idem*.

²⁷ *Idem*.

²⁸ Parque Ruber van der Linden, reserva ecológica e parque recreativo no centro urbano de Garanhuns.

²⁹ Serviço Social do Comércio, entidade recreativa e de assistência mantida pelos empresários do comércio de bens e serviços.

³⁰ MLL.

sabiam de tudo”,³¹ mas todo ano a brincadeira se repetia, como se repetia a homilia zangada da freira. Como também se repetiam as festas de São João, com outros casamentos. A zona rural e as cidades vizinhas, Jupi, Brejão, Jurema se confundiam com a capital do agreste e nessa época subia-se nos caminhões e nas caminhonetes de particulares para ir à folia onde tivesse uma “quadrilha” e “um arrasta pé”, as festas do calendário.

O que era todos os dias mesmo era o cinema. Chá Preto passava os dias na Comercial Ferreira Costa³² e as noites na bilheteria do cine, fazendo a alegria gratuita de Nida e das amigas que a acompanhavam todos os dias para ver as películas e viajar nas imagens, porque com os rapazes só depois de formada no Magistério. Cada cena era um pedaço de sonho que fazia as fantasias da menina-moça rodopiarem. *Sissi*,³³ assistiu os três! Não perdia as séries, sempre aos domingos. Recorda as aventuras de Tarzan.³⁴ Mantinha uma agenda com os nomes dos filmes e dos atores, tudo ali apontadinho.

“*Adolescência era só o rádio e o cinema [...] não era só informação [...o rádio] era a paixão do meu pai*”.³⁵ E com Chá Preto, Nida aprendeu a esperar pela programação em língua latina das rádios da Europa, “*Transmite Estocolmo Rádio Difusora da Suécia...*”.³⁶ Ela e Eleusa, a irmã mais velha, tinham os ouvidos ligados em tudo que era notícia e entretenimento. Soube da morte de Vargas, ainda menina, mas muito sabida, pescando as “novas” espalhadas nas ruas enquanto caminhava ao lado da mãe. Cartazes e capas de revistas nos “*bancos*” competiam com as ondas sonoras para informar a tragédia nacional. Nessa época ela estudava em escola pública, que era onde curasavam o primário e o ginásio. Depois, seguindo os passos da irmã, foi completar sua formação média no Colégio das Damas, para onde iam as meninas, cujos pais podiam pagar os estudos. Em Garanhuns não tinha ainda o ensino público para os cursos Normal e Técnico. O que muitas vezes foi um constrangimento só, porque o pai fazia um esforço para manter as filhas na escola e nem sempre as freiras observavam.

³¹ *Idem*.

³² Loja de comércio de ferragens, fundada em Garanhuns, em 1884, pelo português João Ferreira Costa e irmãos.

³³ MARISCHKA, Ernest. *Sissi*. Áustria, 1955. O épico narra a história romântica da Princesa Sissi, que conquistou o coração do Imperador, ao qual a sua irmã Helena fora prometida. No roteiro, os dois se apaixonam e vivem o drama de um amor impossível. Os outros dois filmes da trilogia continuam a história do casal até a coroação de Sissi, Imperatriz da Áustria. Foram lançados em 1956 e 1957, mantendo os principais atores no elenco, Romy Schneider (Princesa Elizabeth da Baviera, Sissi) e Karlheinz Böhn (Imperador Francisco José I da Áustria).

³⁴ Tarzan, o Jim das Selvas, estrelado por Johnny Weissmuller, foi uma série de 16 filmes feitos para a Columbia Pictures, entre os anos de 1948 e 1955. No Brasil, nas telas do cinema, costumava passar depois do *Reporter Esso*.

³⁵ Entrevista: Maria Leônida Lopes (MLL). Recife, 10-27/02/2012.

³⁶ *Idem*.

O tempo passou num átimo! Entre os anos de 1963 e 1964, Nida terminara o ensino médio e já recebia um salário, depois de um estágio de seis meses, que fazia no MEB,³⁷ auxiliando na equipe de alfabetização pelo rádio. Atuava junto com a irmã Eleusa, que começara antes nesse trabalho. O MEB

era um movimento coordenado pela CNBB,³⁸ [...] características políticas [...] mas com vida própria [...] e desenvolviam um trabalho de educação [...] voltado para a alfabetização e consciência [das populações rurais]. Constava de dar aulas no rádio [pelas] três moças que trabalhavam, inclusive a minha irmã mais velha [Eleusa...] Elas davam aula pelo rádio, elas davam treinamentos aos monitores [...], eles eram os trabalhadores rurais que eram treinados para ensinar aos outros trabalhadores [...], aqueles que sabiam ler vinham ser treinados aqui [na cidade de Garanhuns], aí tinha toda uma programação de treinamento. [...] elas [as professoras], por sua vez, já tinham sido treinadas [...]no Recife [...] por pessoas de nível superior que trabalhavam na coordenação central. [...] Foram criados em algumas cidades, assim, consideradas polos [...] no interior [...] em Garanhuns tinha, como tinha em Caruaru, Pesqueira.³⁹

As programações eram ao vivo, todas as noites, “*e uma escutava as aulas das outras, transmitidas*”.⁴⁰ As aulas aconteciam durante a semana, no intervalo de uma hora, entre 18h00 e 19h00, da segunda a sexta. O tempo era dividido entre as aulas, aproximadamente vinte minutos. Funcionavam, normalmente, de forma que, as aulas

eram aulas divididas em linguagem, matemática e ciências sociais. Então, tinha a responsável por matemática, porque tinha gente suficiente para ser. [...] Éramos todas mulheres, a maioria, sempre eram mulheres [...]. Tinha a professora de matemática, que era Rildete,⁴¹ tinha a professora de linguagem [que era ela mesma, Nida...] e tinha a professora de ciências sociais, que era Zezinha. No sábado, era uma festa, [...] era uma mini-avaliação com ciências sociais e com muita música, e sempre homenageando um cantor nordestino [...] ou um poeta nordestino [...] ou eles mesmos, que vinham e ali eles falavam tudo o que eles queriam, tudo o que eles sabiam [...], era uma avaliação das vidas do trabalho e também da alfabetização.⁴²

Os sábados eram também para os treinamentos, que aconteciam semestralmente. Esses treinamentos serviam para avaliar os alunos, os trabalhos dos agentes, reavaliar as estratégias pedagógicas, organizar e reorganizar o programa, “*para saber como estava a educação*”. E, para saber bem, fazia parte do trabalho das professoras do rádio, elas iam até as comunidades atendidas pelo projeto de educação do MEB, “*fazer um relatório, uma*

³⁷ Movimento de Educação de Base.

³⁸ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

³⁹ Entrevista: Maria Leônida Lopes (MLL). Recife, 10-27/02/2012.

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ Hoje, mora na Dinamarca.

⁴² MLL.

avaliação do programa de alfabetização, assistir às aulas, ver como era que chegava”,⁴³ a qualidade da transmissão.

Na equipe de alfabetização do MEB, havia um técnico com o emprego de instalar o rádio. O aparelho ficava, normalmente, na casa do “líder”, aquele escolhido entre os moradores da comunidade, que podia ser um homem ou uma mulher. Essa escolha era feita mediante a prova de capacidade para cumprir a função, exigindo-se apenas que já fosse alfabetizado e soubesse “re-transmitir” as aulas ouvidas no rádio para os outros alunos e alunas da sala de aula.

Eles vinham muito arrumados, todos provando que sabiam ler. Faziam a carta e entregavam a gente... a gente ria muito. Tinha um senhor chamado Seu Manoel da Sementeira, então, ele escreveu a carta e disse: ‘Trouxe aqui a carta’. Ele queria me dizer que estava escrevendo....⁴⁴

As salas de aula nas comunidades, além do rádio, compunham-se de mesas com cadeiras e um quadro de giz. As cartilhas usadas eram distribuídas para cada estudante. Uma vez escolhidos os líderes, esses se deslocavam, por um período, para a cidade-polo. Nesse momento, os monitores passavam por um treinamento e a temporada dependia da disponibilidade do trabalhador, porque não era prática prejudicar as atividades que eles cumpriam no campo. Quando eles voltavam para a comunidade e começavam as aulas, nas salas da comunidade, o método invariavelmente era,

[por volta de] uma hora entre seis e sete da noite, na Rádio Difusora de Garanhuns [...] então, o técnico [da rádio] já sabia que horas deveria entrar com determinada música, isso porque nós, de tarde, já telefonávamos para lá e avisávamos: ‘hoje você vai entrar com essas e essas músicas, e ele colocava’ [...]. Então, eu começava às seis, cumprimentava os monitores e ia dando a aula. A aula era mais ou menos isso: ‘Monitor, por favor, pegue o giz...’, [dizia isso bem] len-ta-me-nte. Justamente [para] dar tempo de ouvir, apreender, absorver e fazer, porque tá ali [o monitor na sala da comunidade] com um bocado de aluno. ‘Pegou monitor? Vá ao quadro’. Então, você passava vinte minutos para fazer toda essa... passar para ele como ele deveria repassar, o “como”... ‘Escreva a palavra...’. A gente usava o método Paulo Freire pelo rádio. Usava a cartilha dele, usava o método dele... adaptado né? Porque Paulo Freire fez um método para você usar na comunidade que não é um método de alfabetização, é um método de vida. Independentemente... de onde você esteja inserido. E nós fizemos esse método adaptado a uma situação dos trabalhadores rurais que queriam se libertar pela alfabetização, porque não sabiam ler... E nós saímos de Garanhuns porque a ditadura conseguiu acabar com esse programa... Eu comecei em [19]64 e sair em [19]66. Mas que a gente tinha assim um número enorme de pessoas que se alfabetizaram!⁴⁵

⁴³ *Idem.*

⁴⁴ Entrevista: Maria Leônida Lopes (MLL). Recife, 10-27/02/2012.

⁴⁵ *Idem.*

O MEB acabou em todo o estado de Pernambuco, no Recife primeiro. Depois, cada polo foi fechado no interior do estado. Garanhuns durou um pouco, porque o Bispo da cidade, segundo Nida, conseguia protelar, justificando que as “*meninas*”, as professoras do rádio, não estavam envolvidas com os movimentos subversivos que o golpe aniquilou.

Nida, no entanto, não tinha muitas dúvidas, “*Eu sabia que tinha uma relação*”. Ela tinha consciência da qualidade das atividades desenvolvidas por ela mesma e pelas colegas, inclusive sua irmã, que era uma liderança reconhecida em Garanhuns. “*Nós éramos da Ação Católica, que era a origem da nossa ação política*”. Uma prática iniciada ainda dentro do Colégio das Damas, onde havia um núcleo da JEC, Juventude Estudantil Católica, incentivada pelas freiras, seguindo o modelo de intervenção social proposto pela Igreja aos seus fiéis.

Essa lembrança de uma época da catequese católica também povoa a memória de Maria do Socorro.⁴⁶ Olhando para trás, recorda o Colégio Sagrado Coração, em Caruaru, das freiras beneditinas: as cortinas pesadas, grandes, com lindas barras, bem diferentes dos algodõezinhos das janelas da sua casa. Ela se lembra da Madre Madalena, uma professora alemã, que “*abriu uma janela no seu mundo*”⁴⁷ nas aulas de filosofia, artes, matemática e inglês. No seu *imaginarium*, um colégio imerso no silêncio, onde nem os pés arrastavam nos longos corredores nem nos degraus das escadarias. E foi nesse colégio, “áspero” que ela aprendeu a humanidade. Madre Madalena passava em sua casa e a levava para a Rua do Lixo, para fazer o sacerdócio e comentava: “*‘Eu não sei como essas pessoas não se revoltam’*”.⁴⁸ Maria do Socorro despertou!

Despertaram na ação católica. Dessa prática resultou a Ação Católica, um movimento consequente da militância de universitários e secundaristas, nos anos 1950, de alguma forma, comprometidos com o ideal de justiça social, precipitando um engajamento e um movimento político. Inicialmente, essa participação tinha o apoio das instituições católicas, como parte de um modelo de cunho piedoso. Até o momento quando o movimento se radicalizou, transformando-se em uma militância independente, na Ação Popular (AP).⁴⁹ Bem como, Nida percebia que sua fala se confundia com a fala do

⁴⁶ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria do Socorro Ferraz Barbosa (MSFB). Recife, 10/10/2011.

⁴⁷ *Idem*.

⁴⁸ *Idem*.

⁴⁹ Ver: MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64*. São Paulo: Expressão Popular, 2011, e REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (orgs). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

sindicato rural, o SORPE, Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, liderado por um padre da cidade, que funcionava numa sala vizinha a sua, num prédio cedido pela Igreja:

Nos nossos programas, a gente dava um toque de consciência, de sindicato rural, que era importante, a questão corporativa, os salários... essas coisas chegavam e a gente repassava... e os meninos do sindicato já estavam nessa linha. Eu me lembro que quando o livro **Até Quarta Isabela**,⁵⁰ do nosso querido [Francisco Julião] os meninos do sindicato já foram logo mimeografar, a gente foi logo datilo[grafar para depois] distribuir.⁵¹

“Aonde o rádio alcançasse!”⁵² Esse era o limite das expectativas de atuação do MEB. Entre as cidades-polos, o limite era a outra cidade-polo. E o limite de Nida era transformar o mundo através de cada pessoa que ela ajudava a alfabetizar, por isso ela ria! E pensava: “*Eles tinham o rádio, eles estavam em contato com o mundo*”.⁵³ Essas crenças também chegaram pelo rádio nas casas alagoanas, enfiavam-se embaixo da mesa da cozinha e já estavam quase na sala, quando foi saindo pelo quintal, enquanto a mãe gritava por ela, – Maria Alllbaaa!, para ela entrar que o “bolinho de chuva” esfriava.

Ela lembra a infância pobre, de passear no bonde que subia até o Bairro do Farol, por causa do farol erguido no ponto mais alto da cidade, o Planalto da Jacutinga. A vista era feita da luz verde que descia até morrer nas águas da praia, que completava a principal avenida de Maceió, e das casas de grandes sítios, moradas majestosas das famílias coloniais, com seus floridos jardins que a urbanização acelerada foi destruindo, como as peças de um dominó que se vão derrubando.

Guarda na boca ainda o gosto da criatividade culinária da mãe que transformava e multiplicava o pão, e dos encontros nos “Círculos Operários”, aquela “*experiência corporificadora da forma católica hierárquica de intervenção junto ao mundo do trabalho*”,⁵⁴ mas ela só entendeu muito mais tarde o significado das suas recordações. Lembranças boas daquele tempo eram apenas dos lanches nos encontros na casa da paróquia ou na associação, da família reunida junto às outras famílias do bairro, a mãe tecendo roupas para as bodas comunitárias e das risadas.

⁵⁰ JULIÃO, Francisco. *Até quarta Isabela*. 1965. Grifo da tese.

⁵¹ Entrevista: Maria Leônida Lopes (MLL). Recife, 10-27/02/2012.

⁵² *Idem*.

⁵³ *Idem*.

⁵⁴ SOUSA, Jessie Jane Vieira de. “Os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica”. Artigo da Tese. UFRJ, 1998.

Do padre falando “*de harmonia social, progresso e ordem*”,⁵⁵ ela não guarda, só depois aprendeu que esses eram “*os liames sobre os quais se buscou o consenso que marcou a normatização do trabalho no Brasil*”,⁵⁶ porque o catolicismo, aquele do tipo social em que o padre acreditava, das leituras das encíclicas do Papa Leão XIII,⁵⁷ foi “*fruto dos confrontos da Igreja com o liberalismo do século XIX e instrumento teológico da sua inserção no mundo*”⁵⁸ fabril. Os Círculos Operários foram o resultado da ação da Igreja, que desde a década de 1930, no Brasil, havia assumido para si a tarefa de educar o povo trabalhador na fé cristã e na ordem, desenvolvendo em consonância com o Estado estratégias junto aos populares, fundamentadas “*numa idéia de conquistas cotidianas a serem efetivadas e consolidadas*”,⁵⁹ aos poucos, em grupos, começando rasteirinha. Por isso, a presença circulista nos anos 1950 encontrou

plenamente seu eixo como espaço de construção pedagógico-cultural, formando as Escolas de Líderes (ELO), criando diferentes instrumentos de inserção no cotidiano dos trabalhadores. [...] deixou de ser um movimento aninhado no Ministério do Trabalho e passou a se colocar para o conjunto da sociedade, através de palestras sobre a questão social. No início dos anos 60, aglutinou os chamados sindicatos democráticos, configurando-se nesta época, como afirmou Silvia Maria Manfredi em sua pesquisa sobre educação sindical, como a principal agência formativa e de organização de trabalhadores.⁶⁰

Maria Alba era ainda apenas manhã clara e já gostava de cantar no Coral do Convento dos Capuchinhos, da paróquia de Santa Rita. Das tantas promessas de ser boa menina e de obedecer sempre e sempre fazer a coisa certa. Gostava muito, também, dos dias de Festa de São João, nas Alagoas. A festa junina tinha fogo crepitando na hora de Maria e milho assado na palha no meio da noite nas fogueiras. Brasas incandescentes que os padrinhos e as madrinhas pulavam para marcar o eterno compromisso. Ela se vestia para dançar nas quadrilhas com matutos pitando o cachimbo, dente pintado de preto e marcas de

⁵⁵ *Idem*, 3.

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ “Uma vez despertada esta avidez de inovações que há muito agita os Estados, não podia deixar de acontecer que a série de transformações passasse de um dia para o outro do terreno do político para o campo vizinho da economia. De fato os novos progressos da indústria e os novos rumos tomados pelas artes das relações recíprocas entre operários e patrões, acúmulo das riquezas nas mãos de poucos, a par da indigência da multidão, nos operários a consciência crescente do próprio valor e o maior espírito da solidariedade, enfim a corrupção dos costumes, fizeram instalar a luta” (LEÃO XIII, Papa. *Encíclica Rerum Novarum de sua Santidade o Papa Leão XIII: sobre a condição dos operários*. 1891. Imprensa Nacional, 1941. Edição comemorativa do cinquentenário de sua publicação. *Idem*, 4.

⁵⁸ SOUSA, Jessie Jane Vieira de. “Os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica”. 1998, 4.

⁵⁹ *Idem*, 16.

⁶⁰ *Idem*, 11.

bigodes riscados com carvão. E o seu sonho mais doce chegava com o finzinho do ano: o Natal que era azul e vermelho do Pastoril.

Do auto da Natividade revisitada, herança portuguesa que há muito atravessou o mar e ganhou novas tradições na Província de Santa Cruz, o coração se dividia. Uma hora um cordão arrastava para o encarnado, outra hora o cordão amarrava na cor de Maria, então ela se enrolava toda, mas os olhos não tinham dúvidas, brilhavam de querer vestir as roupas cintilantes de laços de fita, embalados pelas cantigas que misturavam o sagrado e o profano e até contavam um pouco das gentes, “*Meu São José/Dai-me licença/Para o pastoril dançar/Viemos para adorar/Jesus nasceu para nos salvar*”.⁶¹ Tudo armado na frente da igreja, a missa, os fogos e os folguedos, noites iluminadas, muito diferente do Recife, mais puro. No Recife, os jornais de família invocavam, a polícia vinha pra acabar a farra da licenciosidade, uma coisa, meu Deus!

Poder participar de uma dessas agremiações era, simultaneamente, oportunidade de lazer (daí os termos **brincantes** e **brincadeiras**), de reafirmação de traços de uma determinada identidade cultural, mas do mesmo modo de estabelecimento/fortalecimento de redes de solidariedade – cruciais em muitas situações de suas vidas.⁶²

Nos seus sentimentos, a igreja era como uma segunda casa na comunidade, onde ela ia estudar e ensinar o catecismo com as crianças da periferia. Depois, já mocinha, essa experiência de ensinar o catecismo se transformou na vocação pelo magistério, um destino de Maria, uma escolha de Maria Alba Corrêa da Silva, comunista.⁶³

Não foi o destino de Maria das Neves Santos,⁶⁴ Nevinha. Ela até fez o Magistério, mas fez da pedagogia uma libertação, porque aprendeu antes com as mulheres da família, e é assim que se lembra da mãe e da avó, o temperamento doce numa alma braba, cantando na sonora poesia a firmeza de quem usou as mãos para remexer a terra, “*Afagar a terra/Conhecer os desejos da terra/Cio da terra, a propícia estação/E fecundar o chão*”,⁶⁵ e dela tirar a música que soava angelical, nos autos natalinos, nas noites de lapinha. Essa presença marcante da arte se confundindo na vida, no cotidiano de Clara Ferreira da Luz,

⁶¹ *Meu São José*, música do Pastoril, faz parte das chamadas “jornadas de chegada”, que integra a peça popular, canção do folclore brasileiro.

⁶² TEXEIRA, Flávio W. *O movimento e a linha: presença do Teatro do Estudante e d'O Gráfico Amador (1946-1964)*. Recife: Universitária UFPE, 2007, 85.

⁶³ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Alba Corrêa da Silva (MACS). Maceió-AL, 11/11/2005.

⁶⁴ Nome de solteira de Maria das Neves Santos Cardoso (MNSC).

⁶⁵ BUARQUE, Chico. *O cio da terra*. Brasil, 1977.

vó de Nevinha, começava muito cedo, quando o galo cantava para raiar o dia. No terreiro, a aventura de plantar o

algodão, feijão e milho, jerimum, as coisas que eram necessárias [...]. Do algodão, ela descascava, ela fiava [...] todas as fases do processo ela executava [...] depois ela fazia rede, vendia rede, fazia varanda, só a varanda de croché, vendia, fazia renda de almofada, criava cabra, criava porco, criava galinha, e, no sábado, botava banca na feira com bolo, café e almoço. Era assim virada, trabalhadora. E dizia: ‘Eu sou analfabeta, mas meus filhos eu botei na escola’.⁶⁶

E não descansava as energias: se tinha visita, jogava loa, gozava com todo mundo em forma de verso, e ainda marcava com os poetas populares as noites cantorias, que ela gostava que fossem na sua casa. Nessa casa onde cresceu Quitéria, a mãe de Nevinha, tinha sempre muito o que fazer, mas também muita disposição para as modinhas e alguma beatice. Bem diferente de Dona Clara, que “*‘Eu não sou beata!’*”.⁶⁷ Quitéria aprendeu a tocar violão com nove anos, e participou até morrer do Presépio de Natal, onde encenava o anjo. Apresentava-se na noite de Natal e chorava muito na queima da Lapinha que era também o dia do seu aniversário.

Foi na igreja que viu pela primeira vez seu futuro esposo, olhando furtivamente para ela, e um namoro de recados atravessados por uma senhora alcoviteira foi o mote da sua primeira rebeldia. Um dia, “*arrumou a casa e esperou por ele*”,⁶⁸ que chegou acompanhado do pai para o pedido oficial de casamento. Ouviu um “*sei, mas não se faz, curto e grosso*”.⁶⁹ E dela, “*A perseverança vence a dificuldade*”.⁷⁰ Quitéria “negou pai e mãe”, saiu de casa levando um saco de roupas e o violão, e se foi refugiar na casa de uma irmã, de onde saiu para o casamento um mês depois, as núpcias mediadas pelo tio, o *acompanhamento* pela rua até a Igreja de Nossa Senhora do Bom Conselho, sem as bênçãos de Clara da Luz.

Esta Igreja ainda se erguia imponente no meio do traçado de ruas em Princesa Isabel, quando Maria das Neves Santos nasceu em 07 de maio de 1935. A família residia numa casa grande, mal dividida em dois quartos, sala, cozinha e um corredor, na rua por trás da Igreja, vizinha de uma casa de fabrico de selas, entre um comércio local de farmácia, cartório, loja de tecidos, e um espaço de festa, onde aconteciam os “noiteiros” ou

⁶⁶ Entrevista: Maria das Neves Santos Cardoso (MNSC). Recife, 3-13/03/2012.

⁶⁷ *Idem.*

⁶⁸ Entrevista: Maria das Neves Santos Cardoso (MNSC). Recife, 3-13/03/2012.

⁶⁹ *Idem.*

⁷⁰ *Idem.*

as “noites dos artistas”,⁷¹ as quermesses, e onde o tio todo ano montava roda-gigante, carrossel de bote e “juju”.⁷²

A cidade onde Nevinha cresceu, no interior da Paraíba, foi palco de muitos conflitos, reflexos da política nacional, culminando com sua curta emancipação durante a Revolução de 1930. Também, as disputas no micro universo cotidiano dos lares construiu na menina uma *sensibilidade à flor da pele* para as coisas do mundo, um sentimento de que as diferenças se transformavam em modos e lugares de poder, em injustiça.

Sentimento que foi se criando ainda na escola primária, quando Nevinha desejava os manjares vendidos pela *negra* Felipa, uma mulher enorme que fora *cria* dos Pereiras. Todos os dias, o lanche da menina Nevinha era *pão com manteiga e açúcar*, que ela levava enroladinho num guardanapo. Na hora do recreio, ela enchia a boca d’água com o cheiro das tapiocas e cocadas da banca de Felipa. Sem dinheiro para comprar as delícias oferecidas pela quituteira, ela pedia para “fazer fiado”, o que sempre era negado, “‘só vendo fiado para as filhas de Zé Frazão e João Baixiu’. *Um era rico, tinha farmácia e o outro era fazendeiro [...]. Eu sentia a discriminação*”.⁷³ Sentimento que se revelou audaz, quando um dia a quituteira foi cobrar do pai de Nevinha uns “bocados”: “*Ela chegou em casa, uma vez ela chegou lá para cobrar [...] pedindo a papai para pagar que eu estava devendo [...]. Quando eu ouvi aquilo eu saí uma fera, ‘O quê? A Senhora não me vende...!’ Chorando, gritando: ‘É injustiça’. Eu nunca esqueci*”.⁷⁴ Como também não esqueceu que nos desfiles de sete de setembro somente participavam as filhas ricas.

Um dia, a professora convidou-a para ser a porta-bandeira, “*porque era elegante*” e as carmelitas do colégio rejeitaram a escolha. Ela era, somente, uma menina, mas entendia que era porque o pai dela era, apenas, um simples alfaiate, que dependia da amizade de todos na cidade. E porque dependia dessa amizade para manter as encomendas, nunca admitia querelas políticas na sua casa, nem anunciava seu voto nas eleições. Por isso, também, muito cedo trabalhou com o pai no serviço de alfaiataria, junto com mais dois irmãos, fazendo o *acabamento* das calças e recebendo uns “trocados” nos finais de semana.

⁷¹ *Noiteiros* ou *noites dos artistas* eram festas organizadas, anualmente, pelos comerciantes locais, no sertão. Maria do Socorro Ferraz Barbosa, em sua entrevista ao CEHIBRA/FUNDAJ, também informou de festas organizadas pelos comerciantes na cidade de Caruaru, no agreste pernambucano, nesta mesma época: “*Então, as festas do comércio eram maravilhosas, do final do ano, onde a cidade se encontrava, era um mundo dos anos 1940-50*”. Segundo Maria das Neves, estas festas se transformavam em disputas de quem organizava a festa mais bonita, entre os realizadores. *Idem*.

⁷² Carrossel de carrinhos.

⁷³ Entrevista: Maria das Neves Santos Cardoso (MNSC). Recife, 3-13/03/2012.

⁷⁴ *Idem*.

Querelas políticas que dividiam Princesa Isabel entre as famílias Diniz e Pereira. Pereira, do coronel Zé Pereira Lima, um homem que sabia manter a autoridade sobre todos, inclusive o delegado, muitas vezes obrigado a lhe fazer uma “visita” na sua fazenda, onde recebia as ordens de soltura de um e de outro, quando o Coronel decidia fazer a sua própria justiça, respondendo aos pedidos de compadres e comadres fiéis agradecidos que tinham os filhos presos por “arruaças” sem muitas consequências. Um “coronelismo” que se impunha até na paisagem dos quintais. Era assim que a moça Nevinha sentia o poder de Zé Pereira Lima, quando se referia ao seu avô sobre os dois pés de juazeiro ao lado da casa: “*era uma casa grande [dos avós de Nevinha...] na saída da cidade [...]. Ele passava lá [...]. A brincadeira dele dizia assim: ‘Cumpadre Cristóvão, no dia que o Senhor cortar esses pés de juazeiro, eu mando lhe prender’.* *Aí, eu dizia: ‘Até a brincadeira dele era de mostrar que tinha poder’*”.⁷⁵ Sentia sem explicar essa percepção da realidade em sua volta, como se fosse um sentimento deixado de herança ou estivesse no sangue da família, e nunca soube se os irmãos tinham essa mesma agudeza das diferenças sociais.

Herança que a normalista Maria das Neves traduziu anos depois, em firme palavra: “*Papai, eu vou para o Recife!*”.⁷⁶ Era 1954, ela tinha 19 anos. Deixar as ruas atropeladas de meninos e os quintais cheirosos de mangas para viver outras histórias... Foi assim que ela guardou memória dos dias de faculdade, das flâmulas dos partidos dividindo os espaços e as pessoas. No começo de 1960, ela morava em São Luís e era apenas Helena, uma moça educada nos valores tradicionais, a filha diletta do telegrafista e funcionário público, muito orgulhoso de ter sido classificado entre os primeiros lugares de um concurso público federal que o levou do Piauí para São Paulo, por opção. Helena estudou o secundário na capital maranhense e, desde essa época, “*já tinha militância, participava de encontro secundarista*”.⁷⁷

Os anos 1960 sinalizaram no Brasil e no mundo o avanço do movimento estudantil e o engajamento da juventude na política, com expressa preocupação com a luta operária em curso e as carências do povo. A participação nos movimentos populares possibilitou o encontro entre as organizações estudantis e as frentes trabalhistas, dos mais diversos matizes políticos e *modus operandi* de militância. Desde uma atuação moderada, de cunho reformista nacionalista, com a ascensão católica no movimento estudantil, em 1961, após a eleição do Aldo Arantes, da Ação Popular, para presidência da União Nacional dos

⁷⁵ *Idem.*

⁷⁶ Entrevista: Maria das Neves Santos Cardoso (MNSC). Recife, 3-13/03/2012.

⁷⁷ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Helena Barros Helluy (HBH). São Luís-MA, 01/12/2004.

Estudantes (UNE),⁷⁸ até a deflagração de ações guerrilheiras, levadas a cabo por frações militantes advindas de grupos forjados nos movimentos trotskista e comunista revolucionário. O movimento estudantil no Nordeste, especificamente em Pernambuco, integrou a luta operária e camponesa, inserindo lideranças nos movimentos sindicais fabris e rurais, inclusive participação nas Ligas Camponesas ou mesmo em movimentos populares espontâneos. Várias atividades marcam a passagem dos jovens militantes em meio aos recorrentes conflitos entre patrões, empregados e camponeses.

Quando Helena saiu do interior, da cidade de Barão de Grajaú, “*que é uma mistura de Maranhão com Piauí, na beira do rio Parnaíba*”,⁷⁹ e retornou à cidade de São Luiz, para fazer um curso superior, ela sonhava ser jornalista. Naquela época, não existia ainda o curso de Comunicação na universidade da capital maranhense. Então, ela começou o curso de Direito, porta de entrada comum dos jornalistas da sua geração. Momento, também, em que trabalhou no *Jornal do Povo*, do Neiva Moreira, que depois do Golpe foi exilado para a Bélgica. Na faculdade integrou “*uma militância no movimento nacionalista acadêmico*”.⁸⁰ Quando o Golpe aconteceu em 1964, cursava o quinto ano de Direito, casara com um militante que conheceu no meio acadêmico, entre panfletos, palavras de ordem e as expressões latinas que persistem nas letras da lei, fazia um ano, e era mãe de uma menina, “*e aí a gente pára um pouco [...] ficamos mais assim na retaguarda [...] mais apoiando alguma coisa, sendo suporte ou referência para algum companheiro que passasse por aqui*”.⁸¹

A escalada da repressão diferia proporcionalmente em algumas localidades, e esses espaços eram utilizados nas fugas dos companheiros e familiares atingidos pela política de exceção e caçados pela polícia política: “*antes como depois do golpe, a Paraíba representou uma espécie de exílio para militantes que estavam sendo perseguidos em Pernambuco*”.⁸²

Tal perseguição, ela sentiu nos rasgos da pele e nos pesadelos que a assaltavam entre uma sessão de tortura e outra, além de outras torturas que feriram a alma e que ela não esquecerá jamais. As lembranças dessa mulher, no entanto, começam muito mais

⁷⁸ LEAL, Murilo. *A esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, 204.

⁷⁹ HBH.

⁸⁰ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Helena Barros Helluy (HBH). São Luís-MA, 01/12/2004.

⁸¹ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Yvone Loureiro Ribeiro (MYLR). Macéio-AL, 04/11/2004..

⁸² Dado informado no relato de Gilvam Rocha, militante trotskista do Partido Operário Revolucionário (POR), em depoimento ao autor. LEAL, Murilo, 2003, 239.

longe, num canto que mais parece uma cantiga: “*sim.../Mangueiras no quintal e rosas no jardim/A sala com o cristo e a cristaleira/E sobre a geladeira da cozinha um pinguim*”.⁸³

Maria Yvone nasceu numa fazenda, na zona rural de Viçosa, nas Alagoas. Família numerosa, ao estilo da boa tradição patriarcal e católica, foi a primeira filha entre os onze nascidos vivos de Dona Iracy e seu José, que tardiamente se tornou dono de farmácia na cidade, para onde ela se mudou aos dez anos de idade. Aos quinze anos, transferiu-se para o Recife, em 1963, para terminar os estudos. Apesar da tradição católica da família, não continuou sua formação em colégio religioso. Estudou o secundário nesse ano na escola da universidade rural e

no ano seguinte foi o ano do Golpe. 64 me pegou assim. Interna lá na Universidade Rural [...] Eu me lembro daquele tumulto do Golpe Militar [...] Eu tinha medo. Eu rezava com medo dos comunistas naquele tempo. Era as notícias que corriam a respeito dos comunistas, eram assustadoras. Era aquela coisa que comem criancinhas mesmo, que num prezava a família, que eram violentos, que queriam tocar fogo no mundo [...] Era totalmente desinformada, provinciana [...] a respeito de política.⁸⁴

O seu primeiro contato como o movimento de esquerda, em 1966, aconteceu na Usina Caxangá, no município de Ribeirão-PE, quando trabalhava no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Governo Federal desapropriou trinta engenhos circunscritos para a reforma agrária. Militantes da Ação Popular (AP) e do Partido Comunista do Brasil (PcdoB) integravam o projeto, e foi, então, que ela “conheceu as ideias”, “*a ideia da possibilidade de transformação da nossa sociedade por uma sociedade mais justa, mais humanitária [...] uma coisa meramente circunstancial [...] Nada planejado. Mas [...] mudou definitivamente a minha vida*”.⁸⁵

A Nova Esquerda, expressão utilizada por Reis Filho, abarca os diversos grupos da esquerda militante entre os anos de 1961 a 1971. Essas organizações e partidos políticos clandestinos que se formaram a partir das dissidências do PCB e de blocos alternativos, fundamentados em linhas políticas que se opuseram ao centralismo stalinista, tal qual o movimento trotskista, que teve grande penetração na América Latina e no Brasil. O que distinguiu esses novos grupos da chamada velha-guarda (PCB) foi a proposta de serem as lideranças a dirigir “*as lutas sociais e políticas do povo brasileiro*”.⁸⁶

⁸³ AZEVEDO, Geraldo. *Casa brasileira*. Brasil, 1994.

⁸⁴ MYLR.

⁸⁵ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Yvone Loureiro Ribeiro (MYLR). Macéio-AL, 04/11/2004.

⁸⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (orgs). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2006, 16.

A AP e o Pcdob eram organizações fortes e engajados nos diversos setores de oposição, atuavam entre estudantes, operários e camponeses. Na época em que Maria Yvone começou sua militância no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), no Recife, essas organizações já atuavam e delas saíram militantes que integraram o novo Partido, que se constituiu em 1968. O PCBR formou-se de mais uma divergência interna entre os membros do PCB, pela decisão desse partido em reafirmar a linha política de 1966 e negar a luta armada. A crença que moveu Maria Yvone foi ratificada no projeto do PCBR, que em abril de 1968 apresentou sua *Linha Política*, texto inaugural que afirma

o objetivo fundamental da revolução brasileira é destruir o aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o por um governo popular revolucionário em cuja composição predominem forças básicas da revolução. Cabe à classe operária assumir a direção do poder estatal revolucionário, para executar consequentemente o programa de transformações radicais na estrutura econômico-social do país, preparando a transição ao socialismo.⁸⁷

A experiência dessa mulher foi assistir o Golpe e ver persistir a luta da “classe oprimida” ainda que as forças repressivas no poder forçassem impedi-la. O evento em que participou na Usina Caxangá, aos dezenove anos, o movimento pela reforma agrária e a crescente manifestação dos camponeses, apoiados pelos grupos de resistência que lá atuavam, fizeram ela acreditar na possibilidade de mudar a história. Ela tinha exata noção dos acontecimentos e do perigo em que se envolveu ao tomar o rumo da luta política, primeiro no Recife, depois seguindo seu companheiro e esposo, Odijas Carvalho de Souza, na clandestinidade, para atuar em Fortaleza. O Programa do Partido advertia para a tarefa fundamental de

organizar, iniciar, desenvolver e culminar a luta armada, a partir da guerra de guerrilhas. [...] A mobilização do povo contra a ditadura e o imperialismo exige a unidade das forças populares. A frente única popular que se há de forjar no fogo da própria luta, incluirão operários, industriais, trabalhadores agrícolas e camponeses, estudantes e intelectuais, setores das classes médias, grupos religiosos progressistas, elementos das Forças Armadas, etc. Esta frente única será realizada através das ações de massas e da luta armada, e não por meio de conchavos de cúpula.⁸⁸

Em 1968, quando era aluna do curso de Economia na Faculdade do Recife e iniciara sua militância no movimento estudantil, em meio às manifestações comuns naquele período, cruzou com Odijas Carvalho na Rua Conde da Boa Vista, no centro da

⁸⁷ *Idem*, 210.

⁸⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (orgs), 2006, 221.

cidade e dos acontecimentos. Ele era um estudante de agronomia, procurado pela polícia, vivendo disfarçado e na ilegalidade. Em 1969, iniciou sua trajetória no PCBR, quando logo depois seguiu com Odijas para a capital cearense, lá constituindo um aparelho e a organização do Partido na Cidade. Era ela quem transportava os materiais trazidos de Fortaleza para o Recife e que na viagem de volta levava outros documentos camuflados em travesseiro,

eu vinha com o travesseiro, dormindo com o travesseiro cheio de coisas, cheio de material. Ai saltava em Paulista, ai vinha bem inocente, porque eu era uma menina ainda [...] levava o travesseiro pra casa da minha cunhada, irmã de Odijas, que morava em Paulista ou na Rodoviária de Recife. E lá o pessoal do partido ia buscar o travesseiro e depois eu voltava com outros materiais, com outras coisas.⁸⁹

Concluir que esta mulher entrelaçou sua vida à luta revolucionária apenas pelo casamento é desconhecer a capacidade de participação ativa e a consciência de que é capaz a(o) sujeita(o) de necessidade. A memória guardada por Maria Yvone reflete os avanços do movimento de esquerda, as conquistas dos partidos, além da consciência ideológica dos seus integrantes, razão porque ela, depois de presa, torturada e da morte de Odijas Carvalho de Souza nas dependências do DOPS, no Recife, em 1971, não desacreditou da ideologia política que a fez ingressar, jovem, no movimento estudantil e depois integrar o PCBR. Ela recorda do dia em que soube do fim trágico do companheiro e esposo nas salas de tortura do DOPS-PE e como os símbolos da luta cantados em coro com as amigas, os outros detentos e companheiros, nos corredores e celas da delegacia espalhou a notícia da sua morte.

Os jornais do Recife noticiaram a prisão dela, de Rosa e dos companheiros, quando fugiam de ônibus, saindo do aparelho de Pirangi-RN, uma casa que ficava recuada da praia, no meio do mato, depois da queda de um aparelho do Recife, onde foi preso Odijas, “*Rosane levou um telegrama lá da casa de Maria Farinha, ali na casa de Pirangi à noite, o telegrama dizia: ‘Augusto hospitalizado’, [...] o Odijas tinha sido preso*”.⁹⁰ Por isso, resolveram destruir os documentos, as pistas e fugir, porque a próxima casa poderia ser aquela. Dormiram ao relento e na madrugada pegaram o primeiro ônibus. A estratégia era seguir para Natal. O ônibus foi batido pela polícia que vasculhava a região, informada da existência do aparelho, e o grupo foi detido. Ela lembra a defesa do motorista, único a

⁸⁹ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Yvone Loureiro Ribeiro (MYLR). Macéio-AL, 04/11/2004.

⁹⁰ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Yvone Loureiro Ribeiro (MYLR). Macéio-AL, 04/11/2004.

tentar intervir contra a ação policial. E das palavras de Rosa, negando as informações dadas pelo major do exército, quando os prendeu, justificando aos outros passageiros aquela batida, “*ela discursou pro povo do ônibus que não, que nós somos revolucionários, que defendemos o povo, é por isso que nós estamos sendo presos [...] não somos terroristas, não assaltamos, não matamos ninguém*”.⁹¹ Rosa,⁹² que foi esbofeteada na hora, catou no chão peruca e óculos estilo *Jackie O*,⁹³ usados no disfarce.

Presa, Maria Yvone sofreu revista, mas não encontraram a identidade falsa que carregava na calcinha. Depois, comeu tudo, pedacinho por pedacinho daquele papel, que não aumentaria sua pena, mas na hora não pensou bem e comeu. Levaram-na para o quartel em Natal, onde sofreu seu primeiro interrogatório. Depois, num avião da Aeronáutica, voou para o DOPS do Recife, para as mãos do torturador Luís Miranda, a mesma sala que matou Odijas, num prédio localizado na Rua da Aurora, às margens do rio Capibaribe, com fundos para a Rua da União, cenário eternizado por poetas em poemas cravados de encantamentos:

Rua da União.../Como eram lindos os nomes das ruas da minha infância/Rua do Sol/(Tenho medo que hoje se chame do Dr. Fulano de Tal)/Atrás de casa ficava a Rua da Saudade.../...onde se ia fumar escondido/Do lado de lá era o cais da Rua da Aurora.../...onde se ia pescar escondido [...]/Capibaribe/– Capibaribe [...]/Eu me deitei no colo da menina e ela começou a passar a mão nos meus/cabelos/Capibaribe/– Capibaribe [...]/Rua da União.../A casa de meu avô.../Nunca pensei que ela acabasse!/Tudo lá parecia impregnado de eternidade.⁹⁴

Odes naufragadas nas lágrimas nunca vertidas da mulher. Nunca a imaginação fantástica rimou o batismo de sangue de que eram capazes os demiurgos da ditadura. Mas foi lá que “re-encontrou” a solidariedade dos que sofrem juntos, cada um a sua pena de marginalizado, “*porque preso arranja todo jeito para se comunicar, pra sobreviver ali dentro. Então, a gente, às vezes, se comunicava. Quando a gente ia pro banheiro assobiava uma música, uma coisa que lembrava, como a gente tinha muita convivência, então as músicas identificavam muitas coisas*”.⁹⁵ No assobio que ecoou pelas celas, pelos corredores, pelos andares do edifício, a canção da saudade que não cala e não esquece e

⁹¹ *Idem*.

⁹² Roseane Alves Rodrigues, segundo informação obtida em entrevista. Entrevista: Maria Leônida Lopes (MLL). Recife, 10-27/02/2012.

⁹³ Referência ao estilo de vestir de Jacqueline Onassis, de roupas e acessórios, imitado comumente naquela década pelas mulheres “elegantes”.

⁹⁴ BANDEIRA, Manuel. *Evocação do Recife*. Rio de Janeiro, 1925.

⁹⁵ CEHIBRA/FUNDAJ/Entrevista: Maria Yvone Loureiro Ribeiro (MYLR). Macéio-AL, 04/11/2004.

recrudesce a sanidade esvaída nas mutilações diárias, “*Não posso definir aquele azul/Não era do céu; nem era do mar/Foi um rio que passou em minha vida/E meu coração se deixou levar*”,⁹⁶ porque essa música lembrava que Odiya era assim, “*a cara dele [...] porque ele cantava [...] Ele batucava na caixa de fósforo, era bem farrista*”.⁹⁷ Naquela canção ecoada, naquele momento, Odijas pertencia à memória da luta, à memória da resistência ao governo militar, unindo todos em um só nome, em um só sonho.

A vida é feita desses lugares comuns e também dessas figuras do desejo que cada um se apropria de um jeito. Então, ela tinha sua própria canção, aquela que guardava secretas lembranças, lugares da memória que eram somente seus. Assim, cantarolava baixinho palavras enamoradas:

Onde andarás nesta tarde vazia/Tão clara e sem fim/Enquanto o mar bate azul em Ipanema.../...Já não serve pra nada a janela/A cortina amarela, perdi meu amor/E é por isso que eu saio pra rua/Sem saber pra quê/Na esperança talvez de que o acaso/Por mero descaso me leve a você.⁹⁸

Essas imagens, as marias conheceram e, por elas, suas vidas foram conduzidas. Maria do Socorro nasceu no sertão do Rio Grande do Norte, como tantas marias. O tempo fez seu duplo nome ter sentido. E só depois, muito depois, refazendo a sua história, sabemos disso. Lá no começo, foi igual. Assim, Maria nasceu em São Tomé, uma cidadezinha numa encruzilhada do agreste potiguar. De sertão tem de ficar no interior, longe do mar da capital. Muita água rola entre pedras lisas e amareladas, como grandes seixos da cor da luz do sol. Que ela nem lembraria mais, tantos anos faz saiu de São Tomé, na direção do mundo, não fossem as fotografias e as memórias divididas na família, o esforço de não esquecer. Mudou-se para Natal quando tinha onze anos, e não parou. Casou-se em Maceió e seguiu o marido até o Rio de Janeiro.

Depois o sonho, que naquela época era feito de luta, levou-a para o Recife. Não foi assim tão depressa, foi aos poucos, com muitos contos e pontos no meio. Maria do Socorro é filha de gente que lidava no campo e constituía família numerosa. Era quase a caçula entre dezenove irmãos, que não conheceu todos, porque a vida os levou embora de São Tomé, como ela foi também. O pai pouco sabia assinar o nome e lia umas poucas palavras, mas o silêncio das letras não o fez rude. Criança, ela ia para uma escola de primeiras letras, longe de casa, tinha de andar muito para não ficar bronca e quando chegava ainda tinha a

⁹⁶ VIOLA, Paulinho da. *Foi um rio que passou em minha vida*. Brasil, 1971.

⁹⁷ MYLR.

⁹⁸ VELOSO, Caetano. *Onde andarás*. Brasil, 1968.

alegria de dividir com o pai o trabalho na oficina de ferreiro, aprendendo desde cedo a dar forma às cousas difíceis de mudar. Não foi muito longe nos estudos, terminou o primário quando já morava lá na Capital.

Outras linhas escreveu desse tempo bom da infância sem nunca ter visto o mar. Mudou-se para Natal e lá estudou numa escola estadual de formação profissional para mulheres, com bolsa paga pelo Estado, onde aprendeu os ofícios de costurar, bordar, tricotar, pintar. Um aprendizado que só usou em casa, porque na rua foi do comércio. Primeiro ajudou o pai na mercearia que ele abriu quando chegou em Natal, até arranjar outro emprego e se tornar arrimo de família, facilitando os estudos da irmã, porque o dela só terminou mesmo depois de casada. O melhor de viver em Natal foi ver o mar e morar pertinho das águas mornas, salgadas, mansinhas, “*eu nunca tinha visto o mar*”,⁹⁹ no bairro de Petrópolis. Morou também nas Rocas, um bairro popular e por causa da sua formação religiosa integrou vários grupos da comunidade católica. Quando aconteceu o Congresso Nacional da Juventude Operária Católica, na Capital potiguar, ela já participara do Clube de Jovens, desde 1958 e descobrira o Movimento da Ação Católica, no qual se filiara.

Um movimento que se poderia entender com raízes contraditórias se percebido fora do seu contexto e origem, porque “*vista em profundidade [a crise brasileira, cenário dos anos 1960], é um convite ao discernimento para trilhar novos caminhos. Oportunidade para uma maior aproximação do religioso com essa história plural*”.¹⁰⁰ No seu conjunto foi um período complexo, caracterizado pelo cultivo de diferentes utopias, como também pela frustração de projetos que animaram inúmeros segmentos da sociedade civil. Era preciso vencer a perplexidade, superar o medo e plantar as sementes de uma revolução ou, então, mobilizar forças para diversas reformas sociais.¹⁰¹ O movimento católico que desembocou na Ação Católica foi o resultado de uma série de mudanças acontecidas no seio da Igreja e na sua atitude ante as necessidades das camadas populares, influenciadas pela dinâmica das relações sociais e das lutas pelo poder que marcaram desde a segunda revolução industrial a construção da racionalidade da vida burguesa e o entendimento de como essas relações se estabelecem e se reproduzem.

⁹⁹ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria do Socorro Alves de França (MSAF). Maceió-AL, 09/11/2005.

¹⁰⁰ DELGADO, Lucília de A. N.; PASSOS, Mauro. “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 93-131, 95.

¹⁰¹ *Ibidem*.

A pastoral católica, sensível a essa racionalidade e ciente da insurgência do debate em torno da legitimidade dos direitos humanos, que infiltrava e dividia sua intelectualidade, aproximou-se “*das camadas populares e dos grupos que se empenhavam por transformações sociais*”.¹⁰² Num crescente, esse movimento que ocupou as ruas, ganhou força e legitimidade nos discursos institucionais, mais atentos aos leigos e menos introspectivo e dogmático.

Desde o fim do Padroado no Brasil, a Igreja vem buscando formas alternativas de inserção na sociedade, sem, contudo, perder seu espaço institucional dentro do Estado, mantendo um clima de união e cooperação, resultando num bloco não homogêneo, onde estavam presentes ações diferentes e até contraditórias de seus integrantes. Ao mesmo tempo conservadora e revolucionária, a Igreja dirigiu sua pastoral para as classes médias em ascensão e para as aspirações dos leigos, investindo cada vez mais no exercício pastoral mediado pela hierarquia eclesiástica, “*o lugar de articulação dos leigos se faz dentro da Igreja, sob a tutela da autoridade religiosa*”.¹⁰³ Em sua cooperação com as estruturas burguesas estabelecidas, sua atenção se voltou para um discurso anticomunista e contra a mentalidade laica, que se distância da prática religiosa e se articulou na racionalidade puramente científica e materialista.

A preocupação com o magistério religioso foi consequência da observação do papel fundamental da palavra e sua capacidade de preservar os valores de ordem moral, “mantedor” do respeito às autoridades constituídas e da própria Igreja. Para o trabalho do magistério religioso foram convidados os leigos que atuavam nas comunidades e que aprenderam e seguiram os ensinamentos da “Igreja-docente”.¹⁰⁴ Em sua aproximação com as aspirações do povo, decorrentes das carências a que eram submetidas às camadas menos favorecidas da sociedade, em pleno avanço da modernização e da industrialização do país, acompanhado da repressão aos movimentos dos trabalhadores, essa “Igreja-docente” e militante se apresentava como uma terceira via, que em vários momentos de crise, manteve um discurso fundamentado na harmonia entre as classes em conflito.

Desde a Carta Pastoral de 1916, de Dom Leme, a temática que se reproduz nos discursos construídos pela Igreja intentou estabelecer uma fronteira e um limite de ação entre Ela, o Estado e o povo, um diálogo que mantivesse o equilíbrio necessário para uma

¹⁰² DELGADO, Lucília de A. N.; PASSOS, Mauro. “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)”. 2003, 97.

¹⁰³ *Idem*, 98.

¹⁰⁴ *Idem*, 99.

relação harmoniosa entre as partes. Este discurso pretendeu minimizar as consequências desumanas da relação capital-trabalho na estrutura burguesa, enquanto enfatizava a responsabilidade da ignorância do povo na causa da crise social que imperava no país. A ignorância religiosa e o analfabetismo eram, segundo a Igreja e o Estado, a “*causa de todos os males sociais*”.¹⁰⁵

Nessa argumentação baseou-se a Igreja e a partir dela orientou e desenvolveu seu projeto de Ação Católica, sustentado na formação apostólica e na militância cristã, na crença de que era necessário atuar em círculo e em base. A catequese devia atingir os leigos nas comunidades até a constituição de grupos de trabalho de formação e participação na vida do povo. Lenta, mas continuamente, desenvolveram-se a Juventude Agrária, JAC, a Juventude Estudantil, JEC, a Juventude Independente, JIC, a Juventude Operária, JOC, e a Juventude Universitária Católica, JUC. Cada uma operando num setor diferente da sociedade, porém inspiradas pelo mesmo sentido de ação política. Apesar das vozes plurais internas da Igreja, primeiro na articulação do ousado projeto do padre Júlio Maria nos primeiros anos da República, que propôs um apostolado progressivo, mais próximo da realidade histórica do povo.

A partir de 1950, sob a influência do Pensamento de Jacques Maritain, Lubac, Chenu, Congar e do movimento de Economia e Humanismo do padre Lebreton, a Ação Católica sobreviveu ao seu fracionamento filosófico, sem, contudo se desfazer. A importância dessas vozes dissonantes foi levar seus militantes religiosos e leigos mais próximos da realidade social, participando mais ativamente de suas lutas. Consequentemente, esses católicos sofreram a repressão imposta pelo regime de exceção grassado no país, pós-1964, e mais adiante na militância de resistência, quando muitos dos seus integrantes questionaram a mínima atuação da Juventude Católica e passaram a integrar grupos mais radicais, como a Ação Popular, e até grupos de guerrilha, urbana e rural. É importante mencionar que, no contexto político, outras influências despontaram no horizonte do catolicismo: as questões trabalhistas, no período varguista (1950-1954), contribuíram para a configuração das práticas adotadas, principalmente, na JOC e desse movimento se alastrou para os outros segmentos católicos.

O conhecimento da realidade, a formação na ação e a metodologia ‘Ver-Julgar-Agir’, próprios da JOC, foram sendo incorporados pelos outros grupos e tornaram-se os eixos centrais que passaram a orientar esse apostolado leigo. [...]

¹⁰⁵ DELGADO, Lucília de A. N.; PASSOS, Mauro. “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)”. 2003, 100.

O esforço era imprimir... uma ação apostólica mais concreta e histórica. Assim começaram a surgir revistas, boletins, jornais, semanas de estudos, cursos para formar líderes mais atuantes e dinâmicos.¹⁰⁶

É significativo o avanço da filosofia católica desse período, representado pelos escritos do padre Henrique C. de Lima Vaz, fazedor de uma reflexão sobre a ética, inclusive a ética religiosa, fundamentada na historicidade dos eventos humanos. A dupla participação do catolicismo na sociedade brasileira, integrando classes sociais antagônicas, surtiu, pós-golpe, suas consequências, levando à cisão grupos estabelecidos na Ação Católica e a construção de novas alianças de resistência à ditadura implantada. A luta pelos direitos sociais e humanos, marca dessa Igreja-militante, chocaram-se com a ideologia da modernização conservadora, fundamentada na internacionalização do capital nacional e na manutenção da tradicional estrutura agrária-exportadora, no qual se posicionou parte do seu rebanho, política de estado adotada maciçamente a partir de 1964, resultando em posições múltiplas dentro da Igreja e na dissidência de setores mais avançados e articulados com as camadas populares.

Assim, a defesa da Carta pastoral de 1950, em que “*há momentos em que a Igreja está de acordo com as mudanças sociais, mas essas devem ser feitas pelos patrões*”,¹⁰⁷ afronta com a certeza estampada na Carta Pastoral, também de 1950, resultado da Semana Ruralista, que entende que “*‘Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural’*”.¹⁰⁸ Discursos que se confrontaram e marcaram os lados em contínuo e acirrado conflito ao longo dos anos 1960, antes e em pleno estado militar, até se separarem em caminhos diversos dos movimentos sociais.

Discursos que influenciaram Maria e a colocaram numa encruzilhada, a qual seu nome já decidira. Maria do Socorro seguiu na JOC. Sua militância política consistia em fazer a filiação e a catequização,

era um trabalho que você faz pequenininho, conversando com os colegas, fazendo trabalho de grupo, fazendo reuniões [...] a gente estudava o evangelho [...] era um trabalho assim ligado a vida com a transformação pra luta, essa luta de você se engajar no seu sindicato, na atividade em que você vivesse [...] então, a gente participava do Sindicato do Comércio (*sic*).¹⁰⁹

¹⁰⁶ *Idem*, 102.

¹⁰⁷ DELGADO, Lucília de A. N.; PASSOS, Mauro. “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)”. 2003, 106.

¹⁰⁸ *Idem*, 106.

¹⁰⁹ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria do Socorro Alves de França (MSAF). Maceió-AL, 09/11/2005.

E, dessa forma, sua atuação política aconteceu num crescente, “*então, fui militante no bairro, depois fui presidente do grupinho do bairro, [...] a gente já com outros membros fomos fazer parte da Federação [...] fui membro da Federação um tempo, depois fui convidada pra trabalhar na Regional [...] ficava no Recife*” (sic).¹¹⁰ As tarefas da JOC eram diversas, desde as reuniões de estudo até a assistência em assembleias, para decisão sobre o programa da Juventude no meio operário e demais setores sociais, incluindo o debate político, compreensão da conjuntura e processo de luta, “*começa a ocorrer uma mudança substantiva na Ação Católica. Mais do que ideias, conceitos e normas, foi-se definindo também um novo tipo de relação da Igreja com o mundo social, político, cultural e artístico*”.¹¹¹ A JOC pretendeu ser um movimento internacional originado nas pequenas uniões de pessoas, num movimento ascendente.

Maria do Socorro lembra que os padres ligados ao movimento e que mediavam a educação evangélica eram

mais abertos, mais na linha revolucionária, não era aquele negócio da gente tá rezando na Igreja, tá na missa, não, você era cristão, você tinha que desenvolver seu papel cristão [...] Era se engajar, era lutar, era se organizar, era fazer alguma coisa pra mudar a situação de vida, o compromisso com o outro. [...] um padre reacionário não ia pra JOC [...] porque tinha medo, era um movimento muito visado. Tanto que quando chegou a revolução [...] fomos muito perseguidos [...] porque todo mundo tinha alguma ligação com a AP, tinha ligação com outros movimentos que estavam engajados na luta.¹¹²

Quando ela mudou-se para o Recife em função da sua atuação na Regional, ela viveu de um salário pago pela Diocese, que, também, mantinha a casa onde morava, dividindo-a com membros da JOC, da JUC, uma equipe da JEC, integrantes da JAC e até membros da JIC, “*Juventude Independente, era mais pessoal de classe alta, média alta. Normalmente, os membros tinham entre vinte e vinte cinco anos de idade. Não podiam ter menos, por causa da responsabilidade das ações*”.¹¹³ Nessa época, como membro da Regional, era responsável pela coordenação e apoio à capital Aracajú e à cidade de Paulista, localizada na região metropolitana do Recife. A partir de um plano de trabalho estabelecido, ela orientou nos estudos e nas tarefas; avaliou e revisou as ações dos grupos

¹¹⁰ *Idem.*

¹¹¹ DELGADO, Lucília de A. N.; PASSOS, Mauro. “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)”. 2003, 102.

¹¹² CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria do Socorro Alves de França (MSAF). Maceió-AL, 09/11/2005.

¹¹³ *Idem.*

locais, dentro dos sindicatos e das fábricas, “*a gente fazia o Dia do Trabalho*”.¹¹⁴ Uma atuação de longa data, que sobreviveu e continuou depois do Golpe, em plena repressão.

Em 1965, foi obrigada a retornar para Natal, porque a casa do Recife foi invadida e Lenira foi presa junto com outros integrantes da JAC. Nessa época da queda da casa, esse grupo da JOC, que ela integrava, já era mais independente da Diocese. Por isso, saía da casa situada no bairro industrial dos Coelhos, um bairro operário e popular, próximo do centro do Recife, onde tinha o acompanhamento de Dom Helder e do Padre Lamartine, “*muito abertos, mas a gente queria uma coisa mais independente, mais dentro da base*”.¹¹⁵

Maria do Socorro foi morar numa casa no bairro de Santo Amaro com outros que adotaram a mesma postura, o Wilson, o Carlos, a Lenira, a Ludcélia, apoiados e assistidos por Frei Henrique. Os recursos vinham da Federação, que recebia um por cento dos ganhos de seus militantes para sustentar aqueles membros que tinham dedicação integral à causa. Os valores arrecadados ainda serviam para deslocamentos de grupos em operação, “*tudo era por conta do movimento [...] a gente tudo que fazia era com o esforço dos próprios operários*”.¹¹⁶

Além das cotas, obtinham dinheiro na organização de pequenos eventos nos períodos de festas, como no São João, quando vendiam comidas típicas, acessórios juninos e ingressos para os bailes. Maria do Socorro enfrentou a repressão policial e o medo que se instalou no movimento e na sociedade até 1969, quando terminou o seu tempo e outra equipe ocupou o trabalho que fazia na Regional Recife, “*até quando deu, bem, eu fiquei até sessenta e nove, porque [...] a gente ficava até no máximo três anos numa equipe, depois fazia novas eleições, vinha outra equipe*”.¹¹⁷

Nesse último ano ela casou com Nascimento, um antigo membro da JOC, de Alagoas, que depois integrou a AP. Conheceram-se entre uma e outra obrigação da Regional, quando ela visitou Maceió, e a amizade se transformou em um relacionamento de namoro, separados apenas pela distância das suas tarefas, mas sempre se encontravam quando a militância os levava na mesma direção, era sempre em Maceió. Casados, ele militando na AP, ela simpatizante e continuando seu trabalho na Ação Católica, mudaram para o Rio de Janeiro, “*ele se engajou mesmo, fez parte, quando a gente casou tivemos que*

¹¹⁴ *Idem.*

¹¹⁵ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria do Socorro Alves de França (MSAF). Maceió-AL, 09/11/2005.

¹¹⁶ *Idem.*

¹¹⁷ *Idem.*

ir para o Rio [...] ele foi a serviço do movimento [...] lá foi que tudo aconteceu”.¹¹⁸ No Rio, um ano depois, em 1970, Nascimento foi preso, *“porque eu estou presa? Você está presa porque seu marido... a senhora vai lá dar um depoimento que seu marido foi preso, porque ele é um traficante de drogas”*.¹¹⁹ Ela foi levada para o Centro de Operações da Marinha (CEMAR), onde passou a noite e outros dias, que não sabe precisar, sob tortura psicológica.

Tempo depois, encapuzada, colocaram-na num camburão, junto com um menino, militante do movimento estudantil e dirigiram sem rumo e sem pressa pela cidade até o quartel do exército. Entre o chão de um corredor, de onde ouvia os gritos dos torturados, e a cela para onde era conduzida à noite, passaram-se, talvez, cinco longos dias. Depois, foram os suplícios no corpo de uma alma há muito sacrificada,

botava água no chão e “tham” e me ligava a maçaneta aos fios elétricos nas duas mãos, tinha uma maçaneta ali no birô, aí fazia assim, e quanto mais ele rodava mais o choque era violento, mais aquilo sacudia você pra lá e pra cá, porque o chão todo molhado, então sacudia você prum canto, sacudia você pra outro, você batia na parede, fora as outras coisas, [...] chamam telefone, telefone, e também a tortura do revólver no seu ouvido.¹²⁰

Voltou mais uma vez para o CEMAR e seguiu para a Ilha das Flores, onde passou cinquenta dias. Foi para Maceió, para casa dos sogros e lá descobriu a solidão e a triste situação da ex-presa, *“porque todo mundo tinha medo das pessoas que tinham sido presas, as pessoas do próprio partido [...] então, a gente não encontrou apoio de ninguém, porque a própria organização já tinha determinado que não procurasse nenhum preso político pra não comprometer a eles”*.¹²¹ Suas marcas de tortura deflagravam nas pessoas o sentimento mais cruel, o medo. Naquelas que não conheciam a detenção, o medo do futuro sem passado; n’outras, também ex-presas, o medo do passado sem futuro.

Ela viveu sentimentos diversos e até contraditórios naqueles anos revolucionários, desde o momento que lançou seus primeiros passos na direção da década vertiginosa. E quando decidiu partir, não mirou para trás, não se queixou das rugas que trazia no canto dos olhos cansados de tantas visões; nem do fato de não conseguir falar palavras novas e ter esquecido as velhas palavras de ordem que costumavam ecoar além dela, em todos os

¹¹⁸ *Idem.*

¹¹⁹ *Idem.*

¹²⁰ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria do Socorro Alves de França (MSAF). Maceió-AL, 09/11/2005.

¹²¹ *Idem.*

lugares aonde ia e até nos lugares a que não foi. Apenas a certeza de não ter findado todos os anos daquela década, como se o tempo terminasse mais cedo, sem avisar.

Na história dessas mulheres e militantes, a história de Maria do Socorro tem outro significado. Mais uma história, não é outra história, porque são cúmplices do momento em que viveram, dos chãos que pisaram, dos sonhos que dividiram. A vida dita, assim, por Socorro, tem o gosto da narrativa que se faz história enquanto se conta. Diferentes das outras vidas expostas que se transformaram em história, a história dessa mulher já era história desde que Socorro começou contando para sua vizinha da festa de casamento da sua tia Helena, que começou com um cortejo que saiu da casa da noiva e foi tomando as ruas até a igreja, para depois se transformar numa festança que *rolou* até o outro dia. Ela não esquece e nunca esqueceu o bolo de noiva, *muito grande, muito bonito, muito confeitado*. Acima do bolo “*tinha um navio, ele apitava e saia fumaça por um grande cano [... e os noivinhos do bolo] ficavam dizendo o tempo todo: ‘Felicidades para Helena e Manoel, felicidades para Helena e Manoel...’*”,¹²² fazendo os olhos da colega e vizinha se encherem de flores brancas e grinalda, sonhando o seu próprio casamento que tinha de ser assim. Foi com esta imaginação que Socorro Ferraz construiu a sua história, que se confunde com a sua vida.

Uma vida que começou em Altinho, quando ela nasceu em 16 de março de 1940, numa das tantas paragens da família, que mudava com a frequência das transferências do pai, ao serviço do Exército. Severino de Souza Ferraz, sertanejo de Floresta, foi militar antes de se estabelecer em Caruaru, onde também se integrou na política, elegeu-se vereador; depois, vice-prefeito, e assumiu a prefeitura dessa cidade, fez carreira. E já era tempo de fixar a família, pois Dona Djanira Camelo Linz Ferraz, com a firmeza das mulheres de engenho da zona da mata pernambucana, resolvera que os filhos estavam na idade de estudar, e até já decidira que o marido assumiria noutra delegacia sem a sua companhia. Um casamento que foi o encontro do sertão com a zona da mata, como gosta Socorro de pensar, não seria separado pelo agreste.

Era 1945, fazia um ano que moravam na cidade de Mestre Vitalino. Os bonequinhos de barro ainda não ganharam o mundo, mas o mundo chegava pelo rádio, e Socorro lembra o exato dia em que findou a Guerra, porque o pai saiu com os filhos à rua, onde acontecia uma grande festa pelo fim do conflito bélico mundial, pela volta dos pracinhasãos e salvos, transformados em verdadeiros heróis tupiniquins. A rua depois, foi

¹²² CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria do Socorro Ferraz Barbosa (MSFB). Recife, 10/10/2011.

rebatizada e ficou conhecida como a *dos Expedicionários* e nela se compravam cestinhas comemorativas em meio ao folguedo.

A memória de Socorro vagueia entre a rua e a sala de jantar, onde, nos tempos de criança, sentada à mesa, disputava quem respondia mais rápido às *charadas sincopadas* que o pai gostava de jogar aos filhos, quebrando o silêncio das horas das refeições, quando serviam primeiro ao dono da casa, e embaraçando a certeza que Seu Severino tinha na maior inteligência dos meninos, porque a menina magrita do meio chegava sempre com a última palavra, primeiro.

Isso de ser *danada* e *atrevida* parecia muito com a menina Socorro, que além de tudo ainda guardava uma curiosidade do tamanho de um trem. Na casa do avô, gostava de ouvir histórias de “malassombros”, junto à torra do café, naquela época, quando o café que ela bebia era plantado, colhido, torrado em casa pelos agregados da fazenda, “*vinha o grão, se colocava com mel de cana-de-açúcar e de engenho, e depois se torrava* [para, então, se quebrar] *no pilão*”.¹²³ Aquela gente que tinha sempre um “causo” para contar de “*muitos crimes sobre mulheres. Mulheres mortas porque os maridos as matavam, por terem sido infiéis, [...] e histórias assim vão te formando [...]. Eram conversas intermináveis*” que ela ouvia *boquiaberta*. Como ouvia também a história do avô, filho de donos de engenho nas Alagoas. Rapaz, apaixonou-se por uma moça de São Bento do Uma, da família Torres Galindo. Quis casar, e foi proibido. Ele casou mesmo assim, sabendo que seria deserddado, e foi. Seu espírito combativo não mediu sacrifícios. E o seu espírito empreendedor o ajudou a colocar uma fábrica de laticínios. Dessa fortuna, Socorro se lembra que, nos sábados da sua infância na casa do avô, ele contava os dinheiros e, aqueles rasgados, ele dividia entre ela e a irmã mais velha, Ana Maria. Então, elas passavam o dia inteiro remendando as notas para comprar “*confeitos. Uns passavam, outros não*”.¹²⁴

Essas lembranças eram fortes como o café torrado, e outras eram doces como o mel de cana da mistura batida no pilão: “[ser] *acordada pela descida dos burros com as latas vazias nos caçuás, para ir buscar água em uma lagoa [...] bem perto do rio Una [...]. Era um barulho infernal, mas era muito bonito e aquilo terminou se tornando música*”. A energia elétrica era fornecida por um motor que funcionava apenas até às dez da noite, “*uma boa parte da vida, as noites eram iluminadas pelos candeeiros*”.

¹²³ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria do Socorro Ferraz Barbosa (MSFB). Recife, 10/10/2011.

¹²⁴ *Idem*.

Essas coisas do mundo rural que se enterram bem fundo n'alma, mesmo depois que se cresce e se vai embora para a capital. Com Socorro foi assim. Cresceu lendo, furtivamente no banheiro, os livros que o irmão trazia da biblioteca ou emprestados dos amigos dele, porque a mãe não queria que ela lesse aqueles livros. À noite, enquanto a família dormia, esgueirava-se até o quarto do irmão e, com um grampo, abria a gaveta do bureau. Tirava os livros como pedras preciosas e lia. Então, ler tinha o gosto do perigo, de algo que se fazia escondido. Assim, leu o Vermelho e o Negro, de Stendhal; os Irmãos Karamazov, de Dostoievski; Os Miseráveis, de Victor Hugo. Um dia, Dona Djanira pegou um livro que ela estava lendo e, com ele, bateu na cabeça dela e perguntou: “*Você pensa que vai ficar loura?*”. Foi uma crueldade! O que ela disse doeu! Ela queria que estudasse, que fosse professora, que não casasse antes disso, mas não queria intelectuais em casa”.¹²⁵

Casar não era um sonho de Socorro, ela queria frequentar os bares, que os irmãos frequentavam, para ouvir as conversas que só aconteciam, principalmente, quando João Belmiro estava lá, “comunizando”, falando de Marx, Lênin. Eram essas as coisas que ela queria saber e “*não dos vestidos de noiva*”.¹²⁶ Então, ela ficava escutando as conversas do pai e dos irmãos, quando eles voltavam para casa.

Essas coisas que foram mal filtradas dentro do mundo católico dos anos 1950, quando a Igreja autorizou a organização de jovens secundaristas para levar os seus ensinamentos e abriu caminho para muitas ideias “*mal vistas*”. Socorro participava das reuniões da JEC, no colégio, e descobriu que usar calça comprida era uma atitude *petulante*, vinda de uma jovem. Então, ela escolheu sair da JEC, continuar vestindo “*uma linda [calça comprida] estampada, maravilhosa*” que acabara de ganhar,¹²⁷ bem como, seguir *tomando decisões políticas*, porque naquela época, ela *já fazia algumas campanhas, já tinha ideia do que era política [...] e realmente não combinava aquele momento com a JEC*”.¹²⁸ Não combinava aquele momento com o caminho proposto pela Igreja em qualquer instância.

Integrou a Juventude Comunista (JC), ao invés da JUC, quando entrou na Universidade para cursar o primeiro Bacharelado de História, ouvindo o conselho de uma freira, professora de português do Colégio Sagrado Coração. Era boa aluna, mas se dividia

¹²⁵ *Idem.*

¹²⁶ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria do Socorro Ferraz Barbosa (MSFB). Recife, 10/10/2011.

¹²⁷ *Idem.*

¹²⁸ *Idem.*

entre o estudo e a militância, “*a política já me moía o cérebro*”, o que uma vez a levou para uma final na disciplina de Didática Geral, ministrada pela professora Maria Antônia. Eram os tempos!

Os *anos dourados* do tempo da graduação deixaram marcas muito fortes no seu aprendizado e nas posições que tomou na vida, porque, além do curso de História, ela se integrou em cursos de formação política, Marxismo, Leninismo, envolvendo-se com figuras como Liana Aureliano, da Juventude Comunista do Partido Comunista Brasileiro, além de Olivardo, Fernando Barbosa, Getúlio, Jarbas Maciel, Reinaldo Xavier, todos da base do partido. E também outros de diferentes organizações, como o Lins, da JUC.

Na universidade, esse grupo participou de várias lutas estudantis, reivindicou um restaurante universitário e conseguiram. Este espaço tornou-se importante, porque numa instituição que se espalhava pela cidade em vários *campi*,¹²⁹ o restaurante serviu para unir o corpo discente em alguns momentos. O Restaurante Universitário, conquista dos estudantes, era administrado pelo Diretório Estudantil, responsável pelas compras dos alimentos, cozinha e prestação de contas, “*era muito trabalho, os estudantes tinham muito trabalho, mas também tinham muitas utopias*”.¹³⁰

Utopia misturada a *uma tomada de decisão na vida* fez Socorro integrar uma fração da juventude comunista que atuou no campo, nas Ligas Camponesas, sob a responsabilidade de Gregório Bezerra, que assumiu a ideia junto ao Comitê Estadual do Partido Comunista. Na reunião que decidiu sobre o trabalho no campo, a Direção reagiu, porém, com o voto e a decisão do velho e respeitado comunista de integrar a equipe de estudantes, a demanda foi autorizada.

Antes de atuar no campo, ela tivera a experiência de militar nas Associações de Bairro do Recife, que, nas prefeituras de Pelópidas Silveira e, depois, de Miguel Arraes,¹³¹ receberam muito apoio do governo municipal para se organizarem. Era a fórmula

¹²⁹ Na época, quando Maria do Socorro Ferraz Barbosa era estudante da Universidade do Recife, hoje, Universidade Federal de Pernambuco, essa universidade ocupava vários prédios em diferentes localidades no centro do Recife: a Faculdade de Engenharia ocupava um prédio na Rua do Hospício; a Faculdade de Direito, na Rua Princesa Isabel, onde até hoje existe; a Faculdade de Medicina, no Derby; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade do Recife, na Rua Nunes Machado, próxima da Universidade Católica; a Faculdade de Arquitetura do Recife, na Av. Conde da Boa Vista. Esta formação do espaço universitário favoreceu uma arquitetura política com intensa participação dos estudantes, a cidade era, no dizer de Denis, “*uma cidade universitária*”. *Idem*.

¹³⁰ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria do Socorro Ferraz Barbosa (MSFB). Recife, 10/10/2011.

¹³¹ Pelópidas Silveira (PSB) foi prefeito em dois mandatos no Recife: 1955-1959 e 1963-1964; Miguel Arraes assumiu a municipalidade entre os anos 1960 e 1962. Neste ano, entregou o cargo à Liberato da Costa Júnior para candidatar-se ao governo de Pernambuco. Foi eleito pela Frente do Recife, com o apoio dos comunistas.

encontrada para contornar a resistência da Câmara dos Vereadores em relação às demandas da população mais carente. Eram aproveitados todos os espaços sociais criados pelas e nas comunidades, tais como, liga de dominó, clube das mães, clube de chorinho. Dessas reuniões informais desenvolveram-se as associações de bairros que, depois, evoluíram para a criação de uma Federação de Bairro. Socorro recorda:

Quem presidiu essa Federação foi um velho comunista, [...] violonista, [...] fabricava violinos, uma pessoa de uma delicadeza, Amaro Wanderley [...] Conhecia muito de filosofia, de política, [...] ele e sua mulher moravam no centro da cidade, em uma casa que frequentávamos muito, como amigos, sendo eles muito mais velhos que nós. [...] ele fez parte daquele antigo Partido Comunista, ele realmente era uma escola.¹³²

E continuou dizendo que essas associações funcionaram como uma câmara de apoio ao trabalho da prefeitura, “*uma câmara direta do povo com o prefeito*”.¹³³ Inclusive, que houve um congresso reunindo todas as associações para discutir questões mais amplas, de interesses comuns.

A atuar no campo foi diferente, principalmente, para o crescimento político de Socorro, porque a resistência dos proprietários de engenho às conquistas trabalhistas dos proletários da zona rural tornavam os ganhos mais importantes:

Era um mundo difícil, onde os senhores de engenho estavam em ‘pé de guerra’, porque era a tentativa de se colocar o salário, todos os benefícios que os trabalhadores urbanos tinham, também teria o campo, isso só aconteceu no governo Goulart. Até lá, foi uma luta muito grande, e o partido tinha uma posição, uma visão muito diferente das Ligas, e nós estávamos dentro das Ligas, então realmente era uma coisa que já era um confronto dentro da própria Liga. [...As Ligas] elas prometiam terras e o Partido queria organizar em sindicatos, queria fortalecer os sindicatos rurais [...], são duas linhas políticas diferentes. E fomos lá dentro das ligas para reforçar essa posição.¹³⁴

Desse confronto, Socorro lembra um episódio, que para ela foi e continua sendo significativo, motivo porque ela, a historiadora, relatou num artigo,¹³⁵ publicado na *Revista Clio*. Esse acontecimento ocorreu na cidade de Surubim, meio agreste pernambucano, no ano de 1963, quando, num período em que muitos camponeses foram expulsos das suas terras, as Ligas fizeram, por isso, num domingo, um ato público de denúncia e repúdio. Pediram permissão ao delegado e dele receberam autorização para a organização de uma

¹³² MSFB.

¹³³ *Idem*.

¹³⁴ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria do Socorro Ferraz Barbosa (MSFB). Recife, 10/10/2011.

¹³⁵ Referência ao texto BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. “Com açúcar, sem café”. In: *Clio*. Série História do Nordeste. Recife/UFPE. vol. 4, n° 14, 1993, 79-98.

passseata pacífica, pelas ruas da cidade, que terminasse num comício. O movimento foi organizado e, no sábado à noite, Socorro e outros companheiros foram à Sede da Liga na Av. Conde da Boa Vista, no centro do Recife, confirmar o horário de saída para Surubim. Lá, encontraram um americano, Shepard Forman, um antropólogo que veio ao Brasil interessado em conhecer o movimento camponês das Ligas. Soubera da passeata de Surubim e pediu para acompanhar o grupo de Socorro.

Naquele domingo, partiram da Sede no Recife, num jipe dirigido pelo americano, único com carteira de motorista, para o interior. Quando Chegaram a Surubim, havia uma manifestação contrária àquela organizada pelas Ligas. O padre local montara uma reação, usando o som da sacristia da igreja, e, a partir dali, chamava o povo a ocupar a praça e resistir à manifestação. “*Chamou as criancinhas; as cruzadinhas, com aquelas fitas amarelas; as mulheres do Coração de Jesus, com as fitas vermelhas; os homens da cidade, enfim, a população católica da cidade estava em frente à igreja, e ele gritava da sacristia: ‘Viva aos Estados Unidos!’ [...] ‘Fora a União Soviética! Fora Cuba!’*”.¹³⁶ Shepard Forman aproximou-se envergonhado, tentou subir as escadas para a igreja quando ouviu o padre exasperado alarmar: “*‘Estamos sendo invadidos pelos cubanos, olhem agora mesmo está chegando um cubano, não sei o que ele vai fazer...’*”.¹³⁷

Nesse momento os campos inimigos se encontravam no meio da praça, de um lado as Ligas, do outro, a procissão religiosa. A polícia foi chamada para terminar aquela *guerra campal*. Em meio ao conflito, ouviram-se tiros. A massa se dispersou e sobraram dois feridos no chão: um menino de doze anos, filho do vice-prefeito de Surubim, que morreu no hospital, vítima de um tiro fatal na cabeça, e um companheiro da Liga de Mirueira, atendido pelo médico Fernando Barbosa, militante comunista. O caos e a irracionalidade ocuparam a cena: moradores da cidade, insuflados pelos *senhores de engenho*, e a polícia iniciaram uma “caçada ao cubano”, vasculhado de casa em casa.

Shepard Forman precisou se esconder num quarto de carvão, na casa de uma família, e de lá só saiu às quatro horas da manhã, quando as emboscadas terminaram e os bloqueios nas saídas da cidade acalmaram. Na fuga, Socorro, Fernando e o americano avistaram o jipe da Liga, que fora incendiado e imaginaram que todos morreram carbonizados no local. Largaram o Forman na estrada principal e ele seguiu andando até a cidade próxima, onde subiu num ônibus e retornou ao Recife.

¹³⁶ MSFB.

¹³⁷ *Idem*.

Dessa experiência na zona rural sobraram outras histórias. História de conhecer como sobrevivem homens e mulheres no cotidiano da falta. Falta de atendimento médico-sanitário, falta de alimentação adequada para uma vida sadia. Falta de tudo, porém fartos de injustiça. Para Socorro Ferraz e Fernando Barbosa, o trabalho era diário nas comunidades, na crença de que minimizavam as dificuldades daquele povo:

Eu [...] tive muito contato com as mulheres do campo, com a comida que eles comiam. Fernando chegava e fazia toda parte de medicina. As mulheres não queriam contar as suas doenças ginecológicas, falavam para mim, e eu, para Fernando [Barbosa]. Então, aquilo era um dia todo dedicado. A gente saía de ônibus ou de trem, depois descíamos, íamos por dentro do canavial, pois, se o senhor de engenho soubesse, tinha tocaia para atirar. [...] foi uma vida bem agitada, mas de muito aprendizado. Via o que eles comiam, a maioria dos almoços eram carochos de jaca cozidos, [...] uma iguaria, mas não para todos os dias. E aquelas sardinhas prensadas naquelas caixas horrorosas, fedorentas, isso era a comida do camponês. Quando [Miguel] Arraes assumiu, [...] quando Jango decretou o salário mínimo no campo, como obrigação, todas as obrigações sociais, então, os camponeses, os trabalhadores da cana-de-açúcar tiveram uma mudança substancial, em termos do que eles podiam comprar e comer. E só queriam comprar cama faixa azul. [...] ‘porque ouvimos no rádio durante muitos anos que é a melhor cama’.¹³⁸

Essa realidade adversa do desejo, às vezes, confundia Socorro, que se perguntava “*por que tinha que ser a cama faixa azul?*”. Compreendendo ou não, ela permaneceu na militância. Uma militância que passara por provas diversas, incluindo prisões e exílios.

Aquela era uma época de arbítrios do estado e os grupos de oposição sabiam que agiam clandestinamente e na subversão. Ainda não se formalizara, contudo, o estado de exceção. No Recife, as prisões de militantes, jovens ou históricos, eram fato. As detenções de muitos estudantes aconteceram, uma vez que a militância jovem estava bem comprometida e participava ativamente em ações consideradas contra a ordem, naquela realidade de um estado apenas formalmente democrático. Marcelo Mário de Melo recorda o dia em que foi preso, aos 17 anos de idade, em 1961, porque

Eu estava pixando muro... a gente ficou distribuindo panfletos nas ruas e jogando nos edifícios, pixando muro e fazendo os comícios-relâmpagos, nos pontos que eram possíveis. Numa dessas jornadas de pixamento eu fui preso. Ali, próximo [onde, hoje, fica o] Atacadão de Papelaria.¹³⁹ Eu vinha num grupo e a gente se separou. Tinha uma mulher, tinha a Ausani. Eu fui preso, eu estava com Heraldo Andrade de Moraes e Auzani, ambos militantes do PCB, na época. E a agente se separou ali, perto do Salesiano. Ali, eu vinha andando e estava com umas pedrinhas de pixamento que eram fabricadas pelo método artesanal, uma química

¹³⁸ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria do Socorro Ferraz Barbosa (MSFB). Recife, 10/10/2011.

¹³⁹ Cruzamento das ruas Manoel Borba com Dom Bosco, próximo a Praça Chora Menino, no Bairro da Boa Vista. Esta loja comercial ainda não existia no ano em tela. Todas as referências indicadas na entrevista são atuais, com a exceção do Colégio Salesiano.

do Abelardo da Hora. Era uma pedrinha composta de gesso, cal e roxo-fosco. Como sobraram pedrinha, eu decidi guardar as pedrinhas... Tinha um amigo meu que morava ali mais na frente, naquela entrada [hoje] do Shopping Boa Vista.¹⁴⁰ Eu [pensei], eu boto as pedrinhas na casa dele e amanhã eu pego. Eu fiquei com pena de perder as pedrinhas... Quando eu estava jogando essas pedrinhas, um jipe do DOPS me viu e me prendeu. Me levou para o IV Exército e eu passei o dia lá. Depois, como era menor e aparentava menos idade do que tinha, eu me fiz de bobo, contei umas histórias completamente malucas. [Foi solto].¹⁴¹

Socorro Ferraz também foi detida em 1961. Ela estava na sede da UEP com outros vinte companheiros, em plena campanha em favor da Legalidade e da posse de Jango, após a renúncia de Jânio Quadros. No momento da prisão, quando a polícia do exército e a polícia militar, sob o governo de Cid Sampaio, cercaram a sede estudantil, os secundaristas, e, entre eles, Socorro e Fernando. Ouviam num aparelho importado, tentando sintonizar as rádios estrangeiras, a BBC ou a Rádio de Cuba, para se informarem melhor dos acontecimentos no Brasil. Era um rádio que o companheiro Jarbas Maciel trouxera dos Estados Unidos, que sintonizava bem, “*que pegava até ladrão*”.

Quando a polícia invadiu o prédio, o rádio estava ligado e os estudantes formavam em volta, ouvindo as notícias. Com gestos truculentos e selvageria, o sargento deu voz de prisão a todos na sala e prendeu também o rádio. Argumentos de parte a parte, Jarbas Maciel questionou a prisão do rádio, no que o sargento respondeu: [o rádio vai ser preso] “*porque esse rádio é subversivo, estava agora mesmo transmitindo informações subversivas, e esse rádio vai também, pois ele é a prova do crime*”.¹⁴² Questões de ordem de um lado e de outro, nada convencia o sargento de soltar o rádio. Até que Jarbas Maciel num repente afirmou: “*Mas esse rádio é da minha sogra!*”. No que ouviu o sargento voltar a trás: “*Ah, é? Então [o rádio] fica! E fomos todos presos*”.¹⁴³

Da sede da UEP para o Quartel do Exército, localizado no centro do Recife, próximo à Praça Treze de Maio e à Faculdade de Direito. Lá,

[f]omos interrogados por Ibiapina, fomos para o quartel, na II Seção, onde hoje é o Hospital do Exército, na Rua do Príncipe. Ficamos lá no pátio, a noite toda, com metralhadoras, sem água, sem nada, todos lá, em uma situação muito desagradável. Eles chamavam um por um para interrogar, e nós não sabíamos o destino dos que estavam sendo interrogados. [...] eu era noiva de Fernando Barbosa, ele também estava preso, [...] resolvemos tirar as alianças [...]. A minha intenção era mentir, até o fim, como a de todos. Fui interrogada pelo Ibiapina. Eu disse que estava passando pelo UEP, precisava fazer um telefonema, e entrei ali

¹⁴⁰ O Shopping Boa Vista fica na Av. Conde da Boa Vista, entre as ruas Gervásio Pires e José de Alencar, no centro do Recife.

¹⁴¹ Entrevista: Marcelo Mario de Melo (MMM). Recife, 5-17/01/2012.

¹⁴² CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria do Socorro Ferraz Barbosa (MSFB). Recife, 10/10/2011.

¹⁴³ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria do Socorro Ferraz Barbosa (MSFB). Recife, 10/10/2011.

para telefonar. [...] não colou. Ele ouviu, mas quando entro e sento, quem está na minha frente, o secretário do Ibiapina era um colega [...], da odontologia, [...] 3º secretário da UEP, [...] infiltrado [...]. Eu fiquei paralisada, [...] ele tomando nota e sabendo que eu estava mentindo. [...] depois de um dia ou dois, meu pai tinha certa influência, conseguiu me tirar.¹⁴⁴

Sua odisseia não terminou quando foi solta, porque ninguém informava o paradeiro de Fernando. Foi na casa dele e ele continuava desaparecido. Soube pelo companheiro Jarbas Maciel que o interrogatório fora duro, “*terrível! Ibiapina só faltou mata-lo. Ele respondeu à altura, uma confusão!*”.¹⁴⁵ Ficou preocupada e começou a procurá-lo. Esteve no CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva), pediram para ela voltar no outro dia: “*Eu, sertaneja desconfiada, não fui. Pedi ao meu sogro que fosse lá saber*”.¹⁴⁶ A notícia era que Fernando estava incomunicável no RO (Regimento de Operação) de Olinda, numa cela onde “*ele não podia deitar, nem ficar em pé [...], não tinha onde fazer as suas necessidades fisiológicas. Ele ficou, dezoito dias, incomunicável, até que o golpe foi amainando, [...] a prisão foi relaxando, foi para uma prisão comum*”.¹⁴⁷ Fernando deixou a cadeia com uma ordem, em seguida, de servir no Exército. Uma forma de afastá-lo da militância e prejudicar a conclusão no curso de Medicina. Faltava apenas um ano para sua diplomação. Mas ele conseguiu terminar o curso no tempo, e Socorro, também.

Quando terminaram as graduações, foram convidados para atuar na Cooperativa do Tiriri, uma experiência ímpar na memória de Socorro. Ela era responsável pela alfabetização, juntamente a Madalena Freire. Elas usavam o método Paulo Freire de Educação, objetivando “*fazê-los pensar e criar um mundo do trabalho, e, a partir daquele mundo do trabalho, começar a alfabetização*”.¹⁴⁸ No mesmo projeto, Fernando integrou o quadro no setor da assistência médica da Cooperativa.

Essa Cooperativa foi um projeto da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), liderado por Jader de Andrade, Diretor de Política Agrícola e Agrária da SUDENE, seu adjunto Francisco Oliveira, sob o olhar atento de Celso Furtado, muito cuidadoso de que as ações progressistas não perdessem o limite da ordem instituída. O projeto Tiriri tinha como objetivo estabelecer uma usina de açúcar que produzisse com matéria-prima de engenhos de cana coletivos, seguindo o modelo de reforma agrária, já adotado pela Cuba pós-revolucionária. Havia o entendimento que a

¹⁴⁴ *Idem.*

¹⁴⁵ *Idem.*

¹⁴⁶ *Idem.*

¹⁴⁷ *Idem.*

¹⁴⁸ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria do Socorro Ferraz Barbosa (MSFB). Recife, 10/10/2011.

cultura da cana, para ser produtiva, tinha que ser intensa, na compreensão de que apenas as grandes plantações eram economicamente rentáveis.

A SUDENE, então, enviou dois técnicos para conhecer a nova realidade cubana das fazendas coletivas de açúcar pertencentes ao estado. A Cooperativa do Tiriri nasceu, em 1963, a partir de seis engenhos arrendados pela SUDENE, e atendiam a uma Usina particular. A ideia primeira era que os trabalhadores participassem de todo processo de produção da matéria-prima, administrando coletivamente as terras do engenho coletivo, plantassem, colhessem e entregassem o produto para a usina transformar. Num segundo momento, até a usina seria coletiva, e os camponeses participariam inclusive das negociações de preço do produto final.

Naquele momento, a experiência era incompleta porque o usineiro ainda impunha o preço da cana, “*então, Jader [de Andrade] queria fazer uma experiência onde a produção da matéria-prima e o produto final pudessem dizer, no conjunto, o que representava do ponto de vista produtivo e financeiro. Também, fazer uma aliança com os funcionários da usina*”.¹⁴⁹ Esta foi uma experiência progressista, mas o Engenho Galileia no seu tempo já demonstrara possível. O receio de Celso Furtado era infundado nesse início do projeto. Como Socorro afirma, na sua entrevista, o grupo que atuava na Cooperativa do Tiriri se preocupava “*que ele [Celso Furtado] não aprovasse [o projeto naquele molde] e cortasse aquele programa, pois ele tinha força para fazer, mas não fez*”.¹⁵⁰ E o receio era infundado porque uma ação somente deixa de ser reformista para ser revolucionária quando é possível mexer nas estruturas que são o motor dessas experiências.

No caso de a Cooperativa do Tiriri alcançar o segundo marco do projeto, quando as fazendas incluíam, além dos engenhos, a usina, ainda assim não se caracterizaria uma revolução, uma vez que as relações de comércio do produto ainda se fariam sob o modo capitalista, entre a Cooperativa e o mercado. Mas não deixa de ser um avanço, porque provaria a capacidade de auto-gestão do trabalho e de ingerência do trabalhador. E, por isso, “[e]ssa experiência não se concretizou, pois veio o golpe de 1964 antes”.¹⁵¹

Quando o golpe civil-militar eclodiu, a SUDENE foi atingida no seu conjunto. Uma lista oficial de nomes dos funcionários, sumariamente, demitidos foi fixada e esses “ex-empregados” foram proibidos de entrar no prédio. Muitos documentos referentes aos

¹⁴⁹ *Idem.*

¹⁵⁰ *Idem.*

¹⁵¹ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria do Socorro Ferraz Barbosa (MSFB). Recife, 10/10/2011.

quadros e projetos, dentre eles, o da Cooperativa e outros planos inovadores foram rasgados, destruídos, perdidos.

Socorro Ferraz fez muitas histórias na resistência ao estado militar implantado no país, outro capítulo da história, até seguir com o marido e os filhos para o exílio. Na bagagem, levou o que, para ela, há de melhor na juventude, a ingenuidade e a ignorância que protege do medo.

*“E essa ignorância corajosa me acompanhou a vida toda”.*¹⁵²

¹⁵² *Idem.*

CAPÍTULO IV

MULHERES E MILITANTES:
resistência da memória e memórias das resistências
(Recife, 1964)

*Sim, eu poderia em cada quarto rever a mobília
 Em cada um matar um membro da família
 Até que a plenitude e a morte coincidissem um dia
 O que aconteceria de qualquer jeito
 Mas eu prefiro abrir as janelas pra que entrem
 todos os insetos.¹*

Até a realização do Golpe de 1964, o Brasil foi palco de muitos movimentos sociais rurais e urbanos que emergiram nas diversas camadas sociais influenciados pela conjuntura ou forjados nas lutas partidárias, com destaque para os grupos liderados por militantes ou simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro, nesse período colocado na clandestinidade, desde 1947. As décadas anteriores ao Golpe conviveram assim com uma luta marginal tecida cotidianamente nas ruas e nos campos, sendo Pernambuco liderança dessas ações. As ligas camponesas na zona rural pernambucana e os clubes de mulheres nos bairros da Área Metropolitana do Recife refletiam a atuação do povo e o seu envolvimento na luta por mudanças na conjuntura política do país. Lutas diárias, desenhadas em campanhas por melhores condições de vida, de trabalho e solidariedade contra a repressão institucional.

Mesmo sendo incipiente, nos estudos históricos que ampliam o papel político das mulheres nos movimentos sociais no Brasil, é possível observar que nomes femininos elencam-se no rol dos protagonistas desses movimentos, com forte atuação nas diversas organizações. É interessante exemplificar a participação de Tereza Escobar no Grupo *Clarté* do Rio de Janeiro, desde os anos 1920. Esse grupo foi responsável pela divulgação dos ideais comunistas, através da revista *Clarté*, sendo influente junto às camadas intermediárias da população, uma vez que era reconhecidamente um grupo de intelectuais. “A Revista *Clarté* chegou a ter considerável influência com a expressiva tiragem, para a

¹ BUARQUE, Chico. *Janelas Abertas* nº 2. Brasil, 1972.

época, de 2.000 exemplares".² O grupo foi também responsável pela fundação do Comitê das Mulheres Trabalhadoras, uma iniciativa da militante Laura Brandão, considerada a primeira organização de massas femininas no Brasil, nos finais dos anos 1920, como extensão do Bloco Operário e Camponês.³ Também, nos anos 1930 e em diante, nota-se a presença feminina na direção do Partido Comunista do Brasil, com nomes como: Sílvia, Inês, Cina, Morena, Vânia Bambirra e Maria Medina Machado.

Nos anos 1950 a presença de mulheres em experiências piloto, tal o Projeto Vergueiro, iniciado por volta de 1952, inspirado nas ideias sobre planejamento social e urbano do padre francês Lebret. O projeto brasileiro foi coordenado pelo frei dominicano João Batista, que recebeu autorização para residir numa capela na Rua Vergueiro, na capital paulista. Ao instalar-se, observou a possibilidade de criar uma cooperativa de trabalho. "*A ideia implantada no Vergueiro era a de mudar a relação entre o capital e o trabalho, [...] estendendo-se pela força do exemplo*".⁴

Reconstruiu-se a Capela do Cristo Operário, ornada com pinturas de Volpi e esculturas de Lúcia Frachetti, e construiu-se o salão, onde funcionaram teatro, cinema, biblioteca e local de palestras. Além disso, instalou-se, nos fundos, uma fábrica de móveis, atividade da cooperativa Unilabor. Enquanto o projeto era gestado, integrou a equipe a militante trotskista Cinira Fausto (POR-SP), na instalação e manutenção da biblioteca do Centro do Cristo Operário, com um trabalho direcionado ao público infanto-juvenil. Por algum tempo, recebeu a colaboração de Maria Edi Ferreira nesse espaço literário. Com a ampliação das atividades da cooperativa, voltadas para o desenvolvimento cultural, Teresa Vargas organizou o teatro, onde atuavam os operários da Unilabor. Integraram, ainda, a equipe do Centro, as militantes trotskistas Sabattina de Lourdes Gervásio, a Sabá, e Doroty Massola, que morava no bairro desde menina, quando a família de italianos se transferiu da zona rural para trabalhar como operários urbanos.

A experiência no Vergueiro durou até 1959, quando o Cardeal Arcebispo D. Carmelo Motta, preocupado com o avanço das esquerdas e o perigo que as ações dos militantes no Centro e na Cooperativa surtiem na comunidade e para além dela, despediu

² PACHECO, Eliezer. *A Formação da Esquerda no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 2008, 70.

³ *Idem*, 92.

⁴ Depoimento de Cinira Fausto apud LEAL, Murilo. *À Esquerda da Esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, 136.

os jovens, levando Cinira Fausto a transferir, para sua casa no mesmo bairro, as muitas atividades que desenvolviam naqueles outros lugares.⁵

Nota-se, assim, que a participação feminina não destoa e se integra na luta mais ampla, do qual o Brasil foi palco. Salientam-se ainda, outras participações de mulheres. Como a da líder estudantil e trotskista Maria Hermínia Brandão Tavares de Almeida foi presa em diversas ocasiões antes do golpe de 1964, em decorrência da sua militância. Ela editou e revisou o jornal *Frente Operária*, desde a sua primeira edição em Santo André, em maio de 1963.⁶ Outro destaque é a participação de Maria Medina Machado nos idos da década de 1930, no Recife, no Levante de 1935.

É preciso salientar que Pernambuco ocupava posição de destaque no cenário nacional, mais evidente a partir dos anos finais de 1950 até o golpe, ficando na dianteira da luta de classe,⁷ por causa da insurgência de lideranças espontâneas do povo. Foi o que aconteceu em agosto de 1963, em També,⁸ na zona da mata norte do estado, depois da morte do trotiskista Paulo Roberto Pinto, codinome Jeremias, enviado desde 1962, pela direção do POR, para atuar no interior de Pernambuco, organizando os trabalhadores rurais dessa região. No dia 9 de agosto, o Comitê Regional do Nordeste do POR, reunido na sede do Recife, resolveu enviar três dos seus militantes, entre eles Carlos Montarroyos, para transladar o corpo de Jeremias e organizar um protesto.

Na segunda-feira seguinte, saíram da sub-sede do sindicato em Serrinha na direção de També. Com uma faixa de pano de cor preta, onde estava inscrito com letras brancas “Viva Jeremias”, saíram em passeata. À medida que avançavam, muitos moradores e moradoras, camponeses, homens e mulheres, e crianças se incorporavam, formando um grande arrastão pelas ruas e estradas. Todos pareciam muito *revoltados*. “*També parou em sinal de protesto pela morte de Jeremias*”. Até que num certo ponto da estrada, a multidão, indignada com os carros dos fazendeiros que, vez ou outra, parecia querer atropelar a passeata, decidiu que virariam o próximo carro que passasse. *Queremos justiça!* Os

⁵ Depoimento de Cinira Fausto apud LEAL, Murilo. *À Esquerda da Esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, 135ss.

⁶ Maria Hermínia, filha de comunista, nasceu em São José do Rio Preto. Foi casada com o militante paraibano Antônio Carlos Leal de Campos. *Idem*, 208.

⁷ PACHECO, Eliezer. *A Formação da Esquerda no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 2008, 119-163.

⁸ A cidade de Itambé, localizada na zona da mata norte de Pernambuco, na divisa com a Paraíba, nessa época, era conhecida pelo nome de També, como aparece no texto desta tese, citando Murilo Leal. Para mais informações, ver: GALLINDO, José Felipe Rangel. *O trotskismo no campo em Pernambuco: “o Jeremias das caminhadas”*. Dissertação de História. Recife: UFPE, 2010. Felipe Gallindo apresenta uma detalhada reconstituição da morte de Jeremias e sua repercussão nos jornais; expõe a importância da região no foco da atuação das esquerdas, bem como a mudança no nome da cidade, com um mapa da sua localização.

militantes que organizaram o ato pediam calma até que perceberam que seu palavreado era vazio e não surtia efeito:

Aí houve uma revolta. Uma **camponesa**, com um filho nos braços, de uns dois anos, **pegou a discursar** no meio do povo protestando contra os ‘estudantes’ [os próprios militantes] e dizendo que não ia mais continuar a marcha, pois veio para vingar Jeremias e os estudantes não deixavam o povo fazer justiça. De repente vimos que a nossa liderança havia terminado. [...] A massa vibrava e dizia: ‘Ela tem razão’, [...] a companheira [era] a essa altura a verdadeira dirigente da passeata. [...] Deu-nos as costas e [...] os manifestantes viraram-se para segui-la.⁹

Pernambuco, então, roubou a cena, apresentando-se como lugar onde mais fortemente se observava o conflito capital-trabalho. Majoritariamente agrária, a economia do estado dependia, quase exclusivamente, da produção da cana, feita em grandes extensões de terras, além do que, praticamente, apenas na região da zona da mata, onde o tipo de terra era mais apropriado para essa cultura. Isto obrigava, aos operários do campo, as migrações sazonais, ora do sertão na direção do litoral, ora, outra vez, na direção do sertão. Nessas plagas, as desigualdades sociais atingiram o seu clímax e as revoltas se tornaram uma constante, influenciadas pelas conquistas resultantes das lutas urbanas, que a crescente industrialização das cidades litorâneas fizeram eclodir. É interessante notar que o avanço na consciência das populações, sobre as desigualdades sociais de que eram vítimas, muitas vezes se originou na tentativa de minimizar essa opressão, quase nunca entendida como opressão de classe, como foram exemplos as ligas camponesas na zona rural e as associações de bairro do Recife.

O Recife, como já foi sublinhado, despontara no cenário nacional como a cidade que refletia o avanço das oposições: o governador e ex-prefeito era considerado representante das esquerdas, acusado por seus adversários de ser comunista, inclusive de “*estar a serviço de Moscou*”.¹⁰ Sua relação com o Presidente era conflituosa. Situação observada na coluna *Assis Chateaubriand* do *Diário de Pernambuco*, sob o título *O take-off para Cuba*. No artigo, o jornalista informou aos seus leitores que o Presidente disputava a reeleição e o seu principal adversário era o governador nordestino, “*Não deixa de revestir*

⁹ LEAL, Murilo. *À Esquerda da Esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, 245-248. Grifo da tese.

¹⁰ “*Fizemos uma campanha dia e noite, de casa em casa, a cidade do Recife tinha mais possibilidades, por conta de Pelópidas [Silveira], por conta dos trabalhos que haviam sido feitos, de Arraes ter sido um prefeito muito bom, o Pelópidas nem se fala, o melhor prefeito de todos, mas no Agreste e no Sertão, o anticomunismo era violento, e apesar de Arraes nunca ter pertencido ao Partido Comunista. Digo isso sabendo o que estou dizendo, porque eu fui do Partido Comunista e sabia que Arraes não era [...], nem no exílio. Tinha relações, ouvia todos, falava com todos, mas nunca foi do Partido Comunista*”. CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: **Maria do Socorro Ferraz Barbosa** (MSFB). Recife, 10/10/2011.

sedução a luta feroz em que se empenham Jango e Arraes”.¹¹ Jango, então, temia a popularidade do governador pernambucano no Nordeste, que o colocava como forte candidato às próximas eleições para o Planalto, em 1965. E continuou:

O apetite de Jango par uma segunda presidência, desde agora, se revelaria ao segundo, uma calamidade [...]. O Governador de Pernambuco deixou de ser um candidato encoberto para se tornar o aspirante mais visível e anotado para o Alvorada em 1965. [...] É que o verdadeiro cubano no Brasil é o Governador de Pernambuco e não o Presidente da República [...]. Os compromissos tomados com [Fidel] Castro, para sindicalizar as instituições brasileiras, não envolvem obrigações diretas com o Alvorada, que não inspira confiança à Cuba, mas antes com o Campo das Princesas [...]. A diferença é essa: enquanto Arraes age, Jango manobra (*sic*).¹²

Nota-se que Miguel Arraes possuía amplas vantagens no Grande Recife, mas precisava disputar espaços políticos no interior de Pernambuco, o que facilitaria, também, a sua inserção nos outros estados, pela aliança quase comum e histórica entre os coronéis dos sertões nordestinos,¹³ área de lideranças conservadoras, que ainda conviviam com a cultura dos coronéis. Este espaço ambicionado foi conquistado com sua política de articulações,¹⁴ que atraiu, entre outros, o apoio do coronel Chico Heráclito,¹⁵ de Limoeiro,

¹¹ FUNDAJ. Jornal *Diário de Pernambuco*, 26/03/1964.

¹² FUNDAJ. Jornal *Diário de Pernambuco*, 26/03/1964.

¹³ No Blog Café com História, do Jornalista e historiador Bruno Leal, Mario Américo de Moura Filho postou uma foto dos coronéis em reunião no Hotel Central, na capital da Paraíba, onde costumavam se encontrar para decidir sobre os rumos da política regional. Nessa foto, da década de 1950, estão: Deputado Pedro Bezerra, de Alagoa do Monteiro; Coronel José Pereira, de Princesa Izabel, no sertão da Paraíba; Inocêncio Nobre, cunhado de Zé Pereira; Matos Rolim, de Cajazeiras; Oscar Soares e o Jornalista Celso Mariz, biógrafo do Padre Ibiapina e, ainda, José Gaudêncio, de São João do Cariri; Antônio de Souza Lacerda Nitão, de Itaporanga; Governador Solon de Lucena; Governador João Suassuna e Miguel Sátiro, de Patos. Sobre a foto, ver: <http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/coronel-chico-heraclito>, acessado em 25/05/2012.

¹⁴ Em entrevista, Socorro Ferraz observa a diferença nas práticas políticas na capital e no interior, e como a campanha que elegeu Miguel Arraes chegou ao interior: “*Então, nos dedicamos: quem era do interior foi para o interior. Nós fomos para o interior [ela e Fernando Barbosa]. Fizemos a campanha e meu pai apoiou Arraes. Meu pai tinha muitas relações com os seus parentes no interior, e aí houve um momento em que as famílias se dividiram, os Ferraz se dividiram. Eles sempre foram anticomunistas. Gostavam muito do meu pai, mas de ‘rabo de olho’, porque os filhos eram comunistas e meu pai era socialista. Então, isso já era uma coisa avermelhada e tudo o mais. Tem um episódio [...] quando meu pai vai pro alto sertão, [...] Ibirimir [...] só tem duas ruas [...] meu pai tinha uma Land Rover, dirigia [...] ninguém podia dizer nada, não havia sinalização naquelas ruas [...] de repente, uma poeira lá na frente, as estradas [...] de terra batida [vem...] um jipe enorme pára em frente ao outro jipe. E eu [...]: ‘Agora a confusão vai ser grande!’.* Desce uma figura que eu nunca tinha visto antes, olha assim e diz: ‘Severino!’ [...] o pai:] ‘Mané Neto!’ Manoel Neto afastou-se e perguntou: ‘Quem é o Homem?’. ‘O homem é Arraes!’. Os dois se abraçaram. Era o velho coronel Manoel Neto, primo dele, um coronelzão, antes e depois de Lampião, um homem poderosíssimo [...] foi uma alegria os dois estarem do mesmo lado [...] O coronel] pergunta: ‘Como você está de armas?’. E meu pai respondeu: ‘Mais ou menos’. ‘Tem balas?’ [...] ‘Umas poucas...’. Então, ele foi lá e trouxe um “bisaco” de balas [...] e deu para o meu pai”.

¹⁵ Francisco Heráclito do Rego. A cidade de Limoeiro situa-se na zona da mata norte, fica a 77km da capital pernambucana.

e de partidos de centro como o PTB, controlado por José Ermírio de Moraes, empresário que ambicionava um espaço no campo da política e tinha recursos financeiros a serem aplicados na campanha eleitoral.¹⁶ Miguel Arraes representou “*uma vaga coalizão de liberais, socialistas, comunistas, católicos progressistas, trabalhadores, estudantes e intelectuais*”,¹⁷ e a crença de que era possível atingir objetivos revolucionários cumprindo a Constituição, mudanças legais e sem violência. Mote que fazia parte do projeto político da Frente do Recife, uma coligação de partidos, incluindo o Partido Comunista, que já elegera Pelópidas Silveira (PSB) para a Prefeitura do Recife em 1955, e que continuou alimentando as ilusões de política de muitos contemporâneos, inclusive o próprio João Belchior Marques Goulart, na presidência.

Como já foi registrado, apesar da crescente mobilização das esquerdas pernambucanas, influentes na região, com dois nomes nos executivos estadual e municipal, na capital, o quadro político do estado representava bem a divisão de forças que imperava no país: quando Arraes foi eleito governador em Pernambuco, Francisco Julião, liderança nas Ligas Camponesas, com posicionamento mais radical, foi eleito deputado federal; José Ermírio de Moraes, empresário, foi eleito Senador pelo estado, enquanto o IV Exército era comandado pelo general Costa e Silva e depois substituído pelo então general Castelo Branco, lideranças golpistas.¹⁸

¹⁶ “[Arraes] participou de conversas com o senador que foi eleito depois, José Ermírio de Moraes, porque Arraes não era homem de dinheiro, sempre precisava de alguém. [...] a situação já não era muito cômoda, porque o Cid Sampaio, que fez parte dessa Frente do Recife, já não estava mais. Ele era o governador e isso contava muito. Era preciso Arraes ter o apoio de alguém que não fosse político, que fosse da área da economia, da indústria, pois não havia dinheiro para a campanha, era preciso ter garantia. E como se espalhava que Arraes era comunista, ter o apoio de alguém que era do mundo da economia seria muito importante. Os ex-estudantes começaram uma articulação com aquele industrial, José Ermírio de Moraes, [...] uma articulação muito forte, porque alguns estudantes de engenharia estavam trabalhando na Poty [fábrica de cimento do Grupo do empresário José Ermírio de Moraes]. Então, já havia uma relação [...], ele era nacionalista”. CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria do Socorro Ferraz Barbosa (MSFB). Recife, 10/10/2011. Gregório Bezerra afirma nas suas Memórias a falta de recursos para as campanhas que elegeram Miguel Arraes para prefeitura do Recife, em 1958, e depois para a governadoria de Pernambuco, em 1962: “Era o candidato do tostão contra o candidato dos milhões”. BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, 499.

¹⁷ PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve: o Nordeste do Brasil. 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972, 69.

¹⁸ Em 14 de junho de 1962, o Diário de Pernambuco estampou na primeira página da sua edição, uma curta, porém, importante notícia para o estado de Pernambuco: “*MUDANÇA NO COMANDO ATINGIRIA O IV EXÉRCITO*”. Com essa chamada, o Jornal informou que o Ministro General Segadas Viana anunciou mudanças em altos postos do Exército, “*destinada, principalmente, a reforçar o esquema militar do Governo. [...] que considera o momento oportuno para o atendimento às reivindicações populares básicas, concluída a tarefa de ‘pacificar os espíritos’*”. Esclareceu que foi mantida a chefia do Exército com a recomposição do Gabinete. Algumas dessas mudanças necessárias para equalizar a representação militar do governo federal foram, também, anunciadas. Entre elas, o General Jair Dantas Ribeiro, Comandante da 1ª RM, iria para o III Exército, assumindo seu lugar General Emílio Maurell Filho. Importa lembrar que esta era uma companhia estratégica, situada na fronteira, com enorme aparato militar, o que dava ao seu comandante

Advém, então, o entendimento porque o mês de março de 1964 foi marcado por uma luta entre o discurso e o silêncio. O discurso exaustivo e confiante dos que acreditavam nas reformas a partir da luta democrática, tal como o discurso que marcou a escalada para o fim do governo Jango na Central do Brasil, em 13 de março, e o silêncio dos que agiam na preparação do golpe, olhando o desenrolar das forças populistas com sereno maquiavelismo.

Os grupos conservadores, formados por militares, empresários e políticos, apoiados pela CIA,¹⁹ iniciaram desde fins de 1950 uma estratégia para conter o avanço das forças de esquerda no país. Agiam na legalidade, participando dos espaços constitucionais políticos, e na ilegalidade, organizando a tomada do poder, a partir do recrutamento, doutrinação e aparelhamento de grupos de combate, que em todo o país compraram e transportaram armas de alto calibre, guardadas secretamente nas residências dos conspiradores, onde recebiam instrução de manuseio. No Recife, como foi observado anteriormente, isso também acontecia. Isto é reforçado pelas informações contidas nas memórias de Gergório Bezerra: *“Em Pernambuco, não era segredo a compra de armamento por usineiros, senhores de engenho e fazendeiros. Também não era segredo a complacência – melhor seria dizer a conivência aberta – do IV Exército, cujo comandante não escondia sua posição contrária ao governo estadual”*.²⁰

O comandante sediado no Recife, Joaquim Justino Alves Bastos, recebeu homenagens e um manifesto das mulheres da Cruzada Democrática Feminina, num evento público, em que foi chamado a colaborar com a repressão às ações subversivas que grassavam no Estado, sob a complacência do governador. Em âmbito nacional, o principal articulador do golpe era o Marechal Castelo Branco, que em Pernambuco ainda contava com os militares de alta patente Coronel Antônio Bandeira, coronel Ivan Rui, Coronel e deputado Costa Cavalcante e o Coronel Dutra de Castilho, além da indefinida atuação do General Justino Alves, que, em princípio, fora enviado ao estado para vigiar o então governador Miguel Arraes, a pedido do então presidente da República, Jango.

destaque de poder. General Nestor Souto Oliveira, Presidente da Comissão Mista Militar Brasil-EUA, iria para o comando do IV Exército, situado no Recife. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 14/06/1962. O que não aconteceu. Quem sucedeu o General Artur da Costa e Silva no Comando do IV Exército foi o, então, General Humberto de Alencar Castelo Branco, com o aval do presidente João Goulart. Os generais assumiam o posto com a missão de “manter a ordem” na região. Artur da Costa e Silva chegou ao Recife para comandar o IV Exército em 17/08/1961, nomeado pelo, então, presidente Jânio Quadros, dias antes da sua renúncia: *“CHEGOU O NOVO CMTE DO IV EXÉRCITO; POSSE HOJE À TARDE”*. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 17/08/1961.

¹⁹ Central Intelligence Agency, Agência Central de Inteligência.

²⁰ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, 525.

Nos últimos dias do mês, pairava uma ansiedade pela tempestade dos acontecimentos. Confusos com a falta de iniciativa da oposição direitista mais radical, Jango, Arraes e as esquerdas tentaram tranquilizar seus partidários e eleitores, discursando em favor da legalidade, mas pressentiam uma tentativa de golpe, como acontecera em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. Miguel Arraes gravou pronunciamento reafirmando as suas posições políticas e sua decisão de não aceitar o golpe. Pelópidas Silveira, então prefeito do Recife, e alinhado com Arraes,²¹ fez declarações públicas de crença na manutenção da legalidade, numa tentativa de conter as forças golpistas. Na noite anterior ao golpe, soube que iniciara uma marcha na madrugada, comandada pelo General Olímpio Mourão Filho em direção ao Rio de Janeiro. Um movimento armado revolucionário. Até a manhã do dia 1º de abril, mal reconhecia a existência de um comando do Exército, a IV Divisão de Infantaria, reforçada por dois outros regimentos vindos de Belo Horizonte e São João Del Rei, dispostos a depor o presidente, e já o IV Exército, sediado no Recife, sob o comando do General Justino Alves, havia aderido ao movimento.

Sob esta conjuntura, observa-se como as mulheres, inseridas nas organizações de oposição ou não militantes, algumas apenas simpatizantes das ideias “esquerdistas”, atuaram em campos diferentes da política e da resistência à época, no Recife, experienciaram ou perceberam o golpe, a atuação dos civis e dos militares, e como se relacionaram com as forças repressivas nos momentos iniciais de eclosão do governo da ditadura implantada, desde o dia 1º de abril de 1964. Evento marcado por fatos que de alguma forma o anunciavam.

Assim, o mês de março de 1964, nas palavras de Pelópidas Silveira, “*foi um mês muito difícil no Recife, porque houve um ‘lockout’ nas classes produtoras, fecharam as fábricas, parou tudo. E o governo do Estado resistiu*”.²² Uma paralização que começou com a reunião de empresários pernambucanos, em 1º de março, na Associação Comercial. O *flagrante* foi revelado no *Diário de Pernambuco* em poucas linhas na primeira página. Um texto curto, porém insofismável, dizia:

as classes produtoras debatiam a situação relevante no interior do Estado, em consequência das sucessivas greves que paralisavam os trabalhos da agro-indústria açucareira. Após intensos debates e reconhecida a orientação no movimento grevista nas usinas, de agitadores interessados em criar um clima de subversão em Pernambuco, em várias empresas, resolveram realizar, amanhã,

²¹ Pelópidas Silveira foi Secretário da Viação no governo de Miguel Arraes, entre os anos 1962 e 1963, quando deixou o cargo para assumir a prefeitura da Capital pernambucana.

²² Depoimento: Pelópidas Silveira. 1978.

uma assembleia extraordinária, para estudo de plano de ação destinado a enfrentar a baderna comunista.²³

Bloquear o movimento dos trabalhadores e confrontar o governo eram as intenções das classes produtivas, e as classes médias se posicionaram, a exemplo da afirmativa de Ângela de Araújo Barreto Campelo, e foram favoráveis “*a todas as reformas que atingem o povo. [...] Agora, a ideologia é que eu poderia combater. Quanto a realidade, não, mas com restrições, evidentemente, porque eu respeito o direito alheio, é um direito sagrado, ninguém pode deixar de respeitar o alheio*”*”(sic)*.²⁴ Naquele instante, recusaram o papel demagogo, e se desfizeram dos acordos firmados com a Frente do Recife, quando foi oportuno o apoio das organizações populares, das esquerdas, inclusive aceitar Luís Carlos Prestes nos seus palanques, discursando em nome de Cid Sampaio.

Apoiaram Miguel Arraes, mas não concordaram com o avanço das lutas dos trabalhadores e das esquerdas, pois temiam “*a revolta preparada [...] a intenção de fazer com que o povo se rebelasse*”.²⁵ Na sequência, entusiasmaram-se com o movimento das elites que preparavam o golpe, formando, entre outras, uma rede de mais de cem estações de rádio e televisão, cobrindo o território nacional, conclamando o povo a tomar parte da “Rede Democrática”, alertando a população contra o governo constituído e chamando as mulheres a integrarem o movimento. Aderiram aos protestos, apoiados por parte da Igreja, que, entre outras contribuições, cedia seus espaços para as reuniões do grupo golpista.

A “Cruzada” em Pernambuco teve início nas conversas entre as mulheres que se reuniam no interior do Colégio São José. Igualmente, as marchas que aconteceram depois em outros cantos do país pretendiam agregar num movimento mais amplo de oposição a política das Reformas. Segundo Ângela Campelo, ela e outras mulheres buscaram apoio

²³ Em outra página da mesma edição, o Jornal completou a notícia com a chamada: “*IMPOSSÍVEL COMPACTUAR COM ‘INDÚSTRIA DA GREVE’ NO ESTADO*”, onde o Jornal afirma que a governadoria do estado estava infiltrada de agentes perturbadores com objetivos subversivos. E continuou informando que “*COMÉRCIO PODERÁ FECHAR SE PERMANECER O CLIMA DE AGITAÇÃO EM PERNAMBUCO*”, confirmando a unidade da classe proprietária. *Diário de Pernambuco*, 01/03/1964. .. Ainda sobre o Lockout dos produtores pernambucanos, dias depois, o Diário apresenta na primeira página a chamada: “*LOCK-OUT*” – *Comerciantes industriais e agricultores, reunidos ontem, em assembléia, no Clube Internacional, resolveram suspender todas as atividades produtivas no Estado, enquanto durar o clima de agitação e intranquilidade reinantes. Esse ‘lock-out’ começou a zero hora de hoje, devendo estender-se ao interior. Enquanto isso, em pronunciamento na TV, o sr. Miguel Arraes ameaça adotar medidas drásticas para garantir o abastecimento de Pernambuco, ao meso tempo que, antecipando-se aos sindicatos operários, anuncia o fim das greves para hoje*”. Informa, ainda, que a Assembleia foi presidida pelo empresário Oscar Amorim. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 04/03/1964.

²⁴ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Ângela de Araújo Barreto Campelo (AABC). Recife, 01/06/1985.

²⁵ *Idem*.

para suas inquietações naqueles “*que dão segurança a gente*”,²⁶ e integraram o movimento. E possibilitaram o avanço do golpe que derrubou Miguel Arraes e Pelópidas Silveira no estado, governador e prefeito eleitos por essa mesma classe média, naquele momento decepcionada com a resposta dos dois dirigentes ante os avanços dos movimentos sociais. Ângela Campelo tinha lembranças das palavras paternas: “*o meu pai disse: vocês vão acabar dominados por Miguel Arraes. Ao que ela, na época em que participou da sua campanha, respondeu: Não. [...] nós o conhecemos. [...] Ele não é absolutamente comunista, nem inclinado para a esquerda*”.²⁷ Meses depois, esta mesma mulher se inclinou à campanha de cunho liberal-conservadora e anticomunista da “Rede Democrática”, junto ao seu grupo social.

As mulheres que responderam ao chamado da “Rede Democrática”, “*a maior parte daquelas mulheres [...] eram antigas ex-alunas do Colégio São José. Estavam acostumadas com aquela direção das freiras*”.²⁸ E o fizeram na crença de que o papel das mulheres é a manutenção da ordem, a estabilidade e a promoção social, “*porque nós províamos muito o homem, principalmente aquele mais carente*”.²⁹ Com esta compreensão, perceberam o crescimento do movimento como algo natural, “*E aquilo foi mais [...] E diziam que nós devemos fazer alguma coisa [...] E, de repente aquela multidão viu que já era uma força em si mesmo e saiu à rua. Aquilo foi... absolutamente espontâneo. Nada preparado*”.³⁰

A Cruzada Feminina tinha como mote “*manter Pernambuco vivo dentro das suas tradições*”, porque “*a mulher pernambucana sempre foi muito ciosa da sua dignidade, da sua família e da sua pátria*”.³¹ E com esse discurso, cooptaram grupos em outras classes sociais, onde já estabeleceram uma militância: “*Nós tínhamos muitas ligações com um grupo de lavadeiras [...] com o Córrego do Bartolomeu*”.³² Militância organizada no fundamento de que “*o povo não pode ser trabalhado de cima para baixo, o povo tem de ser trabalhado de baixo para cima*”.³³ E com uma práxis, realizada “*através dos líderes e das pessoas representativas, das comunidades, que nós conseguíamos prestar alguma ajuda e difundir um pouco a nossa ideologia a respeito da ordem e do direito*”, cumprindo,

²⁶ *Idem.*

²⁷ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Ângela de Araújo Barreto Campelo (AABC). Recife, 01/06/1985.

²⁸ *Idem.*

²⁹ *Idem.*

³⁰ *Idem.*

³¹ *Idem.*

³² *Idem.*

³³ *Idem.*

dessa maneira, uma agenda política de ordenação das camadas populares em torno da “Rede Democrática”.

Uma rede que se apoiou em ações de grupos de mulheres, chamadas a agirem na perspectiva de um modelo essencialista do “feminino”. Elas eram conclamadas para a defesa da família, da propriedade e do estado e, para isso, muito se escreveu em homenagem ao espírito combativo de mães e esposas, verdadeiras rainhas do lar, dispostas a qualquer sacrifício pela salvação das suas crias e dos seus. Apareceram nas páginas do *Diário* exemplos desses convites que faziam apologia ao sentimento materno de preservação da ordem. Em “*MULHERES MINEIRAS*”, Costa Porto enaltece a figura feminina e afirma seu papel fundamental na luta pela manutenção das tradições:

A mulher mineira está dando ao país um exemplo de coragem, desassombro e bravura, que contrasta eloquentemente com o acumplicimento covarde dos homens, num país sob a ameaça de transformar-se num matagal de eunucos, de tímidos e de desfibrados. [...] Assim, o espetáculo que nos está dando a mulher mineira, saindo a campo, fazendo barulho, tomando aos homens a liderança da defesa da democracia cristã, soa um espanto. Estou começando a me convencer de que é hora das mulheres brasileiras seguirem o exemplo das senhoras de Minas, para ver se dão um jeito ao Brasil, que parece dificilmente será concertado contando somente com os homens, cujo fracasso está patente.³⁴

E, como escreveu num jornal local, para mulheres que atuavam na região, não se esqueceu de igualar a situação à história pernambucana, continuou:

E penso o papel da mulher pernambucana, a qual, resolvendo-se a ensinar aos marmanjos como é que se deve cuidar dos nossos problemas, apenas estariam a retomar uma tradição que valia a pena de ser ensaiada. Da bravura das antigas senhoras pernambucanas, na Colônia, Fr. Vicente Salvador nos deixou um registro eloquente. Falando do assédio que os tabajaras [...] fizeram de Igaraçu.³⁵

O comentarista citou Frei Vicente do Salvador³⁶ para relatar a participação das mulheres na resistência aos nativos e como elas enfrentaram um ataque noturno desses “selvagens”. Enquanto os homens dormiam, elas faziam a sentinela e os índios soturnamente começaram uma invasão ao forte, elas “*aguardando com suas partazanas*³⁷ nas mãos [...] lhes meteram pelos peitos, e os passaram de parte a parte. E uma não contente com isso, tomou um tição e pôs fogo a uma peça com que fez fugir os outros”.³⁸

³⁴ FUNDAJ. Jornal *Diário de Pernambuco*, 01/03/1964.

³⁵ *Idem*, 01/03/1964.

³⁶ A obra citada pelo colunista: Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil, 1500 – 1627*. 1627. Existem várias edições brasileiras, entre elas, a publicada pela Atalaia, Cuiabá-MT, 1982.

³⁷ Alabarda aguda e larga de infantaria, espécie de lança de haste longa.

³⁸ FUNDAJ. Jornal *Diário de Pernambuco*, 01/03/1964.

Costa Porto termina a coluna pedindo às mulheres para seguirem o exemplo das suas históricas conterrâneas. Tal pedido se coadunava com um processo ascendente de participação feminina no conjunto da sociedade, refletido no destaque que o *Diario* deu ao projeto de lei que ampliava os direitos das mulheres na legislação civil brasileira, equiparando-a ao homem, no tocante ao uso de cheques sobre o produto do seu trabalho, independente do regime adotado no casamento, em tramitação na Câmara dos Deputados,³⁹ formalizando, ainda que minimamente, essa demanda de empoderamento das mulheres. Tais demandas menos de uma década depois, se transformaram num movimento nacional organizado.

Assim justificadas, mulheres de setores da classe média e dirigente se organizaram no mês de março de 1964, nas ruas do Recife, em duas grandes “*Marchas da Mulher, pela Família, com Deus pela Liberdade*”. A primeira, no dia 6, e a segunda, no dia 19. A marcha que aconteceu no dia 19 inseriu-se num movimento mais amplo de marchas, em resposta ao comício da Central do Brasil, carregando a mesma bandeira “nacional” dos setores conservadores da política.

MULHERES PROMOVEM CONCENTRAÇÃO EM DEFESA DO BRASIL”. Com essa chamada, no dia anterior, o *Diario de Pernambuco* anunciou a marcha que aconteceu no Recife, no dia 6 de março de 1964, “*em defesa das instituições democráticas, das liberdades individuais e da família brasileira, ameaçada pelos comunistas que tentam – como minoria organizada – assumir o comando do Estado e do país, a mulher pernambucana promoverá, amanhã uma concentração popular*”(sic).⁴⁰

A marcha do dia 6 de março fazia parte de uma programação que se incluiu entre outras manifestações de censura, se é que não de ameaça às instituições, declarado golpe:

Será a primeira de uma série, iniciando uma campanha de esclarecimento, visando unificar todas as mulheres, através de verdadeira cruzada democrática contra as ideologias estranhas e a agitação vermelha nos campos, nas fábricas e nas escolas. Estão sendo convidadas, sem distinção de religião, classe social e côr, todas as mulheres – as donas de casa, as professoras, as funcionárias públicas, as estudantes, as comerciárias e as operárias. A concentração está

³⁹ “*PROJETO AMPLIARÁ DIREITOS À MULHER. § RIO (Meridional) – «Sendo produto do trabalho, havendo autorização marital ou em virtude de cláusula expressa em pacto antenupcial, poderá a mulher emitir cheques em contas bancárias» - declarou o Sr. Clóvis Paulo Rocha, professor de Direito Civil e membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil. O esclarecimento proveio do projeto que se encontra nas comissões de Constituição e Justiça e de Economia e Finanças, sobre o direito de emissão de cheque pela mulher casada, qualquer que seja o regime adotado no matrimônio, visando conseguir equipará-la ao marido, na administração dos bens do casal*”. A lei já existia desde 1962, a sua regulamentação estava em processo nesta data. Disto trata a notícia em tela. FUNDAJ. *Jornal Diario de Pernambuco*, 09/03/64.

⁴⁰ *Idem*, 05/03/1964.

marcada para amanhã, às 15 horas, no pátio do Colégio São José, à Avenida Conde da Boa Vista, 921 (sic).⁴¹

⁴¹ Ao lado dessa chamada para a marcha das mulheres, o jornal estampou duas colunas intituladas “AONDE IREMOS?!” e “FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO: DENÚNCIA AO POVO”. Nessas outras chamadas, os discursos pretenderam mostrar que o povo enganou-se ao votar e eleger Miguel Arraes, em detrimento do candidato João Cleofas, em 1962, para governar o estado, mas que havia um grupo em atividade disposto a enfrentar a realidade dos fatos e o povo tinha uma frente de luta. Na primeira, lia-se: “A grande maioria do povo pernambucano, as pessoas que não estavam integradas diretamente na campanha política, contagiadas pelo apaixonamento partidário, relutavam, fora de qualquer dúvida, em admitir e acreditar no que era então afirmado, difundido e propalado pelos que combatiam a candidatura do sr. Miguel Arraes. Acreditamos que até muitos daqueles que, em comícios, entrevistas, discursos, manifestos, pressagiavam os mais sombrios e dolorosos dias para Pernambuco, no caso da vitória do candidato oposicionista, não tinham muita convicção no que afirmavam. Exageravam seus receios, carregavam nas cores, utilizando-se de tais ameaças como recurso eleitoral, em termos de campanha sucessória, as quais, frequentemente, permite-se maior autonomia à uma emoção. [...] A realidade que o Estado está vivendo, agora, porém, mostra como todos os que pensávamos assim fomos na verdade equivocados. E mais até: que os presságios dos que anunciavam os trágicos dias que Pernambuco viveria tiveram quase a força de uma maldição”. Continuou por mais alguns parágrafos afirmando que o Governador poderia mudar a situação que naquele instante viveu o estado, uma vez que queria ter ação firme contra todos os crimes que se cometeram por aqueles que pretendiam o acirramento entre as classes e a permanência da crise que se instalou. A assinatura desta coluna informou que fora copiada de outro jornal de grande circulação na cidade, o *Jornal do Commercio*. Na segunda, apareceu claramente quem era o grupo em atividade. A denominação de Frente Popular de Pernambuco parecia confrontar a Frente do Recife, conjunto que reuniu diversos setores da política que elegeu Arraes. Segue: “A Frente [...] vem denunciar mais um atentado das fôrças que detêm o poder do Estado. Sua sede à rua Gervásio Pires, 337 foi emporcalhada na madrugada de hoje, com a mesma tinta vermelha que serviu aos ativistas do Govêrno para sujar os muros da cidade com propaganda governamental. Êsse ato de vandalismo coordenado com a propaganda do governador e as medidas postas em prática, depois da sua fala na TV, caracteriza, mais uma vez, o clima de insegurança e sua origem no Palácio do Campo das Princesas. A F.P.P. tendo uma posição definida em defesa da legalidade e da ordem constitucional, embora alheia à decisões dos órgãos de classe que determinaram os últimos acontecimentos, sente-se no dever de apontar a opinião pública pela confissão do Sr. Governador o verdadeiro responsável pelo clima de desordem reinante no Estado. Procurando disfarçar os verdadeiros objetivos do seu programa de agitação, tem procurado o Govêrno através de custosa propaganda e do expediente da guerra psicológica atribuir a insatisfação e as reações populares a objetivos políticos. O fato, porém, de apenas três horas após a deliberação do Comércio, Indústria e Agricultura de suspender as suas atividades, o Sr. Governador em programa de TV, declarar que amanhã todos os operários estariam nas portas das fábricas para voltar ao trabalho, desmascara a farsa. [...] Recuando diante da primeira reação que se esboça, o Sr. Governador tem o desplante de vir confessar de público ser o dono da baderna. [...] As greves programadas para zero hora do dia 4, do porto, da rede ferroviária e dos bancos não mais se realizam” (sic). Continuou afirmando que no imóvel pichado funcionava a sede da resistência democrática, que não recuará. Esta sede apareceu em outro noticiário, dias depois, como cenário do conflito entre as forças em oposição no Recife. As greves de trabalhadores informadas no texto citado foram deflagradas e são apontadas no Jornal na edição do dia anterior (04/05/1964) com a seguinte chamada: “PÔRTO E FERROVIAS PÁRAM HOJE”. Além de noticiar as greves, o Jornal apresentou várias enquetes ao lado das manchetes, com demonstradas censuras e indicação de insatisfação dos setores contrários ao governo de Arraes e o avanço das lutas operárias, tal como a “NOTA OFICIAL” enviada pelo Centro dos Estudantes Secundários de Pernambuco e a Associação Recifense dos Estudantes Secundários, entidades da direita golpista, e que, em Pernambuco, confrontavam-se à UEP e à UBE, diretórios liderados por militantes e simpatizantes das ideologias de esquerda que apoiaram Miguel Arraes. Essa “NOTA”, como outras, deixava nos leitores um sentimento de “medo pelo perigo” dispersado no ar. Expressava: “‘AOS ESTUDANTES E AO POVO PERANBUCANO’: O Centro dos Estudantes [...], entidades representativas do estudantado secundarista do Recife e de Pernambuco, reconhecendo a gravidade do momento atual, vem de público esclarecer [...]: I – [...] conclamamos [...] que não compareçam às aulas, pois não existe condições de segurança para tal fim; II – Denunciar a ação maléfica do Govêrno Estadual [...]; III – Defendemos as liberdades democráticas”. Assinaram a NOTA OFICIAL os dirigentes Ettore Labanca, Presidente do CESP, e Sérgio Guerra, Presidente da ARES, com data de 03/03/1964. FUNDAJ. *Jornal Diario de Pernambuco*, 05/03/1964. Grifo da tese. No dia 6, o Diario repete a nota em que chamava para a marcha das mulheres.

As mulheres saíram do Colégio São José, onde começaram a concentração, sob as bênçãos da Madre Igreja. A cruzada sentiu a falta do seu líder espiritual, Dom Carlo Coelho, pois o Arcebispo Metropolitano de Recife e Olinda agonizava no Hospital do Centenário.⁴² 1).⁴³ Com o pensamento no pároco enfermo, e para ele, as carolas fizeram a primeira oração antes de ouvirem o professor Paulo Maciel discursar aos seus ouvidos cândidos sobre “*A Constituição do Brasil de um Novo Sistema de Poder Autoritário*”,⁴⁴ a pedido das organizadoras do evento. E, depois, partiram em passeata na direção da Rua do Príncipe, a pedido de Carminha Miranda, *de maneira pacífica, sem exaltações*.⁴⁵

Fizeram o caminho mais curto e lógico para os transeuntes comuns que cortam de passos a cidade. Seguiram pela Rua do Hospício até alcançarem mais adiante a Sede militar, agregando no caminho outras mulheres. Faixas e cartazes em branco e preto se posicionaram à testa da marcha, como bandeiras desfraldadas sob um sol cáldido e um céu ainda azul das tardes de março da Veneza Brasileira. Ao lado, outras bandeiras, hasteados os símbolos de cores fortes do Estado e da Nação (Fig. 2). Pararam o trânsito, para os retratos ficarem retocados nos jornais. Saíram “*SENHORAS PERNAMBUCANAS EM LUTA PELA LIBERDADE*”,⁴⁶ e algumas mais afeitas aos *flashes* até olharam e sorriram para as “fotográficas” dos repórteres de plantão (fig. 1).

Naquele dia 6, registradas para sempre no *Diario*, marcadas como aquelas “CONTRA O TERROR VERMELHO”, concentraram-se outra vez, porém, na frente do Q.G. do IV Exército, e foram recebidas pelo Comandante General Joaquim Justino Alves Bastos (Fig. 3). Maria Luiza recorda bem esse dia, porque ela não participou da caminhada desde o início, estava no seu horário de trabalho na Câmara e não integrou a primeira concentração no Colégio São José. “*De maneira que eu peguei a marcha já no meio do caminho. Maria Clara entregou o manifesto no IV Exército*”. Da sacada do comando militar, o manifesto foi lido pela professora Maria do Carmo de Tavares de Miranda, na direção da rua e das senhoras que se *apinhavam* na frente do prédio. Ouviram em boa voz:

Somos um agrupamento de mulheres convencidas de que devemos distorcer a evidência dos nossos destinos e da nossa sensibilidade social, mas que devemos, também, realizar todos os atributos da nossa condição. Reunimo-nos sem considerações de classe ou côr, de grupo ou categoria econômica, de crença ou

⁴² Na figura 1 é possível ler a chamada que informa a hospitalização do Bispo.

⁴³ “*DOM CARLOS AGONIZA NO HOSPITAL DO CENTENÁRIO*”. FUNDAJ. *Jornal Diario de Pernambuco*, 07/03/1964.

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ *Idem*.

⁴⁶ FUNDAJ. *Jornal Diario de Pernambuco*, 07/03/1964.

de partido, para uma posição política, no sentido mais alto do termo, uma opção quanto a um sistema de poder. É com uma ponderação feminina legítima que procuramos contribuir, nesse momento grave da vida nacional, sob a pena de fugirmos ao nosso dever de encarar, em uma perspectiva própria e complementar, o destino da sociedade em que vivemos. [...] É um esclarecimento público de que já existia em ambientes privados, os preferidos de nossa atuação (*sic*).⁴⁷

Ao fim, sob o manto de estrelas, Carminha Miranda ouviu os aplausos e o “clic” de outra foto para guardar o instante histórico. Alarde maior, as notícias fizeram, nos dias seguintes, e seu nome ecoaria no *hall* da Câmara Municipal, merecendo, inclusive, os votos da maioria dos parlamentares da Casa.⁴⁸ Não mereceu, porém, a simpatia em muitos campos populares.⁴⁹ O que se lembra, Clemilda, das passeatas das mulheres da Cruzada, é que era um movimento de mulheres ricas, com ressonância apenas na sua classe, sem a adesão do *povoão*. No bairro onde Clemilda morava, na periferia do Recife, em Água Fria, não chegou notícia da realização desses atos.⁵⁰

O *Diário*, entretanto, ecoou informes sobre a ação cívica das cruzadas recifenses até a realização da marcha paulista do dia 19, quando os ânimos mais acirrados pediam menos cautelas, apresentando as manifestações como um conjunto de iniciativas da Rede Democrática. A repercussão dos discursos no palanque armado na Central do Brasil, na capital carioca, no dia 13, principalmente, mas não apenas, o do Presidente João Goulart, pareceu oferecer o estopim que as elites conservadoras necessitavam, para justificar o golpe anunciado, na primeira página, em letras garrafais: “*MAGALHÃES PINTO DIZ QUE EXTREMISMOS LEVARÃO PAÍS AO GOLPE OU À REVOLUÇÃO*”.⁵¹ Situação e oposição, em nome do povo brasileiro, ameaçaram cumprir seus projetos.

Nas ruas, a “Rede Democrática” se antecipou e marcou “*uma réplica prévia à concentração comunista organizada pelo governo federal*”, na sede da entidade, no Rio de

⁴⁷ O texto do manifesto foi transcrito, na íntegra, na página do Jornal. *Idem*, 07/03/1964.

⁴⁸ “*APLAUSOS ÀS MULHERES PELA DEFESA DO REGIME DEMOCRÁTICO*”. *Idem*, 07/03/1964.

⁴⁹ Na memória de Maria das Neves, na época, moradora no bairro do Campo Grande, a marcha das mulheres da Cruzada Democrática Feminina era um movimento de mulheres ricas, que desconheciam as reais necessidades da maioria da população pernambucana. Em suas lembranças, essas mulheres aparecem nas passeatas com panelas na mão, fazendo grande estardalhaço pelas ruas do Recife. Panelas que, segundo Nevinha, era pensamento corrente, nunca conheceram a cozinha. Essa memória do panelaço das cruzadas recifenses não tem lastro em outra documentação, por isso não faz parte da narrativa dessa tese, porém, se considera sua importância pela forma como a lembrança do acontecimento se mantém. Entrevista: Maria das Neves Santos Cardoso (MNSC). Recife, 3-13/03/2012.

⁵⁰ Entrevista: Clemilda Maria de Oliveira de Souza (CMOS). Recife, 06/02/2012.

⁵¹ FUNDAJ. Jornal *Diário de Pernambuco*, 01/03/1964.

Janeiro.⁵² As mulheres da Cruzada Feminina foram mais audazes: responderam com novas marchas. A marcha das mulheres na capital paulista, ocorrida no dia 19 de março, anunciada e noticiada na primeira página do *Diário*.⁵³

E recebeu o apoio e a participação de uma delegação da Cruzada Democrática Feminina. As representantes recifenses, Maria José Barreto Campelo, Haélia Batista de Carvalho, Albina Maia Mendonça, Clarita Melo Mota e Maria Ângela Campelo de Melo levaram uma faixa que desfilaram no comício sob aplausos. Na flâmula, as palavras em letras garrafaís: “A MULHER PERNAMBUCANA, PELA JUSTIÇA SOCIAL, PELA LIBERDADE, PELA DEMOCRACIA”.⁵⁴

No Recife, no dia 20 de março, as recifenses da “Rede”, promoveram novo protesto. A concentração fora chamada para a sede do América Futebol Clube, na Estrada do Arraial. O comício, entretanto, realizou-se na rua, causando disputas políticas. As portas do grêmio esportivo foram fechadas na última hora, por ordem do presidente do clube,

⁵² “CARIOCA FARÁ RÉPLICA AO COMÍCIO DO DIA 13 § RIO, 9 (Meridional) – O sr. Amaral Neto afirmou que o comício, na sede das entidades democráticas, programado para amanhã, será ‘uma réplica à concentração comunista organizada pelo governo federal’. Assegurou que não está programada nenhuma manifestação de hostilidade para o dia 13, porque o carioca vai fazer o mais aconselhável que é ignorá-lo completamente”. *Idem*, 10/03/1964.

⁵³ “HOJE, EM SÃO PAULO, ‘A MARCHA DA LIBERDADE’: Crescem em São Paulo as adesões e aumentam as manifestações de solidariedade vindas de todo o País [...]. A passeata promovida por entidades femininas assinala um dos momentos culminantes dos atos cívicos que estão sendo realizados pelas forças de resistência democrática, em favor do regime e das liberdades ameaçadas pela pregação extremista. O expediente nas repartições públicas terminará às 15 horas, de acordo com decreto assinado pelo governador Ademar de Barros, o qual recomendou ainda cobertura total dos parlamentares que o apoiam e ao projeto da deputada Conceição da Costa Neves, determinando a suspensão do expediente na Assembléia Legislativa”. No dia seguinte: “UM MILHÃO DE PAULISTAS NA ‘MARCHA DA LIBERDADE’: Reuniu a maior massa humana de que se tem notícia em concentração no Brasil. Calcula-se que cerca de um milhão de pessoas nela tomaram parte, superlotando todas as ruas situadas entre a praça da Sé e a praça da República”. A nota informou, ainda as presenças de Ademar de Barros, Magalhães Pinto e do deputado padre Januário Baleeiro, Secretário de Educação do Estado de São Paulo. Estas chamadas foram repassadas pelo associado Meridional de São Paulo, e por isso têm datas retroativas, 18 e 19/03/1964, respectivamente. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 19 e 20/03/1964.

⁵⁴ “DEP. DANILO NUNES FALARÁ AMANHÃ PARA CRUZADA”. Na nota, ainda consta: “Manifestaram [as mulheres da delegação] à reportagem que as paulistas têm integral conhecimento das atividades da Cruzada Democrática Feminina, e estão entusiasmadas com as notícias que recebem da tomada de posição da mulher pernambucana pela preservação da democracia no Brasil”. *Diário de Pernambuco*. 22/03/1964. .. Sobre essa reunião em que falou Danilo Nunes, na edição do dia seguinte, o jornal apresentou a seguinte matéria: “COMÍCIO FEMININO: ÊXITO APESAR DO TERROR POLICIAL”. A reportagem informa que na noite do debate, um forte policiamento ocupou as ruas ao redor do local onde aconteceu a reunião da Cruzada: “A chuva e o aparato bélico mobilizado pela Secretaria de Segurança (mais de 500 homens armados de metralhadoras, revólveres e ‘casse-tetes’) conseguiram diminuir o entusiasmo cívico da concentração [...realizada] à noite de ontem no Ginásio do SESC [...onde] cerca de cinco mil mulheres superlotaram as dependências do Estádio”. Segundo o jornal, tal aparato ordenado pelo Governador Miguel Arraes pretendeu coibir o ato público. *Idem*, 24/03/1964. Em entrevista, Maria Luíza reforça: “Acredito que ele [Arraes] tenha procurado sabotar, porque isso foi concretizado no dia seguinte, quando houve uma reunião no SESC, na segunda-feira [à noite], dia 23 de março de 1964 e aí houve falta de luz, as bolsas das senhoras foram abertas e examinadas”. CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: **Maria Luíza Carneiro Campello** (MLCC). Recife, 28/05/1985.

deputado Lamartine Távora, que, segundo o jornalista do *Diário de Pernambuco*, era um *arraeslita-janguista*. Quando tomou conhecimento do fato, o deputado Felipe Coelho requereu ao presidente da Comissão Executiva da Assembleia Legislativa, deputado Valfredo Siqueira, que cedesse as instalações do Palácio Joaquim Nabuco às cruzadas. Com microfone na mão, a professora universitária Carminha Miranda, outra vez, discursou para os presentes, e finalizou convidando todas as mulheres para a audição do deputado Danilo Nunes, do estado da Guanabara, em conferência na próxima reunião da Cruzada, realizada no Ginásio do SESC, em Santo Amaro, na noite da segunda-feira, 23 de março (Fig. 4).⁵⁵

Tais atos políticos não se limitaram às passeatas nas ruas que as organizadoras gostavam de pensar e apregoar *espontâneas e populares*.

Maria Luiza Carneiro Campello se lembra, ainda, de uma reunião no Recife, no dia 22 de março de 1964, quando vieram Pedro Aleixo e Bilac Pinto (UDN),⁵⁶ e fizeram, segundo ela, uma palestra na sede da União dos Estudantes, na Rua do Hospício, num domingo à tarde.⁵⁷ Enquanto faziam a reunião num dos andares do prédio, em baixo, na rua, um agitador iniciou um discurso acobertado pela polícia. Ao saírem do prédio, bombas de gás lacrimogênio foram jogadas e ela ficou com os olhos irritados. Mesmo assim, o grupo cantou o Hino nacional em frente ao prédio em protesto e afirmando sua posição. Por isso ela afirma que no governo de Arraes o campo, as indústrias e até a polícia – *E este tal agitador tinha cobertura da polícia* – estava infiltrada de comunistas. Não é muita clara a sua afirmação de quem foi o agitador e quem perseguia seu grupo, mas ela afirmou que Arraes tentou sabotar o trabalho do seu grupo, da Cruzada Democrática.⁵⁸ O *Diário de Pernambuco*, entretanto, em uma chamada, em sua edição, dias depois do acontecimento na Faculdade, confirmou o nome de Vernier, sem mais detalhes de quem seria essa pessoa.⁵⁹

⁵⁵ Na primeira página: “DEPUTADO DESPORTISTA PROCUROU IMPEDIR CONCENTRAÇÃO FEMININA PRÓ-DEMOCRACIA”. Internamente, na mesma edição: “DEPUTADO MANDOU FECHAR AS PORTAS DO AMÉRICA E MILHARES DE MULHERES FIZERAM EM PLENA RUA MEMORÁVEL CONCENTRAÇÃO”. *Diário de Pernambuco*. 21/03/1964. ...

⁵⁶ Presidente Nacional do Partido.

⁵⁷ Essa palestra foi anunciada no Jornal, nessa hora e data, porém, o local do evento indicado era a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Recife. No endereço, informado pela entrevistada Maria Luiza Carneiro Campello, funcionava a Faculdade de Engenharia, dessa Universidade. Os temas tratados pelos palestrantes apareceram no convite: “A Guerra Revolucionária” e “A Constituição e Revolução Brasileira”. FUNDAJ. Jornal *Diário de Pernambuco*, 22/03/1964.

⁵⁸ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Luiza Carneiro Campello (MLCC). Recife, 28/05/1985.

⁵⁹ O caso narrado por Maria Luiza apareceu no Jornal dias depois. Na matéria, o jornalista escutou declarações do deputado federal Augusto Novais, que segundo ele próprio, assistiu da sacada do edifício todo

Na quarta, 25/03, Maria Luiza Carneiro Campello seguiu para o Rio de Janeiro levando uma lista de nomes de mulheres, *“uma lista de assinaturas de senhoras da sociedade pernambucana, de todas as classes sociais, de todos os credos religiosos, pedindo o não reconhecimento do PC”*.⁶⁰ Ela confirma, com essas palavras, a formação nacional da “Rede Democrática” e seu aparelhamento em várias frentes para desarticular as esquerdas.

É possível observar que os conflitos se acirraram entre as elites burguesas, as classes médias e o Estado, levando a imprensa ciosa de se tornar mais enfática nas suas críticas aos planos de Reformas dos “governos das esquerdas”, como eram tratados João Goulart, no campo federal, Miguel Arraes, no estado, Pelópidas Silveira, na esfera municipal e os aliados políticos, bem como ressaltar suas ligações com os comunistas, quando não eram acusados de comunistas. E isto numa época em que essa palavra significava mais do que uma tomada de posição radical na vida política, era estar numa luta de vida e morte.⁶¹

o desenrolar fato, e por isso pode falar com precisão o que aconteceu na Faculdade de Ciências Econômicas, na tarde de domingo. Relatou: *“No auditório da Faculdade, encontravam-se mais de duas mil pessoas de todas as classes sociais, estudantes, camponeses, donas de casa, profissionais liberais [...quando] um pequeno grupo de agitadores profissionais do Partido Comunista improvisaram, na calçada da escola, um comício de 30 ou 40 pessoas, tentando empanar o brilho da conferência. Os oradores se sucediam com os maiores insultos aos democratas, sob o cântico [...] de ‘Arraes, Arraes, Arraes’.* [...] *terminada a conferência [...uma parte desse grupo] tentou aproximar-se da porta da saída, surgindo os primeiros incidentes entre eles e os estudantes democratas. [...] Eis que o agitador profissional Vernier [...] saca de um revólver e atira [...] contra os jovens que ainda se encontravam na luta, não obstante a desabalada correria dos comunistas provocadores”*. Continuou narrando que Vernier correu na direção da Avenida Conde da Boa Vista, e que um corpo policial, que ele definiu como de Arraes e do coronel Freire, que estavam próximos, assistindo complacente o fato, deixaram fugir os “desordeiros” e se aproximavam jogando bombas de gás lacrimogêneo nas vítimas *“que se mantinham dentro da ordem e respeito”*. Segundo o deputado, os policiais fizeram um cordão de isolamento protegendo 15 ou 20 comunistas, sob a marquise do edifício Pirapama, que desse lugar continuavam os xingamentos. Reforçou, assim, o discurso de um estado subversivo. O relato de Augusto Nunes foi completado em outras chamadas colocadas ao lado, nessa mesma edição: *“REAÇÃO DOS MOÇOS PÓS EM FUGA DESORDEIROS: GOVÊRNO POLICIAL”*, *“ABSOLUTA FALTA DE GARANTIAS EM PE”*, *“UNIVERSITÁRIOS REPUDIAM BADERNA”* e *“RESPONSABILIZAM CORONEL FREIRE”*, em que o jornal reafirmou o discurso do Deputado. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 24/03/1964.

⁶⁰ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Luiza Carneiro Campello (MLCC). Recife, 28/05/1985.

⁶¹ A repressão aos militantes e organizações de esquerda, no Brasil, é histórica. Eram uma rotina das delegacias estaduais e em âmbito federal, uma entre outras funções, do exército, para garantir a “ordem e a segurança pública”. Em suas Memórias, Gregório se lembra de quando esteve no interior de Goiás, militante pelo Partido Comunista nas ligas camponesas daquele estado. Seguiu para a zona rural porque, naquela época, então deputado federal de um partido colocado na ilegalidade, era um foragido, caçado pela repressão no governo Dutra. Dessa passagem de sua vida, ainda recorda a morte do companheiro: *“Antônio Barbosa (que era diretor, redator, repórter e tipógrafo do nosso jornal de massas em Catalão) foi assassinado a tiros pela polícia. O incidente teve repercussão. Três camaradas, enviados pelo Comitê Estadual a Catalão, foram presos e barbaramente espancados; infelizmente, o comportamento deles diante da violência policial ficou aquém do que se deveria esperar de militantes comunistas”*. BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, 454. A história desse comunista pernambucano confunde-se com a história do estado de repressão política no Brasil. Sobre o tema da repressão nos anos de ditadura pós-golpe de 1964, Carlos Fico apresenta um lista extensa, na qual e ainda, incluiria-se os trabalhos de Marcília Gama. Ver: FICO,

Reais ou imaginárias, essas acusações não se articulavam com as ações dos governos em qualquer instância. Em suas *Memórias*, o comunista Gregório Bezerra conta:

a partir de fevereiro de 1964, foi lançada uma campanha de boatos que corria desenfreadamente, anunciando o golpe militar contra o honrado governador Miguel Arraes de Alencar e contra o presidente da República, João Goulart. [...] O apelo final era claro: só a intervenção do Exército poderia impor a ordem, garantir a vida e a propriedade.⁶²

A Rede Democrática, responsável por essa onda de rumores e depois na liderança do golpe militar, conjugava a necessidade de uma ação radical contra os comunistas e as lideranças vermelhas nas várias instâncias do executivo do estado, acusando os governos de pretenderem a iminente “cubanização do país”, alegando que uma revolução nos moldes cubanos já estaria em andamento, uma vez que campos de treinamento de guerrilha estavam sendo organizados com o apoio de Fidel Castro, e um exército de combatentes aliciados entre os trabalhadores era mantido e munido com armamento russo.

Tal revelação justificava a “reação” das classes proprietárias de unirem força em defesa de seus direitos legítimos. Fazendeiros e senhores de engenho organizaram milícias que agiam no campo, atentando contra os trabalhadores, os integrantes das ligas e os militantes das organizações de esquerda, que atuavam nas ligas ou nos sindicatos rurais. Nos centros urbanos, essa era a tarefa das delegacias e do exército. Do mesmo modo, observando o desenvolvimento dessa campanha, Gregório Bezerra entendeu a necessidade de reagir:

Daí o nosso dever de alertar o povo para o perigo verdadeiro e para a necessidade de preparar-se para, a todo custo, defender as conquistas até então alcançadas. E no cumprimento dessa tarefa mergulhamos por dias e noites interruptas. [...] Cada camponês, cada assalariado, cada operário e cada cidadão democrata e progressista têm o dever de defender, de armas na mão, o governo de Arraes e do presidente Goulart ainda que com o sacrifício da própria vida.⁶³

Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004; SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do Estado de Exceção no Brasil na perspectiva do DOPS Pernambuco (1964-1985)*. Tese de História. Recife: UFPE, 2007 e *O DOPS e o Estado Novo: os bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945)*. Dissertação de História. Recife: UFPE, 1996. As obras seguintes, ao contarem a história do Partido Comunista e outras organizações de esquerda, tal o movimento trotskista, bem como de seus militantes em períodos anteriores, dão mostras dessa histórica repressão: LEAL, Murilo. *A Esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003; Marques Neto, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, e SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. *Os Impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010. Entre outras obras importantes não citadas.

⁶² BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, 525-6.

⁶³ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, 526.

Uma reação que se transformou em um discurso inflamado:

Querem derrubá-los [Jango e Arraes] porque nos deram a liberdade de lutarmos unidos pelos nossos próprios direitos. Nunca, durante mais de quatrocentos anos, tivemos nenhum direito. Querem derrubar Arraes e Goulart para que voltemos a ser escravos, como antes. Querem que voltemos a morrer de fome e de miséria, como antes. Querem que, como antes, trabalhemos de sol a sol, querem roubar a metade do nosso salário, querem de volta a impor-nos o vale do barracão. Querem, enfim, submeter-nos ao chicote do feitor, como antes. Vão tirar a vingança, porque conquistamos, pela primeira vez, a liberdade e o direito de vivermos com dignidade. Por tudo isso, é necessário duplicar e fortalecer cada vez mais o nosso sindicato e o nosso partido. Só assim poderemos repelir os golpistas se eles tentarem derrubar o nosso governo e o presidente. Lembrem-se, companheiros, de que a liberdade é o maior bem do ser humano. Armem-se como puderem para defender o pão, a terra e a liberdade, perigosamente ameaçados pela reação interna e externa. E nós não estamos sós; conosco estão a classe operária e o movimento estudantil, os democratas e os nacionalistas.⁶⁴

Um discurso que Gregório Bezerra gritava para uns poucos sonhadores, que inflamava alguns corajosos idealistas, na crença de que teriam as armas, que as massas estavam dispostas ao embate sangrento e o golpe não era uma realidade imediata.

Naquele presente, era apenas um sonho fugaz. Não existiam os campos para formação de um exército de revolucionários. E, quando o comunista Bezerra procurou o Governador e, depois, o secretário-assistente do governador Arraes, sabendo que *o patronato estava se armando*, com o objetivo de armar, também, os trabalhadores rurais e camponeses, ouviu sempre uma resposta vaga.

E isto, porque vagos eram os projetos de mudança na estrutura social brasileira e a iniciativa de enfrentamento, por parte dos governos instituídos, aos grupos econômicos que dominavam no mercado nacional. Ante a inércia das “forças progressistas” e das esquerdas, a “direita golpista” continuava agindo. Para tornar essas ações golpistas verossímeis e legítimas, a Rede Democrática, atuando em âmbito nacional, manteve uma campanha de propaganda anticomunista incisiva, feita rotineiramente, num “trabalho de formiguinha”, e que grassava nos principais veículos de comunicação.

Em 31 de março de 1964, as manchetes em alguns jornais de grande circulação no país, os mesmos citados por historiadores como operantes do golpe,⁶⁵ pediam uma ação efetiva dos salvadores da pátria:

⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁵ Ver: COELHO, Fernando. *Direita Volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004; DREIFUSS, Renè Armand. *1964, A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006; PAGE, Joseph A. *A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil. 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

Seria rematada loucura continuarem as forças democráticas desunidas e inoperantes, enquanto os inimigos do regime vão, paulatinamente, fazendo ruir tudo aquilo que os impede de atingir o poder. Como dissemos muitas vezes, a democracia não deve ser um regime suicida, que dê a seus adversários o direito de trucidá-la, para não incorrer no risco de ferir uma legalidade que seus adversários são os primeiros a desrespeitar.⁶⁶

No Recife, há uma lacuna de informação. O *Diario* silenciou a precipitação do golpe, enquanto, no Palácio das Princesas, Miguel Arraes ponderava reagir com a palavra. O jornal continuou sua propaganda anticomunista para estabelecer o pânico e alimentar uma tensão psicológica pró-golpe militar.⁶⁷ Na edição desse dia, ao lado da manchete “CGT DIZ QUE PARALIZARÁ O PAÍS SE OS MARUJOS E FUZILEIROS FOREM PUNIDOS”, os assustados leitores visualizavam a imagem fotografada de um muro pichado com as frases “FORA ARRAIS”, “ABAIXO A[RR AIS]” e “FORA O CRIMINOSO ARRAIS!” (sic).⁶⁸ Expressão do “popular” pouco alfabetizado, porém consciente e cioso, pensariam esses leitores. E o muro, ao invés de lamentações, incitava uma atitude de emparedar a “comunização do estado”.

A fotografia impressa no meio da página transformava aquele muro alto sem localização num emblema, ao mesmo tempo em que o aproximava do leitor em qualquer recôndito da cidade (Fig. 7). Da periferia ao centro urbano, passando pelas tradicionais ruas de casas majestosas, palacetes da virada dos séculos, o muro pertencia aos jardins de rosas mosquetas, margaridas brancas, dalias alvas, nove-horas sempre-vivas. Protegia daquela confusão que fazia coro nas missas das seis, quando o santo padre revelava a vinda dos sete anjos do apocalipse, e a primeira trombeta já entoava seu canto, enquanto aquele outro padre santo falava pela boca do divino e iluminava com os sete candelabros o caminho da caridade cristã.

No alvorecer desse dia, o General Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar em Juiz de Fora, já manobrava seus soldados no caminho para a antiga capital federal carioca, com o aval do governador mineiro Magalhães Pinto, quando Miguel Arraes escreveu um manifesto nordestino esperançoso e conciliador, numa tentativa de minimizar o conflito e desacelerar as forças golpistas. Sabia o Governador pernambucano da inutilidade daquele documento, porque no Palácio, em contato com

⁶⁶ Jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, 31 de março de 1964. <http://www.scribd.com/doc/7392881/TERNUMA-Historia-Do-Terrorismo-No-Brasil>. Acessado em 01/05/2009.

⁶⁷ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, 526. Ver: COELHO, Fernando. *Direita volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004, e FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004; SILVA.

⁶⁸ *Diario de Pernambuco*. 31/03/1964. ..

Brizola, entenderam a necessidade da vinda de Jango para onde a presidência pudesse ser protegida e atuar, mas já era muito tarde. Júlia Santiago da Conceição, militante comunista do Partido, lembrou-se de que *“Eu estava em Palácio, de noite... Brizola achava que Jango devia vir para cá e, daqui, governar. Mas naquela hora, não havia mais condições da gente fazer uma preparação, um movimento, para Jango vir”* (sic).⁶⁹

Essa mulher iniciou sua militância nas lutas travadas cotidianamente dentro das fábricas de tecido aos dez anos de idade, quando procurava emprego e enfrentava os desafios de uma tenra idade carente, até que se tornou, em 1947, a primeira mulher a ocupar a Câmara do Recife e a vereadora mais votada, fazendo com seus votos outro vereador da sua chapa. Analfabeta, descobriu que o aprendizado político podia ser uma conversa de namorados no fim do turno do trabalho, mas antes era uma escolha de vida. Naquele dia, como em todos os outros de sua vida, ela apenas foi agindo, sem pensar muito nas consequências. Seguindo, como dia Socorro Ferraz, *“[n]uma ingenuidade e [n]uma ignorância que faz com que ela caminhe, que ela não tenha medo, que o medo vai surgindo à proporção que as coisas vão acontecendo, não se tem medo antecipado”*.⁷⁰ Esse era o modo de ser dessas mulheres que se inseriram na resistência. E resistir, no dia 31 de março de 1964, era ainda imprevisível, porque as informações eram precárias, quando não eram contraditórias.

Fora do Palácio, a paisagem ensolarada de ruas agitadas pelos passos de transeuntes apressados, em meio aos carros de passeio, aos bondes que ainda circulavam contra o tempo e aos ônibus elétricos futuristas mais apressados, era uma calma apenas precipitada pelos olhos intranquilos dos assíduos leitores dos jornais. Como se as notícias acontecessem somente ali, nas páginas linotipografadas.

O Recife de corais exuberantes sob um mar azul quase diáfano era outro lugar. Era um lugar onde, no *imaginarium* das classes populares, as bandeiras comunistas eram tão românticas quanto os desejos das esposas de um marido fiel. Esses maridos das amigas que as mulheres recebiam com respeitada inveja. Por isso, a proximidade com esses homens era tão aspirada, e eles frequentavam os lares trazendo sua “boa nova”, apesar dos sortilégios de que eram incriminados. Essa imagem do “bem” nem sempre prevalecia, o que explica a militância comunista ter sido feita pelos mais velhos e associados ao Partido de maneira *“cochichada”* nos corredores das empresas. E, diferentemente, entre *“os jovens*

⁶⁹ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Júlia Santiago da Conceição (JSC). Recife, 02/12/1983.

⁷⁰ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria do Socorro Ferraz Barbosa (MSFB). Recife, 10/10/2011.

[...] *ser comunista era sexy, atraía as meninas. [...] podia nem ser, mas deixava transparecer*".⁷¹ Comunista "*tinha algo diferente*".⁷² Nas escolas, os professores quando não eram revolucionários, eram forjados no pensamento iluminista francês.

E no embate fazendeiros versus comunistas, era motivo de piada um pobre votar contra a "sua classe": "Os ricos eram de direita; os pobres, o que queriam era melhorar de vida, eram de esquerda; por que ser de direita se você é pobre?". No ar, um sentimento de que havia um acirramento entre as forças políticas de oposição. E esse "sentimento" motivava a jovem Clemilda a querer saber do movimento que transformava a cidade num palco de lutas. Então, ela lia. "Tinha um jornal comunista [...] que a gente não comprava, mas a gente lia, passava-se de mão em mão esse jornal [...] esses jornais comunistas passavam de mão em mão". Lia e tinha certeza de porque naquele jornal se fazia a defesa da candidatura de Arraes para governador, e, nos outros, ele quase nem aparecia. E um medo pairava no ar.



Fig. 1. *Diário de Pernambuco*. 07/03/1964. *SENHORAS PERNAMBUCANAS EM LUTA PELA LIBERDADE*. Foto da passeata das mulheres da cruzada recifense nas ruas da capital pernambucana.

⁷¹ Entrevista: Clemilda Maria de Oliveira de Souza (CMOS). Recife, 06/02/2012.

⁷² Entrevista: Maria Leônida Lopes (MLL). Recife, 10-27/02/2012.



Fig. 2. *Diário de Pernambuco*. 07/03/1964. Nas ruas do Recife, as bandeiras são os símbolos do amor à pátria que elas invocam contra as ideias “subversivas” da esquerda.



Fig. 3. *Diário de Pernambuco*. 07/03/1964. Manifesto das mulheres da Cruzada Democrática Feminista foi lido na sede do IV Exército, na Rua do Hospício, no centro do Recife, para o comandante General Joaquim Justino Alves Bastos.



Fig. 4. *Diário de Pernambuco*. 21/03/1964. “DEPUTADO DESPORTISTA PROCUROU IMPEDIR CONCENTRAÇÃO FEMININA PRÓ-DEMOCRACIA”. A concentração aconteceu na frente da sede da agremiação desportiva América Futebol Clube, na Estrada do Arraial. O presidente do clube impediu as mulheres de fazerem o comício no interior da sede, que segundo as líderes do movimento, fora previamente agendada.



Fig. 5. *Diário de Pernambuco*. 21/03/1964. No Interior da edição, continua a reportagem sobre o comício organizado pelas “cruzadas”. Na foto, a imagem da líder professora universitária Maria do Carmo de Tavares de Miranda. As outras imagens tentam expressar a situação de caos decorrente do **enorme número de mulheres** nas ruas, em consequência do fechamento dos portões do clube.



Fig. 6. Detalhe da foto da Fig. 5, acima. No rodapé da foto: “*Detalhe da multidão que se concentrou na Estrada do Arraial, firme na campanha em defesa da democracia*”.



Fig. 7. *Diário de Pernambuco*. 31/03/1964. Foto do muro pichado com “palavras de ordem” contra o governador Miguel Arraes. A reportagem não informa o endereço onde o muro era situado.



Fig. 8. *Diário de Pernambuco*. 02/04/1964. Miguel Arraes foi escoltado por oficiais das Forças Armadas e levado para a Sede do 14RI, situado em Jaboatão dos Guararapes, área metropolitana do Grande Recife.



Fig. 9. *Diário de Pernambuco*. 02/04/1964. Na foto, Arraes recebeu a ordem de prisão do Coronel Castilho, no interior do Palácio das Princesas. A cena montada com oficiais e soldados do exército, armados, é um simulacro de legalidade, que a direita ostentou como uma bandeira por todo o período em que durou o regime militar. A imagem do bureau do governador vago não deixou dúvida da concretização do golpe.



Fig. 10. *Diário de Pernambuco*. 02/04/1964. As forças golpista se instalam no Palácio.



Fig. 11. *Diário de Pernambuco*. 02/04/1964. Tiroteio, os resistentes se encontram com as tropas golpistas na Av. Dantas Barreto, esquina com a Rua Siqueira Campos.



Fig. 12. *Diário de Pernambuco*. 02/04/1964. Do tiroteio na Av. Dantas Barreto restam mortos e feridos. As primeiras vítimas oficiais do golpe.



Fig. 13. *Diario de Pernambuco*, 02/04/1964. O jornal tranquiliza a população sobre a ação dos militares, ao mesmo tempo em que reafirma que eles agirão contra os opositores.



Fig. 14. *Diario de Pernambuco*, 02/04/1964. Militares posicionados na Av. Dantas Barreto. Cenas parecidas com esta se repetirão em outras ruas da cidade, próximas ao Palácio das Princesas.



Fig. 15. *Diário de Pernambuco*. 02/04/1964. Imagens de outras ruas marcadas pela presença do exército golpista. No canto superior esquerdo, soldados armados se posicionam ao lado da margem do rio Capibaribe, que cerca a sede da governadoria; canto inferior esquerdo, patrulhas em frente ao Palácio da Justiça; no canto inferior direito, tropas na Rua do Sol. Todas essas ruas circundam o Palácio das Princesas.



Fig. 16. *Diário de Pernambuco*. 03/04/1964. Gregório Bezerras. Foto tirada antes das torturas infligidas ao preso, arrastado pelas ruas do bairro de Casa Forte, para horror dos passantes.

m medo que não mudou a paisagem do dia 31 de março. Apenas no Palácio das Princesas os passos nervosos e os gestos imprecisos marcavam as decisões tomadas.

Na Capital pernambucana, apenas uma nublada realidade e a certeza vulgar de que, se a disputa pelo poder arrefecesse, se as armas pedidas por Gregório a Arraes fossem dadas ao povo, como era sabido por todos que aconteceu, o resultado seria que “*o pau sempre quebra nas costas do mais fraco [...] mais dia menos dia, o pau vai rolar [...] havia] muito medo dos usineiros [...] o povo não sabe sociologia, mas sabe quem está no poder, quem manda, ‘não te mete’ [...] e os usineiros mandavam nesse estado*”.⁷³

Nessa “normalidade” reinante, distante da governadoria, Clemilda não saiu para trabalhar nesse dia, porque aconteceu o batizado da filha Anamélia e a cerimônia de casamento da sua irmã, terminando num grande almoço de comemoração. O noivo e cunhado, o tenente João Teles Monteiro, convidou muitos amigos militares ao matrimônio. No casamento, fizeram silêncio dos acontecimentos, mas um rastro de apreensão pelos comunistas convidados permaneceu até o fim da festa. E, no dia seguinte, também, não foi trabalhar, mas a avó, advertidamente, na sua astúcia ancestral e contra todo protesto juvenil, já tocara fogo na mala de livros de um amigo, militante do Partido Comunista, que estava em sua casa, a casa de Clemilda.

Longe do Recife, na capital do agreste pernambucano, Maria Leônida Lopes, a Nida sentiu *medo* pela primeira vez das *coisas* que fazia, pelas pessoas com quem convivia e trabalhava. A notícia do golpe chegou rápida, primeiro pelo telefone do MEB. Desde então, a admiração pela causa dos trabalhadores, a *opção pelos pobres* transformou-se num *sentimento* que a cada dia a distanciou da ingenuidade de participar de um movimento cristão, naquele momento tornado impraticável, porque começaram as proibições e as atividades de alfabetização rural encampada pela Igreja retroagiram, “*a cartilha ‘Viver é lutar’ não se podia mais usar, a gente ficava enrolando no rádio*”,⁷⁴ por causa do alastramento da repressão.

A separação da juventude católica se deu gradualmente e sem conflito, conscientemente, migrando para outra alternativa de luta até integrá-la na militância organizada, a Ação Popular, junto daqueles que decidiram resistir ao modelo de ditadura imposta a partir do golpe. Sob o estado de exceção, essa menina saiu de Garanhuns para a Universidade do Recife, para cursar Sociologia e continuar a militância política. Uma

⁷³ Entrevista: Maria Leônida Lopes (MLL). Recife, 10-27/02/2012.

⁷⁴ *Idem*.

militância que se fez sob os auspícios da repressão, quando todas as atividades eram proibidas e as articulações dependiam do segredo das ações. Nida se lembra das manifestações relâmpagos, determinadas pela AP e UNE, feitas na Rua Duque de Caxias, ao lado da Praça do Diário, com o apoio dos camelôs. A preparação começava, normalmente, um dia antes, para comícios que duravam poucos minutos sobre os caixotes dos vendedores ambulantes. Os militantes, sob o comando das suas lideranças e direções estudantis, organizavam-se em mensagens codificadas que “*ia[m] passando a pé pela rua*”,⁷⁵ através de sinais e palavras cochichadas nas calçadas quando se encontravam os companheiros. Começava: *na dezesete*... Terminava: *...macaco*.⁷⁶

Um medo que se espalhava e alcançava todos os cantos do país. Um medo que chegou pelas ondas do noticiário, em Boqueirão, no estado da Paraíba, em 1º de abril, e marcou a memória de Maria de Fátima para sempre. Ela era apenas uma menina, mas notou quando uma vaga de preocupação mascarou o rosto do seu pai: “*Eu me lembro claramente da notícia na ‘Voz do Brasil’ da queda de Jango. [...] ele estava sentado ouvindo o rádio e ele ficou preocupado ele disse: ‘pode ser que tenha algum problema, alguma guerra, alguma coisa, uma defesa, as tropas estão vindo. Eu me lembro da preocupação, [...ele tinha] uma antipatia por Jango’*”.⁷⁷ Uma vaga de preocupação que o acompanhou desde então, que seu pai deixou como herança para os filhos, e que ele sempre presenteava aos meninos quando saíam de casa. “*Ele sempre teve uma reserva muito grande. [...Ele dizia:] ‘quando um policial se aproximar de você, [...] saia de perto, não chegue perto, não questione’*”.⁷⁸

Uma vaga preocupação, um estranhamento sem corpo dividia as expectativas de diferentes setores da sociedade pernambucana. Os militantes mais aclarados ainda curtiavam as ilusões de que o golpe era apenas uma promessa que nunca se cumpriria e o *staff* golpista não cantara a vitória: “*No dia 31, a gente dormiu com isso!*”.⁷⁹

O Recife acordou muito cedo, no 1º de abril. Desde a madrugada, centenas de soldados e dezenas de viaturas se organizaram fechando a cidade, esperando a ordem de

⁷⁵ Entrevista: Maria Leônida Lopes (MLL). Recife, 10-27/02/2012.

⁷⁶ Essa guerra de sinais informando onde seriam os encontros terminou provocando uma piada entre os próprios militantes. Para entender o número dezesete associado ao macaco, é preciso conhecer o “Jogo do Bicho”. Nesse jogo de apostas, popular, clandestino, muito apreciado e comum no país, macaco é o bicho representado no grupo dezesete, que contempla os números 65, 66, 67 e 68. Dezesete, 18, 19 e 20 são os números do quinto grupo, representado pelo cachorro. A brincadeira foi lembrada por Nida. *Idem*.

⁷⁷ Entrevista: Maria de Fátima Guimarães (MFG). Recife, 16-20/01/2012.

⁷⁸ *Idem*.

⁷⁹ Entrevista: Marcelo Mario de Melo (MMM). Recife, 5-17/01/2012.

ocupação do Palácio e impedindo a articulação das esquerdas e uma possível reação. Quatro unidades foram articuladas para o assalto, o 14º Regimento de Infantaria, o 17º Regimento de Obuses-105, a 7ª Companhia da Polícia do Exército e a Esquadria de Reconhecimento Mecanizado. As tropas marcharam pelas ruas e avenidas principais, cercando o Campo das Princesas. Deslocaram-se, vindas da Praça 13 de Maio, pela Rua Princesa Isabel na direção do Palácio. Posicionaram-se a partir da ponte Princesa Isabel, interditando, assim, um dos caminhos para a Casa do Governador. Na Praça da República, armaram metralhadoras que intimidaram os transeuntes que ali circulavam, desavisados e temerosos, e seguiram para os outros cantos de saída, ruas que contornam a praça na frente do Campo das Princesas, impedindo o acesso de quem vinha da Ponte Duarte Coelho pela Rua do Sol, bem como aqueles que atravessaram a ponte Buarque de Macedo ou que cruzaram a Ponte Maurício de Nassau, descendo pela Avenida Martins de Barros. Também, quem naquelas horas da manhã costumava seguir pela moderna Avenida Dantas Barreto ou pela histórica Rua do Imperador, sob suas calmas aléias, subindo ou descendo, defrontou-se com artilharias, tanques e soldados tão espantados quanto os caminhantes. Curiosos e perturbados apressaram saltos e passos. A Sede do Governo foi cercada, impedindo, assim, a sua fuga ou o seu resgate.

A vereadora Júlia Santiago, que no dia anterior esteve no Palácio, chegou ao Sindicato dos Tecelões e recebeu a notícia: “*Júlia, você sabe que o Palácio foi ocupado [...] pelo Exército? Estás conversando, estás brincando*”.⁸⁰ Quando percebeu “*como nós não tínhamos vigilância*”,⁸¹ o golpe já tinha desferido sobre suas crenças um forte baque, mas não a desanimou, só tornou-a mais lúcida, “*o exército aqui não fez por menos, ele não escuta, mata logo!*”.⁸² Sua iniciativa foi tentar retornar ao Palácio, para onde seguiu de carro pelas ruas vigiadas. Na ponte Princesa Isabel, que leva para o centro do Recife, foi parada por uma blitz do exército que procurava por armas, “*eu estava com Amaro e Nelson, ai pedi a eles calma. Ai perguntei: ‘o que é que há comandante?’*” [...No que eles responderam:] “*Não é porque estão descendo com armas, estão vindo da parte de Gregório, que está lá organizando os camponeses*”.⁸³ Mesmo assim, deram ordem para ela passar e o carro seguiu na direção da Praça da República, de onde avistaram Arraes descer as escadarias, escoltado pelos militares.

⁸⁰ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Júlia Santiago da Conceição (JSC). Recife, 02/12/1983.

⁸¹ *Idem.*

⁸² *Idem.*

⁸³ *Idem.*

Preso sob o comando do Coronel Castilho que entregou a carta da deposição ao Governador, e escoltado por militares do IV Exército, seguiu de carro, um fusquinha, para o 14RI (Regimento de Infantaria), situado em Jaboatão dos Guararapes, no Grande Recife, e no dia seguinte para Fernando de Noronha onde permaneceu vários meses (Fig. 8). Nas fotos estampadas no Jornal *Diario de Pernambuco* no dia seguinte, o Governador parecia resignado ao lado do militar. Afinal, tentara de todas as formas manter a governadoria, desincentivara qualquer reação da Frente Popular ou dos grupos mais radicais.

A Vereadora, depois de assistir, humilhada, a queda do “guerreiro”, retornou ao Sindicato, de onde decidiu retirar a placa com o nome da associação de trabalhadores mais atuante da época. Quis mobilizar as forças da Frente Popular, mas ouvira que o Exército já ocupara o Palácio e o governo aceitara o Golpe. A crença na legalidade se opusera a uma reação armada contra o golpe. A Vereadora, então, depois de receber ordem de fuga, tentou avisar nos comitês espalhados pelos bairros da cidade que os militantes do Partido deviam se exilar da Capital. Estava inconformada, mas decidida a não ser presa, nem deixar prenderem os militantes, principalmente os do Comitê da Macaxeira, “*que era muito forte*”.⁸⁴ Antes, passou pela casa de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti com a intenção de obrigá-la a fugir naquela mesma noite. Depois foi para casa se despedir e se aprontar para um exílio que durou algumas semanas. Fora torturada em outra época, mas depois de 1964 não foi presa ou respondeu inquérito, porque sumiram com sua ficha dos prontuários da “Permanência”.⁸⁵

Em casa, Adalgisa Cavalcanti aguardava os acontecimentos. Foi encontrada no andar de cima da sua residência, acompanhada pelo marido. A Deputada foi denunciada, arrancada de sua casa à luz do sol. Na delegacia, foi torturada moralmente e ameaçada várias vezes de ser entregue para o Exército, “*ameaçada de ir para o Exército e lá ser espancada. Esse negócio todo, desnorteada*”.⁸⁶ Nunca pode denunciar a tortura porque assinou um documento afirmando que não foi mal-tratada, “*eu não gostei de ter assinado aquele negócio*”.⁸⁷ Esteve presa por quatro meses na Penitenciária Bom Pastor,⁸⁸ onde recebeu visitas da companheira e vereadora Júlia Santiago, que insistia em auxiliar aos amigos de militância, apesar dos alertas de que podia ser presa a qualquer momento pelo envolvimento com os presos políticos.

⁸⁴ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Júlia Santiago da Conceição (JSC). Recife, 02/12/1983.

⁸⁵ Nome como era conhecida a Delegacia, onde permaneceram diversos presos e presas políticas.

⁸⁶ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Adalgisa Rodrigues Cavalcanti (ARC). Recife, 27/07/1982.

⁸⁷ *Idem*.

⁸⁸ A Colônia Penal Feminina do Bom Pastor localiza-se no bairro da Iputinga, no Recife.

Nas ruas, repercutiam as notícias divulgadas atrasadas pelos jornais e algum conhecimento repassado entre as direções dos partidos e os militantes sobre o advento golpista do dia 31 de março. Nessa ocasião, o discurso era reticente, como reticente eram as respostas. De ambos os lados, golpistas e golpeados tratavam como incidente a marcha iniciada às cinco da manhã por “*um homem vestido de pijama e roupão de seda vermelho*”, que tinha apenas um número por munição e um telefone como arma.⁸⁹

O general Mourão Filho comandou a tropa que atravessou os portões do quartel mineiro, mas não saiu de Juíz de Fora. Ainda na cidade, o chefe militar almoçou e cochilou a sesta em sua bela casa, enquanto ordenou que um esquadrão de reconhecimento percorresse lentamente algumas dezenas de quilômetros do caminho que leva ao Palácio das Laranjeiras.⁹⁰ Numa burlesca guerra de telefones, o primeiro apoio ao movimento “revolucionário” de Mourão Filho veio do General Castelo Branco que, com seu aval, derrubou, num efeito dominó, todas as dúvidas de que a hora chegara à imprevisível realidade, até que se consumou o golpe com a declaração de vacância do cargo de presidente da República, dois dias depois.

O atraso natural das comunicações, de alguma forma, participou do esfriamento das ações dos militantes mais aguerridos. As notícias veiculadas no Diário, no dia primeiro do golpe, ainda anunciava a marcha militar mineira, enquanto, no estado carioca, Jango se convencia da sua deposição, apesar dos protestos. Por isso, os recifenses liam no passado e em letras garrafais, na primeira página da edição, a manchete: “*FORÇAS MILITARES DE MINAS REBELAM-SE CONTRA JOÃO GOULART E OS COMUNISTAS*”. De perturbadora a salvaçãoista, as emoções foram tragadas de um gole, porque nem bem leram o prenúncio do golpe e já o exército estava nas ruas, cercando o Palácio.

Nas páginas dos jornais, os leitores, uns mais aflitos, outros mais satisfeitos, souberam que as tropas comandadas pelo general Joaquim Justino Alves Bastos não foram para as ruas, porém o IV exército já aquiescera ao golpe. Seu comandante anunciara a sua adesão⁹¹ e a polícia estadual estava a postos para ocupar as ruas da Veneza pernambucana.⁹² Sobre as consequências da marcha militar mineira no país, as chamadas informavam a declaração do General Amaury Kruehl, comandante do II Exército, sediado em São Paulo, que resolvera, após reunião com o Estado Maior, que se posicionava a favor

⁸⁹ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. das letras, 2002, 68.

⁹⁰ *Idem*, 72.

⁹¹ “ADESÃO DE JUSTINO É ANUNCIADA”. FUNDAJ. *Jornal Diario de Pernambuco*, 01/04/1964.

⁹² “POLÍCIA OCUPA AS RUAS DO RECIFE”. *Idem*, 01/04/1964.

do Brasil e contra os comunistas,⁹³ coadunando com as palavras do Ministro da Guerra, general Jair Dantas.⁹⁴ Nessa primeira página do *Diário*, os leitores mais distraídos observaram com intranquilidade que uma guerra civil se delineava na paisagem da história brasileira, pois, a acreditar na chamada do jornal, numa notícia veiculada pelo associado *Meridional* carioca, tropas do I Exército, sediado na capital carioca, aprontavam-se para reagir à Força de Defesa da Democracia, a marcha militar mineira como foi denominada pelo seu comandante de tropa.⁹⁵

E, para ressaltar esse perigo de uma luta armada iminente, contrariando toda razão histórica e ponderando como a fantástica fantasia popular, em uma pequena nota que continua em página seguinte, Juscelino Kubitschek adotou a posição de ser contra o golpe e a favor de que as forças, ora contrárias, decidiram pelo melhor para a nação. Clamava pela paz como um imperativo político, porque temia que o “*sangue generoso*” dos nacionais fosse derramado.⁹⁶

Esses mesmos leitores não devem ter compreendido porque os bancos fecharam subitamente suas portas e suspenderam suas atividades, se a vida simples e nua continuava dando seus passos e naquele dia a rotina das firmas públicas e particulares não se modificara.⁹⁷ Menos ainda, a razão da intervenção federal na Rádio Jornal do Brasil, se a censura não era ainda uma realidade para aquela população que passava de mão em mão o jornal comunista.⁹⁸ Além dessas novas, as chamadas do jornal advertiram para a tentativa sem sucesso do seu presidente, naquele momento, ainda, em exercício, em desqualificar a ação do comandante mineiro, bem como, asseverar a sua autoridade, através do apoio da liderança maior das Forças Armadas, o ministro da pasta da Guerra, afirmando que sua atitude subversiva resultou na sua destituição do cargo.⁹⁹ Essa era, como sabido, uma notícia passada naquele primeiro dia do golpe, e, talvez, por isso, o jornal tenha lhe dado o destaque merecido, uma pequena nota no fim da página.

Fora dos jornais, um grupo de militantes e outros tantos, fiéis ao governador, começaram uma marcha civil de protesto em resposta à marcha militar, que no seu desenrolar, prenunciavam, terminaria com a deposição do governador Miguel Arraes de

⁹³ “*KRUEL: II.º EXÉRCITO CONTRA OS COMUNISTAS*”. *Idem*, 01/04/1964.

⁹⁴ “*JAIR ‘SERÁ MANTIDA A ORDEM A TODO CUSTO’*”. *Idem*, 01/04/1964.

⁹⁵ “*COMBATE ESPERADO A QUALQUER MOMENTO*”. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 01/04/1964.

⁹⁶ “*MANIFESTO DE JK É CONTRA O BOLCHEVISMO*”. *Idem*, 01/04/1964.

⁹⁷ “*BANCOS VOLTARÃO A FUNCIONAR SÓ NA SEGUNDA-FEIRA*”. *Idem*, 01/04/1964.

⁹⁸ “*RÁDIO JORNAL DO BRASIL SOB INTERVENÇÃO FEDERAL*”. *Idem*, 01/04/1964. ...

⁹⁹ “*DESTITUÍDOS GERAIS REBELDES*”. *Idem*, 01/04/1964.

Alencar. Reuniram-se e percorreram as ruas principais do centro do Recife, atravessaram a secular ponte da Boa Vista, e pretendiam alcançar a Praça da República, em frente ao Palácio das Princesas, para enfrentar o exército golpista, quando uma tropa da Polícia Militar, com ordem de matar, fez uma barreira, que na lembrança do jovem Marcelo era *verde-oliva*,¹⁰⁰ à passagem dos resistentes. No julgamento da memória do, então, Jornalista Marcelo Mario de Melo, esse episódio foi marcado de outras impressões.

A primeira impressão de Marcelo sobre os episódios, no primeiro dia do golpe foi:

Pela manhã, a gente viu o cerco começando por tropas do Exército em torno do palácio. Começaram, também, as notícias sobre as prisões e as invasões de sindicato. Noticiaram a prisão de Gregório Bezerra e, então, começou aquela correria. Como eu já tinha a experiência de [19]61, [da tentativa] de golpe [na época da renúncia de Jânio Quadros, quando quiseram negar a posse de Jango], eu vi aquilo muito pior, avassalador.¹⁰¹

Ele estava na rua, quando ouviu

um boato entre os militantes que se encontravam [uns com os outros, por acaso, de] que ia haver a distribuição de armas no Porto do Recife. Um bocado de gente foi para o Porto do Recife e ficou por lá. A gente... [ele e outros companheiros da juventude do Partido Comunista. Nós] chegamos por volta das dez e meia, onze horas e ficamos lá. [Havia] umas trezentas pessoas em pé, naquele ponto. Fomos cercados pelos fuzileiros navais. Cercaram, mas não agrediram. Deixaram a gente lá, naquele cerco. Não chegava nada [das armas esperadas], e o tempo foi passando [...]. À medida que as pessoas foram saindo, individualmente, eles foram deixando sair.¹⁰²

A decepção dos militantes, entre eles, Marcelo Mario de Melo, foi maior quando compreenderam a difícil situação em que estavam colocados: “*O fato é que as armas não chegaram, e não havia esquema nenhum*”.¹⁰³

Muitos boatos circulavam. Indignados, e no afã de afrontarem os golpistas, esperaram alguma nova oportunidade em que pudessem reagir: “*circula um [novo] boato, de [que estava acontecendo] uma assembleia permanente na escola de engenharia*”.¹⁰⁴ *Corremos para a escola de engenharia e muita gente corre[u] para lá*”.¹⁰⁵ Havia mesmo uma concentração espontânea na área da Faculdade, que ficava numa rua central da cidade, de grande circulação de pessoas e comércio intenso, de grandes lojas de atacado e outras empresas, além de escolas. No relato, Marcelo lembrou que

¹⁰⁰ Entrevista: Marcelo Mario de Melo (MMM). Recife, 5-17/01/2012.

¹⁰¹ *Idem*.

¹⁰² *Idem*.

¹⁰³ *Idem*.

¹⁰⁴ Faculdade de Engenharia do Recife integrava a Universidade do Recife.

¹⁰⁵ MMM.

por volta das três horas, sai uma passeata [...] para defender o governo, porque [ele] era o símbolo de uma conquista democrática mais expressiva, que a gente tinha. A passeata sai pela Rua do Hospício e encontra o povo em pânico, as lojas fechando, o povo como se estivesse vendo o ‘bicho papão’.¹⁰⁶ O povo correndo pela rua para pegar ônibus, taxi.¹⁰⁷

O caos instalado com essa mobilização modificou a paisagem na medida em que avançavam a certeza de que era preciso defender as bandeiras das lutas e de que essas bandeiras conquistadas foram desfraldadas. Na caminhada, hasteavam a mesma bandeira verde-amarela-azul-e-branca que a Rede Democrática proclamava proteger.

Então, seguiram: “A passeata sai pela Rua do Hospício, [segue] pela Rua da Imperatriz, volta, pega a [Avenida] Conde da Boa Vista. [Enquanto caminham, vão] fazendo comício relâmpago. Fizemos um na esquina da [loja comercial] Sertão, ali no antigo cinema Trianon.”¹⁰⁸ A gente saiu pela Guararapes em direção ao Palácio do Governo. Quando chegou ali no JK¹⁰⁹,¹¹⁰ as duas massas humanas, em oposição, se encontraram, na esquina do edifício Juscelino Kubitschek, no cruzamento da Avenida Dantas Barreto com a Rua Siqueira Campos: “Na dobradinha do JK, carregando a bandeira nacional e cantando o hino nacional, vem uma tropa [no sentido contrário ao] Palácio da Justiça, uma tropa comandada por um militar [talvez] do Exército, uma tropa da PM¹¹¹, em marcha pato de ganso.¹¹² Eles, [a tropa] vêm e a gente vai, também”.¹¹³ Nesse momento, aconteceu o tumulto, consequência da ação policial: “Começa o tiro e o pessoal diz[ia]: ‘É festim! É festim!’. Como se fosse bala de borracha”.¹¹⁴ Porque passara o ano, de 1963, engajado no serviço militar, Marcelo soube distinguir a diferença de um tiro dado com bala de borracha e outro dado com bala de pólvora, pelo som causado com os disparos dos projéteis, bem como, porque observou quando as balas atingiram a parede do prédio:

¹⁰⁶ Referência a uma realidade grotesca ou de difícil apreensão. Expressão popular de medo ou temor.

¹⁰⁷ MMM.

¹⁰⁸ O edifício Trianon, onde se localizava o cinema Trianon, do Grupo Art Filme, inaugurado em 1945, ocupa uma quadra entre a Rua do Sol, Avenida Guararapes, Rua da Palma e a Rua Matias de Albuquerque. Ao lado desse cinema, havia outra antiga sala de projeção, o cinema Art Palácio. Essas salas encerraram suas atividades nos anos 1990.

¹⁰⁹ Edifício Juscelino Kubitschek.

¹¹⁰ Entrevista: Marcelo Mario de Melo (MMM). Recife, 5-17/01/2012.

¹¹¹ Polícia Militar.

¹¹² Marcha forçada em que se faz grande barulho com a pisada forte do pé direito, apoiado o corpo no pé esquerdo.

¹¹³ MMM.

¹¹⁴ Idem.

vi os pedaços de reboco caindo, e eu dei o alarme: ‘Não é festim! É tiro mesmo! O pessoal [a tropa] começou a atirar para cima e vão baixando a linha do tiro, atirando em linha reta na direção do povo. Começa a correria e a dispersão, uns correram na direção da Praça dos Sebos,¹¹⁵ outros recuaram. Muito tiro! Eu recuei na direção da Rua Nova.¹¹⁶

No campo de batalha da Veneza brasileira, o golpe fez as primeiras vítimas públicas:

Nessa confusão, eu vejo Oswaldo Coelho¹¹⁷ com uma pessoa nos braços. Eu vejo no rosto, da boca para baixo e o queixo, um filete de sangue escorrendo, um buraco no rosto. Eu não conseguia reconhecer. Depois, eu soube que era Jonas,¹¹⁸ [militante, da juventude comunista] da base do Ginásio Pernambucano, do meu grupo dos vinte e cinco comunistinha do Ginásio Pernambucano, socorrido e levado para o pronto-socorro. E soube, depois, que Ivan Aguiar,¹¹⁹ também, tinha sido atingido no pulmão, [...] por um fuzil-metralhadora. [...] Ivan Aguiar estava armado com um revólver [calibre] 38, e ainda disparou um tiro. Não atingiu ninguém, mas foi o único tiro disparado pela resistência!.¹²⁰

Na queda, Ivan perdeu o revólver, recolhido no asfalto por Antônio Florêncio, comunista da cidade de Palmares, localizada na zona da mata pernambucana. Antônio Florêncio guardou a arma, que foi, depois, transformada em troféu.

A vida e a morte dos jovens comunistas no asfalto se transformaram em libelo político e em história. Mesmo que, no jornal, no dia seguinte, o registro tenha culpado as vítimas pelos seus fins trágicos: “*AGITADORES PROVOCAM TIROTEIO NA DANTAS BARRETO: 2 MORTOS*” (Fig. 12).¹²¹ Fazia parte do discurso dos “vencedores” tonalizar o

¹¹⁵ Atualmente, é uma praça onde se localizam vários sebos. Essa praça é um espaço quase circular entre vários prédios, um pátio interno ou quintal com uma ruela. Essa ruela já foi trânsito de carros e estacionamento de veículos. E porque, em época passada, tinha uma roda-de-enjeitados, ficou conhecida como a Rua da Roda.

¹¹⁶ Entrevista: Marcelo Mario de Melo (MMM). Recife, 5-17/01/2012.

¹¹⁷ Militante da juventude comunista, ex-estudante do Ginásio Pernambucano – uma escola de ensino médio, que, em 1964, era denominada Colégio Estadual de Pernambuco (CEP) e, naquele ano, estudante no curso de Direito.

¹¹⁸ Jonas José de Albuquerque Barros.

¹¹⁹ Ivan Aguiar era estudante, passara no vestibular para cursar Engenharia. Filho de Severino Aguiar, comunista da cidade de Palmares, integrava o Comitê Estadual de Pernambuco. Severino morreu nos anos 1990, e foi reconhecido como o comunista mais velho do Brasil, com quase 95 anos de idade.

¹²⁰ Entrevista: Marcelo Mario de Melo (MMM). Recife, 5-17/01/2012.

¹²¹ FUNDAJ. Jornal *Diário de Pernambuco*, 02/04/1964. Ainda sob o enfoque de mostrar o discurso dos “vencedores”, como apareceram nos veículos de informação alinhados com o projeto golpista, no dia 2 de abril, um grupo de investigadores armados de metralhadoras, comandado pelo capitão Rego Barros, da Força Pública, prendeu o comunista Gregório Bezerra, na Usina Pedrosa, no município de Cortês, zona da mata pernambucana. No município de Ribeirão, foi entregue ao destacamento do Exército, o 20º Batalhão de Caçadores. De Ribeirão, foi levado para o Recife e entregue ao IV Exército, sob o comando do General Joaquim Justino Alves Bastos. Em todo o percurso, o preso Gregório Bezerra foi torturado. No Recife, do quartel, situado na Rua do Riachuelo, foi transferido para o quartel de Motomecanização, no bairro de Casa Forte. Nessa instalação militar, ficou sob a responsabilidade do coronel Villocq. Este coronel autorizou e participou pessoalmente de uma sessão de torturas contra o preso, que duraram horas. Ao final, continuando seu ato sádico, passou cordas ao pescoço do comunista e o arrastou pelas ruas do bairro. O caso ganhou

sangue vermelho derramado e até esquecer outros dramas (Fig. 16). Esqueceu que, em muitos lares, homens e mulheres, ouvidos atentos à voz do radialista, aguardaram ansiosos pelo resultado das eleições. Acompanharam voto a voto a contagem dos seus sufrágios. Esqueceu que a passeata do dia primeiro desfilou as esperanças de setores historicamente maltratados pela falta, que falta trabalho, que falta comida, que falta justiça, que falta dignidade, até que falta democracia. Esqueceu que a passeata, enquanto caminhou pelas ruas e até se defrontar com a Polícia Militar, engrossou com a adesão desses “populares” que sonharam o mesmo sonho de Gregório, de Nida, de Socorro, de Nevinha.

Esqueceu, mas não se perdeu: Marcelo Mario de Melo conta de ouvir dizer, sem outros registros, que naquele dia, na dispersão causada pelo tiroteio, além dos estudantes, outras pessoas foram vitimadas: duas pessoas foram feridas, além de dois populares mortos. Entre eles, uma mulher, funcionária da loja Hemilet, um comércio de artigos masculinos. Essa mulher não identificada fora atingida pelos disparos dos policiais e morreu. Motivo pelo qual o caso foi abafado. Outro incidente conhecido e informado por Marcelo foi o corrido com Ubirajara, outro jovem estudante comunista do Colégio Estadual de Beberibe, ferido levemente na perna.

A Segunda impressão de Marcelo Mario de Melo foi “a esquerda não se armou!” e esta convicção o acompanhou.¹²² O sentimento de perda e a certeza de outras retaliações da direita, tiraram o jovem comunista do campo de batalha e ele saiu do confronto para tentar, em casa, ao menos, resguardar das evidências a sanha investigativa da repressão. Depois, resignadamente, esperar pela polícia que não tardou. À noite, dois agentes chegaram para levá-lo preso. Os dois policiais vieram de outra batida, recolheram, antes, outro companheiro, o Sérgio Souza, presidente do Diretório Estudantil do Colégio Pedro Augusto.

Na viatura, seguiram para o quartel do IV Exército, na Rua do Riachuelo. Lá, encontraram outro preso, o militante Roberto, e notaram a presença de Cid Sampaio

repercussão, porque a cena grotesca abalou a opinião pública. As rádios e as televisões noticiaram, e um clamor de homens e mulheres horrorizados, afetados com a violência do espetáculo, iniciou uma onda de telefonemas e pedidos que alcançou o IV Exército, obrigando o General Alves Bastos a interferir e ordenar que o Coronel Ibiapina interviesse. Este foi ao encontro do coronel Villocq e tomou o comunista, levando-o de volta à fortaleza das Cinco Pontas. Este macabro incidente foi relatado em BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, 531-6. No jornal, no dia seguinte, apareceu retratado sob a chamada: “POLÍCIA VASCULHA NINHOS DE AGITAÇÃO LEVANDO AO XADREZ LÍDERES COMUNISTAS: GREGÓRIO PRESO”. Na reportagem, o relator descreveu a tortura, porém minimizou o caso, transparecendo uma “guerra justa”, em que o preso, vítima das atrocidades impostas pela ação repressiva do estado, foi o responsável pelo que sofreu. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 03/04/1964.

¹²² Entrevista: Marcelo Mario de Melo (MMM). Recife, 5-17/01/2012.

conversando com o comandante e com oficiais militares. Marcelo guardou esta memória e afirma que o ex-governador integrou o *staff* golpista, “*estava afinado com o golpe*”.¹²³ Do quartel, foram levados para a Secretaria de Segurança Pública, na Rua da Aurora, para serem entregues ao temido torturador, o policial delegado Wandenkolk Wanderley. Marcelo conta que, no pátio do prédio da delegacia, onde foram deixados, ouviu seu nome numa lista de chamados. E ele não teve dúvida de que aquela lista era o resultado das atividades clandestinas de muitos policiais licenciados e/ou aposentados, que trabalhavam para a direita e tinham a função de fotografar os integrantes nas passeatas e comícios promovidos pelas esquerdas. Era corrente, inclusive, que muitos agentes empregados do estado, nas horas de folga, trabalhavam para a oposição. Na sua vez de se apresentar, apesar de estar na frente de um torturador, ouviu somente conselhos para se comportar melhor e uma pergunta sobre o jornal comunista *A Hora*, que respondeu com evasivas, e foi mandado embora. A sua prisão aconteceu, não foi naquele momento, esperou mais algum tempo e essas poucas horas inquietas se transformaram em anos de uma vida em suspensão no cárcere, outra história.

Esse primeiro dia do golpe na capital pernambucana não foi vivido com a mesma intensidade por todos os recifenses. Na lembrança de Maria das Neves, seu cotidiano mudou apenas parcialmente, e a memória da violência do Exército ficou apenas nas palavras que inaugurou o medo, mas não foi capaz de silenciar as ideias aprendidas em anos de uma prática católica da caridade e da justiça. Aqueles discursos que ela ouviu em sua casa, nos encontros que a sua mãe realizava com as mulheres do bairro, para ouvir a doutrina de Dom Helder. Palavras de violência e temor que ela ouviu em diferentes lugares: primeiro, do gerente italiano, na nova empresa onde se empregara, no último dia de março de 1964; depois, do pai, que fez diversas recomendações para que ela se mantivesse imparcial, porque qualquer envolvimento com “aquela situação” poderia ser perigoso.¹²⁴

Nevinha conta que trabalhava no escritório de uma empresa norte-americana com filial no Brasil, o laboratório farmacêutico Merck Sharp e Dohme, situado na Rua da Concórdia. Essa empresa costumava manter seus funcionários pelo tempo máximo admitido pela CLT, antes do trabalhador adquirir a “estabilidade”. Motivo porque ela foi demitida quando fez seis anos e seis meses de contrato de trabalho. Com sete anos, teria

¹²³ *Idem.*

¹²⁴ Entrevista: Maria das Neves Santos Cardoso (MNSC). Recife, 3-13/03/2012.

alcançado a estabilidade e não poderia mais ser desligada do quadro. Maria das Neves foi demitida no final de fevereiro e procurou trabalho durante todo o mês de março de 1964. Em várias companhias, fez testes para admissão. No dia 31 de março, foi chamada pela firma italiana Pirelli Pneus, uma empresa situada na Av. Cruz Cabugá. Ela se apresentou nesse dia, quando conversou com o gerente, fez uma carta pedindo emprego, para mostrar que sabia redigir e deixou os documentos no departamento de pessoal. Ainda, nesse dia, trabalhou até o final da tarde e, na manhã seguinte, retornou para o emprego. No 1º de abril,

“Ao assumir, a gente trabalhou a parte da manhã quando foi meio-dia, o gerente, um italiano chamado Bianqui, nos reuniu na sala e disse: ‘Vocês não precisam voltar à tarde, porque o Palácio foi invadido pelo Exército, o governador Arraes está sendo deposto. Ele está sendo deposto porque ele é um homem de verdade’. [...] Quando nós saímos cadê ônibus, não tinha ônibus. Então, eu vim andando a Cruz Cabugá, a Avenida Norte todinha, a Estrada de Belém todinha, até minha casa [...] na rua Das Pás”.¹²⁵

Nevinha morava no bairro de Campo Grande. O centro da cidade estava deserto. A movimentação era apenas em torno do Palácio. Ela não viu qualquer circulação do Exército, e no rádio, pela manhã, não houve comunicação dos acontecimentos, por isso fora trabalhar. Quando chegou à casa dos pais, com quem morava na época, já passava da hora do almoço, o rádio nesse momento estava ligado e ela ouviu, junto com o pai, a notícia da deposição e prisão do governador, bem como, que o vice, Paulo Guerra, assumiria no seu lugar. No dia 2, voltou ao trabalho. As ruas estavam calmas e os ônibus circulavam, normalmente. Ela sabia que não era para falar sobre o assunto, que não devia ter opinião sobre a prisão do chefe do executivo estadual, que “*era para ficar calada. [...Mas,] de um modo geral, as pessoas eram favoráveis a Arraes*”.¹²⁶

Distante, também, do centro dos acontecimentos, mas não menos envolvida, Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira viveu as torturas impostas pelo regime de exceção no período da Ditadura, através das prisões de sua filha Rosalina, grávida, do genro Geraldo Leite, e do filho Fernando, depois um desaparecido político. Bem como, sofreu com o exílio do seu filho Marcelo, antes que se tornasse mais uma vítima da repressão.

Essa mulher de pouca instrução, cercada de mimos pelo pai, casou cedo e teve dez filhos. Não participou diretamente de qualquer movimento político ou partido, mas confessou que instruiu os filhos no interesse pela política quando, em casa, nos períodos de

¹²⁵ Entrevista: Maria das Neves Santos Cardoso (MNSC). Recife, 3-13/03/2012.

¹²⁶ *Idem.*

eleições, colava os ouvidos no rádio para ouvir contar os votos. Lembrou que na eleição em que Miguel Arraes foi candidato a governador do estado, fez seus meninos contabilizarem os votos gritados pelo radialista.

Assistiu, assim, as urnas chegarem do interior, trazendo a boa nova de um candidato do povo ser eleito chefe máximo de Pernambuco, apesar da oposição ferrenha dos usineiros, que disputavam voto a voto com o “*Zé Ninguém*”. Somaram as cédulas e ela soube logo que seu candidato ganhara com uma margem pequena ante seu principal rival, João Cleofas. Pouco mais de 4600 eleitores fizeram a diferença entre o novo e o velho mundo, do que ela, dona Elzita e seus filhos iriam viver tantas consequências. A menina Elzita, a quem negaram conhecer, na infância, os mortos da família, quando adulta, aprendeu novenas de cemitério, percorrendo entre as lápides em romaria pela soltura da sua filha, pelo aparecimento do seu filho vivo. Ou morto, não importava, “*sonho com o fim da história*”.¹²⁷

Essa mulher doméstica aprendeu a andar nos corredores dos gabinetes, procurando por respostas, ou ao menos por ajuda. Ouviu frases simpáticas e ineficazes do então governador biônico Marco Maciel. Pediu ajuda a pessoas influentes como Joarez Távora, Sobral Pinto, Amoroso Lima. Enviou cartas, visitou políticos. Adentrou as portas labirínticas das delegacias ousando questionar os repressores. Junto com uma filha mais moça, Márcia, exigiu ver a filha Rosalina, que trouxeram transferida para a prisão na Rua das Cobras. Meteu-se num carro entre policiais armados de metralhadoras e seguiu em busca da filha. Evitou assim, que a repressão negasse a prisão de Rosalina e do genro, presos por delação de terem participado da fuga de um casal de camponeses, levados de carro do Rio de Janeiro para a Bahia, entre outras tarefas que fizeram a serviço da JUC¹²⁸ – outra história.

Dessa forma, aos poucos foi participando da luta pela anistia, da luta pelo reconhecimento dos desaparecidos políticos e integrou o grupo Tortura Nunca Mais. No processo, foi ficando corajosa, “*Meu marido adoeceu porque ele não tinha a coragem que eu tinha. Ele às vezes tava ali na grade, ficava olhando. Nunca deixou a gente trocar o telefone [...] que era censurado*”.¹²⁹

Nessas andanças e “falanças” foi construindo junto com outras mulheres e homens uma teia que alarmou as ações impetradas pelo Serviço Nacional de Segurança, essa força

¹²⁷ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira (ESSC). Recife, 14/04/2005.

¹²⁸ Juventude Universitária Católica.

¹²⁹ ESSC.

tarefa do estado de exceção que mergulhou o mundo numa fumaça de medo e alienação, abalada pelos gritos maternos de mulheres que nunca desistiram de encontrar seus parentes, filhos, esposos, pais, ausentes. O rádio informou a prisão de Arraes causando comoção na população e depois, quando o ex-governador ficou incomunicável, gerou o boato de sua morte. “*Quando Arraes saiu preso do palácio, o povo na rua chorava, chorava na porta da igreja*”.¹³⁰

Um dia depois do longo suspense, a 2 de abril, jornais abertamente favoráveis ao golpe militar voltaram a estampar manchetes, discursos em forma de editoriais e eloqüentes narrativas jornalísticas que faziam acreditar que o povo se arrependera dos milhares de votos nas urnas em favor do projeto dos nacionalistas e das esquerdas brasileiras que pretendiam reformas legais, agora declaradamente os “inimigos da nação”. No jornal carioca, as manchetes traduziam a gloriosa conquista da Rede Democrática, a derrocada das lideranças vermelhas: “*FUGIU GOULART E A DEMOCRACIA ESTÁ SENDO RESTABELECIDA; A ASSEMBLÉIA DE PERNAMBUCO VOTOU O IMPEACHMENT DE ARRAES*”.¹³¹

Em letras garrafais apresentaram aos leitores uma seqüência de retratos em preto e branco do desejo construído no silêncio e na ausência de uma oposição. Fizeram acreditar que as massas, esse povo sem identidade,¹³² clamavam pelo retorno dos militares, que no imaginário das elites um dia representaram o país. Queriam a volta do “progresso” com ordem e “sem violência”: “*A população de Copacabana saiu às ruas, em verdadeiro carnaval, saudando as tropas do Exército. Chuvas de papéis picados caíam das janelas dos edifícios enquanto o povo dava vazão, nas ruas, ao seu contentamento*”.¹³³

O *Diario de Pernambuco* também se revelou a imprensa golpista. No dia seguinte, aproveitou as páginas da sua edição para estampar imagens da “revolução” (Fig. 15). O atraso das informações não diminuiu seu forte impacto. Repetindo o modelo do jornal sudestino, a manchete publicou a fuga do chefe da nação, “*JANGO SAI DE BRASÍLIA RUMO A PÔRTO ALEGRE OU EXTERIOR: POSSE DE MAZZILLI*”,¹³⁴ e uma chamada na primeira linha da primeira página anunciou a queda do chefe do executivo estadual,

¹³⁰ Entrevista: Clemilda Maria de Oliveira de Souza (CMOS). Recife, 06/02/2012.

¹³¹ Jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, 02 de abril de 1964. <http://acertodecontas.blog.br/politica/editorial-do-jornal-o-globo-de-2-de-abril-de-1964-celebrando-o-golpe-militar/>. Acessado em 01/05/2009.

¹³² REIS, José Carlos. *Escola dos Annales*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

¹³³ Jornal *O Dia*. Rio de Janeiro, 2 de Abril de 1964. <http://blogdabrhistoria.blog.uol.com.br/>, acessado em 01/05/2009.

¹³⁴ FUNDAJ. Jornal *Diario de Pernambuco*, 02/04/1964.

“ARRAES DEPOSTO PELO EXÉRCITO: PAULO GUERRA A FRENTE DO GOVERNO”
(Fig. 11).¹³⁵

Na foto, Miguel Arraes está sentado no banco traseiro de um fusca, que não é possível identificar como um veículo do exército. Seus acompanhantes vestem fardas para atividades administrativas, mas são vestes militares. O rosto imparcial do governador era traído apenas pelo olhar fixo na sua frente, certamente não enxergava a nuca do seu condutor. Talvez, vislumbrasse o futuro incerto. Recebera ordem de prisão e fora algemado (Fig. 11). Em outra foto, na página interna da edição, o repórter do jornal registrou num “clic” essa ocasião. Na saída do Palácio, descera as escadarias apenas acompanhado de oficiais superiores e soldados armados. Porém, esse acordo de cavalheiros não depõe contra o “agitador vermelho”, e, por isso, não foi digno de se eternizar em cena.

Cena que é uma imagem resultante de ações assentadas por mulheres e homens que deslocaram seus olhares das páginas linotipografadas para as ruas do Recife e movimentaram-se das ruas do Recife para retornarem às páginas da história no cenário do golpe. O golpe resistiu às primeiras horas do parto e engendrou ainda muitas contradições, criou seu próprio fim e com as mesmas letras garrafais “morinbundarou” na Anistia. Mas essas são outras histórias que a razão histórica compreende.

¹³⁵ *Idem.*

CONCLUSÃO

*O narrador é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo.*¹

Só a presente realidade é imprevisível. Quando o irlandês James Joyce escreveu *Ulisses*, publicada em 1922, relatou, ao longo da narrativa, um dia na vida da personagem Leopold Bloom. Ele nos convenceu de que, e esta é a beleza da obra de arte, cada instante daquele dia ocorria ao acaso, no tempo mesmo da sua narrativa, e não se podia saber antes de se inscrever a palavra, cada uma, no texto, qual seria o gesto, qual fala seria bocejada ou gritada, qual silêncio restaria.

Cada momento, cada presente é inesperado no instante hodierno. Essa verossimilhança com a vida comum faz o leitor acreditar na estória. São necessárias as oitocentas páginas do livro, porque as vinte e quatro horas somente fazem sentido pela narração do passado das personagens, incluindo o Bloom. Um passado coletivo, entremeado nas personagens que compõem o universo de Leopold. Um passado que começa antes mesmo de Homero, quando este escreveu *Ulisses*. Quando o poeta narrou a odisseia, possibilitou a percepção de uma razão humana de existir no tempo/espço da estória. Esse entendimento da poética que, em Aristóteles, faz-se representação da vida contada história nos palcos da escrita. Cada passo é, então, memória do passado.

Cada passo ficará no passado, mas o movimento que “existe” não acaba no “existiu”. Ele continua infinitamente para o futuro, porque se mobiliza nas projeções. Como no *Ulisses* de Homero, cada decisão da personagem de seguir fora tomada no antecipado futuro, tão longínquo quanto o próprio “ser” dos deuses. Assim, é possível acreditar em Gabriel Garcia Márquez quando ele nos apresenta a estória de Santiago Nasar, porque cada passo da personagem o levava a um futuro inexorável, transformado em *Crônica de uma morte anunciada*. Todos sabiam desde sempre, mas não impediam o presente de cumprir com o futuro. Não porque este é inexorável, mas porque aquele se rege pelo acaso. E se acredita no escritor-poeta colombiano pela aparência de verdade impressa na sua sequência de narrativa com o motor da vida, o passo adiante, precipitado no futuro.

¹ BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, 221.

Não há premonição. Há “razão histórica”, no sentido hegeliano de pensar o encadeamento das ações humanas, possíveis de ser narradas, transformadas, construídas historicamente no devir.

Então, o passado se conhece pela memória, e o futuro, pela “razão histórica”. Quando se narra o passado, faz-se a narrativa no futuro do passado conhecido, no mais-que-perfeito futuro-do-passado. O papel do narrador, então, é escrever de tal forma que cada passo dos sujeitos no presente do passado seja um acaso mediado pela memória e pela razão histórica.

Resistência Cor-de-rosa-choque narrou a experiência de mulheres nos movimentos de contraposição ao padrão sócio-político-econômico-cultural de uma época, em que o pensamento corrente conduzia à luta desarmada da “consciência de classe”. Essa consciência de classe podia ser pensada nesses termos por causa do uso vulgar da expressão, observados, inclusive, nos noticiários impressos, à época, bem como, pela proximidade do debate político, largamente, apresentado nos diversos veículos de comunicação de massas, em que preponderava a difusão radiofônica.

Ainda que o termo “classe” tivesse o significado de pertencimento a um lugar social e uma necessidade de ser sujeito de ação, interferindo nesse lugar, numa conquista de vida, esse discernimento possibilitou a integração no espaço público e um tipo de “empoderamento” de si, pelas mulheres, colocando-as na vanguarda dos movimentos sociais. É sobre essa participação significativa do feminino na resistência ao regime imposto, não motivada, ainda, pelos discursos de Gênero, que se afirmou, uma década depois, nos anos 1970, resultado do avanço do Movimento Feminista no país, mas fundamentada num entendimento mais amplo de luta de classes, corrente no período em tela, de que tratou esta monografia de tese.

Assim, diante do tema e do corte espaço-temporal, mulheres militantes e/ou simpatizantes, que atuaram nas organizações de esquerda, no Recife, nos anos iniciais da década de 1960, esta narrativa, ao se formatar, observou a necessidade de deslizar sobre o passado dessas mulheres, para situá-las no presente histórico, do corte, bem como notar suas aspirações como projetos individuais e coletivos no qual se inseriram e fizeram suas próprias memórias, objeto principal com que se construiu esta história.

Ao se transformar em fato a participação feminina nos movimentos de resistência ao regime imposto, no Recife, nos anos iniciais da década de 1960, bem como, na possibilidade de historiá-lo, buscou-se cumprir com as normas da ciência da história e,

para tal, cumpriram-se as exigências impostas pelo modelo, respondendo às questões fundamentais: como e por que se deu o fato que as fontes revelam. Como as mulheres apresentadas nesta pesquisa participaram dos movimentos de resistência ao modelo hegemônico. Porque elas são representações de grupos de mulheres e suas memórias são memórias coletivas do modo feminino de integrar a sociedade em tela.

Como a militância de Maria Leônida Lopes no JEC, no MEB e, depois, na AP não destoa da possível integração das mulheres, nas regiões do interior ou nas capitais, de um canto a outro canto do país, em organizações de cunho oposicionista e até revolucionário. Porque a consciência que levou Nida à adoção de uma ideia de pertencimento a uma classe e à luta dentro de um quadro da esquerda era a mesma que fez Maria das Neves dos Santos Cardoso sair de casa, no interior da Paraíba e vir ao Recife, porque ela queria outra condição de vida, diferente daquela junto com a sua família em Princesa Isabel.

Com a mesma tenacidade de Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Nevinha se engajou na militância, enfrentou a prisão dela e do seu esposo Alani, na cidade de Petrolina, enquanto fugiam, e Maria Ivone Loureiro Ribeiro suportou o cárcere e a tortura. A tortura física à espreita da morte e a morte de Odijas, o militante, o companheiro, o homem que ela amava. Notícia que ela recebeu enquanto estava na prisão, no mesmo prédio em que ele fora assassinado. Prédio de corredores em que ela desfilou a sua dor e sua força fê-la sobreviver. Essa mesma força que se reparte em vidas, as vidas delas e de toda ela. Cada uma dessas mulheres carrega em si, a sua maneira, a humanidade.

As fontes que revelaram o fato são as lacunas deixadas na historiografia existente sobre o tema do movimento de resistência social no Brasil, que inicialmente levantou a problemática de existir um modelo epistemológico que possibilite uma revisão da história, inserindo sujeitas na sua narrativa. Esse debate concluiu que a ausência das mulheres na história resulta mais no *imaginarium* de sua apatia política do que na sua não participação efetiva, cotidiana na vida pública do país. Esse *imaginarium* predispôs os cientistas, nas diversas áreas do conhecimento, para além dos historiadores, a negar a existência de um modo de agir próprio do feminino. Modo esse que não resulta de uma essencialidade feminina ou masculina, mas antes é uma construção do social. Esse “modo de agir” do feminino tem, conseqüentemente, obscurecido a iniciativa consciente das mulheres em integrar o espaço público social. Inclusive, resultando numa “escrita de si” que, não raramente, se “esquece de si” ou se coloca passivamente no processo de vida e sobrevivência do corpo social. Essa ausência nas fontes que são caras ao trabalho historiográfico, o

documento, tem sido minimizado na pesquisa que se utiliza da chamada fonte oral, ou entrevista.

É, ainda, importante observar que as entrevistas são memórias individuais mesclada de coletividade e, como na “escrita de si”, há, também um “esquecer de si”, na fala das mulheres, minimizando sua participação ao diluí-la na importância do todo. Poder-se-ia dizer que há uma fala de Gênero que, no masculino, é marcado pelo “eu-herói”, e, no feminino, é marcado pelo “outro-herói”.

A sensibilidade própria da memória transformada em narrativa, marcada pela construção de Gênero, resulta ainda numa trajetória que, na mulher, é quase sempre passiva no coletivo e, no masculino, é quase sempre ativa no coletivo. Então, lidar com essas trajetórias individuais, buscando uma unidade necessária para imprimir identidade, outra consequência do fazer histórico, esbarra em reduzir o “ser-por-ai” no “ser-por-ai”, diferentemente do que ocorre quando se lida com trajetórias masculinas, que, não raro, se percebe “ser-ai”, sujeito.

No caso desta narrativa de trajetória de mulheres, resolveu-se tratar individualmente cada entrevista, mesmo se estabelecendo questões comuns. Admitiu-se ainda o recontar a própria memória em situação diversa, além do que se inseriu essas memórias individuais femininas num estudo sobre o contexto da época em que viveram e do qual narraram suas experiências. Ao se observar a conjuntura em que essas mulheres estavam inseridas, concluiu-se que era uma conjuntura marcada por uma luta de classes, que saíra dos bastidores das análises especializadas e se transformara em discurso político. Isto aconteceu como consequência do avanço e da organização das esquerdas, bem como, com a ampliação das conquistas dos trabalhadores e dos setores populares, resultado da própria dialética do sistema, porém reforçado na dinâmica contradição entre estado e oposição.

Naquele momento é possível notar uma formação cultural densamente marcada pelo ideal de justiça e igualdade, que resultaria em bem-estar e conquista para todos. As esquerdas lastravam sua militância e fomentavam a adesão dos muitos setores populares e da classe média com essas “palavras de ordem”. Para além das organizações laicas, também era a doutrina comungada pela igreja progressista, bem como os chamados setores progressistas da direita. Até serem engolidas pela direita conservadora, que conseguiu, dessa forma, diluir o conflito entre capital e trabalho e, em situação de acirramento do processo político, organizou o golpe de estado e estabeleceu o estado de exceção.

Este é o motivo porque as mulheres falam normalmente de um aprendizado, em casa e na igreja, do sentimento que as seduzia para a participação na luta, indiferente ou ingenuamente, apesar dos riscos de que tinham consciência. Essa consciência do risco, devia-se à prática decorrente da doutrina do estado, em que prevaleceu, historicamente, a recusa democrática aos partidos e organizações de esquerda, sendo comum a desqualificação das forças de resistência, a propaganda reforçada para criar e manter uma imagem negativa dos “subversivos”, uma indústria do medo e a prisão dos opositores. Não raro, essas prisões dos chamados subversivos ou agentes do comunismo eram acompanhadas de torturas, impetradas pelos agentes dos órgãos de segurança do estado, dentro e fora das instalações públicas, fazendo-se muitas vezes a promoção dessas retaliações. Igualmente, os setores mais conservadores da direita se comportavam como estado, na ausência do estado, dentro das suas propriedades, e formavam milícias para reprimir os movimentos populares e partidários.

Assim, ao se narrar a história dessas mulheres se observa que a história não pode se limitar a se pensar como história dos homens ou de uma parcela da sociedade, uma vez que a atuação feminina se desloca do mundo do privado para o mundo do público, consonante com a realidade maior no qual foram originadas. Da mesma forma acontece a transição do masculino nos ambientes sociais privados e públicos, e é uma falácia acreditar que não há uma dialética na relação conflituosa dessas esferas da vida, em que uma depende da outra, sem que se possa estabelecer de onde cada uma se ocasiona e se alimenta.

Por essa razão é interessante se lembrar da fala do jornalista e comunista Marcelo Mario de Melo, quando ele conta o dia em que fez a primeira visita a Gregório Bezerra na Casa de Detenção do Recife. Lá, ouviu do comunista: “*‘em [19]35 a gente tinha arma e não tinha massa; em [19]64, tinha massa e não tinha arma’*. *Era o lamento do guerreiro!*”² Esta fala é representativa do pensamento corrente na época, expressão da

² Gregório junto com David Capistrano tentaram, uma semana antes do golpe, transferir a sede do governo estadual para Palmares. Sabedores que na gestão anterior, Cid Sampaio articulou um convênio com uma unidade norte-americana, chamada Ponto IV e dessa negociação foram adquiridas pelo estado duas mil metralhadoras que chegaram no período do governo Arraes, além da existência de uma estrutura de fabrico de munição, os dois comunistas procuraram o Governador e pediram essas armas e munições. Arraes negou o pedido, porém disse que iria pensar no caso. Do mesmo modo, reagiu à greve articulada pelo PC, porque confiava que o coronel Alves Bastos, comandante do IV Exército fosse legalista. “Arraes não era um homem de ação, naquele momento tinha que virar a mesa... Havia uma ilusão generalizada de que, no conjunto, [...] as conquistas democráticas eram irreversíveis”. Entrevista: Marcelo Mario de Melo (MMM). Recife, 5-17/01/2012. Sobre o Ponto IV, foi um plano norte-americano de assistência técnica para a América Latina, tornado público em 1949 com a missão de estudar as prioridades para um programa de desenvolvimento do país. Desse plano surgiu a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, criada no âmbito do Ministério da Fazenda, integrada por técnicos brasileiros e norte-americanos, existindo oficialmente entre os anos de 1951

vontade de agir e reagir em nome de um ideal, em favor de um projeto revolucionário “possível”. Estava de um modo ou de outro repetido na fala das mulheres entrevistadas: “*A ideia da possibilidade de transformação da nossa sociedade por uma sociedade mais justa, mais humanitária [...] uma coisa meramente circunstancial [...] Nada planejado. Mas [...] mudou definitivamente a minha vida*”.³ E concluíam: “*Nos nossos programas, a gente dava um toque de consciência*”.⁴ São falas que demonstram suas inserções conscientes na militância.

Então, a crença no papel subserviente da mulher, na atual sociedade, perdeu o sentido, mas o seu empoderamento ainda não é um fato amplo, ou não se trataria da questão. O número crescente de pesquisadoras e pesquisadores preocupados com a problemática indica o progresso do Movimento Feminista, assim como o avanço da atuação mesma das mulheres e sua inclusão nos espaços públicos onde acontecem a construção de conceitos, de novos modelos de pensamento, além da comunicação da sua luta, de forma acadêmica ou não, criando modernas linguagens ou adaptando as velhas para essa nova realidade.

Uma vez que se notou a importância da linguagem na manutenção das diferenças entre os sexos e sua implicação ideológica, propor uma nova visão do papel social feminino, através da fala que se produz para dizer sobre as mulheres, é o passo para a conclusão do projeto de criar uma identidade positiva para o “Ser Mulher”. A desconstrução da naturalização da inferioridade e consequente subordinação social da mulher em relação ao homem depende de como se apresenta o humano. Disso resultarão as relações de equidade entre homens e mulheres, o fim de uma era patriarcal e o desequilíbrio de um sistema que se lastra na diferença que gera desigualdade. O sistema de mercadoria é solapado na luta pelo direito à diferença com direito à igualdade.

Interferir no processo de transformação da realidade é, também, uma forma de iniciar uma prática de fala responsável, porque autocrítica e preocupada em importar a equidade entre os sexos. Perceber que esses valores de gênero se perpetuam e continuam a estabelecer o papel ideal e o lugar do feminino na estrutura social e política, através da memória de Gênero e da história, é uma forma de minar a continuidade do processo de

e 1953. A Comissão, integrada no Plano IV, foi responsável por inúmeros financiamentos, principalmente na área da agricultura.

³CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Yvone Loureiro Ribeiro (MYLR). Macéio-AL, 04/11/2004.

⁴ Entrevista: Maria Leônida Lopes (MLL). Recife, 10-27/02/2012.

exclusão, entre tantas formas de exclusão de grupos, própria de um sistema que se alimenta da marginalização de homens e mulheres.

E ao contribuir para minar esse processo de exclusão, poder sonhar que nunca mais, neste País, as mulheres que “ousarem” assumir o seu papel na História venham a ser menosprezadas, precisamente, por essa “ousadia”. E que não se repita, por exemplo, o que grupos da direita tentaram – sem sucesso, felizmente – no período eleitoral, em 2010: incentivar uma atitude negativa dos eleitores e eleitoras em relação à candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff, através de uma imagem, recorrentemente divulgada. Era a reprodução de uma fotografia do Arquivo do DOPS-SP, da época em foi presa e processada porque participava de um grupo armado da guerrilha urbana, nos finais dos anos 1960 e início dos anos 1970. Essa foto era colocada ao lado ou próxima de imagens de mulheres vestidas e penteadas no padrão atribuído às bem-comportadas, confrontando com a guerrilheira de óculos pesados e com os cabelos em desalinho. História, outra história.

FONTES E REFERÊNCIAS

Entrevistas

Projeto Resistência cor-de-rosa-choque:

Clemilda Maria de Oliveira de Souza (CMOS). Recife, 06/02/2012.
 Marcelo Mario de Melo (MMM). Recife, 5-17/01/2012.
 Maria das Neves Santos Cardoso (MNSC). Recife, 3-13/03/2012.
 Maria de Fátima Guimarães (MFG). Recife, 16-20/01/2012.
 Maria Leônida Lopes (MLL). Recife, 10-27/02/2012.

Fundação Joaquim Nabuco (CEHIBRA)

Projeto História oral do movimento político-militar de 1964 no Nordeste
 Adalgisa Rodrigues Cavalcanti (ARC). Recife, 27/07/1982;
 Ângela de Araújo Barreto Campelo (AABC). Recife, 01/06/1985.
 Heloisa Lucciola (HL). Rio de Janeiro, 06/06/1986.
 Júlia Santiago da Conceição (JSC). Recife, 02/12/1983.
 Liana Maria Lafayette Aureliano da Silva (LMLAS). São Paulo, 17/10/1986.
 Maria Clara Carneiro da Cunha Mota (MCCCM). Rio de Janeiro, 04/06/1986.
 Maria Luiza Carneiro Campello (MLCC). Recife, 28/05/1985.
 Yara Lúcia Brayner Mattos (YLBM). São Paulo, 27/10/1986.
 Zilda Paula Xavier Pereira (ZPXP). Rio de Janeiro, 04/08/1988.

Projeto Preservação da memória dos presos políticos e anistiados da ditadura militar de 1964.

Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira. Olinda, 14/04/2005.
 Helena Barros Helluy (HBH). São Luís, 01/12/2004.
 Hélia de Almeida Mendes (HAM). Maceió, 09/11/2005.
 Isolda Maria Careneira de Mello (IMCM). Natal, 06/12/2004.
 Mailde Ferreira Pinto Galvão (MFPG). Natal, 09/12/2004
 Maria Alba Corrêa da Silva (MACS), em Maceió, 11/11/2005.
 Maria do Socorro Alves de França (MSAF), Maceió, 09/11/2005.
 Maria do Socorro Ferraz Barbosa (MSFB). Recife, 10/10/2011.
 Maria Yvone Loureiro Ribeiro (MYLR), Macéio, 04/11/2004.

Acervo de Microfilmagem
 Diário de Pernambuco

Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE).

Folha do Povo. Recife, 10/03/56.

Acervo do Departamento de Ordem Pública e Social do Estado de Pernambuco (DOPS-PE)

Prontuário funcional do DOPS-PE, Fundo SSP Nº 28.717, doc nº 14; nº 28.728, doc nº 14.

Revistas:

CLIO – Revista de Pesquisa Histórica. n. 22, Ano 2004. 2006.

Iconografia, Fonografia e Literatura: filmes, artes plásticas e cênicas, poesia e música:

- AZEVEDO, Geraldo. *Casa brasileira*. Brasil, 1994.
- BANDEIRA, Manuel. *Evocação do Recife*. Rio de Janeiro, 1925.
- BOAL, Augusto. *Arena conta Zumbi*. Brasil, 1965.
- BUARQUE, Chico. *Janelas abertas nº 2*. Brasil, 1972.
- BUARQUE, Chico. *O cio da terra*. Brasil, 1977.
- CALLADO, Antônio. *Quarup*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967.
- CARDOZO, Joaquim. “Recife de Outubro”, 1925. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- DIEGUES, Carlos. *Ganga Zumba*. Brasil, 1964.
- EDWARDS, Black. *Bonequinha de luxo* (Breakfast at Tiffany's). EUA, 1961.
- GRAÚNA, Graça. *Retrato*. Portal Vozes Femininas. Recife, s/d.
- HAWKS, Howard. *Os homens preferem as loiras* (Gentlemen prefer blondes). EUA, 1953.
- HERNÁNDEZ, Rafael. *Dez anos* (Diez años). Versão de Lourival Faissal. Brasil, 1951.
- HOLLANDA, Chico Buarque de. *Roda viva*. Brasil, 1967.
- JOYCE, James. *Ulisses*. Paris, 1922.
- MARISCHKA, Ernest. *Sissi*. Áustria, 1955, 1956 e 1957.
- MARKER, Chris. *La jetée*. França, 1962.
- MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. *Crônica de uma morte anunciada*. Colômbia, 1981.
- MEIRELES, Cecília. “Desenho”. *Mar absoluto*. Brasil, 1945.
- Meu São José*, canção do folclore brasileiro.
- MONDRIAN, Piet. *Composition II in red, blue and yellow* (Composição II em vermelho, azul e amarelo). Holanda/EUA, 1930.
- PEDROSA, Cida. “Poema da anunciação”. *Miúdos*. Recife: Portal Vozes Femininas, 2011.
- ROCHA, Glauber. *Deus e o Diabo na terra do sol*. Brasil, 1964.
- VANDRÉ, Geraldo. *Pra não dizer que não falei de flores*. Brasil, 1968.
- VELOSO, Caetano. *Onde andarás*. Brasil, 1968.
- VIOLA, Paulinho da. *Foi um rio que passou em minha vida*. Brasil, 1971.

Sites:

- Foto dos coronéis do Nordeste. <http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/coronel-chico-heraclito>, acessado em 25/05/2012.
- Jornal *O Dia*. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964. <http://blogdabrhistoria.blog.uol.com.br/>, acessado em 01/05/2009.
- Jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, 02 de abril de 1964. <http://acertodecontas.blog.br/politica/editorial-do-jornal-o-globo-de-2-de-abril-de-1964-celebrando-o-golpe-militar/>. Acessado em 01/05/2009.
- Jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, 31 de março de 1964. <http://www.scribd.com/doc/7392881/TERNUMA-Historia-Do-Terrorismo-No-Brasil>. Acessado em 01/05/2009.
- PELÓPIDAS SILVEIRA, no Rio de Janeiro, 1978. FGV – CPDOC: História Contemporânea do Brasil: depoimento, 41p. <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2008/04/depoimento-de-pelpidas-silveira-ao.html>. Acessado em 02/05/2009.

REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Editora Universitária da UFPE /Oito de Março, 2005.
- ABREU E LIMA. Maria do Socorro de. *Tecendo lutas, abrindo espaços: mulheres nos movimentos sociais dos anos 50*. Recife: Editora Universitária da UFPE /Oito de Março, 2004;
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGOSTINHO. *Cidade de Deus contra os pagãos*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Federação Agostiniana Brasileira, 1990, 88.
- ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964 - 1985)*. São Paulo: EDUSC, 2003.
- ANDERSON, Perry. *O fim da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?* São Paulo: Contexto, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- ANDRADE, Manuel Correia de; FERNAMDES, Eliane Moury (orgs.). *Vencedores e vencidos: movimento de 1964 em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004.
- ARAÚJO, Rita de Cássia de; BARRETO, Túlio Velho (orgs.). *1964: O Golpe passado a limpo*. Recife: Massangana, 2007.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- ARISTÓTELES, “Caracteres, Verossimilhança e Necessidade. Deus ex machina”. *Ética à Nicômaco; Poética/Aristóteles*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- BANDEIRA, Andréa. “O sagrado”. In: *Gênero & História. Cadernos de História*. Ano 1. N 1. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002, 69-82.
- BANDEIRA, Andréa. *As beatas de Ibiapina: do mito à narrativa histórica (1860-1883)*. Dissertação de História. Recife: UFPE, 2003. (Dissertação de Mestrado)
- BARBIERI, Teresita de. “Sobre la categoria género: una introdución teórico-metodológica”. *Isis internacional*. Ediciones de las Mujeres. n 17. Santiago do Chile, dez/1992, 111-128.

- BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (orgs.). *Na trilha do golpe: 1964 revisitado*. Recife: Massangana, 2004.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994 (*Obras escolhidas*, vol. 1).
- BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BÍBLIA DE JERUSALEM. São Paulo: Paulinas.
- BLACKBURN, Robin (org.). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a História*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- CASTELO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder: de 1964 ao AI-5*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COELHO, Fernando. *Direita volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997.
- COLLINGWOOD, R. G. *A ideia de História*. Lisboa: Presença, 2001.
- COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.
- COSTA, Albertina Oliveira et al (org.). *Memória das mulheres do exílio*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

- COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*. Brasil: 1964 – 1985. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- DAVIS, N. Z. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 196.
- DESCARTES, René. *O discurso do método*. São Paulo: EDIPRO, 1996.
- DOSSÉ, François. *A história em migalhas*. Bauru: EDUSC, 2003.
- DREIFUSS, Rene Armand. *1964, A conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- EAGLETON, Terry. *Depois da teoria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- ENGELS, Friedrich. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. São Paulo: Global, 1990.
- ENGELS, Friedrich. *As origens da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- ENGELS, Friedrich. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. Rio de Janeiro: Global, 1990.
- FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira: tomo III – O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- FERNANDES, Eliane Moury (org.). *O Movimento político-militar de 1964 no Nordeste: catálogo da história oral*. Recife: FUNDAJ, 2004.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- FERREIRA, Luzilá G. *Presença feminina*. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2002.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FICO, Carlos (org.). *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

- FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1995.
- FURTADO, Fabiana C. *Perfis da 'Belle-époque' Brasileira: uma análise das figuras femininas em Lima Barreto*. Recife: UFPE, 2003. (Dissertação de Mestrado)
- GALLINDO, José Felipe Rangel. *O trotskismo no campo em Pernambuco: "o Jeremias das caminhadas"*. Recife: UFPE, 2010. (Dissertação de Mestrado)
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOMÁRIZ, Enrique, "Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas". *Fin de siglo – género y cambio civilizatorio*. Ediciones de las Mujeres, n. 17. Santiago, Chile: Isis Internacional, dez/1992, 83-110.
- GOMES, Ângela de C. (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 2003.
- GUIMARÃES, Maria de Fátima. "Feminismo e Ciências Sociais". In: *Revista Symposium*, ano 4, número especial, Recife: UNICAP, dez/2000, 47-55.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HEGEL, F. *A razão na história*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HELLER, Agnes; FEHÉR, F. *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HOLANDA, Francisco Urubam Xavier de. *Do liberalismo ao neoliberalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- HOONAERT, Eduardo. *Padre Ibiabina e a Igreja dos pobres*. São Paulo: Paulinas, 1984.
- IANNI, Octávio. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: PUC-SP, 2005. (Tese de doutorado).
- KALIMEROS. *A mulher: na psicanálise e na arte*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1995.
- KANT, Immanuel. *Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- KIERKEGAARD, Soren A. *O conceito de angústia*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KURZ, Robert. *O Colapso da modernização: da derrota do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *História e historiografia do Brasil pós 64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LEAL, Murilo. *A Esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- LENIN. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global, 1983.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LEVY, Nelson. *Ética & História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- LÖWY, Michael. "A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado". 1995.

- [HTTP://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_06.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_06.pdf) Acessado em 18/07/2008.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *A vida sexual dos selvagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- MARQUES NETO. José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARX, Karl. “O fetichismo da mercadoria”. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, v 1.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. *A miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847)*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARX-ENGELS (História). FERNANDES, Florestan (org.). São Paulo: Ática, 2001.
- MARX, Karl. *A questão judaica*. São Paulo: Centauro, 2000.
- MARX, Karl. *O dezoito brumário e Cartas a Kugelmann*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família ou crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores (1844)*. São Paulo: Moraes, 1987.
- MATOS, Maria Izilda S; SOLER, Maria A. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.
- MIGUEL, Ana de. “Feminismos”. In: AMORÓS, Celia (coord.). *10 Palabras clave sobre la mujer*. Pamplona: EDV, 1995, 217-235.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O caminho da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Melso Soc. Anônima, 1962.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MORAES, Maria Lygia Q. de. *Feminismo, movimentos de mulheres e a (re)construção da democracia em três países da América Latina*. São Paulo: IFCH/UNICAMP, setembro/2003.
- MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

- MORENO, Nahuel. *As revoluções do século XX*. São Paulo: Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2003.
- NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- NIETZSCHE, F. *Assim falou Zaratrusta*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- NIETZSCHE, F. *Escritos sobre História*. São Paulo: Loyola, 2005.
- NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NOVAK, George. *La ley del desarrollo desigual y combinado*. Buenos Aires: Pluma, 1977.
- PACHECO, Eliezer. *A formação da esquerda no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 2008.
- PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil. 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- PARKER, F. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia; MACÊDO, Márcia (orgs.). *Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares*. Salvador: UFBA/NEIM (Coleções Baianas), 1998.
- PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina S. (orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.
- PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina S.; VEIGA, Ana Maria (orgs.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011.
- PENHA, João da. *O que é existencialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988, 36.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PLEKHÂNOV, G. V. *Princípios fundamentais do marxismo*. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- RAGO, Margareth. "Epistemologia feminista, gênero e história". In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998, 21-41.
- RAGO, Margareth. "Feminizar é preciso: por uma cultura filógena". http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000300009&script=sci_arttext. 14p.

- RAGO, Margareth. *Entre a história e a liberdade: Luce Fabri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.
- REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- REICH, Wilhelm. *A função do Orgasmo*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTEI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe militar e a ditadura: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2006.
- REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- REIS, José Carlos. *História e teoria*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- REVEL, J. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RIDENTE, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.
- ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- RUBIN, Gaule. "O tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo". ("The traffic of Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex", New York, 1975). Recife: SOS Corpo, 1993.
- SADER, Emir. *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SAES, Décio. *A formação do estado burguês no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SAES, Décio. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

- SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Recife: SOS CORPO, 1993.
- SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010.
- SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS Pernambuco (1964-1985)*. Recife: UFPE, 2007. (Tese de Doutorado)
- SILVA, Marcília Gama da. *O DOPS e o Estado Novo: os bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945)*. Recife: UFPE, 1996. (Dissertação de Mestrado).
- SOUSA, Jessie Jane Vieira de. “Os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica”. Artigo da Tese. UFRJ, 1998. http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/jessie_jane_circulos.pdf.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- TELES, Janaína (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas, 2001.
- TELES, Maria Amélia de A. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- TEIXEIRA, Flávio W. *O movimento e a linha: presença do Teatro do Estudante e d’O Gráfico Amador (1946-1964)*. Recife: UFPE, 2007.
- WHITE, Hayden. *Metahistoria: la imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- WOLF, Cristina S.; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia R. de O. (orgs.). *Leituras em rede: gênero e preconceito*. 2007.
- YANNOULAS, Sílvia Cristina. “Iguais mas não Idênticos”. *Estudos feministas*. v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1994, 7-16.